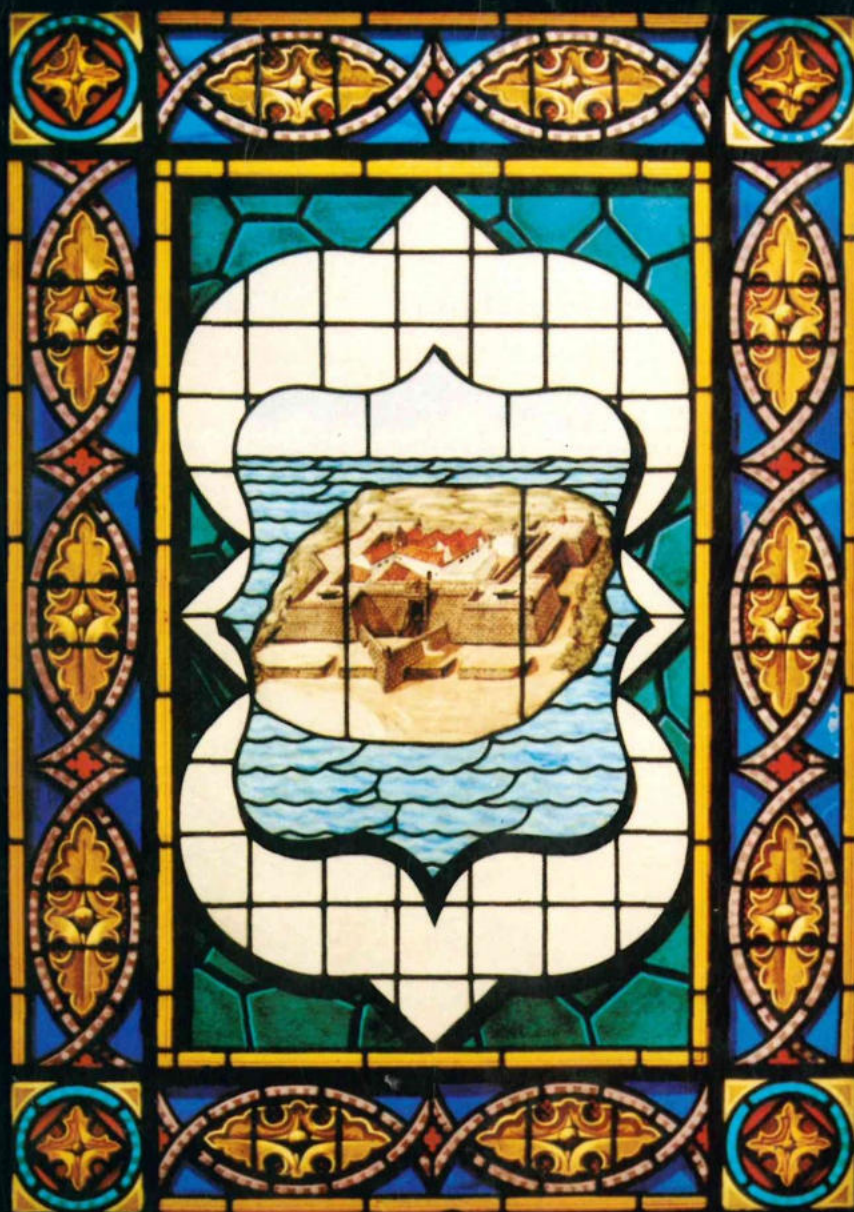


DR. LUIS FILIPE AVIZ DE BRITO

Notário Aposentado

A DESEMBOCADURA DO RIO MINHO NOS TEMPOS ANTIGOS



Editorial Caminia
CAMINHA — 1989



LUÍS FILIPE AVIZ DE BRITO

Natural de Barcelos licenciou-se em Direito em Lisboa em 1935, fez concurso para a carreira de Notário em 1936 tendo logo sido nomeado para Notário no Concelho de Mantegás (Comarca de Gouveia) e servido entre 1937-1958 como Notário na sede da Comarca de Caminha, em cuja vila casou com senhora caminhense. Por necessidades educacionais e de acesso à 1.^a classe, no mesmo cargo, se transferiu para a cidade e comarca de Guimarães, onde se aposentou em 1982 e mantém residência, por ser meio cuja actividade cultural muito o apai-xona. Aí frequenta, muito empenhado, suas instituições histórico-científicas nomeadamente a Sociedade Martins Sarmiento, o Arquivo Alfredo Pimenta e Associação para defesa do Património Cultural «Muralha», da qual tem sido dirigente. Participou com duas comunicações no notável «Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada», em 1979, que lhe editou duas separatas, uma *O Frontão da Colegiada como significativa Memória da Pátria Consolidada* e outra *A Imagem da Pa-*

fo querido irmão José com
comunicabilidade e continuidade em
serviço da paróquia de São
esta prova de dedicação
ao meio em que
fiz família

Camino, 1990

Luís

**A DESEMBOCADURA DO RIO MINHO
NOS TEMPOS ANTIGOS**

Separata da Revista «Caminiana»
N.ºs XIV-XV, Ano IX e N.º XVI, Ano X
(págs. 81 a 108, 11 a 82 e 7 a 152)
Dezembro de 1987; Junho e Dezembro de 1988

DR. LUÍS FILIPE AVIZ DE BRITO

Notário Aposentado

A DESEMBOCADURA DO RIO MINHO NOS TEMPOS ANTIGOS

I PARTE

SEUS MAIS RECUADOS HABITANTES
E QUAIS OS QUE DENOMINARAM O SEU CURSO E O SEU PORTO



Editorial Caminha
CAMINHA — 1989

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 59879

Barceliana

Legado
Álvaro Arezes L. Martins

EDITORIAL CAMINIA

Proprietário e Administrador

A. Guerreiro Ceba

Directores Adjuntos

Dr. Lourenço Alves

Dr. José da Costa Fonseca

Torcato Augusto Correia

Redacção e Administração

Rua da Corredoura, 117 — CAMINHA

APRESENTAÇÃO

Não quiseram os responsáveis de o Jornal «O Caminhense» e «Rádio Caminhense» bem como da «Revista Caminiana» e «Editorial Caminia», deixar de se associarem às Comemorações da Epopeia Marítima Portuguesa, motivo pelo qual se publica este valioso trabalho, da autoria do nosso prezado amigo Dr. Luís Filipe Aviz de Brito, intitulado «A Desembocadura do Rio Minho nos Tempos Antigos».

Trata-se de um estudo da maior importância para as regiões do Minho e da Galiza, atendendo ao semblante histórico, económico, social e cultural do Rio Minho e do que ele representa para as populações ribeirinhas.

São muitos os historiadores que estudaram e outros que continuam a investigar com suporte científico as temáticas do Rio Minho, que a todos prende pela formosura das suas águas e a verdura romântica das margens. São quadros de sonho de cor e de luz! É o homem que nele labuta diariamente, tratando-o como «Pai Minho»! O Rio Minho é a aorta dilatada de uma região, que culmina no anfiteatro da sua Foz, entre Caminha e Camposancos-Foz onde se abraçam os rios Coura e Minho, osculando como noivos as águas do Oceano Atlântico, mesmo aos pés da Fortaleza hexagonal da Ínsua.

Foi o Rio Minho, — como é sabido —, palco de grandes acontecimentos e escola de iniciação para navegantes, que mais tarde se fizeram ao mar levando a mensagem da evangelização e do progresso para outros povos e etnias.

As páginas que seguem são o testemunho documentado e científico da importância da Desembocadura do Rio Minho.

Poderão ser até, um lugar de reflexão e motivo complementar para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. É a ligação entre o passado e o presente. E do passado recente, temos ainda o orgulho da obra do saudoso caminhenses Professor Doutor Luciano Pereira da Silva, intitulada a «Astronomia dos Lusíadas», extraordinária e consagrada por todos os Portugueses.

A. GUERREIRO CEPA

INTRODUÇÃO

A MAGNIFICÊNCIA NATURAL DO ESTEIRO, NA PARTE FINAL DO CURSO

Expondo a fisionomia geográfica da Galiza o tão chorado Mestre da literatura corográfica da sua muito amada província que profusamente serviu, até seu chocante desaparecimento, mesmo na alvorada de se ter tornado Região Autónoma, Ramon Otero Pedrayo, na monumental obra, inteiramente por si coordenada, dedica às formas naturais do Baixo Minho, estas impressionantes passagens, como seria impossível assemelhar outras, que transcrevemos, na sua pureza idiomática, porque versioná-las seria desvirtuar a enorme riqueza desse hino, em galaico-português, quase a nossa linguagem, sobre o lindo final do grande rio cantábrico:

«O DERRADEIRO TEMPO DO VAL DO MIÑO — Entramos na paisaxe tudense, de longe anunciada. Guillarei, Sobrado, Paramos, esmaltan os derradeiros cotos case envolveitos na calma e leda grandeza do val, terraxe e lenturento, broslado en bandas finas e sinxelas, ca antiga e inmorredoirá beleza da pintura dos vasos, polos parreiras combiñadas cas terras de millo.

O coto de Tui cecáis responda a unha terraza estrutural do río. Correspondente de Valenza, cos montes portugueses, respondendo en «humán», á mensura xeomórfica do Alhoia e ó erguemento do Faro de Budiño, entéirase un circo de outuras, que vai meirando a fondura e sinxela unidade do val chairó e ateigado.

A vila coroada, máis do que de torres de graves muros semella un froito.

Baixan esporrentes as encostas case de pardiñeiros ó río. Aduviñase a roína noutrora mais aitivos. As rúas compoñen un cerne e enteiro fugar urbán.

É Tui unha cidade rematada, compreta. Os silencios de arestora fan medrar a impresión cecáis angustiosa de cousa perfeita.

Inícianse formas vilegas en Guillarei, nuotros logares.

O río, exprimentando o alentar da marea oceánica, déitase na priguiza dun comenzo de esteiro.»

Para rematar, no seu característico estilo docente, dum científico lirismo, o querido fillo de Orense, louva o estuário neste linguajar, que ronda o noso falar dos começos da nacionalidade:

«O San Xullán enteira cos montes do Sereiro por riba de Tebra e Burgueira, cos da Croba, encol de Mougás de Oia, unha unidade encetada e traballada con difrente forza polas augas. Pénsase nunha Barbanza máis arroianada no senso de maor fartura de individuoalidades. Soio algús paisaxes grandeiros de Vinciosfan relenbrare os das graves chairas barbanzás. Dexérgase ben logo a variedade entre as formas dos vales. Xurden ben conqueridas as do Fragoso e o Rosal.

Dos inxeridos no do Miño soio o derradeiro, o do Rosal, tén feitura de seu, inda no propio desenrolo cativo, como se o grande río galego houvera no seu tramo findoiro esquecido seu poder creador de resoancias valecas.

Deica Estás e Goián, os cotos descen sobor do val, deixando un sucualco ou taboeiro ben sinalado sobre as derradeiras terrazas e as primeira duna do Miño.

Os riachos de Piñeiro e Faio, os de Forcadela, bem remontados nas entranas graníticas dos montes, disfroitan o findar dos mainos tempos do Miño.

Goían, dinantes forte lugar, xunta as caraiterísticas e belezas dista rexion miniana. Hai unha pousa no pechamento das formas.

O Miño espállase en meandro ricaz e priguizoso.

Pé das outuras de Santa María Madanela, didiante das formaciós calmas, abertas, das paisaxes lusitanas de Cerveira, encostas e repousos anuncian a derradeira réplica de val rendeiro ó Miño, o do Rosal.

Xa na canle se orgaizan as composiciós de ricas coores, de eixes e formas rexidas polas mareas, das illas e bancos de area.

Enxérganse as ermidas, de entramas orelas, unhas a outas como abranguidas no mesmo solene sentimento de adéus do grán río criador de atal regalia e fartura de ribeiras e costas»¹.

Certo que quase todas as grandes figuras literárias da antiguidade, nos maiores clásicos greco-latinos, nunca se pouparam as melhores saliências sobre o valor panorâmico, navegante e demarcativo da larga boca fluvial, que os impressionava.

Destacam-se, mesmo pela importância que trouxe, para a proto-história, a sua mais apontada ocupação humana: do lado helénico, os mais antigos e categorizados geógrafos, desde Aratéstenes a Artimídoro, desde Píteas a Posidónio, como, sobremaneira, os que, destes, as especiais particularidades puderam recolher, e nas suas obras vieram a assinalar, Estrabão e Ptolomeo.

Da parte da mais pura e recuada latinidade, nunca esqueceram esta desembocadura, como indispensável referência demarcativa, dos seus descritivos da costa ocidental da Europa, quer Políbio, quer Pompónio Mella, quer Agrippa, quer Varrão, e principalmente Plínio Secundo, que foram os mais célebres escritores romanos sobre as gentes e terras do continente.

Aos começos da alta Idade-Média, pela altura em que na cultura ocidental surgem os primeiros cartógrafos, salientam-se, no seu característico pormenor, dois notáveis geógrafos do século XII, quer o eminente árabe, de preparação sevilhana, Abu Abdala Mahomed Idrisi, quer o curioso monge-beneditino Ebstorf, de Hanover, na Baixa Saxónia, no seu extraordinário mapa-mundi, que parece tanta aplicação ter tido, por parte dos primeiros descobrimentos portugueses, sendo que o primeiro, no texto geográfico que acompanha seus mapas, particulariza a desembocadura em causa, quanto à sua largura, força das águas, ilhas, fortificações da barra e quanto à natureza das costas.

Na áurea do Renascimento, outros testemunhos, qual deles o mais forte e vinculativo, sobre a imponência, riqueza e grandiosidade da larga boca deste rio, podendo tomarem-se, como exemplos, tanto o testemunho flagrante e engrandecedor por parte do Ludovico Nónio, médico e consagrado historiador de Antuérpia (ao tempo, Antuérpia holandesa), como por parte do nosso erudito clássico André de Resende, sem a menor dúvida uma das maiores figuras literárias do nosso grandioso século XVI, qualquer deles a escreverem as suas obras somente em latim, única língua que merecia aceitação na tão culta Europa dessa época.

Ocupando-se das cidades e coisas mais salientes das Hispânicas refere o primeiro, com preocupação de enquadramento corográfico:

«MINIUS — Maximum esse Lusitaniæ flumen Minium auctor est STRABO (...) POSSIDONIUS insulamque ante ejus estium una cum binis scopulis refest procumbere; sed nullum rei hodie vestigium extare ferunt.»

Outrossim, com o brilho do seu livro, a ser difundido e recolhido, em miscelâneas, pelas diversas nações europeias, precisa o emérito

humanista, nosso compatriota, entre as maiores curiosidades insertas no *De Antiquitatibus Lusitanæ* (1593):

«... Ceterum omnes in fluvi piscium lautiorum feracissimi sunt Lampe-
trarum, Alosarum, Troctarum, Troctisalmorum, Iridum atque Salmo-
num, in primisque ipse MINIUS.

MINIUS vero praegrandi magnitudine et excellenti praestanti.»

Poder-se-á ainda acrescentar este bem apropriado comentário, com que o descreve, no mesmo latim, o erudito historiador-cosmógrafo Jerónimo Paulo Barcelonês, no seu rigoroso nome «Hegenominum Paulum Barcimonensis», precisando-lhe estas características:

«Minus fluvius est Gallecie maximo ore spatiosus qui Isidoro Cartta-
ginensi placet a colore «minio» quem frequens trahit, nomen creditur
accepisse.»

Acham-se bem expressas estas três referências, incluída, claro, tam-
bém a do nosso clássico, na magistral colectânea a receber os mais
erutivos autores espanhóis do seu século áureo, denominada no seu
rigoroso título *Hispaniæ Illustratæ — Urbium Rerum — Auctores Varios*,
com todos seus textos exclusivamente latinos, edição de Francfurti, 1608,
situando-se as três passagens transcritas, respectivamente, no Tomo II,
n.ºs 23 e 24, p. 836; no mesmo Tomo II, N.ºs 10 e 11, p. 926 e no Tomo III,
n.º 17, p. 477, cujas traduções poderão ser estas:

«MINHO.—O rio Minho é o maior rio da Lusitânia referiu Estrabão
como Posidónio e debruçava-se ante a sua foz uma ilha com dois
maciços de rochedos; mas disto já hoje não há vestígios.»

(Ludovico Nónio)

«... Com destaque entre todos os demais (rios) mencionados este
mesmo rio Minho é riquíssimo em variadas espécies de peixes como
a Lampreia, Sável, Truta, Truta Salmonesca, Ires (na Catalunha deno-
minada «Truita Arc-Iris»; na Itália «Trotta-Iridea») e o Salmão.»

(André Resende)

«Na Galiza o rio Minho é muito espaçoso na sua grande boca e segundo
o parecer de Isidoro Cartaginense crê-se seu nome sido recebido por
causa da cor do «minio» que arrasta com abundância.»

(Jerónimo Barcelonês)

Ainda nesta tão copiosa mas elucidativa miscelânea, de 1608, com-
piladora de todas as importantes opiniões do que disseram os mais

antigos escritores, sobre a proto-história da Península, no Tomo IV, aquele douto investigador holandês Ludovico Nónio, diz:

«... tota interamnis provincia, vulgo Entre Douro et Minho, extra-Lusitania erat, secundum Plinium et Ptolomaeum, nisi Straboni accedamus qui ait maximam Callarcorum partem Lusitanos appelari; et alibi dicit Minium omnes Lusitaniae annes magnitudine superare ...»

Quis dizer, nesta sua passagem, sobre os primórdios da velha Galiza, esse distinto humanista de Antuérpia:

«... toda a província entre rios, vulgarmente dita Entre Douro e Minho estava fora da Lusitânia segundo Plínio e Ptolomeo; a não ser que sigamos a opinião de Estrabão que diz que a maior parte dos Galegos são chamados Lusitanos; e como diz noutro lado que o rio Minho supera em grandeza todos os outros rios da Lusitânia.»

Outro respeitabilíssimo clássico, o célebre autor da *Benedictina Lusitana*, escrevendo, por sua vez, nos meados do século XVII, sobre a sua brilhante Ordem Monástica de S. Bento, enquanto se ocupava dos numerosos cenóbios da sua Congregação, no Norte de Portugal, ao referir os rios minhotos, que intermediavam os conventos beneditinos, escreve sobre o nosso local, em análise, esta passagem tão laudatória:

«Passemos das ribeiras do Lima, caminhando para o norte, às do Minho, rio célebre entre os mais de Hespanha, o qual nascendo na raiz das montanhas das Astúrias, vem correndo pela Galiza, banhando as cidades de Lugo e Orense. E entrando em Portugal, pelas vilas de Monção e Valença, defronte de Tui, banha as vilas de Vila Nova de Cerveira e de Caminha, junto à qual entra no Oceano com *húa bôca tao larga que tem quatro milhas de praya a praya como diz Plínio e nós o vemos*»².

Efectivamente, dando à milha o antigo sentido de mil passos duplos, romanos, ou mil metros, e não o actual sentido geométrico, de milha marítima, de 1850 m, bem claro o afirmou, a seu tempo, esse prestigioso Caio Plínius Secundus, notável historiador romano, autor de apreciados trabalhos literários, desde os 16 anos, sendo que, no auge da maior expansão cultural e militar latina, pelos seus 30 anos, acompanhava as hostes de cavalaria do Imperador Nero, servindo sob as ordens do general Lúcio Pompeo, quer na Germânia, quer na Espanha, aqui, no desempenho dum cargo que lhe permitia, e até exigia, directo conhecimento das terras e locais, o elevado cargo de «Procurator Caesaris», ou seja, Intendente do Imperador.

Sabe-se que este escritor Plínio, ainda aos 50 anos, detinha o posto militar de Comandante de Esquadrões, o que lhe proporcionava uma segurança de conhecimentos advinda da sua experiência, nos percursos das legiões, das audições dos vários oficiais subordinados, pelo que, regressado a Roma, pelos seus 60 anos, decorrendo o ano 80 da era cristã, pôde concluir a sua monumental *Historia Naturalii*, em 37 livros, na qual obra, no Livro IV, Capítulo XX, depois de ter descrito a Bélgica, seguidamente à descrição da Gália, após uma exacta concretização dos Pirenéus, começa a descrição da Espanha.

Pois, em face de tal obra consagrada, procurando dela evitar qualquer tradução portuguesa, mesmo a do emérito latinista Contador d'Argote, embora esta já a tal respeito, tenha vertido, correctamente: «O rio Minho que tem uma légua de largura na foz», para maior garantia dos leitores, pretendemos aqui reproduzir texto de extrema segurança mundial, que inserindo primeiramente o original latino e depois o francês no Cap. XX, Parágrafo 4.º, diz claro:

«Minus amnis IV M pass ore spatiosus.»

Ou seja, na versão da língua francesa, ao tempo tida de universal:

«Le fleuve Minius dont l'embauchure a 4.000 pas de large.»

(in *Histoire Naturelle*, de Pline — par M. E. Littré, membre de la Academie de Belles Lettres de Paris, Paris, 1835 — Legado à S.M.S. por Francisco Martins Sarmento. Cota: B. S. 2-6-33).

Aliás, esta consciente ou directa anotação corográfica, do cronista militar romano, na conceituada interpretação do académico parisiense, sobre a grandiosidade da desembocadura do nosso rio, ao despontar do cristianismo, acha-se plenamente confirmada pelos escritos que, dessa época, nos deixou a sumidade, nunca por ninguém posta em dúvida, de Cláudio Ptolomeo, o astrónomo, geógrafo e matemático grego, de fama mundial, como inventor da Trigonometria, cujo tratado «Almagesto» constituiu, durante mais de 14 séculos, a obra fundamental da ciência astronómica, e, o qual na sua preciosa *Geographie Huphegesis*, escrita pelos anos 150 a 160, mas a manter-se, até à Renascença, como o melhor tratado da descrição da Terra, o mesmo nos assegura, perante o que

a tal respeito se pode tirar duma bem categorizada versão italiana, ao dizer-nos:

«In questo (região asturiana que se descrevia) nasce il fiume Minio spaciozo de boca, al quale diete tal nome la terra per cui serpe abundantissima di minio.»

(in *Geographie Descriptione Universale dela Terra*, Cl. Tolomeo — Venetia, 1598. Cota: Reservados da B. N. de Lisboa, 2142-A).

São estes dois testemunhos, verdadeiramente indesmentíveis, quanto à majestosa desembocadura fluvial, ao tempo que decorreria até aos dois primeiros séculos da era cristã, mas poderá parecer pouco provável que a mesma magnitude se conservasse ainda no século dezassete, em que viveu o frade beneditino.

Contudo, ele Frei Leão de S. Tomás, ainda refere, escrevendo por 1630, essa excepcional boca espaçosa, tal como Plínio, com o testemunho pessoal, constante das palavras confirmativas «e nós vemos», isto é, a sair da pena e autoridade de quem, para elaboração da sua apreciadíssima obra, visitou, terra por terra, local por local, todos os sítios das implantações dos diversos conventos da Ordem de S. Bento, na região entre o Lima e o Minho, com minucioso descritivo acerca do Convento de S. Cristóvão de Fiães (Melgaço), do de S. Félix ou S. Fins, em Friestas (Valença), o de Ganfei (Valença), como os de Santa Maria de Valboa e de Santa Maria de Loivo (Vila Nova de Cerveira), o de Cabanas e o de S. Pedro da Torre (Viana do Castelo), sendo que não deixou de observar, no local, esta desembocadura extensíssima de cuja largura dá, por si, mera aproximação.

Com o rolar dos tempos, século por século, a diminuição da força das águas, quer devido a um acentuado recuo do Oceano, nas bordas de Cristelo e Moledo, quer pelo mingramento hídrico do curso fluvial, contribuindo também em grande escala o apertamento granítico, dos montes laterais a estorvarem, de ambos os lados, o livre romper, deu-se o entupimento da magnífica bacia, que desde a mais remota antiguidade sempre mereceu ser assinalada, por aqueles ditos geógrafos, matemáticos e geodéticos, primeiramente gregos e depois romanos, que sempre desejaram aproveitar a boca majestosa deste rio como essencial ponto de referência, nas medições das costas ocidentais, do continente da Europa, e, desde as primeiras determinações geográficas conhecidas, remontantes aos séculos IX e VIII a.C., ou seja há cerca de 3000 anos.

Bons séculos atrás de tais referências, mesmo milhares de anos, bem mais deslumbrante ainda devia ter sido a baía, mau grado, para

a sua prevalência, manter-se escoltada, pode dizer-se, cavada, nas bordas de altas elevações.

Essa primitiva alta grandiosidade deverá recuar ao período glácio-eustático, dos tempos inter-glaciares, do Pliocénico, de há 45 000 a 10 000 anos, devendo ter mantido esse mesmo majestoso aspecto, no período do Plistocénico, entre há 10 000 a 8 000 anos, depois do qual já começariam a produzir-se as transformações geológicas da Era Quaternária, ainda decorrente.

Como possível explicação da pronunciada diminuição da área, que, antes dos períodos glaciares, formaria a antiga bacia, nas causas do seu contínuo e gradual entupimento, muito embora não nos assista qualquer preparação geológica para o afirmar, terá de admitir-se, de conformidade com o constante de certos bons autores, na matéria, que a redução da desembocadura e sua profundidade, no danoso crescimento de suas bordas, por afloramentos rochosos, como depósito arenosos, na outrora livre profundidade, a invocação de fenómenos provindos, sim, das últimas fases inter-glaciares e post-glaciares.

Quando da fenomenal Glaciação de Wurm, uma portentosa acumulação de gelo, nas altas montanhas, que ladeiam todo o curso do rio, mesmo na parte final, fez paralisar as correntes do seu leito e dos seus afluentes, como as geleiras genéricas, por todas as elevações do continente; simultaneamente, deu-se um pronunciado abaixamento do nível das águas do mar, podendo ler-se, em alguns autores, que, na costa do norte da Península, o Oceano desceu 40 metros, abaixo do nível actual, pelo que os espaços vazios, na costa, na bacia fluvial, bem como por todo o vale, devido aos frios e ventos muito intensos, logo começaram a sofrer uma gradual mas intensamente corrupsiva erosão.

Tal glaciação originou, pois, a também chamada Regressão de Wurm, em que o retirado das águas marítimas, o mingramento, senão desaparecimento, das águas fluviais, abriu uma vastidão estéril, de nova superfície, a descoberto, antes ocupada pelo mar e leito do rio, nesta sua boca.

Mas, face à seguinte oscilação climatérica, quando um intenso aquecimento da crosta terrestre, fez derreter as geleiras sobre o mar e sobre o vale, as águas logo correram impetuosas, com grande força, tanto as do mar, como as engrossadas do curso fluvial, acontecendo que, nesta denominada Transgressão Flandrina, o largo estuário, que entretanto, nos terrenos do sopé das montanhas, mais se havia cavado, pela acção dos ventos, se recompôs, temporariamente, pelo menos, com igual ou ainda maior extensão que a da anterior bacia.

Encheu-se, então, esse larguíssimo espaço, num vasto lençol de água ou sobrantes de aluviões, conforme as marés, cheia ou vazante, sendo tal aspecto nos começos da última dezena de séculos antes de Cristo, o que a respeito deste local, anotaram nos seus escritos geodéticos, os primeiros geógrafos conhecidos, primeiro os gregos e depois os romanos, constituindo a, por eles referida, tão destacada boca espaçosa, que devia alargar-se por vários quilómetros, com razoável profundidade, não desde as planuras finais dos sopés, como agora, mas, desde o meio das encostas, das suas montanhas envolventes; ou seja, bordando pelo ocidente, desde meados dos declives dos altaneiros acidentes galegos do Tecla, do Terroso, do Santa Cristina e do Santa Madalena, como bordando pelo oriente, igualmente meias-encostas das actuais elevações portuguesas da Pena e Santo Antão (Cristelo), só terminando ao sopé do altaneiro monte do Castro do Boi, entre Moledo e Âncora.

Seria, numa recôndito abrigo, deste esplendoroso estuário, formado pela desembocadura simultânea do rio principal e do secundário Bénis (Coura), numa reentrância, aberta por este último, a nascente do morro granítico, que viria a chamar-se alto da Pena, étimo que, no linguajar antigo, do português arcaico, significava pedra ou rocha, o mesmo que penha, ou que penhasco, ou seja elevação com cimo pedregoso que se achava estabelecido um núcleo populacional galaico, e até pré-céltico, de pescadores e agricultores, dos férteis aluviões e vales interiores, entre Santo Antão e a Arga.

A época, sem ter crescido no leito do rio o grosso assoreamento, que lhes deu assento, não existiam nem aí uma inevitável fortaleza romana, nem a primitiva póvoa marítima da alta Idade-Média, elementar povoado de pescadores em plena ilha que só D. Afonso III amuralhou, ou muito menos a moderna vila, extra-muralhas, nem tinham tido formação as veigas arenosas de Cristelo e o Camarido, como duna saliente.

Pelo local do actual Camarido, topónimo que poderá derivar no seu radical «Cam», termo com esta pronúncia, que, tanto em grego como na linguagem celta tomava o sentido de sinusidade, curvatura, espécie de baía, achava-se aberta uma barra, profunda de ampla correnteia, com determinante inclinação, a sul, cuja margem rochosa e futura duna é que seria verbalmente «Cam». E, assim, sem existir a actual barra norte, porque o canal único, da desembocadura, se delimitava, do lado ocidental, precisamente pelos actuais rochedos da Ínsua, a constituírem o bico geológico de plena continuidade, com a falda leste do Tecla, enquanto o faceavam, a nascente, os ora recuados acidentes rochosos da Cabana, das Fragas, da encosta de Cristelo, como dos montes e penedos de Moledo e Âncora.

Camarido, será antiquíssimo topónimo, mas tomado como curvatura espraçada, estreita faixa arenosa, de S. Tiago de Cristelo.

Tal aspecto podia ter constado dos preciosos mapas de Ptolomeu e bem pena foi que nada da cartografia grega haja chegado à cultura geográfica peninsular, como esta costa galaico-portuguesa, em que poderia ter sido desenhada, não conste dos ricos mapas italianos do séc. XIII como a célebre *Carta Pisano*.

Não pode este pormenor costeiro ter suficiente distinção nas primeiras cartas de Espanha conhecidas, que são apenas do século XV, a elaborada por Esquivel, em 1478, por ordem de seu Rei e a de proveniência italiana *Carta Circa*, elaborada em 1482, por Cristóforo Seligo, ou mesmo nas cartas marroquinas, que porventura dessa época ainda possam existir, e que teriam, estas, servido a Bartolomeu Dias e a Vasco da Gama, todas aliás, somente a se acharem reservadas nas grandes bibliotecas europeias.

Essa boca, ainda muito ampla inflectida na margem sul, poderia porventura, ter constado da primeira carta portuguesa conhecida, que já é do florescente período em que entravam, neste porto, grandes naus vindas da Flandres e da Inglaterra, a elaborada em 1501 por Pedro Reinell, mas seu desenhado aspecto por aí já não existir, não é susceptível de consulta na Biblioteca Nacional.

A carta de imediata antiguidade é de Jorge Reinell, esta já existente na Colecção Cartográfica da Biblioteca Nacional, mas suas reproduções neste ponto do litoral são tão diminutas que nelas nada de útil se consegue observar a tal respeito sob lupa.

E é por tudo isto que no melhor aproveitamento possível sobre o que devia ainda ter sido uma diferente e bem mais vasta panorâmica da barra do rio Minho muito mais arrumada a sul, presentemente, só podemos recorrer primeiramente ao mais antigo mapa português, que existe impresso, o qual desta boca dá aspecto bem original, embora pouco nítido, por carregado ensombramento das tintas, o mapa de Álvaro Secco de 1560 (a figurar adiante, Cap. I, p. 34).

De seguida, com aspectos, a seu modo, segundo as ideias assumidas por eles, dois autores, mostra-se a barra, com grandes diferenças para a actual, entremeada por mais que uma ínsula, que embora acidentes de assoreamento, na sua intrínseca formação, devem resultar dos sobreviventes penedios do sopé montanhoso da margem norte, isto, em qualquer temos as duas cartas portuguesas, mais antigas, a saber, a de Nicolau Sanson, de 1654 e a de Ch. Allard, de 1696, ambas cuidadosamente conservadas na Secção Cartográfica, da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Mas, o aspecto com muito maior detalhe, o que não admira, por se tratar duma carta meramente provincial, colhe-se da preciosíssima carta galega, a que por sorte, devido a sermos fiel leitor do respectivo Boletim Cultural, tivemos a felicidade de ter acesso, devida a esmerada e penhorada atenção de D. José Carlos Valle Pérez, distinto Director-Adjunto do Museu de Pontevedra, o Mapa do Reino de Galícia, maravilhosamente desenhado por Frey Fernando Oxea, pelos fins do século XVI, rica pertença do excelente Museu de Pontevedra, do qual se reproduzem as partes que melhor podem elucidar os destroços conquistados pelo mar, relativamente à actual península do Tecla, a bem poder ter sido, há milénios, essa mera ilha, a que adiante melhor nos referimos, como aconteceu a outras agora penínsulas, da costa galega, exemplo Grove, outrora ilha, como o mapa assinala.

Só que na continuação de desenvolvimento ou, pelo menos, gradual consequência das atrás referidas Regressão e Transgressão Glaciárias, esta, sem o poder daquela, com os estragos erosivos que lhes continuaram, com as penedias a aflorarem de ambas as margens, principalmente na sul, a acumularem as areias marítimas e os depósitos dos detritos fluviais, a barra, outrora funda e limpa, foi-se obstruindo e solidificado a leste, originando-se daí a formação do assento arenoso da vila de Caminha, dentro e fora muralhas, como de toda a margem abaixo dos morros do Sinal e Santo António, assim como o areal à borda do monte de S. Tiago de Cristelo, no local que se denomina Camarido, que constituiria a primeira praia de Caminha asturiana, nos começos da Idade Média, para onde se iria pela famosa *rua do Cabo* vinda, desde Vilarelho, pela encosta do promontório.

Só muito lentamente o canal magnífico, do qual o próprio nome da encosta, atrás do actual Pinhal, significa ter tido, como acepção do termo, lado marginal da *sinusidade*, se foi estreitando, perante o desenvolvimento de obstrutivas dunas, umas, em meras ilhotas, que os referidos mapas antigos mencionam, outras encostadas ao aí saliente promontório denominado do *Cabo*.

Apesar da Bibliografia Geográfica Nacional ser rica em estudos sobre a formação da costa marítima, mesmo quanto aos seus perfis nortenhos, e tenha produzido recentes trabalhos, sobre a formação das dunas da costa litoral da província do Minho, a verdade é que, desconcertantemente, nenhum trabalho assinala a idade ou seja o começo da formação da principal duna e plantação do pinhal.

Ora, muito embora uma continuada tradição venha a atribuir a plantação do pinhal, aqui em referência, ao mesmo monarca promotor

da plantação do Pinhal de Leiria, o certo é que não se conhece documento algum da Chancelaria de D. Dinis que isso comprove, nem este pinhal aparece referido, contrariamente ao que se vem dizendo, na Carta Magna da constituição do concelho de Caminha, ou Foral Velho, efectivamente dado por D. Dinis, em 24 de Julho de 1284; parecendo que, se já existisse, teria o Foral que conter cláusulas quanto ao destino das madeiras aí criadas, sobretudo quanto aos aproveitamentos das lenhas secas.

Assim, dada a lentidão com que esse depósito junto às rochas, então bem mais recuadas, de Cristelo, se foi formando, segundo omissão a seu respeito nos documentos históricos, tal duna costeira não existiria quando a uma ilha local acostaram as naus ou barcas da então soberana-viúva rainha D. Teresa, nas suas lutas com sua irmã a rainha D. Urraca de Castela. Também dada a largura ainda muito ampla que a boca do rio toma aspecto nos ditos mapas já dos séculos XVI e XVII, e que estes ainda mal denunciavam, a primitiva duna do Cabedelo, a só poder corresponder às actuais veigas de Cristelo, tudo indica, importa destacar isso, em proveito da fundura da barra, que o pinhal deste lugar, não tenha nascido tão cedo, como se vem dizendo, e, no mínimo só por finais do reinado de D. Fernando, ao ter dado Senhorio de Caminha pela primeira vez a quem melhor podia desenvolver a terra. Contudo, há a maior probabilidade de ter sido criado o Pinhal somente por meados da segunda dinastia, e de todo o modo, por iniciativa dos Senhores Donatários e não por fundação real, como a sua nacionalizada integração na Casa do Infantado o denota.

Ainda não devia existir o Pinhal ao tempo da segunda doação da vila por D. João I, mesmo porque foi curta aquela primeira, a favor de D. Álvaro Pires de Castro da família de D. Inês de Castro.

Implicando notável investimento e permanentes despesas de conservação é bem natural que só tenha sido criado pela grande fortuna da Casa Sotomayor, depois que D. Afonso V fez primeiro Conde de Caminha a D. Pedro Madruga ou Pedro Alvarez de Sotomayor, Visconde de Tui, Senhor de Vigo, de Bayona e de Sotto-Mayor de Fornelos, como de muitas outras próximas comarcas de além-rio, poderosíssimo fidalgo galego, casado com uma portuguesa, e, isso, porque ele dava boas tropas ao nosso monarca nas suas guerras pelo trono de Castela.

Certa lápide mandada fazer por seus continuadores prova D. Pedro Alvarez de Sotto-Mayor e sua esposa D. Teresa de Távora, terem tido Palácio, na vila de Caminha em 1476, junto da Torre da Piedade.

Por sua morte em 1486, nem todos os seus bens sucederam no seu filho, D. Álvaro Sotomayor, aliás com lastimosas queixas sofridas perante o então nosso monarca, que o prendeu, com risco de ser morto por traição, não se sabendo, ao certo, se continuou ou não na posse do

Condado de Caminha, como tal, embora conste que outros seus descendentes vieram a usar simplesmente o título de Alcaldes-mores da vila. O certo é que pouco adiante o Condado é restabelecido noutra família.

Juntamente com o Condado de Valença, durante os últimos reinados da segunda dinastia, diz-se que por D. João III, o Condado de Caminha é atribuído à Casa de Vila Real, a segunda mais poderosas do Reino, de seguida à Casa de Bragança, como ao primogénito desta família, por Filipe IV, é dado o título de Duque de Caminha, devendo ter sido estes senhores, Marquês de Vila Real e Duque de Caminha, que verdadeiramente incentivaram o desenvolvimento do Pinhal do Camarido, embora na possível vastidão dessa época, longe de atingir a que viria a alcançar no século XIX, de mais de 2 km², logo de começo muito mais como obra de rendimento do que por medida de defesa das areias marítimas.

Só que, em seguimento, acusados de conspiração contra a pessoa real, ao serem supliciados, em cadafalso, a ambos os últimos titulares da Casa, D. Luís de Menezes, Marquês de Vila Real e R. Miguel de Menezes, Duque de Caminha, foram inteiramente confiscados os bens, tendo então a *Mata do Camarido de Caminha*, do património do segundo, por apropriação real, revertido para a *Casa do Infantado*, instituição que apenas pouco tempo antes havia criado D. João IV, como garantia de subsistência dos filhos segundos, os Infantes, em paralelo com a Casa de Bragança, em favor dos Príncipes.

Embora no vulgo a chamar-se *Mata do Camarido* ou *Mata do Camarido de Caminha*, isto somente, devido ao local paroquial em que se estendia, durante mais de três séculos, somente pode ter a denominação legal de Mata do Infantado, sendo já com tal nome que figura nas Memórias Paroquiais, referentes aos assuntos da freguesia de Cristelo, segundo notícia do respectivo pároco, de 1758, na qual se diz existir à margem das veigas uma grande Coutada do Sereníssimo Infante, formada por pinheiros, sobreiros e camarinheiras.

Seguramente, que nessa altura ainda a sua extensão não atingiria as dezenas de hectares, dado que um Manuscrito de 25 folhas, que por 1722 igualmente fora remetido manuscrito ao P.^o Luís Cardoso, para organização do seu *Dicionário Geográfico* denominado «Acerca dos valores da Vila de Caminha», todo elaborado em notícias fornecidas pelo P.^o Gonçalo Rocha de Moraes, ainda consigna a fls. 6, que a Vila ainda tem uma das melhores barras do Reino de Portugal e um Cabedelo capaz de dar abrigo a muitos navios.

Pelo menos até meados do século XVI, a angulosa mancha dunar, ainda não obstruía a liberdade da barra aos grandes navios de cabotagem, vindos da Inglaterra, da Holanda e França, pois isso o demonstra os tão intensos, vultosos e ricos despachos constantes dos Livros de Sisa da Alfândega de Caminha, anos de 1519 e 1527, que valiosa e elucidativamente a *Caminiana* publicou no seu n.º 13 (1986).

Também não menciona este Pinhal do Camarido o «Foral Novo», de D. Manuel, outorgado em 1512 — antes diz não haver na vila nem no seu termo qualquer Coutada Real — o que parece se observaria se o Pinhal, em causa, andasse na Coroa, desde o seu apontado criador D. Dinis.

Propriamente a ter a natureza de bem da Fazenda, só veio a possuí-la com o decreto punitivo de D. Pedro IV, quando, para tentar desfazer o património do filho segundo, seu irmão D. Miguel, ele Rei do Liberalismo, em 1834 extinguiu a Casa do Infantado e integrou os seus bens na Fazenda Real e começou a ser aproveitado pela Administração das Matas do Reino.

Certo que mesmo durante boa parte do último século ainda o porto conseguiu manter-se, com embarques e desembarques, em médios senão normais navios, patachos e chalupas de carga e passageiros, de rotas transatlânticas, num constante comércio com os países do norte da Europa, da América do Norte, da América do Sul, principalmente Brasil, e com permutas de géneros e animais de Angola; contudo, pior que o aperto dos rochedos marginais, da ponta final do curso, a implantação do pinhal, na duna do Cabedelo, a solidificá-la, irremediavelmente, — como criação senhorial, a parecer muito mais iniciativa de rendimento, alheia a qualquer desígnio real, na defesa dos campos dos moradores paroquiais — constituiu, por si, o mais danoso e irremovível obstáculo à antiga e futura liberdade, de entrada no rio, da parte de navios de médio calado, face à progressiva penetração da duna na barra.

Bem melhor sorte, livre de quaisquer esporões rochosos e de dunas arborizadas, veio a ter a desembocadura do seu contraposto rio fronteiro, do extremo sudeste do país, o tão formoso antigo Ana, na designação árabe, que embora também já tenha tido uma boca bem mais larga, mantendo, actualmente, comparativamente ao rio Minho, a mesma largura, devido à força das águas marítimas e fluviais, com boa entrada das marés e fácil corrente do curso, mantém uma profundidade invejável, no seu leito caudaloso, com nítida demarcação deste dos sobreviventes aluviões do seu outrora também larguíssimo estuário. Mas, contrariamente às do rio Minho, suas margens desocupadas, a constituírem hoje terrenos drenados e secos, a permitirem muito rendosas culturas de arroz, de cevada e mesmo de trigo.

Aí, no Guadiana, a velocidade das águas, quer na enchente quer na vasante, permitiu que as bordas agrícolas se mantivessem absolutamente incólumes, ao estrago da sobreposição de areias, assim como o canal central manter excelentes condições de navegabilidade, proporcionando para travessia do rio, como fronteira internacional, dum permanente horário de trânsito, por parte de vários «ferry-boats», de cada um dos países, a transportarem a todas as marés, numa só viagem, centenas de passageiros, simultaneamente com dezenas de pesados veículos automóveis.

Mas não parece, aqui no rio Minho, consolidar as margens do seu troço final, drenando-lhes possíveis inundações, como, sobremodo, dragar toda a ponta do Cabedelo, para fora da praia da Foz do Minho, assim como desta à praia de Moledo, dragar todas as excrescências arenosas, extra-Camarido, em favor dum emparedamento lateral do Pinhal, constituir obra que possa ser tarefa e despesa inoportáveis, na consolidação duma estrada marginal, tal como aconteceu sob o animoso impulso do Dr. Dantas Carneiro, na Avenida Marginal de Caminha, que tem o seu nome, hoje, a conter edificações magníficas sobre areias retiradas do rio.

De todo o modo, ainda nos começos do século XVIII, é o tão festejado membro fundador da Real Academia de História, na sua esgotante, vasta e magnífica obra, sobre a grandiosidade da diocese bracarense, D. Jerónimo Contador d'Argote, quem sobre o valor demarcativo-geográfico e riqueza económica do grande rio galaico-português e sua desembocadura, nos transmite passagens, que, no perigo de se descolorem, aqui se transcrevem integralmente:

«Depois do rio Lima se via na maior antiguidade o rio MINIO hoje MINHO. Appiano citado por Casaubano nas notas ao Terceiro Livro chama a este rio Nímius, mas bem se vê que é vício dos Códices e que deve ser MINIOS segundo a terminação dos gregos em cujo idioma escreveu Appiano.

Pelo menos Plínio, no Livro Quarto, Capítulo Vinte e Um, Orósio no Livro Sexto, Capítulo Vinte, Idácio em diversos lugares do seu CRONICON, Pompónio Mella, no Capítulo Primeiro do Livro Terceiro, e dos gregos Estrabão, assim o referem, mas outros dizem que no original grego também se chamava BENIS.

Este Estrabão escreveu no Livro Terceiro que ERA O MAIOR RIO DA LUSITÂNIA e que nascia entre os Cantabros.

E na mesma parte — livro terceiro páginas 152 — diz que o Tejo servia do lado austral da Lusitânia.

De sorte que segundo a divisão primitiva da Espanha era a Lusitânia aquele grande espaço do país que corre desde o Cabo da Roca até ao de Finis Terra e neste espaço o rio que há maior sem dúvida

alguma é o Minho porque posto que seja menor que o Tejo, este na dita demarcação não era reputado como rio próprio e particular da Lusitânia, mas como rio comum da Província Lusitânia e da Província Céltica, porém o Minho cortava por entre a Lusitânia, era próprio dela e todo lusitano.

O Douro era menor que o Minho porque, ainda que este o não igualasse na profundidade e abundância de água, vencia-o na largura e quando se trata da grandeza dum rio mais nos reputamos pela largura que vemos do que pela profundidade que não vemos.

Com o que não terão razão os críticos em caluniar Estrabão por dizer que o Minho era o maior rio da Lusitânia»³.

Entre muitos dos grandes escritores do século XIX, que tão elogiosamente realçaram, quer a sua beleza, quer a sua enorme importância geográfica, desde Ramalho Ortigão a Júlio Brandão, expõe, deste modo, D. António Costa, o privilegiado estuário:

«Entre Vila Nova de Cerveira e Caminha o rio se transforma numa tamanha magnificência que é necessário, ó Lima que tu valhas muito para que a palma disputada não seja entregue, sem hesitação ao teu poderoso rival»⁴.

Mas é uma das maiores autoridades histórico-geográficas do presente século, numa das suas obras tão mundialmente difundidas, o Prof. Adolf Schulten, que, ao ocupar-se das primeiras navegações conhecidas, como tendo decorrido na costa ocidental da Península nos diz:

«O noroeste da costa peninsular rico em ouro e estanho foi já visitado, antes do ano 2500 a.C., pelos descobridores de ouro do Oriente, como se deduz dos trabalhos de minérios da época.

Encontravam aqui ouro que buscavam e fundiam junto com o mineral de estanho o qual descobriram ocasionalmente e com ele produziam o Bronze.

Ainda que temos só testemunhos da época romana, acerca de 10 ilhas de estanho exploradas pelos mercadores de Gades, nas ilhas de Arosa, Pontevedra e Vigo, devemos supor que a exploração se realizou muito anteriormente, porque o seu estanho foi conhecido desde tempo muito antigo, mais que o da Bretanha e Inglaterra.

Acha-se hoje averiguado que se fundaram tanto na costa norte como na de oeste da Península alguns empórios de navegantes e comerciantes estrangeiros, como os que encontramos, com mais frequência, nas costas leste e sul. A pequena cidade provida de fortaleza a encabeçar o monte do actual termo de La Guardia, na desembocadura do Minho, parece ser fundada por comerciantes orientais, que ali buscaram ouro e estanho.

Pela semelhança da sua muralha com a muralha mais antiga de Tarragona a dataríamos no século VI a.C.

Também o estuário do Minho foi, outrora, ainda mais grandioso e o seu leito muito mais profundo, porque Estrabão (65 a.C. — 20 d.C.), admite a possibilidade de ser subido por embarcações 800 estádios (150 km), o que importa que teria sido navegável até Chatanda, enquanto actualmente (1959), só pequenas embarcações chegam a Riba d'Ávia, ao sul de Orense, percorridos 100 quilómetros.

Parece certo que o princípio do estuário estava situado na cidade de Tui, que dista 160 estádios ou 30 quilómetros do mar»⁵.

Nunca, porém, podiam deixar de também serem incluídas neste intróito, sobre a ancestral grandiosidade deste estuário, até porque de todas, são, cientificamente as mais exímias, valendo, por si, pelo menos tanto como o somatório das restantes, as valiosíssimas referências que, a tal respeito, faz o sábio alemão Herman Lautensach, que cuidadosa e profundamente o estudou, entre 1927 e 1931, na sua zona final de 75 km, desde Riba d'Ávia, à foz, investigando-o detidamente, nos três terraços do seu leito, inferior, médio e superior, de ambos os lados.

Principia ele por determinar que todo este troço do Vale do Minho assenta sobre uma base de granito batólico, entrecortada por vezes de xisto cristalino.

Lembra que, por ocasião da construção da ponte internacional entre Valença e Tui, se verificou que o leito rochoso do rio se encontrava a uma profundidade bastante maior que os fundamentos dos pilares da ponte, apesar destes penetrarem do lado espanhol até 21,95 metros, abaixo do leito efectivo.

Como em Valença, o nível de água mais baixo só está acima do zero hidrográfico, deve o leito rochoso do rio — diz — encontrar-se mais abaixo do nível do mar.

A força das águas produziram no vale do Minho, como noutros rios portugueses, uma erosão até uma profundidade considerável, para com os anos vir a ser preenchida, até à altura actual, com os terraços médio e superior, por uma massa de calhaus encrustados em saibro, duma coesão tão elevada que parece aglomerado.

A massa conglomerizante é de argila ou barro, endurecido, dentro da qual se encontram calhaus rodados, de vários tamanhos, que vão do ovo de pomba ao de cabeça de homem. A consistência desta massa petrificante é mesmo tão grande que as cavernas deixadas pelos calhaus extraídos se não fecham por si só.

Esta tessitura demonstra que os sedimentos dos dois terraços superiores são o resultante de processo de sedimentação propriamente ditos.

Em ambos estes terraços, médio e superior, há apenas calhaus quartzicos e a espessura dos terraços oscila entre decímetros e 20 metros.

No que respeita às relações com as oscilações eustáticas — diz — os achados feitos, no terraço superior, por autorizados geólogos, provam que este não data do policénio, mas antes da época quaternária, assim, os processos construtivos dos três terraços tiveram lugar na época glaciária.

São as principais considerações geológicas do seu excepcional estudo *Os Terraços do Minho e as suas Relações com os Problemas da Época Glaciária* ⁶.

Noutro posterior seu estudo, este mesmo geólogo, também o autor da excelente *Bibliografia Geográfica de Portugal*, de longe, a melhor senão única, compilação de obras de matérias geográficas, com mais de 2 347 fichas, alargando agora atenções a outros terraços interglaciários, por todos os outros rios do Norte de Portugal, sempre salientando, dum modo especial, constituição e actividade geológicas, aparecem, no tocante à desembocadura em questão, as seguintes passagens, desta vez, com tradução integral apresentada:

A primeira breve descrição dos terraços do Minho que figura na bibliografia foi feita há 30 anos por E. Scheu, mas já em 1900 P. Chaffat mencionara os depósitos em questão. O resultado das minhas investigações está exposto na gravura junta que contém um mapa geológico-morfológico do troço internacional do vale do Minho, um corte transversal e um perfil longitudinal dos terraços. Todo o troço do vale do Minho em questão está encaixado em granitos batolíticos que cedem lugar aqui e ali a faixas de xistos cristalinos. O vale alarga-se depois do ribeiro de Louro, em solo galego, como desde Valença e Tui se estende para o sul numa larga enseada entre os montes de Faro e de São Paio.

Neste trecho os solos distinguem-se, como nitidamente os terraços conforme as culturas que ostentam sendo que os médio e inferior chegam a ter campos de milho, vinhas e prados. Já para o lado da foz encontram-se neste mesmo terraço inferior, bosques de carvalhos, amieiros, choupos e freixos. Para baixo de Vila Nova de Cerveira o terraço reúne-se com as formações recentes de aluviões (marinhas) e nestes crescem plantas halófilas e bosques de tamariscos.

Nas proximidades da foz o rio alarga-se até 1300 metros e inclui ilhas aluviais das quais as maiores são as ilhas Canosa e Boega.

A foz pouco profunda é actualmente reduzida a uma largura de 400 metros, apertada ao norte pelo ressalto granítico de Santa Tecla e a sul pelas dunas de Caminha a Moledo.

Diante da foz nota-se quase permanentemente uma forte ressaca que, porém, não entra no leito do rio.

.....
Pelo perfil longitudinal dos terraços do rio Minho se vê que o terraço superior começa no litoral e através da portela de La Guardia.

Como esta é relativamente estreita, suponho que nos tempos de formação do terraço superior um braço do Minho desembocava aqui.

O braço principal devia já então desembocar juntamente com o rio Coura ao sul do Monte de Santa Tecla.

Portanto, o Monte de Santa Tecla, todo ele, ao tempo da formação do terraço superior, provavelmente era uma ilha, na foz do rio.

Na verdade, verifiquei a existência dum último resto, do tempo do terraço superior, no colo de La Guardia, à altitude duns bons 45 metros, onde aparecem espalhados pelos campos típicos seixos de quartzito.

Como outros vales dos rios portugueses, o vale do Minho, foi, portanto, erodido até uma grande profundidade e depois assoreado.

E que o assoreamento foi efectuado, exclusivamente, pelo material do terraço inferior mostra-o o facto de aparecerem no limite do terraço inferior e terraço médio, em muitos sítios, o granito e o gneisse do substracto. (Ver o perfil na gravura que esta matéria ilustra) ⁷

Ambos os dois professores germânicos, que acabam de ser apontados, vultos científicos de primeira água, na primeira metade deste século, por si eminentes geógrafos, inculcam, como se vê, uma enorme importância à desembocadura deste rio, sendo que este último, prestigioso antigo Director do Instituto Superior Geográfico de Gotha, na Alemanha Oriental, capricha em honrá-la com o valiosíssimo estudo de fenómenos geológicos glaciares, recuados até à época terciária, na tese escolhida, em contribuição geográfica do maior nível, para ser patenteada em 1940, no Congresso do Mundo Português.

Aquele, Adolf Schulten, catedrático das universidades de Erlangem e de Munich, escrevendo nos seus variados livros, que adiante serão mencionados, ele, justamente considerado o maior iberólogo dos nossos tempos, não se furta a salientar, ao referir-se aos rios mais antigos e célebres da Península, que nunca faltaram em referirem-no, numa essencial demarcação geográfica, nas épocas em que as bocas dos importantes rios eram as precisas e indispensáveis cotas de referência, os maiores Mestres Geógrafos Gregos, da maior antiguidade, quer Políbio (que toma como excelente topógrafo), quer Artemídoro (que considera o mais matemático dos cosmógrafos), quer Posidónio (este o mais descritivo e minucioso geógrafo), para também salientarem que o rio Minho era extraordinariamente apreciado pela riqueza das suas areias auríferas, já vindas aliás, do seu afluente rio Sil.

Seu áureo esplendor é aliás, ainda nos nossos dias, bem destacado como no seu estudo *Oro en España*, por ter constituído dos melhores

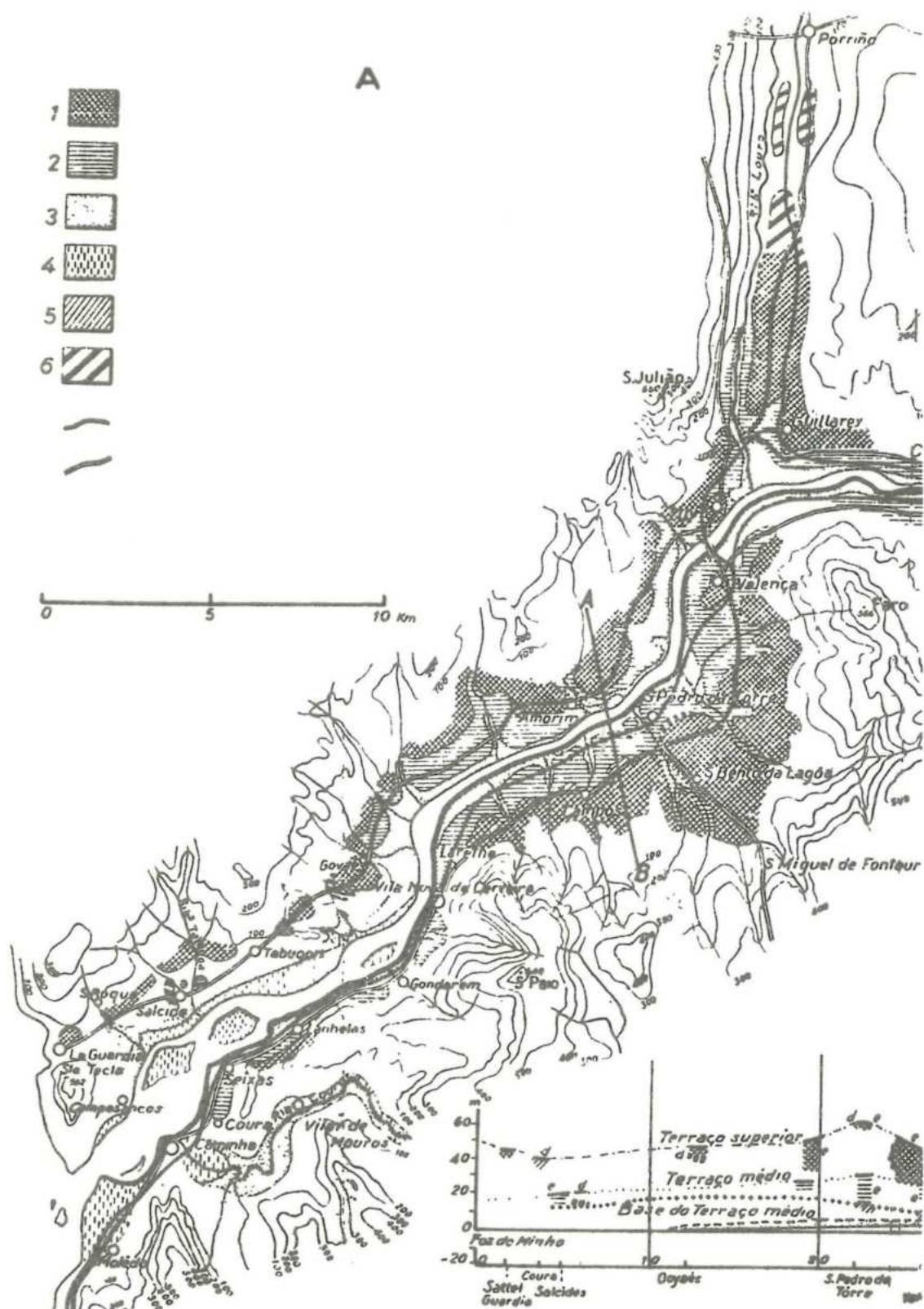
meios de recolha do rico metal, pelo grande historiador vizinho Gomez-Moreno, quando nos diz:

«Imensos aluviões auríferos afluíam por toda a bacia do rio Sil e outros pouco menos amplos eram arrastados pelo rio Minho e pelos afluentes do Douro e do Tejo. Foram explorados na antiguidade e ainda hoje não são estéreis.»

(*Archivo Español de Arqueologia*, n.º 45, Madrid, 1941).

Constituem estes dados, apenas alguns testemunhos, a provirem, sem dúvida, de personalidades bem categorizadas, de enorme importância histórico-geográfica, pelo menos com particular incidência demarcativa, na antiga Lusitânia e sua separada Galécia, mas, isto, sem se esquecer o imenso realce que lhe infunde o ter sido objecto de apreciação, por parte daquele atrás citado Isidoro Cartaginense, personalidade verdadeiramente soberana e ímpar, dos primeiros tempos cristãos, post-romanos, que não pode deixar de ser identificado com o excelso Santo Isidoro de Sevilha, efectivamente nascido em Nova Cartago (Cartagena), fecundo tratadista sacro, como sublime expoente da cultura hispânico-visigoda, na história profana.

É que ele, depois Bispo e Patrono de Sevilha, sendo autor da maior obra histórica dessa época, a sua *Historia De Regibus Gottorum, Wandalorum et Suevorum*, também o foi das *Ethimologiæ*, em que, corroborando tradição romana, apresenta boa justificação, como oportunamente apontaremos, para a mais natural etimologia do nome deste rio, o maior e mais belo das duas províncias setentrionais dos dois países ibéricos, que amorosamente separa.



Mapa dos Terraços do Rio Minho segundo os perfis estudados pelo eminente Prof. Hermann Lautensach no seu trabalho «Formação dos Terraços Interglaciares do Norte de Portugal», Sociedade de Geologia de Portugal, 1945, mostrando na desembocadura do Minho tanto a sua imensa amplitude como as ínsuas e pontas marginais que a apertam no esteiro final.

Na ponta Norte figura a Montanha do Tecla que até aos tempos pós-glaciares separada da massa continental por um braço de rio que partido de Salcídios até às praias a norte de La Guardia, isolaria esta Montanha, como verdadeira Ilha Marítima.

Na ponta Sul figura a contra-costa, depositada duna, constituindo o Cabedelo e Camarido que manifestamente vieram a obstruir a grandiosidade da antiga boca principal do rio cuja face sul somente despedia o esteiro nos rochedos de Moledo.

CAPÍTULO I

PRIMEIRAS REFERÊNCIAS, NA LITERATURA HISTÓRICA, À BARRA DO PRIMEIRO GRANDE RIO IBÉRICO, PROVINDAS DO POEMA DA «ORÆ MARITIMÆ», DE RUFUS FESTUS AVIENUS, INDICATIVAS DA SUA PROVÁVEL MAIS RECUADA CONSTITUIÇÃO TOPOGRÁFICA E DOS MAIS ANTIGOS POVOS QUE A TERIAM HABITADO

1. O ROTEIRO BÁSICO DE BONS SÉCULOS ANTES DO POETA ROMANO

Natural de Volsini, na Etrúria, ao tempo uma das províncias do império romano, na actual península italiana, mas de sua permanência habitual em Roma, donde partia por certos períodos para o desempenho de pró-consulados, na Ásia e na Bética, o insigne Rufo Fausto Avieno, aí floresceu, na segunda metade do século IV, depois de Cristo, o qual pelo aproveitamento, que, com toda a evidência, fez de escritos estrangeiros precedentes, que leu e examinou, mas se perderam, é, sem nenhuma dúvida, o primeiro transmissor dos primeiros dados conhecidos, sobre a descrição das terras da Europa Ocidental, e em especial das regiões marítimas.

E a respeito deste seu papel, na literatura clássica, diz-nos Adolf Schulten, achar-se tal autor, mais inclinado, que qualquer outro, a tais descrições geográficas, aproveitando-se de bons conhecimentos das navegações marítimas, vindas da maior antiguidade, isso por causa da sua origem etrusca, povo de mentalidade obtusa, muito dado ao afã das coisas mais misteriosas.

É também este ilustre investigador alemão, quem nos assegura que, afinal, este poema «*Oræ Maritimæ*», se limitou, quanto à descrição das costas ibéricas, a refundir, em verso, os textos gregos provenientes duma personalidade grega, de imensa autoridade, em que a procedência jónica se infere do particular interesse, com que trata das coisas respeitantes aos massaliotas, em especial quanto aos mercados que frequentavam. Um determinado autor massaliota, teria, pelo ano 520 a.C., escrito um *Périplo*, isto é, uma descrição das costas, resultante da navegação que as bordejou, que seria a primeira geografia, provinda das primárias navegações jónicas.

Se desse roteiro uns, os navegantes, vieram apenas a aproveitar os portos, os ventos e as marés; outros, os geógrafos e historiadores, retiraram preciosos dados sobre os povos e as nações.

Entre estes últimos — diz — conta-se Avieno, que para além das coisas de utilidade para os marinheiros, indica muitas mais coisas importantes, como os domicílios anteriores dos povos habitantes da Península, como o caso da referência à expulsão dos Lígures, pelos Celtas, e a dos Celtas pelos Iberos, sendo principal intuito o descrever as costas, os cursos de água, como acontece com os rios Tartesso e Rodano, até às suas origens, e todas as suas tribos adjacentes, como muito variadas tribos em toda a península ibérica.

E sendo que, o poema romano, assenta num escrito dum grego-massaliota, o mais antigo, entre todos os geógrafos gregos, já que é anterior a Hecáteo, sendo ao mesmo tempo esse remotíssimo roteiro, um dos primeiros escritos gregos em prosa.

Espantosamente, acontece que, o nome desse tão valioso autor nunca o referiu Avieno, seja porque o ignorasse, seja porque não quisesse mencioná-lo.

Não poderá com certa propriedade perguntar-se — escreve Schulten, — se não teria sido aquele Euritémenes que foi a Massala e que descrevendo o oceano ocidental viveu precisamente no século VI a.C.?

Tal verdadeiro *Périplo-Básico*, parece também ter sido muito utilizado por Éforo e Píteas, e é muito semelhante ao roteiro que utilizou Hecáteo, — diz — contendo, todavia, este, lendas gregas e coisas fabulosas, a que aquele é inteiramente estranho.

Contudo, diferencia-se bem, na sua pureza, porque nada denuncia nele ter sido colhido de outros livros, antes ser fruto de observação directa, nas descrições vivas, provindas de imagens colhidas pelos próprios olhos, nas costas já rochosas, já arenosas, cabos, ilhas marinhas, etc.

De resto, essa essencial estrutura, conjuga-se com o aludido por alguns autores, de que o poeta só havia navegado até Tartessos, ou no máximo até ao golfo do Tejo, término das navegações mais frequentes, dos massaliotas, porque se levanta a particularidade realista ao poema começar a descrição da costa no Cabo de Oestrimnis (Bretanha), numa segura evidência duma observação pessoal, de quem traça o roteiro, de cima para baixo, e isto, sem fazer a descrição de Massalla ao Oceano, senão vice-versa, do Oceano para Massalla, o que se explica pela condição do navegante assim poder precisar melhor a costa, na volta do que na ida.

Há quem sustente — remata Schulten —, embora outros os tenham feito subir bem mais para cima, na costa ocidental da Europa, que afinal os fenícios, embora tenham sido os primeiros a ultrapassar o estreito, do mar interior, se limitaram a explorações a sul e leste da península hispânica, havendo sido somente os focenses os primeiros navegadores a conhecerem a península no seu todo.

Mas, mesmo que seja muito improvável esses fenícios ou outros povos do médio oriente, como os caldeus, não tenham antes demandado, com as suas muito primitivas naves, as costas ocidentais do oceano, nada tira que, efectivamente, esses tão citados massaliotas, os seus primeiros exploradores científicos, e, provavelmente, trazendo a bordo esse mestre-cronista, Euritémenes, que teria redigido o primeiro roteiro original, que, posto em verso por Avieno, tem sido ponto de partida dos estudos geográficos da antiga costa hispânica.

É que todos os geógrafos seguintes, bem pouco se precisaram nos acidentes da costa, nem mesmo com quaisquer outros aspectos da natureza, pois tanto Hecáteo, Heródoto, Éforo, Tímoto, Políbio e Estrabão, atenderam principalmente às descrições das cidades e das tribos e seus costumes.

2. INTERPOLAÇÕES SUCESSIVAS, NOS TEXTOS ANTIGOS

O maior prejuízo, na incomparável valia deste Périplo primitivo, analisa pouco adiante o mesmo alto investigador Adolf Schulten, foi que não pode chegar-nos, como se desejaria, na sua inteira fidelidade.

Supõe-se que o próprio épico seu aproveitador, nem mesmo ele chegou a ler directamente o roteiro massaliota, pois não corresponde à sua mentalidade o escrúpulo de se garantir numa utilização fiel, antes se limitou a traduzir para latim, pôr em versos de epopeia, o que outros

escritores gregos, seguintes ao primitivo redactor — como Éscimno, que compôs um périplo idêntico, no século I a.C. —, assim mais próximo dos seus dias, a que ele, Avieno, teria ido beber todo o descritivo do roteiro marítimo dos jónios.

O certo é que, tanto este Éscimno, como Dionísio, este vivendo na sua mesma época, com ligeira anterioridade, produziram, em verso, textos históricos, para uso das Escolas, porque foi reconhecido que as crianças os retinham mais facilmente que as crónicas em prosa, e assim, tanto a estes, como mesmo ao grande Mestre grego Éforo, por ele próprio ter feito uma viagem marítima, da qual refere ter experimentado temerosos perigos, nas explorações oceânicas, se podem atribuir muitas das interpolações sofridas. Embora a maior parte das interpolações, no roteiro inicial, hajam portanto sido introduzidas, pelo Mestre Éforo, e seus seguidores, como na Grécia Heródoto, ou Tucides, também, nos

textos desses, houve novas interpolações, feitas por autores romanos, além de que o principal aproveitador, Avieno, — frisa claro ele, Mestre Schulten, — também fez novas interpolações, sendo suas pelo menos três: 1.^a a do Golfo Atlântico (est. 80-88); 2.^a a de Tartessos como país da Líbia (est. 331-332); 3.^a a da passagem do Hemilcon.

Em resumo, — sintetiza o douto investigador de Erlangen e de Munique, — numa duração de transmissão literária, que no campo da história antiga abrange 900 anos (500 a.C. a 400 d.C.), o périplo marselhês, redigido em prosa, por alturas de 500 a.C., foi posto em versos trimetros, por autores gregos até ao ano 100 a.C.

Um último mestre-grego introduziu-lhe interpolações, em parte devidas a Éforo, e em parte a ele próprio.

E foi tal obra em verso, nas proximidades do início da era de Cristo, que foi traduzida para latim, por Avieno, cerca de 400 anos d.C., no poema «Oræ Maritimæ», introduzindo-lhe algumas interpolações, numa boa parte certas e noutra parte erróneas.



A boca do rio Minho no Mapa *Portugalia et Algarbia* de 1560, elaborado por Alvaro Secco.

Constitui a mais antiga carta portuguesa que existe impressa e na qual ainda não figura o contorno da duna do Camarido.

O primeiro autor que viu oculto, em Avieno, um antiquíssimo autor de origem grega, — talvez marselhês, talvez alexandrino, — foi G. Scho-ning, cuja obra se acha traduzida do alemão por Heine, na sua colecção «Poetæ Latini», em 1791.

De todo o modo, é uma grande fortuna que pelo menos tenha chegado aos nossos dias o começo do Périplo, constante do primeiro livro da «Oræ Maritimæ», nas descrições que contém, que são as mais preciosas e úteis, porque as outras regiões, que descreve, no resto da obra, nos são mais conhecidas, por outros meios, que as da Espanha e do Oceano⁷.

3. DESCRIÇÃO DA COSTA OCIDENTAL DA PENÍNSULA

Do poema de Avieno não ficou manuscrito algum, e constitui, para todos os intérpretes, a base fundamental do seu texto, a edição «princeps», que Victor Pisa publicou, em Veneza, no ano de 1488, embora também exista, sem novidade de maior, uma sua boa edição espanhola, publicada por Pedro Melian, em 1634.

Ainda que do próprio original, do manuscrito do autor, conste, entre os melhores intérpretes, haja sido alterado duas vezes, parece que a parte material da descrição da costa da península ibérica se conservou sempre bastante bem, como isso resulta do que intentou Schulten procurando separar, sobre o texto originário, o que havido sofrido interpolações e pondo todas estas em cursivo, na sua última edição da «Oræ Maritimæ».

E, assim, sem que em tal parte seja assinalada a mínima deturpação, proporciona-se, então, poderem ser apontadas, como primeiras notícias históricas, para posteridade, dos povos mais ancestrais, que ocuparam as costas, nas imediações da desembocadura fluvial, ora em referência, as que se recolhiam da parte do poema tocante às Regiões Marítimas, sempre considerado que o seu descritivo, como atrás se salientou, se faz de norte para sul, ou sejam as seguintes passagens, que se extractam da reprodução em prosa, da estrofe 130 e seguintes, do poema, segundo uma autorizada obra francesa:

«A Ophiusa oferece um desenvolvimento de costas igual à extensão que se dá à Ilha de Pelops no país dos gregos.

Chamava-se de começo Oestryminis porque o seu território e os seus campos eram habitados pelos Oestrymínicos mas aí uma multidão de serpentes afugentou os habitantes e se dá seu nome a esta terra

abandonada. Mais adiante o Cabo Vénus avança sobre o mar, as ondas estrondeam ao redor de duas ilhas, que sua pequenês torna inabitáveis.

Depois o território lança um novo cabo em direcção ao áspero setentrião. Daí às colunas do possante Hércules a navegação para os navios é de cinco dias.

Encontra-se em seguida A ILHA PLÁGIA FECUNDA EM PLANTAS E CONSAGRADA A SATURNO; NESTA ILHA A NATUREZA É TÃO VIOLENTA QUE SE UM NAVEGADOR SE APROXIMA DAS SUAS ORLAS ELE VÊ EM VOLTA DESSA ILHA O MAR MUITO INSTIGADO; A PRÓPRIA ILHA PARECE ABALAR-SE E O SEU SOLO PROFUNDAMENTE AGITADO TREME, ENQUANTO O RESTO DO MAR GUARDA O SILÊNCIO DUM LAGO.

Esta costa prolonga-se pelas praias da Ophiusa; do cabo que aí se forma a estas praias a navegação é de dois dias.

O golfo com que se forma, seguidamente, um vasto convexo apresenta um trajecto difficil aos marinheiros, mesmo que o vento sopra em toda a sua extensão; chegareis a metade levados pelo Zéphir e para o resto da viagem tereis necessidade do Natus.

.....
No país de Ophiusa, os Campses e os Saefos ocupam as montanhas. Ao pé deles os ágeis Lígures e a raça dos Draganes estabeleceram seus fogos durante o nevoso setentrião.

Em seguida aos Campses acham-se estabelecidos os povos dos Cinetos, pois aí o monte Cinético salientado pelos raios do sol poente, no orgulhoso limite da opulenta Europa, se alonga sobre o Oceano povoado de monstros. O rio Ana corre através do país dos Cinetos onde cava um leito profundo; mais adiante estende-se um novo golfo: a costa descreve um arco no qual a parte vazia fica voltada ao sul⁸.

Ora, assim, face a esta reprodução francesa, que traduzimos nas nossas possibilidades, infere-se como face doutras anteriores passagens aqui não extractadas, que o começo do trajecto navegável, do roteiro, era no Cabo Oestrimínico, grande pontilhão da Bretanha, onde se refere achar-se o desolado povo dos Lígures, expulsos da sua pátria, pelos Celtas, aí vivia, tal tribo fugitiva, mas encravada nas montanhas, bem longe das águas, pois temia o mar, que lhe lembrava os antigos perigos, sendo só muito adiante que os excessos de repouso a levaram a sair das altas montanhas para descer para as margens dos rios, e, mais se refere que iniciada a navegação para sul, tomado como ponto de referências o «Magnus Sinus», daí o caminheiro levava, de percurso, sete dias a atingir o «Mar Sardino», que se vem identificando com o Golfo da Gasconha, e que era esta a sinusidade a que se ligava de imediato a «Ophiusa».

Ensina o nosso sábio Martins Sarmiento que o cabo «Aryum Iugum» se pode identificar com o cabo de Ortegá, no extremo norte da Galiza, e que com inteira segurança se pode assegurar que a expressão do poema «Ophiusa-Frans» corresponde a toda a costa ocidental da nossa península, no descritivo do roteiro, desde o Cabo de Finisterra, ponta setentrional da Espanha, até à baía do Sado, assim como vota, com firmeza, — ainda que nisso com espanto por parte d'outros distintos intérpretes, — que o Promontório de Ophiusa é o Cabo Carvoeiro, e que o golfo que, logo de seguida, referem as expressões dos versos de Avieno, segundo as quais um navio tem de seguir o rumo poente a nascente até meio e do sul a norte do meio em diante, para si, Martins Sarmiento, é manifestamente, a baía do Tejo. Terá de ser assim — diz — porque, na letra do poema, deste golfo partia uma estrada em que se ganhava a pé o território dos Tartessos, demorando a rota da viagem, com bastante dificuldade, quatro dias, e, para corresponder a isso, o ponto de partida deveria tomar-se na margem meridional do Tejo.

É que a praia de Tartessos, ponto de chegada, segundo o poema, aponta Sarmiento, começava já à esquerda do rio Ana e esta estrada comercial, porque bem de certo o era, atravessando o país dos Cinetos (versos 223-224), precisaria de pôr em contacto os progressivos Tartessos com os povos da Ophiusa, não é das menos curiosas informações que devemos ao Périplo.

4. COM OS ESPECIALÍSSIMOS CONDICIONAMENTOS FÍSICOS, QUE LHE SÃO ATRIBUÍDOS, EM QUE PONTO DA COSTA SE LOCALIZARIA A TÃO MISTERIOSA «ILHA PELÁGIA»?

No descritivo da costa, e ainda um tanto antes dos citados golfos, surge certo mistério, numa pronunciada dificuldade, até bem provável equívoca conclusão, referentemente à identificação dos acidentes geográficos do Veneris Jugum, com duas ilhas nas proximidades do Aryum Jugum e sobretudo da Ilha Pelágia.

O próprio ressuscitador da grande Citânia de Briteiros confessa, honestamente, a dificuldade das suas interpretações e sua hesitação ao escrever: «a identificação dos locais em referência não é tarefa muito fácil. Ao contrário. Os nomes com que são designados pouco ou nenhum serviço historicamente prestaram por serem quase todos desconhecidos dos geógrafos posteriores», mas, parece-lhe que o local Veris Jugum é o Cabo Corobedo, ao norte da Galiza, muito pouco acima do Cabo

Sileiro, isto porque fora da sua zona não se encontram as duas ilhas, «insula duas», referidas nos versos e que, o Aryum, ou Arvum Jugum, a ter de se situar a norte do Promontório de Ophiusa, pode aceitar-se como sendo o Monte Dor, acima do rio Lima, para quem vem do norte, costeando o litoral, onde logo a seguir, na foz desse rio se encontrava um porto que não deixava nada a desejar.

Quanto à dificuldade na identificação da decantada Pelágia, circunscrito como se achava pelo condicionalismo do poema, que diz encontrar-se entre o Arvum e o Promontório Hispânico, ou seja, segundo seus conceitos entre Montedor e o Cabo Carvoeiro, Martins Sarmiento, para nós caindo em erro, no seu excessivo abaixamento para sul, vem a localizar essa tão célebre Ilha Pelágia, — a nosso ver muito imprópriamente, — apenas num dos areinhos moliceiros da ria de Aveiro.

Embora, logo se note que nessa identificação, no seio da uniformidade das águas da grande ria, aliás, com toda a probabilidade, em tão recuados séculos toda a actual superfície aquática ser maciça costa continental, apesar duma incompatível insistente sua planura, falta de diferenciação de margens e de população para adoração a divindades e assim se deixem de se verificar as referências constantes do poema, ele autor vimaranense, arrisca assim: «não duvidamos de colocar nesta zona da ria a misteriosa Ilha de que hoje se procuram em balde os vestígios».

Tal consigna na 1.^a edição de seu estudo (1880), mas logo se limita 16 anos adiante, na segunda edição (1896) do seu mesmo trabalho quando já diferentemente escreve: «Fora disto, a coincidência da posição da Londobris com as Berlengas desaparece inteiramente. Mas, surge uma outra, cuja importância ninguém desconhecerá — é que fazendo-se a correcção indicada, sobre um mapa de Ptolomeu, como deve ser, a Londobris deixa de coincidir com as Berlengas, para coincidir com o rio Vouga, que desagua na ria de Aveiro, onde fomos obrigados a localizar a Ilha Pelágia»⁹.

É que a posição em que se situa fica inteiramente dependente da atitude que antes se tenha tomado quanto aos precedentes acidentes geográficos dos enunciados promontórios sendo devido a essa mais acertada ou atenta concretização que o outro tão considerado comentador de Avieno, o distinto Prof. Adolf Schulten vem a tomar posições diferentes, parecendo-nos que ainda menos felizes, com as imensas distâncias que entremete nesses acidentes corográficos, ao colocar o Veneris Jugum ou Cabo Vénus no Cabo Higuier, na Gasconha, o Aryum Jugum ou Cabo Arvum no Cabo Ortegal, ao norte da Península, inteiramente desprezando a menção de «Insuæ Duas», de sua proximidade, que refere

o poema, para ainda mais distanciar a Ilha Pelágia ou de Saturno, na Ilha Berlenga.

Ora nenhuma destas duas identificações, mau grado a alta competência dos seus autores, se adequam com a posição de escala em que tal acidente da Pelágia, aparece referido, na ordem de descrição da costa.

Ambas as identificações esquecem, muito mais a segunda, que logo abaixo do Cabo Vénus, na descrição da costa de norte para sul, surgiam duas ilhas, que pela sua pequenez eram inabitáveis, referência esta que somente se pode supor nas proximidades do Cabo Corobedo, como seria o novo cabo abaixo daquele Cabo Vénus e de tais ilhas, que voltado ao áspero setentrião, como reza o poema, seria o actual Cabo Udra, senão o de Sileiro, seguidamente ao qual aparece então referida a decantada Ilha. Eis circunstancialismo este que de nenhum modo se conjuga, nem com o nada marcante Monte Dor, como pretende o primeiro, nem com a distante e contrária inclinação do Cabo Carvoeiro, como pretende o segundo.

Inevitavelmente, a situação da encantada ilha, a que é dada apaixonada saliência, acha-se subordinada, quer à antecedência relativamente próxima de duas pequenas ilhas, como, em imediato a elas, do novo cabo em direcção ao áspero setentrião, mas, tais acidentes naturais têm de entender-se, na costa da Galiza, ou com as ilhas antigas de Arosa e de Grove, das quais restam pequenas ilhotas, quanto à primeira, na ria Arosa, e quanto à segunda a ilha de La Toga, ou abaixo a ilha Salvora e a ilha de Ons, que se ostenta na boca da ria de Pontevedra, quer com dois seguintes cabos da mesma costa, que apontam bem para norte, seja o flectíssimo, em tal sentido, Cabo de Udra, seja o que aponta a setentrião, bem pronunciadamente, Ponta Cagadoiro, no extremo noroeste da península do Morrazo ou de Pontevedra, muito embora, como outra única alternativa se possa também tomar o Cabo Sileiro, com a mesma destacada inclinação, que fica a ocidente e bem perto de Bayona, que é o derradeiro promontório da costa galega.

Tudo sugere que tal cabo, que o território lança na direcção norte, não pode descer abaixo dessa costa galega, porque logo o texto posto em prosa, do poema em referência, na competente passagem do extracto atrás reproduzido é terminante em dizer: Daí (desse cabo) às colunas do possante Hércules a navegação é de cinco dias. Ora se baixasse sua latitude em referência ao estreito, entre o rochedo de Gibraltar e o Atlas africano, o percurso nunca exigiria esses dias.

Atente-se ainda que esse promontório demarcativo, referido, por ter de se situar antecedente à Ilha em causa, forçosamente, que deverá ser uma das pontas montanhosas e voltadas a norte da península pontevedrense, a do Cagadoiro ou Ossas, ou então já abaixo, na costa de Oya,

a ponta do Cabo Sileiro, porque a surgir logo de imediato, o poema descreve essa surpreendente Ilha, e, de seguida à mesma, o roteiro consigna, claro: «Esta costa prolonga-se pelas praias da Ophiusa», e, assim, não se deparando, hoje em dia, pelo menos na costa da Galiza, abaixo de tais aludidas pontas ou cabos, notórias praias que pela sua extensão merecessem referência, e, sendo unanimemente considerado que a denominação de Ofiusa correspondia inteiramente ao território da Lusitânia, temos que, a Ilha Pelágia, devendo situar-se não em cima, na costa galega, perto e antes das actuais praias portuguesas, que vão precisamente desde o fim da Galiza montanhosa até ao Cabo, fim da Lusitânia, talvez com muita probabilidade se situasse na foz do rio Minho.

Em correspondência com isso dá-se a circunstância de que junto dessa ilha também se formava um cabo que bem poderia ser o cabo terminal da actual costa portuguesa, que constitui a ponta final da esquerda do estuário do rio, ladeando a sua foz, sendo que, reza o poema, como se vê do extracto atrás, que «de cabo que aí se forma a estas praias a navegação é de dois dias», pelo que abaixo da latitude desta foz já nunca levaria esse tempo a navegação às centrais praias lusitanas.

Tomadas pois, com os mais lógicos indícios, as ilhas de pequenez inabitável de Sálvora e de Ons, como as pequenas ilhas que antecedem a Ilha Pelágia e não lhe devendo corresponder, como restos, as Ilhas Cies, situadas em pleno oceano, à entrada da ria de Vigo, com águas uniformemente agitadas, por todos os lados e sem promontório imediatamente abaixo, conforme refere o roteiro, seguindo-se só um cabo virado a norte à foz do rio Minho. Aliás no cabo que aí se forma, manteve-se, por muitos séculos a denominação de Cabo, na ponta fluvial de Cristelo, englobando a montanha de Santo Antão, — nenhum outro acidente costeiro, na zona em referência, poderia mencionar tão importante poema greco-latino, para identificação duma ilha de condições geológicas especialíssimas e com superfície suficiente para ser povoada, para que tivesse homens e animais, a fazerem sacrifícios de vítimas ao Deus Saturno, — e daí a prevalência ao tempo, como outrora aconteceu com a ilha de Grove, hoje península, duma destacada ilha marítima, mesmo a meio da desembocadura do rio Minho, nas condições que admite o sábio alemão Prof. Herman Lautensach, abrangendo tanto a sobrevivente e actual Ínsula da Fortaleza como toda a montanha de Santa Tecla até ao vale do Rosal.



Extracto do *Mapa do Reyno de Portugal* por N. Sanson de Aberville, dedicado a D. João IV, em 1654, por certo o 2.º mapa português impresso, o qual ainda coloca na foz do rio Minho uma larga boca e a mostrar defronte da margem norte, em vez duma só ínsua, como agora, mas duas ilhas marítimas como destroços da una e sólida massa montanhosa de outrora.

Nesta carta do abalisado geógrafo de nacionalidade francesa composta com o maior rigor ainda mal se assinala a emboraçosa duna do Pinhal do Camarido, que inteiramente iria nestes dois últimos séculos estorvar a barra do lado de Portugal.

Eis a versão do poema quanto ao aspecto da decantada Ilha Pelágia, retido por um roteiro tomado há mais de três milénios com referência ao verso n.º 170:

«...ilha marinha abundante de vegetação consagrada ao Deus Saturno com tamanha intensidade e variedade de forças da Natureza que se algum dos navegantes a aborda de um dos lados o mar que por aí a cerca se levanta raivoso numa medonha excitação de ondas e o próprio solo de dentro parece estremecer desse lado da encosta enquanto que o resto da superfície da ilha bem como as águas do lado contrário permanecem silenciosas apresentando-se quietas e calmas como as de um lago»¹⁰.

Bastante, aliás, isto elucida para fins comparativos da natureza dos acidentes da costa em referência, desde o Cabo de Finisterra até ao rio Minho, sobremaneira nas curvas de nível assinaladas, demonstrando que as outras ilhas, acima, deveriam ser inteiramente planas como sem área para vida humana, ou qualquer fauna, os dois excertos cartográficos que este ilustram tanto um muito completo e moderníssimo bem

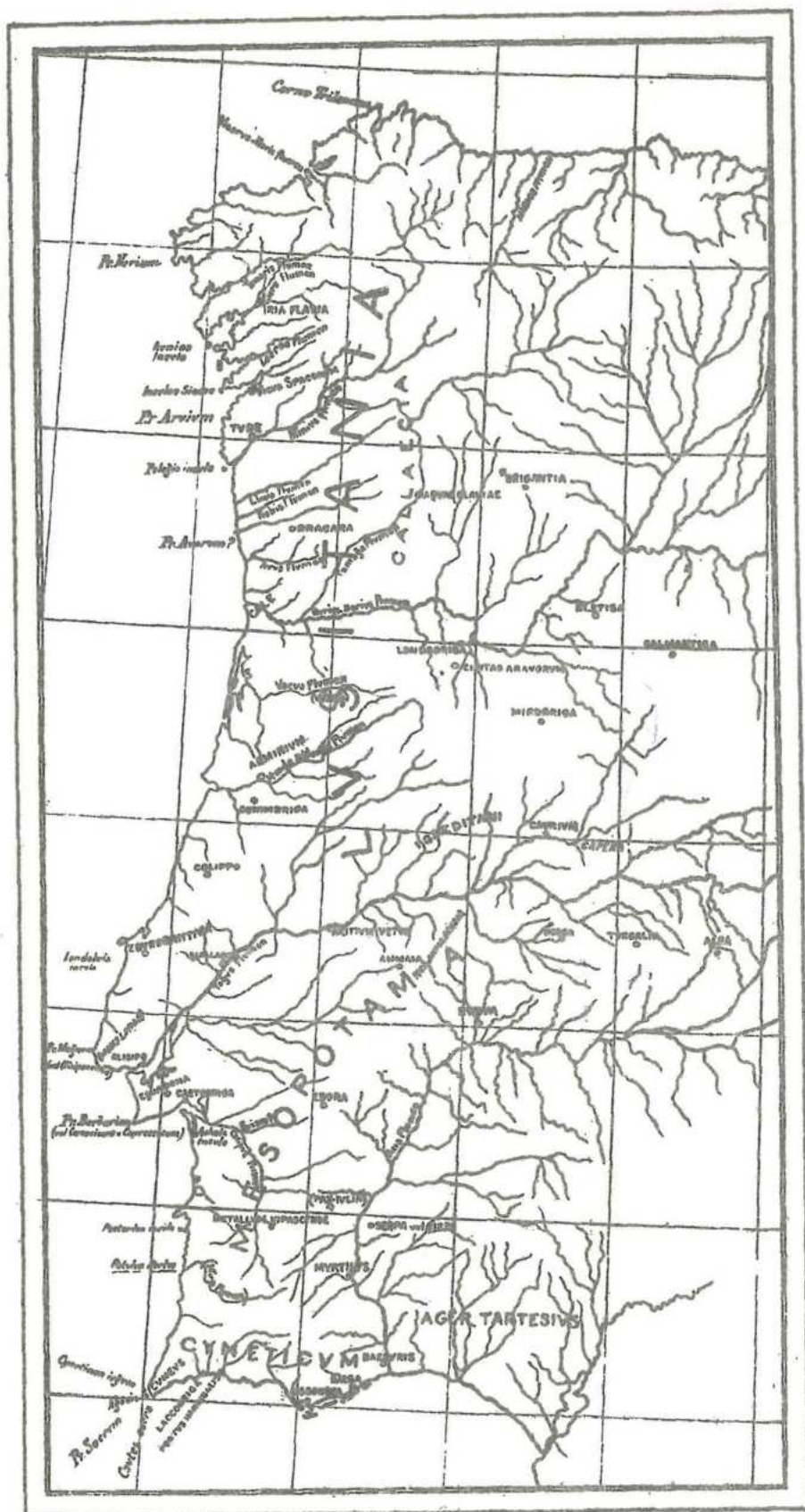
colorido Mapa da Galiza, edição de 1984, por parte da Direcção-Geral do Instituto Geográfico Nacional de Espanha adiante reproduzido, como o incluído na Introdução, dos mais antigos conhecidos da zona, o célebre Mapa de P. Oxea, elaborado nos finais do século XVI, desenhando este último uma ilha na foz do rio com dimensões muito mais avantajadas do que as deveriam corresponder à actual Ínsua e de ambos estes mapas, o actual pelo rigor das alturas e depressões assinaladas e o antigo pela posição da ilha no estuário que bem devia ser esta que referiu o poema aproveitando-se do roteiro há tantos milénios ao descrever que se via batida duns lados pelo mar bravo da orla oceânica e dos outros pelas bem mais calmas águas de dois dos braços do esteiro do rio de outra serenidade, mesmo na maré cheia, fenómeno de duplicidade na movimentação das águas marginais duma mesma ilha, que tanto impressionou o autor do Roteiro só verificável neste local.

5. O MONTE DE SANTA TECLA, A INCORPORAR A ACTUAL ÍNSUA DA FOZ DO MINHO, COMO A ILHA DE SOLO TREMENTE, A SER BANHADA POR UM LADO POR MAR AGITADO E POR OUTRO POR MAR CALMO, COMO POSSÍVEL MAIS RECUADO ACIDENTE COROGRÁFICO CONHECIDO DA COSTA OCIDENTAL PENINSULAR

Personalidade altamente responsável na cultura histórico-geográfica portuguesa, nos domínios da etnografia autoridade nada inferior àqueles distintos pré-historiadores, o Prof. J. Leite de Vasconcelos é precisamente fundamentado nas condições da Natureza patenteadas nos versos acabados de os reproduzirmos na sua comumente divulgada versão latina, que avança com a identificação da Ilha Pelágia nestes seus terminantes termos:

«Esta Ilha é no meu entender a nossa Ínsua na barra do rio Minho. São pontos de concordância as duas notícias tanto a de Estrabão como de Avieno, os seguintes: 1.º a situação na embocadura do rio Minho; 2.º a abundância de «muraça» (*herborum abundans*), dos versos; 3.º a braveza do mar (*vis tanta naturalis*), como salienta o poema»¹¹.

Noutro ponto da mesma obra, deste excerto, afirma o sábio arqueólogo que se nas expressões latinas «*post pelagia est insula Saturno sacra*», como feminino de «*pelagius*» a palavra pelagia, tivesse o sentido de «mar alto», em qualificativo de «*Insula*», efectivamente, não podia corresponder à Ínsua, que fica na barra do Minho, mas, o que se acha muito



Mapa da Lusitânia Pré-Romana proposto pelo Prof. J. Leite de Vasconcelos (*Religiões da Lusitânia*, vol. II, p. 46) no qual distintamente o sábio etnógrafo coloca a tão decantada «Ilha Pelágia» precisamente na desembocadura do Minho.

mais natural é que esse qualificativo seja aí um sinónimo do adjectivo «marinus» e por isso «pelágia insula» bem pode traduzir-se por «ilha marítima» ou mais poeticamente «marítima ilha», sendo que o adjectivo constitui mero pleonismo, mas em si, directa e quase gratificante, provir de idêntico termo grego, aí também com duas significações, uma de mar agitado e outra de simples mar. E mais, ele, além de tudo mais um grande filólogo, tal como outros nossos distintos etnógrafos, acrescenta que por Saturno devemos entender o nome duma divindade fenícia, o que condiz inteiramente com a localização nesta barra fluvial que muitas vezes teria sido transposta pelos navegadores fenícios.

Sobremodo, — diz — tudo se conjuga para que assim seja devido a esta ilha, com tal denominação, ser citada de seguida aos relativamente muito próximos Veneris Iugum, que toma por Cabo Corrobedo, e Arium que toma pelo Cabo Sileiro, ambos na Galiza muito pouco acima e porque nesta costa haveriam, com os tempos, a ser referidas ilhas com nomes de divindades — mas todas ainda mais insignificantes, como veio pessoalmente a observar, di-lo noutro passo — seja a «Insula Deorum» defronte de Baiona, sejam as «Ilhas Cies» à entrada da ria de Vigo¹¹.

Ora tratando-se dum autor especializado na pré-história, arqueológica e etnográfica, como filologia, sempre tão respeitado, e mesmo dos mais acatados quanto à derivação etimológica do nome que viria a prevalecer para a vila, rainha do estuário, à margem esquerda, porque havia de errar neste ponto, afinal tanto do domínio da sua análise?

6. CONCORDÂNCIA NA ILHA DIVINIZADA COM O ACTUAL MONTE DO TECLA, PELOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS, NO MESMO, DE ÍDOLOS AO CULTO DOS ASTROS E PELAS SUAS CONDIÇÕES, AO TEMPO, NATURAIS E POPULACIONAIS, MUITO COINCIDENTES

Embora pouco se conheça de qual o sentido divino dos primeiros povos, que muitos séculos antes dos celtas ocuparam os montes galegos, nem as práticas religiosas que exerceram, tudo indica que tinham a sua moral e religião no acatamento de divindades, às quais prestavam culto, por intermédio de adoração aos montes, ilhas, pedras, ou rios, sobremodo dos corpos celestes, que consideravam outros tantos seres sagrados.

O mesmo culto sideral, diz-se, ao seu tempo pela propensão do sentimentalismo religioso zoroástrico, muito prevalecente nos países orientais, de que procediam, teria sido exercido pelos celtas, sabendo-se que depois da sua entrada se achou muito difundido o culto sidérico,

a um Deus cujo nome grego seria Baal, ou segundo alguns antes Cromo, identificado pelos escritores romanos com o seu Saturno.

Por isso, é que, desde já, não nos pode ser indiferente o considerado pelo distinto profissional da saúde e tão notável historiador guardez, D. Julian López Garcia, a que, tantas vezes, adiante nos temos de reportar, pelos dados que fornece, na sua magnífica monografia, sobre o Monte, porque nesta nos diz:

«Estas gentes vivendo siempre en plena naturaleza y sin fuerza de su entendimiento para elevarse a una región superior al mundo sensible que los rodeaba, se dejaba seducir por el magestoso espectáculo que presentan os astros, el sol, la luna asta el punto de rendirles idolátrico culto. Con cuanta admiración verian las tribus del Tecla como el Sol elevandose sobre las cumbres de las cordilleras lusitanas, cruzava la bóveda azul del cielo para sepultarse después en los abismos del Oceano.

.....
Muchos montes, sobre todo los da costa, tenían certo character sagrado y se sabe que cerca del Miño habia un santuario dedicado a Saturno, tal vez de origen fenicio y aunque mi distinguido amigo, el ilustre historiador Sr. Leite de Vasconcelos lo coloca en la Insua, nuestra humilde opinión es que de haber existido estaria emplazado en el Tecla, fundandonos en aspecto religioso con que aparecen rodeadas todas las cosas deste monte desde la más remota antigüedad.»

Tem plena justificação este ligeiro retoque do consagrado etnógrafo galego, sobre o sábio lusitano.

Em primeiro lugar, um navegador a ocupar-se de relatar, genericamente, os acidentes costeiros, que só tal o demovia, não ia referir senão aspectos visivelmente vultosos, sendo que de todo o modo este, na desembocadura dum grande rio, surpreendido de frente, dum barco, no alto mar, vindo no seu longo singradouro de norte para sul, apresentar-se-ia de contorno inteiramente insular, cercado de água por todos os lados, mau grado o relativo encobrimento do lado norte.

Não poderia, contudo, ser esta mera aparência a origem da referência insular, pois, a qualidade do terreno em causa foi detidamente qualificada, foi realçada a força e simultânea brandura de águas, que o bordejavam, e, portanto nos pormenores assinalados, segundo nossa transcrição atrás, o navegador-cronista devia ter feito observação concreta e minuciosa.

Esta qualificada observação, do navegador anónimo, neste acidente corográfico como nos demais, que salienta, precisa, aliás, de se subentender derivado das reminiscências ou referências escritas, que possuía dos aspectos da mesma costa, nos seus séculos anteriores, mesmo que se

reportassem aos tempos imediatamente pós-glaciares, ou mesmo à última fase glaciária, para mais que foi dizendo que os Draganes estabeleceram os seus fogos durante o nevoso setentrião.

Pode, pois, admitir-se que a redacção dada, servindo-se de dados vindos muito detrás, que outros precedentes navegadores recolheram, de aspectos que lhes ficavam anteriores, corresponda afinal à transição do período paleolítico para o neolítico ou pelo menos ao início deste, em que as habitações humanas se concentraram predominantemente nas ilhas.

E melhor se compreende a salientação desta ilha, tendo-se, então em conta que o homem, dessa fase da evolução terrestre, expandindo-se pelas costas das bacias, golfos, lagos e rios, com maior apetência, o homem neolítico, estabelecia-se em habitações lacustres, construídas sobre as águas mansas, e até de preferência nos cabos e ilhas rodeados de pescas férteis.

Daí a insistência, sucessiva, que o roteiro, na sua fonte de quase um milénio a.C., dá a tais acidentes, que se iam percorrendo e só excepcionalmente tenha referido as desembocaduras dos rios sem eles.

Constituía, à época, a pesca o seu principal meio de sustento, porque de ferramentas ainda as tinham escassas, para a agricultura, e mesmo para a caça, supondo-se que já tinham ao seu dispor o arco de flecha, com pontas de sílex, também punhais de sílex, martelos e machados de pedra polida, certos cavadores, igualmente de pedra, instrumentos estes que, se lhes tornavam insuficientes para o retalhar das carnes dos animais, que já domesticara, cabra, carneiro, mesmo cavalo e boi, mas principalmente ineficazes contra os ataques dos animais ferozes.

E porque muito temia o homem estes últimos, ainda em grande quantidade, nos interiores das terras, porque a caça e a agricultura só assim ainda praticada, por isso em fraca quantidade, bastando-se com o leite dos caprinos e carnes doutros animais domésticos, tendo a principal actividade na pesca próxima, mais se aglomerava numa ilha, mas de razoável superfície, em que contasse com tais meios de subsistência e defesa, pela cercadura das águas, contra os ditos perigos.

Perante tais circunstâncias torna-se incompreensível que o roteiro tenha destacado a Ilha Pelágia, com a importância de referências que lhe faz, sobremaneira ao salientar de ser consagrada a uma divindade da sua época (por certo a ser designada com nome grego ou caldeu, bem anterior ao nome de deus romano, que figura no poema), se não fosse uma ilha com amplitude bem suficiente, para ser toda habitada.

Pouco feliz essa ideia do celebrado professor das Universidades de Erlangen e Munique, apesar da grande categoria, em que é tido, como

dos maiores hispanistas dos últimos tempos, só «porque ali o mar é muito agitado e nessas ilhas existe muita erva de que se alimentam os coelhos»!, a de levar para a Berlenga Grande a situação da Ilha Pelágia.

É que nos parece mesmo um tanto ridícula esta identificação do descritivo, tão recheado de abundante vegetação, feita com monstruosas penedias, quase nuas, nas quais sempre só teria sido possível a vivência de arbustos rasteiros, e ainda mais espanta a argumentação de poder ter como habitantes em vez de gentes os ditos roedores.

Se nos fosse lícito fazer crítica a tamanha mentalidade, diríamos que é bastante audaciosa, pois, primeiro que tudo nem sequer reparou que nesse local agitado de forte ondulação, por todos os lados, de modo algum se verificam as circunstâncias dos versos 170-171, nos quais a respeito do mar envolvente, atendendo-se a que os termos *mox exeitetur mare*, se acha contraposto o termo *stagni*, que só poderá ter o sentido de mar calmo, próprio de um golfo ou da entrada de um rio.

A figura da nossa história portuguesa que mais se debroçou sobre a interpretação desse poema romano foi, na verdade, Martins Sarmiento, o qual como o já salientamos, quanto à identificação da Ilha Pelágia, tanto na 1.^a como na 2.^a edições, da sua «Ora Marítima» — na última bem menos radicalmente, perante a pintura dos versos avienos — considera que teria de ser uma ilha com uma densa e consistente vegetação, na parte descoberta, mas elástica e descalçada na parte submersa, de modo que essa base imergida oscilasse, de imediato, com a compressão das ondulações produzidas pelo andamento dum navio, que dela se aproximasse, e assim — diz — honestamente, não há actualmente, na costa portuguesa, nenhuma ilha que com isto se pareça, e que se trata, portanto, duma ilha desaparecida, embora as características mencionadas, quanto a si, duma região baixa e alagadiça, exposta ao mesmo tempo, às revoluções físicas violentas, o levem à suposição que poderia ter existido na ria de Aveiro.

Certo que a páginas 37, da 2.^a edição, da sua obra, criticando Ptolomeo, escreveu: «Seria necessário explicar o motivo que levou o geógrafo a colocar o paralelo do Carvoeiro, na Berlenga Grande, uma ilha que pelas nossas suposições deveria colocar no paralelo do Vouga», mas também na mesma obra e edição, a página 34, sobre a mesma hipótese, viria dizer: «resta porém averiguar se esta suposição pode ser confirmada por qualquer outro modo».

Sem que ninguém voltasse a aflorar a questão, por mais de um século, acontece que nos anos trinta, últimos, influenciado no seu ardoroso bairrismo por esta tendência sarmentina, aliás muito reservada, o distinto escritor local e Director do Museu d'Arte de Aveiro, Dr. Alberto

Souto, em estudo muito selecto, pelo menos na colectânea de que fez parte, vem sustentar:

«As dificuldades que Martins Sarmiento experimentou para comprovar o singular fenómeno dessa ilha ondeante, provinham apenas do imperfeito conhecimento da vastíssima Ria de Aveiro, onde ele localiza a Ilha Saturno e desconhecimento da tradução dada às palavras «stagni» e «pelago» dos versos latinos.

Evidentemente trata-se de algum canal relativamente estreito, onde a passagem de barco provoca a ondulação característica que vai acompanhando sempre quem nele navega, formando uma marêta que rebenta na margem ou se estende pelas ilhas cobertas de canizia, junco, erva e bajunça e faz ondear a vegetação enquanto que na bacia ou no esteiro, mais ao largo, a água se conserva tranquila, sem experimentar a mais leve ruga. Este fenómeno frequente nos canais e ilhas da Ria de Aveiro é lá possível em pleno mar? Não. Nem este fenómeno se pode dar na Berlenga, granítica, pedregosa e alcantilada, nem semelhantes ilhas de verdura e ervagem pujante e densa se podem formar na proximidade da costa aberta e brava, carregada de salsugem esterilizante mas apenas nos remansos de água, já meia salobra, ao abrigo da laguna ou nos braços dela.

Trata-se de uma laguna, de uma ria ou de um delta, de esteiro ou de estuário, onde nas bacias sossegadas podem haver ilhas de verdura de impossível existência na costa desabrigada e num mar continuamente revolto como é o nosso.

.....
Por isso, o que afirmo com Martins Sarmiento, é que o fenómeno descrito por Avieno, nos versos 164, 171, do seu poema, só será possível no estuário do Vouga ou no local ocupado hoje pela Ria de Aveiro, onde o carácter da vegetação lagunar se mantém ainda tal qual o descreve o autor da *Ora Marítima* na sua *Pelágia Insula*.

É que o sábio germânico que a coloca na Berlenga esqueceu-se de notar que na descrição dessa Ilha Avieno empregou o termo *stagni*.

Também se esqueceu, como outros comentadores, entre eles o próprio Sarmiento, que o vocábulo latino *pelago*, se não traduz apenas por mar alto, ou mar profundo, mas no latim arcaico tem uma acepção muito diversa significando como diz Brou água tranquila de um rio»¹².

Flagrantemente, apropriadas a harmonizarem-se com o sentido dos termos latinos, dos versos em causa, e muito sensatamente exemplificadas, com as condições naturais possíveis, somente no estuário de um grande rio, no qual, na verdade, como em nenhum outro lugar se pode dar o fenómeno retratado nos versos. Conferem, sim, contactos com ondulação marítima por um dos lados, o externo, e muito calma e serenidade do lado, interior do esteiro, as transcritas considerações do respeitável intelectual de Aveiro, embora venham no final a pecarem

inteiramente quanto à zona, a que, concretamente, foram aplicadas. Causa muita pena que, só por bairrismo, fossem incidir nos despovoados areinhos da ria do Vouga e não na localização que brilhantemente propõe o sábio etnólogo J. Leite de Vasconcelos, esse sim, o grande Mestre da pré-história peninsular, ao situar a Ilha Pelágia, na desembocadura do rio Minho, conforme o desenho que traçou pelo seu punho, para ilustrar o que a tal respeito sustenta.

A desfazer a argumentação, muito mais sentimental, em prol das longínquas tradições etnológicas da sua terra, deverá observar-se ao Dr. Alberto Souto que se procurou dar satisfação, e mesmo assim incompleta ou de fraca consistência, à parte dos requisitos enunciados nos versos citados, desprezou a parte restante dos mesmos, pois, sobre tais omissões poderá perguntar-se-lhe:

Se a ilha em questão como isso já o vimos, no número 3 deste capítulo, figura descrita entre o assinalamento de dois promontórios, um pronunciado Cabo em direcção ao norte, do lado de cima da costa, em que se situava a Ilha; e um outro, que imediatamente a ela logo se formava, na menção descritiva do Roteiro, feita de norte para sul, onde podem ser apontados esses acidentes, na costa plana e uniforme de ambos os lados nesse estuário do Vouga?

Se uma das características de maior poder de identificação, pela sua raridade de constituição geológica na nossa costa ou na da Galiza, é a de que todo o navegante que dela se aproximasse notava dentro da própria ilha um estremecimento do solo, sendo evidente que se referia a todo o conjunto físico do vulto térreo, como poderá aceitar-se que o fenómeno pudesse resultar, ou pelo menos observado, nos efeitos que cita ondulação dos juncos, caniza ou bajunça provocada pela mareta, formada nas águas pela aproximação dos barcos, circunstância que não teria a importância para ser referida em tão básico roteiro corográfico senão se observassem os sintomas de verdadeiros abalos sísmicos, estes inteiramente improváveis, mesmo na época quaternária, nos terrenos hoje pantanosos da ria de Aveiro?

Se ele escritor aveirense, e muito bem, na boa interpretação dos maiores latinistas clássicos sustenta, que o termo pelago se deve interpretar como a significar certa espécie de mar, que não mar aberto, mas mar formado pelas águas de um rio, como admitir que tal ilha decantada, se situasse em águas do mar, como sempre seriam as águas da formada ria, ou, antes dela, vulgares águas da costa marítima, passando assim a designação de Ilha Pelágia, ou Pelágia Ilha, melhor dito, a constituir um autêntico pleonismo, a dizer Ilha Marítima?

Se não há o menor indício de no estuário do rio Vouga ter existido, em qualquer tempo, uma ilha de razoável superfície, — a desembocadura

do rio nada tem que ver com a ria próxima, essa inteiramente marítima, na qual nos séculos remotos poderiam ter existido de verdade ilhotas baixas e inconsistentes, — poderá tal localização admitir-se quanto à ilha do poema, que como consagrada ao Deus Saturno, que para fins desse culto teria de supor-se duma extensão considerável e suficientemente habitada, ou seja dotada de meios humanos e de animais para efeitos dos sacrifícios divinos?

De modo algum estes locais já apontados, como de possíveis localizações reúnem os condicionalismos, sequer aproximadamente, condizentes, com os traços topográficos referenciados na letra dos versos da *Ora Marítima*, e portanto enquanto não é apresentada melhor identificação dos acidentes ainda existentes, na zona delimitada pelos promontórios mencionados na obra, — isto, sem deixar de admitir-se que tal ilha tenha inteiramente desaparecido, antes dos primeiros séculos da nossa Idade, — legítimo será considerar-se que das ilhas sobreviventes, na parte do litoral, que nessa latitude geográfica estava a ser descrita, sem dúvida alguma, que é a outrora Ilha de Santa Tecla que reúne melhores condicionalismos, coincidentes com os fenómenos envolventes, no descritivo de tal ilha, dedicada ao Deus Saturno, nas circunstâncias que, mais de cinco séculos antes de Cristo, época da redacção do roteiro básico, inegavelmente reunia, de larga superfície, comprovada habitação, face aos achados demonstrativos de presenças humanas, que nos capítulos que se seguem, se desenvolverão, dotada duma condizente fauna, possibilitada para os sacrifícios divinos; sobretudo, razoavelmente ainda sujeita às oscilações do solo, provenientes da instabilidade do seu interior geológico, perante o singular enrugamento e formato, que acabara de adquirir, séculos antes, nos períodos inter-glaciares, surpreendentes e tão raros circunstancialismos, que motivaram, a par do contraste dos movimentos das águas, que a rodeavam, o excepcional destaque com que a descreve o navegador-cronista.

Para definitivo esclarecimento a dissipar todas as dúvidas, atente-se bem no exame dos versos das estrofes 159 a 174, do legítimo texto latino, que compreenda, inteiramente seu enquadramento, o que vale bem mais que a sua descrição isolada, abrangido esse descritivo desde o primeiro acidente demarcativo de interesse, que é o Veneris Jugum, (o Cabo Corrobedo), ao último, ao que se lhe segue, de imediato, no descritivo, «as Ophiusa in oras» (as praias da Ofisa ou Lusitânia), compreendendo antes, na ordem do roteiro, de norte para sul, como precedentes próximos, as «Insulæ Duas» (com toda a probabilidade as diminutas e ainda restantes actuais ilhas de Sálvora e de Ons, respectivamente nas bocas das rias de Arosa e de Pontevedra), como seu directo antecedente assinalado o «promiens in asperus Setemptrionem» (a poder ser tanto o Cabo

Udra, a constituir a ponta noroeste da península do Morrazo ou de Pontevedra, como, com a devida configuração o Cabo Sileiro, remate ou ponta setentrional, das costeiras Montanhas de Grova, sobre a costa de Oya), admitindo-se, perfeitamente, que o verso que de imediato se segue à Ilha Saturno ou Pelágia, e antecede a referência às praias da Lusitânia, o tal *promines surgit*, corresponda mesmo ao autêntico Promontório de Santo Antão, apontado a norte, com seus bicos da Fraga e Penedias de Santo António, o primeiro acidente corográfico marcante da costa portuguesa.

Vejamos, a claro, como nos versos latinos e sua autorizada tradução francesa, por categorizados docentes da Universidade de Paris, numa das mais consagradas edições do poema, no século XIX, bem pode ter sido delineada uma considerável Ilha, na desembocadura do rio Minho.

Eis o extracto, aí a ocupar duas páginas, tirado da excelente obra: *Rufus Festus Avienus*, «Description de la Terre — Les Régions Maritimes». Traduite par M. M. Despois et Ed. Saviot, Agrèges d'Université, Paris, 1843.

ORÆ MARITIMÆ

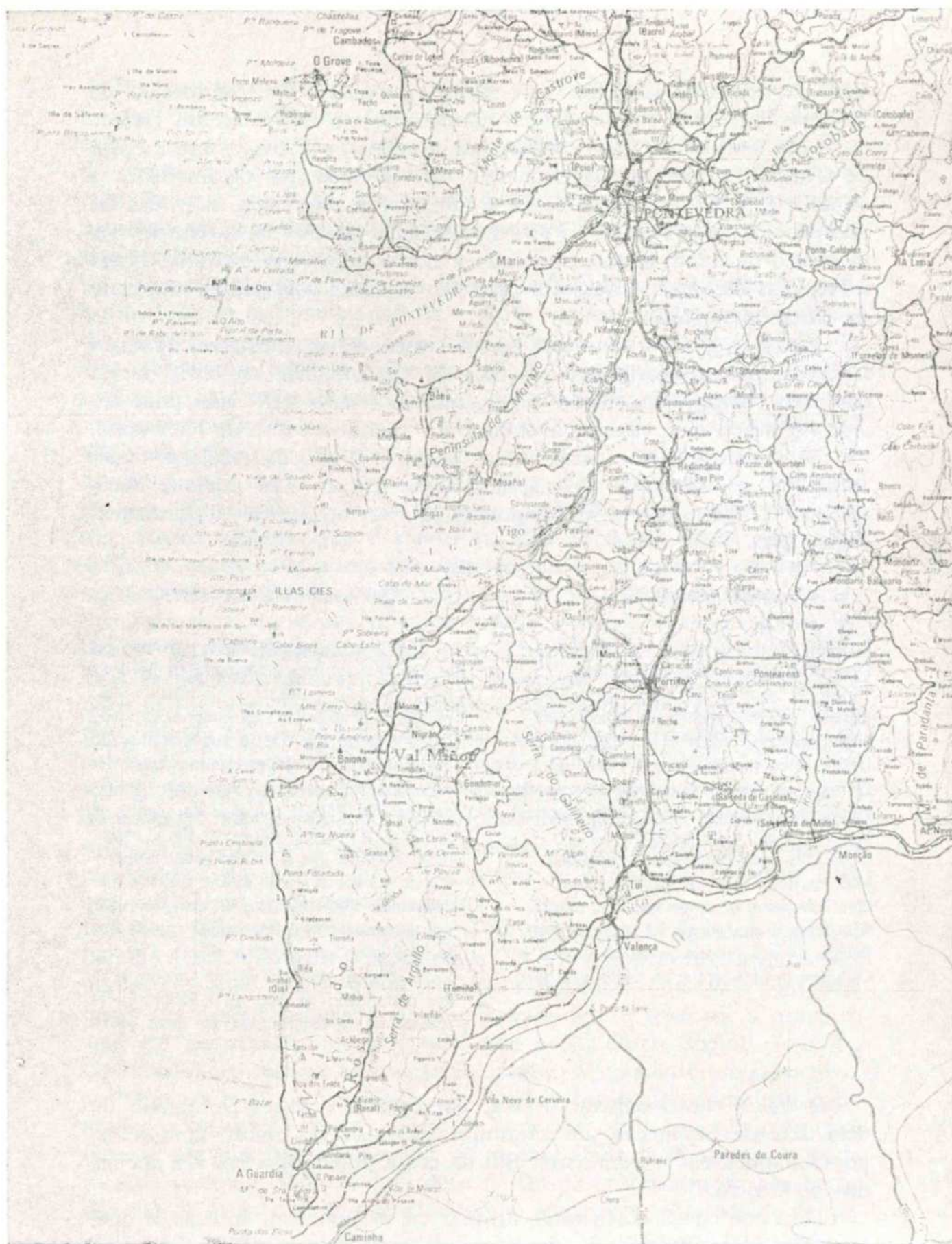
Procedit inde in gurgites Veneris jugum,
Circumlatratque pontus insulas duas
Tenue ob locorum inhospitas: arvi jugum
Rursum tumescit prominens in asperum
Septemtrionem: cursus autem hinc classibus
Usque in columnas efficacis Herculis
Quinque est dierum: post Pelagia est insula,
Herbarum abundans, atque Saturno sacra:
Sed vis in illa tanta naturalis est,
Ut si quis hanc innavigando accesserit,
Mox excitetur propter insulam mare,
Quatiatur ipsa, et omne subsiliat solum
Alte inremiscens, cetero ad stagni vi cem
Pelago silente: prominens surgit dehinc
Ophiuse in oras, atque ab usque arvi jugo.

LES RÉGIONS MARITIMES

Plus loin le cap de Vénus s'avance sur la mer; los flots mugissent autour de deux îles, que leur petitesse rend inhabitables; puis cette contrée jette un nouveau cap vers l'âpre Septentrion. De là aux colonnes du puissant Hercule la navigation pour les vaisseaux est de cinq jours. On trouve ensuite l'île Pélagie, féconde en plantes et consacrée à Saturne: dans cette île, la nature est si violente, que si un navigateur s'approche de ses bords, il voit autour d'elle la mer déchaînée; l'île elle-même est ébranlée, et le sol, profondément agité, tremble, tandis que le reste de la mer garde le silence d'un lac. Cette côte se prolonge encore vers les rivages d'Ophiuse: du cap qu'il forme, à ces rivages, la navigation est de deux jours.

O único contra-indicativo será, porventura, o excessivo tempo de dois dias de navegação até às praias da Lusitânia muito embora se possam subentender bem as do Sul da costa portuguesa em vez apenas das do Centro.

Para conjugação com estas últimas ou mesmo com aquelas, é que, inteiramente deixa de ser recomendável, como pretendem os autores



Mero extracto duma parte da costa ocidental galega, para em referência a este estudo, se demonstrarem seus actuais accidentes corográficos, desde a Península Barbanza à Ria Arosa até à desembocadura do Rio Minho e com o devido respeito reproduzido do extenso e excelente moderno Mapa da Galiza, editado em 1984, pela «Xunta de Galicia», com o patrocínio da «Dirección General del Instituto Geográfico Nacional» de Madrid.

atrás citados, baixar a latitude da sua localização para a foz do Vouga ou para a Berlenga, e, muito mais apropriado seria localizá-la, na costa da Galiza e no seu mais propício acidente o da Península de Grove, outrora Ilha, mas aí contra-indica a natureza do seu solo baixo o fenómeno sísmico das oscilações.

Portanto, tem de atender sempre, sem esquecer o que o sábio naturalista, de grande reputação mundial, saudoso P.^o Luís Lusier, douto jesuíta e eminente botânico suíço, durante o acompanhamento que fazia, aos seus alunos, pelas imediações deste monte, nos passeios semanais, das divisões do Colégio da Passage, ou «Instituto de Nun'Alvres», amistosamente, em conversa, ia admitindo que dado o seu pico aguçado e a natureza dos terrenos das vertentes, que, nas épocas pré-glaciares ou inter-glaciares, desta ponta da Europa, o Monte do Tecla, vindo das geleiras, possa ter tido agitações subterrâneas; e, assim, que não se poderá tomar como muito estranho, para mais ante a configuração, que nesse sentido lhe conferem os mais antigos e os melhores mapas cartográficos, tenha sido, realmente, uma Ilha, e como tal, há três milénios, a descrita Ilha de Saturno, do poema da «Ora Marítima».

Do que a ninguém é hoje lícito duvidar é que este poema no consenso geral dos mais ilustres historiadores modernos, constitui a mais antiga fonte quanto aos conhecimentos dos aspectos das costas da Galiza e dos nomes dos seus mais primitivos povos, nem deixar de considerar a circunstância de muito embora os dados transmitidos serem atribuídos a um navegador anónimo, somente do século VI a.C., a que as expedições navais gregas, das quais se recolhem os factos, remontam, como adiante melhor se esclarecerá, no Capítulo III n.^o 3, a cerca de 900 ou 1000 anos antes de Cristo.

Existiria, então, nesses tempos do Roteiro, muito proximamente post-glaciares, uma considerável ilha, na foz do rio Minho, mesmo na boca do estuário, algo déltico, com a sua vertente a sul a terminar, como actualmente, contra as ondas oceânicas, nos rochedos da chamada ínsua velha, denominação bem indicativa dum todo antecedente, e também contra a ponta das dunas e pinheirais, a mais meridional da costa galega, no lugar da sua actual laboração fabril, e mesmo contra o porto ou baía da cidade de La Guardia; com sua vertente leste, a incluir, tanto a portuguesa actual Ínsua-Fortaleza, como terrenos hoje submersos, numa depressão, a motivar a fundura do melhor canal navegável, na margem fluvial da freguesia galega de Camposancos, dos quais terrenos submersos se salientam, ainda hoje, longa fileira de altos penedos, muito à tona da água, na maré cheia, mas, sempre a descoberto fora disso; porém, com a vertente norte, limitada no sopé, por um dos braços finais do rio, que, embora desde há dezenas de séculos obstruído, por

aluviões arenosos, deixou como restos do seu remoto percurso, iniciado seguidamente ao do último afluente da direita, o rio Tamuge, as planuras do fertilíssimo Vale do Rosal e as viçosas campinas de Salcídios, braço esse, que atingiria a sua foz, na curta planura, ainda existente, a norte de La Guardia.

A possibilidade deste maciço, de vultosa circunferência de terreno, ter subsistido, ainda na época imediatamente post-glaciária, que deve ter correspondido às primeiras incursões marítimas jónicas, a que deve remontar a primeira descrição do aproveitado roteiro, para o poema, parece algo abonada tanto pela configuração das mais antigas cartas da costa da Galiza, o que atrás se viu, como pela irrecusável autoridade daquele dito sábio alemão Herman Lauttensach, a personalidade que, como ninguém, estudou os terraços do rio Minho, o qual, — como isso já citamos, no final da Introdução — num dos seus mais valiosos estudos, que ao local dedica, claramente, perfilha que «devido à portela de La Guardia ser relativamente estreita um braço do rio Minho desembocava aqui sendo que só o braço principal juntamente com o rio Coura deveria desembocar ao sul do Monte de Santa Tecla».

7. OUTRAS PRIMEIRAS NOTÍCIAS SOBRE OS MAIS ANTIGOS POVOS E ACIDENTES DA COSTA DO NOROESTE DA PENÍNSULA SÓ CONHECIDOS PELO POEMA DE AVIENO

Para além do excepcional relevo com que ao descrever a costa salienta essa impressionante Pelágia Ínsula, muitas outras preciosas notícias, que, com a mesma antiguidade de balde se procuram em qualquer outro lado, nos faculta o poema romano, sobre a Geografia, Etnologia, Antropologia, dos territórios do Noroeste Peninsular, que muito interessam à Arqueologia das zonas próximas do curso e desembocadura do rio em causa, embora este, como qualquer outro, não aí mencionado.

Para fins de desenvolvimento de estudos regionais, pela prioridade dos dados fornecidos, constitui, neste sentido, o mais antiquíssimo repositório de notícias, e, por isso grande importância lhe têm dado bem conceituados investigadores estrangeiros, como em França, Joainville ou F. de Saulcey; na Alemanha, Karl Mullenhorf ou Schulten; na Espanha muitos, especialmente Bosch-Gimpera; entre nós, Amorim Girão, Mendes Correia, Mário Cardoso e sobretudo o referido Martins Sarmento.

Este, uma vez que se aceite, como parece geralmente reconhecido, que o texto de Avieno se baseia, embora não em observação directa, dele autor dos versos, na descrição meticulosa de um navegador, que tivesse reproduzido com fidelidade o que viu, considera que a «Ora

Marítima» seria o mais antigo documento etno-geográfico do Ocidente, um documento de valor infinito pois as suas notícias provinham de uma testemunha ocular.

Foi rendido ao valor de tal autenticidade documental sobre as denominações dos povos da época desse Roteiro, que o poema menciona, até quase exclusivamente nessa fonte, e, aproveitando-se dos termos do texto, como «Lucis», que se acharia na 1.^a edição, como «Ligus» nas seguintes, que com auxílio de outros grandes estudos etnológicos, deduziu a denominação de Lusitanos, como provindos dos mais remotos ocupantes da Península, emigrantes da tribo dos Lígures nas origens do povo português.

Muitas outras tribos menciona ainda a obra, que interessam à cultura pré-histórica, sobremaneira proto-histórica, da faixa litoral da Península, que hoje forma o território de Portugal, sendo de particular curiosidade as primeiras notícias, que contém referentes às tribos dos Draganos, como dos Celticii, sobretudo as referentes aos Cempses e Sefes, estes, manifestamente também nossos ascendentes ráricos, sobretudo nas margens do nosso rio, como ainda aos Astures, aos Galaicos, tribos que, independentemente das polémicas teses desenvolvidas sobre o ser ou não verdadeira sua celticidade, revelam, indubitavelmente, a seiva transmitida, em milhares de gerações, quanto às sucessivas populações das nossas actuais províncias de Trás-os-Montes e do Minho.

Assim, para conveniente fundamentação de qual teria sido a mais remota raiz da árvore genealógica das gentes galaico-minhotas, à chegada dos romanos, ou seja nos começos da nossa era, de grande utilidade nos parecem passagens a seguir tiradas dum dos mais laboriosos iberólogos dos últimos tempos, o professor catalão Bosch-Gimpera:

«O Périplo do século VI a.C., contido no poema de Avieno «Ora Marítima», oferece-nos as primeiras notícias históricas referidas aos Celtas da Península Ibérica.

São essas notícias da maior importância para esclarecer os problemas referentes à maneira como se estabeleceu seu domínio e também para conhecimento dos povos indígenas.

Tratamos amplamente, no nosso recente livro *Etnologia de La Península Ibérica*, Barcelona, 1932, de toda essa Etnologia Pré-Histórica, mas consideramos útil precisar algo mais quanto aos resultados que obtivemos acerca do problema da invasão céltica em Portugal e suas vias de penetração, assim como do problema de super-posição dos Celtas aos povos anteriores.

Sefes e Cempses

Para cima do Golfo do Sado, diz o Périplo, existiam os Cempses e os Sefes, a partir do território dos Cinetii, os quais, também diz o Périplo, existirem do Sado para o Sul.

Foi somente pelo Périplo que soubemos que os Cempses se achavam na Ophiusa, isto é, em terras de Portugal, e para cima eram seguidos pelos Sefes, os quais parece terem ocupado o território que foi dos Oestrymínios, antes e expulsos por uma invasão de «serpentes», entendendo-se também que essa denominação, Sefes, por si, provém do grego a igualmente significar serpentes.

Os Sefes seriam uma tribo céltica, que teria a serpente como animal sagrado e ao qual atribuía uma especial virtude.

O problema difícil é saber até onde chegavam do Sul para o Norte os Cempses e começavam os Sefes.

O Périplo não dá nenhuma solução, pois, limita-se a dizer que ambos os povos ocupavam «arduicolles de Ophiusa», mas quanto a nós os Sefes teriam vividos mais a norte, mesmo até à foz do rio Minho, e aí, é que encontramos uma grande variedade de cultura dos Castros, tanto em Portugal como na Galiza espanhola, com habitações de planta circular e com cerâmica à mão estampada, regiões em que aliás no folclore muitas vezes aparece o motivo da serpente.

O território de todo o Minho pertencia provavelmente aos Sefes, e do Mondego para baixo seria o território dos Cempses, já com Castros com habitações de plantas rectangulares e num aspecto genérico mais parecendo com os povos ibéricos.

A fronteira seria constituída pela Serra de Gralheira e o curso inferior do Vale do Vouga.

Mas qual seria o limite setentrional dos Sefes?

Ocupariam toda a Galiza? O folclore das «serpentes», na Galiza, é sem dúvida um argumento de peso a favor da extensão até ali dos Sefes, mas, não quer dizer que a ocupassem, totalmente, até ao Cabo Ortegal e a sua parte setentrional não tenha sido ocupada por tribos parciais, destes Sefes, como a dos Ártabros, mencionados, no Périplo, nos começos norte da Ophiusa.

Parece-nos que os Sefes, situados para cima do Cabo Carvoeiro, formavam um povo complexo, de origem celta, que englobava numerosas tribos parciais, como a dos Galaicos, do Douro para cima, e a dos Ártabros, no território extremo.

Quanto aos Cempses, interpretando-se literalmente o Périplo, ao menos o território entre o Cabo Cempsico (Cabo Raso ou de Espichel) e a baía do Sado, portanto o Vale do Tejo, e muitos autores costumam considerá-los germanos emigrados, por pressões de outros mais violentos povos originários a leste, do território do Baixo Reno, na Westefália.

Nós, preferimos considerá-los também celtas, e constitui argumento da sua celticidade, tanto a cultura nitidamente céltica, de Alcácer do Sal, como a circunstância de Heródoto, ao referir os Celtas, os considerava o povo extremo do Ocidente, vizinho dos Cínetos, o que condiz

com a topografia étnica do Périplo, com a diferença de ele, autor grego, ter empregue o nome genérico de Celtas, no lugar específico de Cempses.

Para mais, no seu território, abunda extraordinariamente a toponímia céltica e finalmente quando desaparece o seu nome tribal, de Cempses, no absorvimento pelos Lusitanos, falam no seu lugar, todas as fontes, dos Celticii» ^{12a}.

Noutro seguinte capítulo, denominado «Lusitanos y Draganos: la población pre-céltica de Portugal», assim como noutro final, denominado, «A origem e movimentos dos Lusitanos», deste mesmo seu trabalho, dedicado ao Mestre Sarmento, e sempre inteiramente baseado no mesmo poema, Bosch-Gimpera, desenvolve outras teses, de muito proveito para o nosso país, e em particular para a ribeira minhota.

Sem embargo de se achar considerado, da parte de certos autores espanhóis, pelo menos galegos, de dever ter aceitação reservada, em algumas das suas polémicas teses, porque essas não interferem com os problemas de tal sua exposição, e mesmo porque o nosso conspícuo autor vimaranense, Coronel Mário Cardoso, o apelida, sem reбуço, de «insigne etnólogo», em sua publicação adiante referenciada, sobre a vida e obra do grande explorador de Briteiros e porque respeitadamente à mais segura informação sobre os Lusitanos o aponta o Prof. José Mattoso, na sua nota 6, à Introdução, à frente de Schulten, de García y Belido e de Mendes Correia, in *História de Portugal*, anotada, de Alexandre Herculano, tomo I, prossigamos o desenvolvimento de algumas das suas meritórias considerações, sobre a etnologia, que, neste seu trabalho, pretende ampliar e rectificar referentemente aos povos primitivos do território português.

Por ele concorda que o nome «Lucis», da edição «princepes», de Avienus, foi emendado habilmente para «ligus», emenda que viria a dar «luis», tal como o propõe o Prof. Mendes Correia, — diz — na sua obra *Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924, p. 86, e, satisfatoriamente, se acha tal possibilidade confirmada pelo colega, dele autor, o Prof. J. Barcelles, também da Universidade de Barcelona, e isso, no seguimento da acertada ideia que no manuscrito de Avieno, em letra romana, o termo *Lucis*, bem podia dar, numa cópia, *luis*, nome que com o tempo tenderia a ser ampliado de *tanus*, produzindo o nome que passou a ser difundido de *Lusitanos*.

Diz que, logo em seguida, o poema refere os Draganos dos quais nenhuma outra notícia temos deles senão as deste texto, a colocá-los «sub nivoso maxime septentrione», isto é, abaixo do máximo setentrião, e por isso há que supô-los próximos dos Lusitanos, algo mais para o alto do que o território ocupado pelo complexo genérico dos Sefes, possivelmente pela actual região de Trás-os-Montes, ou, um tanto acima, nas

terras que em seguida foram ocupadas pelas tribos célticas dos turadii, esquaesi, zoelae e celeni, tribos estas todas incluídas no grupo dos Astures.

Alude, Bosch-Gimpera, a seguir, que Schulten interpreta estes Draganos como antiquíssimo povo indígena, colocando-o mais ao norte da Espanha e entende que estes Astures foram uma evolução dos Draganos.

Por si considera os Astures como um grande complexo de povos afins, realmente aparentados com os zoelos, e, muito na proximidade dos draganos, admitindo, sim, que estes, pela sua situação isolada, entre as montanhas, poderiam realmente constituir a subsistência dum primitivo povo indígena, ao qual não houvesse chegado a ocupação céltica.

Por outro lado, como continuadores dos primitivos Cempses aponta os Celticii, aludidos com parecida situação sul, no Périplo, mesmo porque o cabo com seu nome seria o de S. Vicente, o que faz denotar — salienta — que entre estes e aqueles Astures se entremetiam, verdadeiramente, os Lusitanos, o que constitui um dado histórico da maior importância.

Desenvolvendo a parte final, do trecho atrás transcrito, pretende que os Lusitanos centravam-se, basicamente, pelas montanhas da Serra da Estrela, donde partiu o seu grande desenvolvimento, e, contra a tese de Martins Sarmento, ele, Bosch-Gimpera, não reconhece que os Lusitanos provenham dos Lígures, que no seu entender mal terão chegado a estas paragens ocidentais, ou mesmo centrais da Península, e, portanto não poderiam ter sido um povo indígena no território de Portugal.

Na sua tese os Lusitanos são derivados dos Lusonos, povo que teria existido na vertente oriental da cordilheira ibérica, entre os Montes Carpetanos e o Vale do rio Jalon, mais ou menos centrado ao redor da velhinha e ainda actual cidade de Calayud, a sul de Zaragoza, dentro da antiga Província de Guadalajara, na qual região prevalecem, ainda hoje, os nomes de Luzaga e de Luson, e que seria, — diz — o velho Lar dos Iberos, os quais Lusonos, com a sua característica de puro iberismo, emigraram, é certo, para oeste da Península, estendendo-se pela meseta castelhana, até atingirem a costa ocidental, podendo ter acontecido chegarem a Portugal, ainda antes do Périplo, de modo ao seu nome ser aí referido e muito antes da transição da Idade de Bronze.

O certo é que existe uma relação étnica entre os Lusitanos e os históricos Lusonos, mas, estes provindos da cordilheira ibérica, englobados entre os celtiberos cisteriores. E mais, — diz no final das suas considerações — hoje, contra a teoria de Schulten e outros inovadores, do primeiro quartel do século, sustentando a prioridade a respeito dos Iberos, na meseta castelhana, voltamos à tese clássica que considera os Celtas dominadores dos Iberos, resultando da sua mistura com estes os Celtiberos. Seriam os Lusonos que vieram a dar os Lusitanos, ao

estenderem-se desde seu Lar, nas nascentes do Jalon, entre as províncias de Sória e Guadalajara, para tomarem as nascentes do Douro, e irem para Portugal, pelos caminhos de Salamanca, de Ciudad Rodrigo e Almeida, para se estabelecerem nos acidentes da Serra da Estrela, a representarem, quanto a si, autênticos Iberos, anteriores aos Celtas.

E, assim, se achavam muito bem acantonados, quer pela próxima Serra da Gata, ainda na meseta espanhola, quer pelas maiores elevações portuguesas, suficientemente defendidos, à chegada dos Celtas que logo os rodearam, por todos os lados, os Cempses pelo Leste e Sul e os Sefes pelo Noroeste.

Ainda que dominados por uma capa etnológica celta, na sua celtização, sempre devia ter persistido o elemento indígena ibérico, pré-céltico.

Ora, ao começar a decadência do poder e coesão céltica, — remata — os Lusitanos saíram das suas montanhas e realizaram uma assombrosa expansão, no século III, com as correrias de Viriato, que puseram em grande perigo o domínio romano em Espanha ^{12b}.

Por outro lado perante a notícia dada, acerca do termo «Ligus», embora com grandes polémicas entre os entendidos, pode sustentar-se que na sua primeira edição figurava, como mais exacto, o termo «Lucis», do qual, com o decorrer dos tempos derivou o povo dos Lusos, como esforçadamente sustentou Martins Sarmiento e o mesmo corrobora Mário Cardoso, tudo indicando que deste, provém, argumentam ambos, a denominação de Lusitanos.

Da sua parte, o grande pré-historiador alemão Adolf Schulten, foi partindo de tais primeiras notícias literárias, que procura sustentar que aqueles Draganos, teriam ainda descido até à parte da Península, que mais tarde foi habitada pelos Galaicos e Austures, e que efectivamente os Lígures constituíram a raça essencial, na ocupação mais primitiva, em zonas que ainda permanecem algo incertas, e deviam ter sido a árvore genealógica dos Lusitanos, e, de todo o modo o substracto básico, acompanhante das sucessivas ocupações dos Celtici, designação genérica que usa, para as sucessivas e sempre muito aparentadas tribos da família dos Celtas.

Sem dúvida que, somente fundamentado na etnologia deste poema de Avieno, foi possível ao insigne Prof. Mendes Correia, ter apresentado o esboço dos primeiros povos que teriam habitado a Península, ilustrando, tal como com devida vénia aqui tentaremos reproduzir, o texto excepcionalmente valioso, constante do volume I, da *História de Portugal*, Edição Monumental, de Barcelos, consignando que aí, no poema, é o

país da Hispânia que aparece baptizado com o nome de Ophiusa, que é nome grego, e, sustentando que, muitos outros nomes, com terminação em «ussa», constantes do poema, como Ichussa, Melussa, Comyussa, Pityussa, são, efectivamente, nomes focenses, e, que, não se compreende que esta toponímia fosse grega, se este povo, não tivesse desembarcado nestas costas, presentemente portuguesas, antes da data do Périplo inicial.

Esta reconsideração é muito propositada, — diz — considerado, como se acha, que tal périplo originário teria sido escrito, por um anónimo grego, para trás do século VI a.C.

Contudo, o respeitável antigo catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, não consegue chegar a uma conclusão categórica, embora o único meio documentário seja sempre este poema, quanto à primitiva ocupação grega, pois escreve:

«Teriam sido os Focenses? Os Massaliotas? Não é possível dizê-lo. Mas, da metrópole ou das colónias, eram gregos de origem e de idioma.

Nem só, portanto, os Tartéssios, como se pretendeu, eles, teriam informes sobre estas paragens.

O poema de Avieno diz-nos que os Cempses e os Sefes ocupavam ásperas colinas, no território de Ophiusa, que perto destes habita o ágil «Lucis» e a prole dos Draganes, que colocaram os seus lares num setentrão muito elevado, depois o povo dos Cinetes que é vizinho dos Cempses.

Na segunda metade do século V, Heródoto, falando pela primeira vez da existência dos Celtas, na Península, localiza-os nas vizinhanças dos Cinésios, designando-o, «O povo da Europa que se encontra mais a Ocidente».

Note-se que sendo os Celtas já conhecidos do autor do périplo, porque os cita, no norte da Europa, eles não são por ele ainda referidos na Península.

Os Cempses e os Sefes encontrar-se-iam a norte dos Cinetes.

A expressão «ásperas colinas» (ou *ardus colles*) corresponde às fortificações indígenas fortificadas, — os Castros — situados no alto dos montes.

Pretendem Schulten e Bosch que os Cempses e os Sefes já seriam Celtas.

Nada nos diz a tal respeito o poema de Avieno, que entretanto não os confunde com os Tartéssios e com os Iberos».

Certo, certo, é que sem o poema de Avieno, pondo em verso o roteiro dum périplo feito em prosa, mais de cinco séculos antes, não seria possível, ao mesmo Prof. Mendes Correia, consignar, na mesma grande *História de Portugal*, estas passagens, tão interessantes para o conheci-

mento da nossa ascendência rácica e da mais remota ocupação do território, deste estuário minhoto:

O ágil *Lucis* e as proles dos Draganes estariam, segundo o poema, a norte dos Cempses e dos Sefes. No norte de Portugal? Na Galiza? Na costa Cantábrica? Já no território francês? Não é fácil dizê-lo.

Quanto ao grupo étnico a que se refere a expressão *Lucis* é corrente que se trata de *Lígures*.

Isso sucede porque em várias edições da *Ora Marítima*, se tem escritos *Ligus*, em vez de *Lucis*, entendendo-se que esta última palavra não faz sentido, e que teria sido um lapso do copista que poderia ter transformado o *Licus* em *Lucis*, pela simples troca de vogais.

Mas isso não devia ter sucedido porque na «editio princeps», do poema, publicada em Veneza, em 1488, e mais segura que o único manuscrito do poema, o velho Códice de Ortélio (em que aliás se lê «locos», palavra que não faz sentido algum), já se tem de ler *Lucis*.

Em 1919 formulei a hipótese de que se trataria duma alusão a *Lusitanos*, o que faria recuar alguns séculos a aparição destes na História, pois, a não ser exacta esta interpretação, eles só figurariam, pela primeira vez, como fazendo parte do exército de Aníbal, que depois da conquista de Sagunto, em 219, a.C., passa à Itália, através dos Pirenéus, do sul da França e dos Alpes.

Parece-me mais fácil passar de *Lucis* para *Lusis*, ou melhor, em vista das conveniências gramaticais, para *Lusus* do que para *Ligus*.

Para mais, o qualificativo «ágil», que no texto de Avieno acompanha o termo *Lucis* condiz, perfeitamente, com o que os autores do século de Augusto afirmam, a respeito das qualidades físicas dos *Lusitanos*.

Estrabão di-los ágeis. O termo *Lusus* é também utilizado, no século I a.C., por Varrão, precisamente para uma etimologia de *Lusitani*.

De qualquer modo, é a *Ora Marítima*, o texto que nos dá o mais antigo quadro etnológico do nosso país, com nomes de povos que depois desapareceram nas fontes literárias (...) e as mais antigas penetrações da cultura da Idade do Ferro em Portugal ^{12c}.

Ninguém deverá deixar de atender que foi inteiramente inspirado pelas leituras nas melhores edições de tratados italianos, franceses e espanhóis, todos com extensas passagens latinas, língua morta que dominava perfeitamente, desde os seus cuidadosos preparatórios, no Porto, para matrícula na Faculdade de Direito de Coimbra, sem se esquecer dos muitos livros que mandou vir de Inglaterra, para conveniente interpretação dos Celtas, neste ambicioso poema de Avieno, que o grande Martins Sarmiento, pode conceber, e tão amorosamente lançar, o seu livro fundamental: *Ora Marítima — Interpretação do Célebre Poema de Avieno*, isto, inicialmente, logo em 1880, data da 1.^a edição. E só de seguida, graças a esta profunda cultura em Avieno, demorando-se numa perscrutante série de averiguações, conseguiu lançar, anos adiante,

em 1887, esse seu tão brilhante, como polémico opúsculo: *Lusitanos, Lígures e Celtas*, em que, em continuação daquele primeiro, conseguia, na sua opinião, basear a filiação dos Lusitanos.

Por sua vez, já nos nossos dias, o seu melhor seguidor, e mais persistente continuador, nas pesquisas arqueológicas do tão famoso descobridor de Briteiros, proporciona-nos, para remate deste número, estas tão apropriadas passagens:

«Para estruturação da filiação etnológica do nosso povo, Martins Sarmento, teve de caldear seus conhecimentos numa erudição humanística excepcional, da qual resultam dois livros fundamentais, *Os Argonautas* e *Ora Marítima*.

O autor desta última obra, escritor latino do século IV, da era cristã, parece tê-la composto servindo-se de velhas fontes literárias, que alguns consideram provenientes dum vetusto périplo fenício, do século VII a.C., e ainda outros que esse roteiro se deve a um cartaginês e outros a um grego massaliota.

Neste documento se descrevem as costas da Península e os seus habitantes sendo portanto um documento de indiscutível valor, a facultar-nos as notícias escritas de mais remota proveniência para o estudo etnográfico do Ocidente.

Teria sido Éforo, autor grego do século IV a.C., que já havia incluído a melhor parte deste roteiro na sua *Geografia*, interpolando-lhe elementos colhidos de outros geógrafos, e da qual, mais adiante, já versificada também em grego, Avieno teria vertido para latim a parte que interessava ao seu poema.

De todo o modo, o poema latino «*Ora Marítima*» é considerado um dos textos mais preciosos para o conhecimento da geografia antiga e da etnologia da Península Ibérica»¹⁸.

Com nossas desculpas, pedidas aos leitores, pela demorada insistência no valor deste poema latino, a servir de ponto de partida do objecto do presente estudo, porque se a fizemos, não o foi gratuitamente, antes movidos em que o assunto daria grande honra, ao nosso sentimento rácico, de origem dos Lusitanos, particularmente então com o reivindicamento da posição geográfica da Ilha de Saturno, para a boca do estuário do rio Minho, grande honra para a localidade aqui Rainha, da margem esquerda.

CAPÍTULO II

MANIFESTOS SINAIS DO BOM APROVEITAMENTO DA RIQUEZA DAS ÁGUAS E ALUVIÕES DO CAUDALOSO RIO, PELO HOMEM DA IDADE DA PEDRA, NAS ÉPOCAS PALEOLÍTICA E NEOLÍTICA

1. ACHADOS DE PEDRA LASCADA

A ocupação humana da desembocadura do rio Minho, entendendo-se o termo como o tomam os modernos tratadistas geográficos, no total do seu esteirol, não só a parte da sua foz, mas todo aquele seu último troço, que fica bafejado pelo fluxo da maré oceânica, ou seja, todo o troço de Tui a Camposancos, ou de Valença a Caminha, parece que se acha suficientemente comprovado que se trata de uma das mais antigas ocupações do conhecimento pré-histórico recuada à Idade da Pedra, e sem ser ao seu período final, senão ao anterior, portanto alcançando as últimas épocas glaciares, centenas de milhares de anos antes de Cristo.

Não é qualquer um estudioso, ou mesmo isolada personalidade de mérito, que o vem sustentando, antes já bem subido grupo de grandes mentalidades científicas, de ambos os lados da raia, um certo número de portuguesas, mas, muito mais numeroso de distintíssimas autoridades galegas, afirmando-se em que esta bacia do Baixo Minho, constitui, sem a menor dúvida, a zona da península mais abundante em achados dos períodos paleolítico ou intermédio mesolítico, e portanto, da mais comprovada antiguidade de habitação de toda a Península Ibérica.

Os dados, ultimamente, surgem em cadeia, e com documentação bem autorizada.

Principiando pelos mais seguros, pode referir-se que por ocasião da celebração, na próxima capital provincial de Pontevedra, em 1953, do III Congresso Arqueológico Nacional, quanto à cultura científica, da especialidade histórica, na nação irmã, sob responsabilidade, senão autoria do grande arqueólogo espanhol D. José F. Valverde, como Director do Museu Histórico de Pontevedra, a Revista desta Instituição, denominada *El Museo de Pontevedra*, vol. VIII (1954-1955), fez difundir uma série de cuidadosos mapas, assinalando, nos seus locais, o que,

resumidamente, também deixou a constar o seguinte trecho, que para respeito de sua fidelidade se transcreve em puro galego:

«CARTA ARQUEOLOGICA DA PROVINCIA DE PONTEVEDRA — Cerca de las localidades donde aparece en las terrazas del Miño, en mayor abundancia el asturiense, hacia Tuy, Fernandez Costas, Alvarez Blázquez, el pintor J. Fernandez, de Goyón y el catedrático de Santiago, Manuel Fernandez, han realizado nuevos e importantísimos allazgos paleolíticos.

Alguns seran conhecidos por la tesis doctoral de Bouza Brey, que los estudia. Si los allazgos Camposancos fueron los primeros, los de Goyan son los más numerosos ...»

Antecede este pequeno texto uma série de esmerados mapas, com a configuração em todos eles da área da Província de Pontevedra, cada um desses mapas respeitante a cada das diferentes épocas arqueológicas, sendo que no mapa respeitante aos materiais achados quanto ao período paleolítico, aparecem assinaladas nada menos do que 18 estações paleolíticas propriamente ditas, sendo que destas, 13 se situam em localidades ribeirinhas, da margem direita do rio Minho, entre Tuy e Goyan, e, das restantes, as assinaladas como estações asturienses, apenas se acham situadas de Guilharey para baixo, figurando como principais as duas de Camposancos e da Guardia.

Adiante, a mesma Revista, desse Patronato cultural, *El Museo ...*, no vol. XXIX (1975), publica um novo inventário, dos últimos achados, que denominou «Adiciones á La Carta Arqueológica de La Provincia de Pontevedra», em cujo prólogo, ele, D. José Felgueira Valverde, explicitamente sustenta:

«Trabalhos notáveis desde Florentino Lopez Cuevillas, P.^o Jallay, Fernandez Costas, puseram em realce, nos anos vinte, o que significam as indústrias líticas da desembocadura do Minho.

Deu-se, depois, a actividade de Bouza Brey e de Alvarez Blázquez.

A maior abundância de achados corresponde ao vale inferior do e afluentes deste rio. A densidade diminui conforme nos afastamos do rio Minho.

AYUNTAMIENTO DE LA GUARDIA: CAMPOSANCOS — Acham-se nesta zona numerosíssimas peças asturienses. Localizam-se aqui jazigos asturienses, com enorme abundância de exemplares, nos lugares de Saa, Muiños, Arca Grande e Marêa ...»

Desenvolvendo alguns dos resultados das citações feitas, pode expressar-se que o Professor de Santiago, das personalidades de maior nomeada na moderna arqueologia espanhola, Florentino Cuevillas, na sua extrema simplicidade que é prerrogativa das cabeças verdadeiramente eruditas, quase à maneira de reportagem, assim nos elucida sobre



Desenho demonstrativo dos sinais da mais longínqua presença humana à direita do estuário do Minho.

Acham-se assinalados com triângulo cheio de restos do Paleolítico e com triângulo invertido vazio os de Asturiense. Para além destas estações que são marcadas no vale do rio só se assinalam mais três em toda a província pontevedrense.

No texto, redigido por José Felgueira Valverde e Alfredo García, dirigentes do Patronato do respectivo Museu acham-se mencionadts jazigos dentro da Comarca de Santa Maria de La Guardia dos lugares de Saa, Hospital, Los Muiños, Casa de Baños, Area Grande, Morea e Cetarea.

«La Carta Arqueológica de la Provincia de Pontevedra», in *El Museo de Pontevedra*, vol. VIII, 1954-1956, p. 30.

o que tem sido a investigação paleolítica e sua documentação, na margem espanhola do final do rio.

Foi em 1921 — diz — que dois religiosos jesuítas, professores do Colégio Português, que funcionava em Camposancos, os P.^{es} Cruz e Luisier, não longe do edifício em que residiam, o «Instituto Nun'Alvres», do local de La Passage, encontraram umas quartzitas, com talha grosseira, que foram depositadas no Museu do Colégio, e que passado algum

tempo mostraram ao Prof. Doutor Joaquim Fontes, na visita que fez àqueles lugares, no objectivo de estudar as manifestações de arte rupestre, que neles constava serem pródigas.

Reconhecida pelo Doutor Fontes a importância dos achados, ele foi, logo na altura, na companhia do P.^o Luisier, à procura do local do achamento, que era um caminho que ia desde o casario de Saa baixa, à estrada da Passage à Guardia, e aí, no próprio caminho, e nos muros que o flanqueavam, fizeram, os dois, boa colheita de instrumentos paleolíticos. Os resultados desta descoberta — diz — foram publicados em Portugal e na Galiza, no ano de 1925, dando-se notícia de, na referida zona, terem aparecido machados de mão, de tipos ponteagudos e circulares, discos e raspadeiras, tudo com aspecto de muita rudeza, mas com as arestas razoavelmente gastas, sendo classificado todo o conjunto, como indústria lítica, do noroeste hispânico, pertencente ao período chelense.

E tinham passado, assim, alguns meses da descoberta da primeira estação paleolítica galega, quando o P.^o Eugénio Jalhay, professor então do dito Colégio, teve a notícia da existência, num outro próximo lugar, mas bem perto do mar, por detrás do Castelo de Santa Cruz, de outros instrumentos de pedra lascada, e aí, se transportando, encontrou, na verdade, no caminho que vai desde a estrada de Tui à da Guardia, seixos rolados, com talha dum só lado, que o seu descobridor considerou, desde logo pertencerem ao tipo asturiense, nova indústria prehistórica, estudada havia apenas dois anos, pelo Conde de la Vega del Sella, na sua brilhante monografia *El Asturiense* — Memória n.^o 32 de la Comision de Investigaciones Palentológicas y Prehistóricas, Madrid, 1932, cuja extensão, por toda a Galiza, estava prevista pelo próprio Conde e por esse outro notabilíssimo arqueólogo Hugo Obermaier, catedrático em Madrid.

Mais ensina este sábio Prof. Cuevillas, que estamos a reproduzir, ter acontecido no verão de 1925 que o P.^o Jallay tendo ido visitar os achados feitos na costa cantábrica, pelo Conde, descobridor dos instrumentos que denominou de pico asturiense, e comparando os instrumentos de Camposancos, qualificados como chelenses, pelo Doutor Fontes, com os aparecidos nas Astúrias conclui que mantinham inteira semelhança. E, por isso, os mesmos P.^{os} Luisier e Jallay explorando de seguida em 1927 uma moreia de conchas, numa praia situada a nordeste da vila da Guardia, vieram a recolher 110 picos, muitos deles perfeitamente semelhantes aos das Astúrias, só que diferenciando-se alguns, pelo seu maior tamanho, a que o P.^o Jallay chamou «espalmados», por terem talhada, quase que totalmente, a face anterior, ainda que conservando sempre a posterior sem cortadura nenhuma.

As suas brilhantíssimas páginas dedicadas à Idade da Pedra Lascada, são ilustradas com excelentes gravuras, na sua maioria tiradas do excelente trabalho universitário de Bouza Brey — A. Blásquez, como três «coup-de-poing» camposanquienses, uma machadinha bifacial, do período achelense, achada em Salcídios, e de dois raspadores redondos procedentes de La Guardia.

Antes de terminar a sua magistral dissertação, o insigne filho das margens deste rio, como natural de Orense, embora se tenha, sobremodo, notabilizado como Mestre de Prehistória, na Universidade de Santiago, conhecedor como poucos de todos os demais trabalhos de portugueses, que aí muito cita, Rui Serpa Pinto, Abel Viana, Afonso do Paço, Mário Cardoso e outros, não deixa mais apontar que o P.^o Jallay, em 1929, leu ao «Congresso Espanhol para o progresso das Ciências» uma importante comunicação, denominada «Algumas Notas sobre o Asturiense na Galiza», na qual dava conta da descoberta de um novo jazigo guardez, situado precisamente na própria boca do rio Minho, defronte de Portugal, num lugar de Camposancos, chamado Puente dos Picos, no qual apareceram instrumentos iguais aos picos asturienses, e outros, muito maiores que estes, o que lhe fez perguntar se as estações paleolíticas, galaico-portuguesas, não seriam pré-asturienses, e se a sua aparição nas Astúrias, como na Bretanha, já em tempos neolíticos, não assinalaria um roteiro sul-norte, para a propagação de semelhantes formas de utensílios.

Ora, dado que os locais, quo tão doutamente aparecem referidos, se situam precisamente na zona objecto das nossas análises, tem todo interesse objectivo que outra vez se aproveitem as próprias palavras do saudoso investigador que está tão ligado a Caminha e suas imediações, nome de reputação científica nacional e mundial, do mais elevado grau, que são fruto duma garantida experiência pessoal, nos próprios locais, como professor que foi, durante largos anos, no Colégio do «Instituto Nun'Alvres», no lugar da Passage, de Camposancos, mesmo defronte do estuário do rio:

«Os três picos encontrados, junto à foz do Minho, e os sete que se recolheram, ao norte, para La Guardia, indicam com toda a probabilidade, que esta região foi habitada desde as mais remotas eras.

Os primeiros descobrimentos da curiosa indústria, a que os pré-historiadores espanhóis deram o nome de «Asturiense» (5 000 a 4 000 a.C. aproximadamente), datam de 1907, nas proximidades de Biarritz (França). Foi-lhe dada tal denominação ao terem sido estudados, mais cientificamente, em comparação com maior quantidade ali aparecida, desde 1920, nas Astúrias.

Pode dizer-se que em geral os artefactos são aqui maiores que na região cantábrica. Pelo número de picos encontrados resulta ser esta estação a mais importante que se conhece do «Asturiense».

O local onde aqui se descobriram os picos vem confirmar plenamente a hipótese que sobre a sua utilização formulou o Conde de la Vega del Sella. Destinavam-se ao desprendimento dos moluscos das rochas, sobretudo o mexilhão. É fácil acreditar que nesse tempo houvesse maior quantidade de lapas.

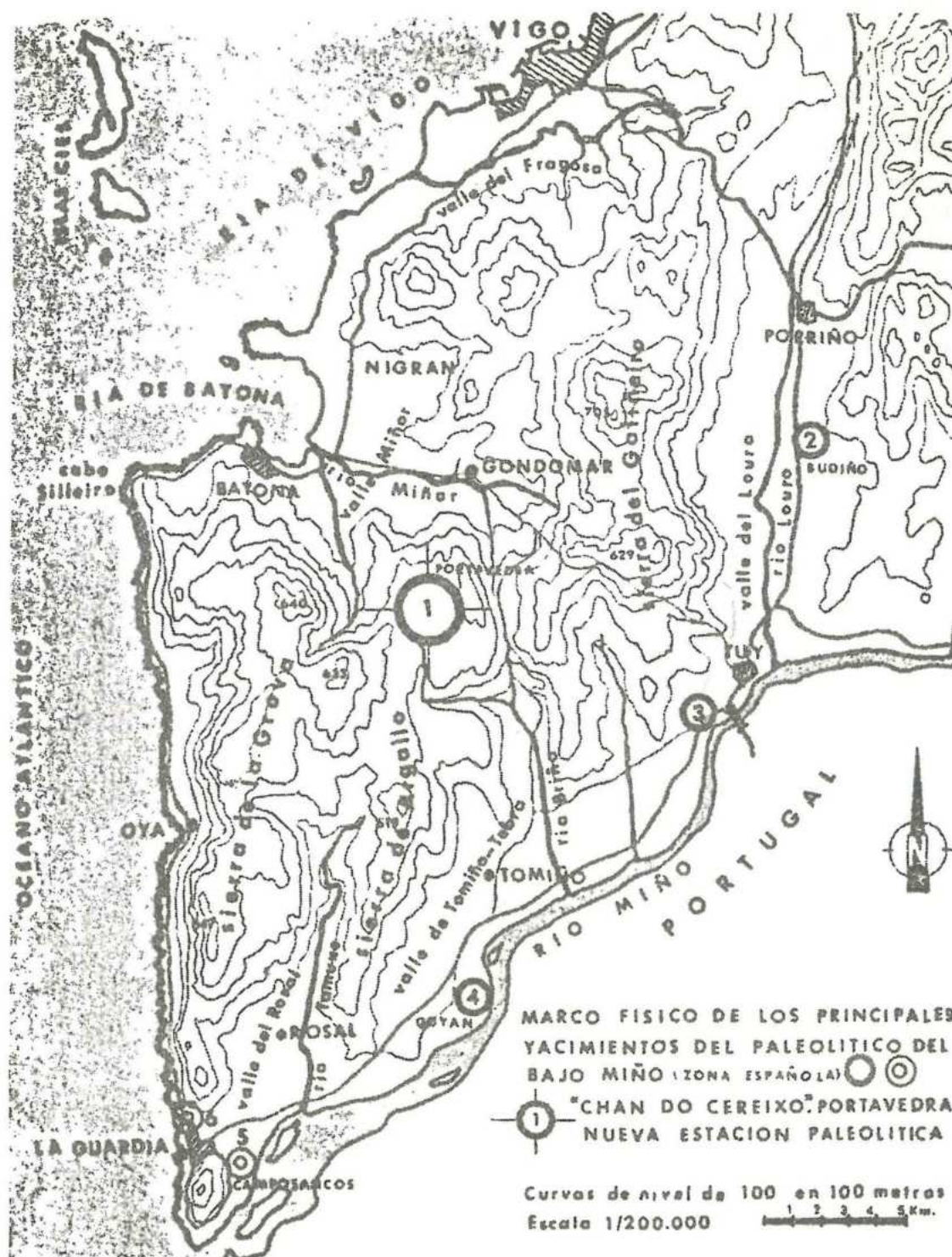
.....
Da fauna, que acompanha a indústria asturiense, pode deduzir-se o clima de que então desfrutariam os habitantes da costa cantábrica.

Com efeito, a ausência de *Littorina littorea*, representante típico do paleolítico, frio da última glaciação, tão abundante nos estratos solutrenses e magdalenses das grutas asturianas e a presença do *Trochus lineatus*, do clima mais temperado, indicam que o asturiense coincidiu com o *Optimum* climatérico pós-glaciário¹⁴.

Quanto à margem portuguesa do rio no irresistível atractivo, por causa do seu bom peixe, com vista à existência das mais recuadas populações conhecidas, não se pode esquecer que o abalisado arqueólogo Afonso do Paço, no seu livro *O Paleolítico do Minho*, fixou, concretamente, e até no seu apresentado mapa, as estações paleolíticas de Vilarelho, Argela, Vilar de Mouros, Seixas, Lanhelas, Gondarém e Cerveira.

E, para concluir este específico tema, nenhuma melhor prova do importantíssimo papel que desempenha na pré-história, este troço final do velho rio peninsular, do que a avultadíssima bibliografia que se depara duma enorme lista de autores portugueses e espanhóis, sobre estudos dessa primeira época pós-glaciária, nesta zona ribeirinha, e que, por ser lista aí escrupulosamente apresentada, com devida vénia, se recolhe duma parte da bibliografia junta ao excelente trabalho galego, sobre mais uma valiosa estação paleolítica, nesta ribeira minhota, para além das que se diz já se acharem suficientemente estudadas, as de La Guardia, Camposancos, Goyan, Eiras, Tuy, Budiño, esta nova, situando-se precisamente à margem dum dos afluentes do rio Minho, no vale de Tomiño, o rio Cereixo, denominada estação de «*Chão de Cereixo*», ou, segundo o título dum trabalho de Jaime Garrido Rodriguez, «*Nueva Estación Paleolítica en Gondomar*» (Pontevedra), publicado na revista, em que se insere uma vasta bibliografia, de âmbito estritamente local, quanto a esta riqueza paleolítica^{14a}.

É que, sem a menor dúvida, tão vasta bibliografia com abundantíssima documentação arqueológica minhota e galega, da parte dos seus mais categorizados investigadores, pode comprovar que na desembocadura do grande rio e suas imediações, em redor de Caminha, aquém e além rio, se goza da prerrogativa, verdadeiramente excepcional, de ter



Extracto reproduzido com a devida vénia da excelente revista histórica espanhola *Boletín del Museo de Pontevedra*, ilustrando trabalho arqueológico do investigador Jaime Garrido Rodriguez.

sido um dos espaços físicos mais preferidos e conhecidos da ocupação humana do continente ou pelo menos deste país, em que nos inserimos.

Certo que nunca se poderá precisar, nem com aproximação provável, o tempo de tais acontecimentos dado que muito embora aparaçam algumas divulgadas tentativas a demonstrarem que a espécie humana já teria existido desde há dois milhões de anos, possivelmente a ter os seus primeiros pontos de irradiação do Norte de África, e da Ásia Ocidental, as investigações dos mais recuados achados de estruturas de ossos não podem atingir para o homem inteiramente erecto, na configuração em que se firmaria, senão o primitivíssimo «Homem Neandertal», a dever esta designação ao vale de Neander, no leste da Alemanha, perto da fronteira francesa, donde há 30 000 anos se teria estendido, em duas direcções, uma pelo vale do Danúbio, no sentido das regiões temperadas do Médio Oriente, e outra, no sentido do sul e sudeste de França, por onde teria permanecido dezenas de milhares de anos.

Devia ter sido por cerca de meia dúzia de milhares de anos antes de Cristo, que vendo derretidos, a favor de novos rios e subida dos mares, os gelos que obstruíam os altos montes do norte da Península, e por aí impediam a passagem, o Homem, inflectiu para as terras aquecidas pelo Sol do Ocidente.

Seria por volta dos anos 5 000 no máximo 5 500 a.C. quando a zona sul do mar do Norte ficou seca, a Inglaterra se transformou numa ilha, que os degelos separariam, com um braço de mar, do continente e, neste, muito aqueceu a temperatura na parte Ocidental, que o Homem vindo dos vales e mares interiores de Leste, se estendeu para o litoral atlântico e mediterrâneo, da França e passou à Península a procurar sempre localizar-se muito perto das bacias dos rios ou próximo das costas marítimas.

Precisando de se defender dos cavalos e touros selvagens, sobremaneira dos corpulentos e ferozes lobos, este primitivo homem, tinha de se firmar em locais de resguardos propícios, como os lagos e rios, que lhes fornecessem alguma pesca, e não se achassem infestados de animais ferozes, mas que simultaneamente lhes facultassem elevações altaneiras, para mais seguros abrigos, entre seus pedregulhos, em cujas cavernas ou antas fariam as suas dormidas, como iniciavam a domesticação dos mamíferos mais propícios, primeiramente o touro, o porco e o cão, seguidamente o cavalo.

Também desaparecida a rena, que antes comiam, como animal mais acessível, dos que abundavam nos gelos, este homem paleolítico, ao ficar mais evoluído, já com alguma ferramenta viria a dedicar-se à caça dos mamutes, e seguidamente, dos bisontes, mas como tal só poderia ser exercido pelos tipos mais robustos, a sua preferência seria nesse tempo, a pesca, como o melhor meio da sua alimentação, ainda que exercida

somente de terra, e, daí o aparecimento dos «concheiros», montes de resíduos de ossos, de peixes e de conchas de moluscos, como vestígios das mais remotas ocupações pré-históricas.

Pois, talvez algum interesse desperte, na verdade, aos apaixonados habitantes da margem esquerda do estuário do rio Minho, dos nossos dias, um desonvolvido conhecimento dessa invulgar prerrogativa do seu espaço físico constituir local dos mais ricos «concheiros», das estações paleolíticas, que ficam referidos na minuciosa bibliografia da nota n.º 14a, aludida, que somente por isso se desenvolve, a ilustrar que todo o vale do rio Minho designadamente seu belo estuário defronte de Caminha foi na Era Paleolítica dos locais da Europa e da Península com mais recuada ocupação pela espécie humana.

Aliás, elucida claro o especialíssimo Prof. A. Amorim Girão, cate-drático de Geografia na Universidade de Coimbra que as estações paleo-líticas do território de Portugal se distribuem com grande preferência pelo litoral e só muito raramente as encontramos no interior.

Elucida, categórico, fazendo devida especificação, para tal propó-sito, na Carta do nosso território que apresenta no Capítulo VIII, «Povoamento Humano» da sua monumental obra *Geografia de Portugal*, que mais de 90% dessas estações demonstrativas da mais primitiva ocupação humana se situam nas províncias litorais e das 10 estações paleolíticas assinaladas para o norte do rio Douro uma delas se situa nas proximidades da foz de tal rio, apenas duas se situam em zona interior, ainda que no vale do Tâmega, nas proximidades de Chaves, situando-se das restantes sete, duas no vale do rio Âncora e todas as demais cinco no vale do rio Minho.

Flagrantemente ensina nessa obra da sua *Geografia*, Porto, 1949-1951:

«Era esta uma das zonas que melhor podia assegurar o povoa-mento do homem primitivo pela abundância de vegetação no solo, facilidade de recursos da pesca e boas condições de defesa contra os animais ferozes pela profusão de cabeços de montes facilmente fortificáveis e até naturalmente defendidos.»

O que raramente pode ser demonstrado para outras regiões portu-guesas, parece pois inteiramente certo que estas paragens, da ribeira do rio Minho, nomeadamente sua desembocadura, dados os artefactos líticos que por aqui deixou, já foram pisadas por homens de há mais de 20 000 anos, relativamente aos nossos dias, época a que remonta o Paleolítico Acheulense das praias e ribeiras do Minho.

Pelo menos a vida humana aqui se acha suficientemente documen-tada no período Mesolítico, tomado entre o Paleolítico e o Neolítico ou seja entre o oitavo e o quinto milénio antes de Cristo.

Evidencia isto mesmo e com toda a clareza a Carta Paleolítica e Epipaliolítica de Portugal, categorizadamente preconizada pelo grande arqueólogo Afonso do Paço, ora aqui reproduzida, na gravura seguinte, onde o exímio oficial superior do exército, profundo conhecedor de todas as explorações do género, por todo o país, assinala, para o vale do rio Minho, uma densidade de mais numerosas estações comprovativas da mais recuada vida humana aqui do que em qualquer outra parte do nosso território.

Se antes, uns milhares mesmo, aqui intensos gelos sobrecarregavam píncaros e vales, chegando a esgotar pronunciadamente o rio principal e seus afluentes, pelo que se teria aberto uma larga bacia, tal como o referimos na Introdução, da qual até teriam recuado as águas oceânicas, na *Regressão Wurmica*, por isso, depressa submetida a uma prolongada erosão; agora, à chegada das gentes paleolíticas, esta desembocadura do grande rio começava a beneficiar, privilegiadamente, por força de mais sol e correntes meridionais, dum clima aquecido ou pelo menos temperado, propício à vida humana, muito embora a maior parte da Europa ainda prevalecesse coberta de gelo.

Ora, com o derreter das geleiras, pelas imediações nas montanhas marginais e nas costas marítimas, este rio engrossou, tornou-se alto e caudaloso, porque também as águas do mar entraram abundantes, na denominada *Transgressão Flandriana*, o que pode ter acontecido com a última glaciação, também chamada a de *Würm*, após a qual chegaria o homem.

Assim, em resultado dos diversos graus desta *Transgressão*, no período de glaciação denominado *Monastiriano tardio*, correspondente ao período geológico *Tirreniano III*, as águas do mar teriam atingido níveis de 18-20 metros acima do mar actual, como isso se lê em bons especialistas, como do modo concreto no «Tirreniano III (Würm I / Würm II) a Ínsua de Caminha achava-se toda submersa a 5-8 m», (*Portugal Pré-Histórico*, por O. Veiga Ferreira e Manuel Leitão, Publicações Europa-América, Biblioteca Universitária, pp. 19 e 22).

Tal violência das águas fluviais e marítimas, nos primeiros tempos do clima temperado, é que teriam dado causa à subversão, para os baixos níveis, em que tão altas individualidades os pesquisaram, esses artefactos dos primeiros homens, das suas cabanas e primitivas indústrias paleolíticas, de há mais de 12 000 anos, nestas encostas ribeirinhas.

2. OS ACHADOS DA ERA DA PEDRA POLIDA

A fase da idade neolítica da humanidade, embora noutras partes do mundo seja mais velha, surge na Europa só entre 4 000 e 2 000 a.C.

Originários do Sul e Sueste, os homens neolíticos invadiram, lentamente, o continente europeu à medida que a rena e as estepes abertas cederam o lugar às florestas e às actuais condições físicas europeias. São principais características desta nova era, depois dum largo hiato de milhares de anos, em que quase parece ter sido interrompida a vida, no continente, as seguintes: 1) A presença de instrumentos de pedra polida, e, em particular do machado de pedra, preso a um cabo de madeira, instrumento tanto de trabalho como de luta. Como arma de guerra também usava as pontas de flechas e o facto de estes instrumentos serem de pedra polida não exclui manter-se quantidade em abundância de instrumentos de pedra lascada, embora mais aperfeiçoados que os seus similares do período Paleolítico. 2) O começo da agricultura e o uso de plantas e sementes. Enquanto o homem caçava e fazia algumas colheitas silvestres a mulher começava o cultivo das terras. 3) A cerâmica e a cozinha propriamente dita. Já não se comia somente o cavalo. 4) Começam os animais domésticos. O cão apareceu muito cedo. O homem neolítico domesticou ainda o boi, o carneiro, a cabra e por fim o porco. De caçador se converteu em pastor dos rebanhos, que outrora caçara. 5) Inícios da fiação e tecelagem. 6) Mas não eram nómadas. O nomadismo como forma de civilização estava ainda para se desenvolver.

Ainda se não sabe, presentemente, até que ponto o povo neolítico ao chegar à Europa, com mais probabilidade vindo do Sudoeste Asiático, era já possuidor das artes que lhe caracterizaram o modo de vida.

Não se sabe se essas artes foram desenvolvidas por eles próprios recém-chegados ou pelos seus antecedentes, descendentes dos caçadores de rena, e pelos pescadores da última era paleolítica. Possivelmente os caçadores da rena já tinham desaparecido, mas, restavam os povos capsenses, os quais desenvolveram outros instrumentos cortantes e em parte aprenderam dos povos mais adiantados do sul e do leste, os novos modos de vida, nas sementeiras, colheitas e melhores utensílios para a agricultura ou sustento em frutos.

O certo é que daí em diante a evolução se torna contínua sem ruptura nem interrupções. Desde que surgiu o modo neolítico de vida até aos nossos próprios tempos, a natureza do homem é uma só, a mesma. Há invasões, conquistas, emigrações e cruzamentos, mas as raças, como

um todo, continuam sempre a lenta adaptação às áreas em que começaram a estabelecer-se nos primórdios da Era Neolítica.

Ora da existência do homem neolítico, nesta desembocadura do rio Minho, são fidedignos testemunhos, para já quanto à margem direita, as várias espécies de machados polidos, que se guardam no rico Museu de Santa Tecla, e que foram encontrados, em parte na mesma Citânia, e em parte nos terrenos que se remexeram ao abrirem-se os alicerces para o edifício do Hospital e Casa-Asilo de La Gaurdia; e isto, enquanto no Museu Regional de Caminha, não são expostas as peças da ribeira esquerda, que em martelos, punhais ou pontas de sílex, formões ou cavadores, em pedra neolítica vão aparecendo. Aliás, a grande importância da vida humana, nesta zona, acha-se exuberantemente patenteada na «Carta Arqueológica da Província de Pontevedra» atrás aludida, em cujos mapas, para tal período, se marcam pelo menos as estações neolíticas já devidamente estudadas, de Cabreiros Pincas, de Areas, de Taborda, mas, com extraordinário apreço, a de Subidá, em Budiño e a de Goyan.

Assim, é o melhor investigador e tratadista de prehistória da Galiza, aliás natural de uma das suas capitais de províncias, como titular da respectiva cadeira universitária, em Compostela, que se ocupa, detidamente, dos muitos vestígios do Homem neste último troço do Baixo Minho, durante as transformações da Terra a seguir ao Paleolítico, e tanto a evidenciar o intermédio Mesolítico, como a caracterizar o período Neolítico, pelo emprego de certos instrumentos úteis, polidos na pedra, como os machados, os cinzeiros, as goivas e as massanetas, ou pelo emprego de vasilhas cerâmicas, da domesticação dos animais, pelo progresso evolutivo do exercício da vida, resultantes de actividades produtivas como a da pesca e duma rudimentar agricultura, com emprego dos gramíneos e cultivo dos vegetais, sobretudo na melhoria dos abrigos, na transição dos dólmenes para as primeiras toscas casas.

Mas é também ele, Florentino L. Cuevaillas, quem no capítulo da parte da pré-história denominado «A Idade da Pedra Lascada», do volume III, da *História da Galiza*, da direcção de Ramon Otero Pedrayo, Madrid, 1979, nos aponta, em diversas passagens, que nas comarcas de Tui e da Guardia, sobretudo nas margens do Baixo Minho, têm aparecido valiosas e abundantes peças de indústria lítica, deste período, tanto na margem direita, pelos terraços do rio, em frente de Goyan, Tomiño, Salsídios e Camposancos, como nos aluviões, e terrenos baixos da margem portuguesa, descobertos por doutos investigadores nossos, que cita, peças recolhidas por Vila Nova de Cerveira, Gondarém, Lanhelas e Seixas.

Aliás, aquele mesmo Prof. A. Amorim Girão, na sua obra atrás citada, agora ocupando-se da Era Neolítica, semelhantemente, reafirma:

«Pode dizer-se que os monumentos megalíticos dessa época se localizam, de preferência, em esplanadas abundantes de água, que fortemente condicionava a existência do homem primitivo.

Concluiremos, neste esboço, que a actual região do Nordeste português, era já na Era Neolítica, uma zona bastante povoada para o que sem dúvida contribuía a abundância de água e também o relevo do solo, cuja profusão de cabeços facilmente adaptados à defesa, exercia notável atracção sobre o povoamento humano naquelas remotas eras.»

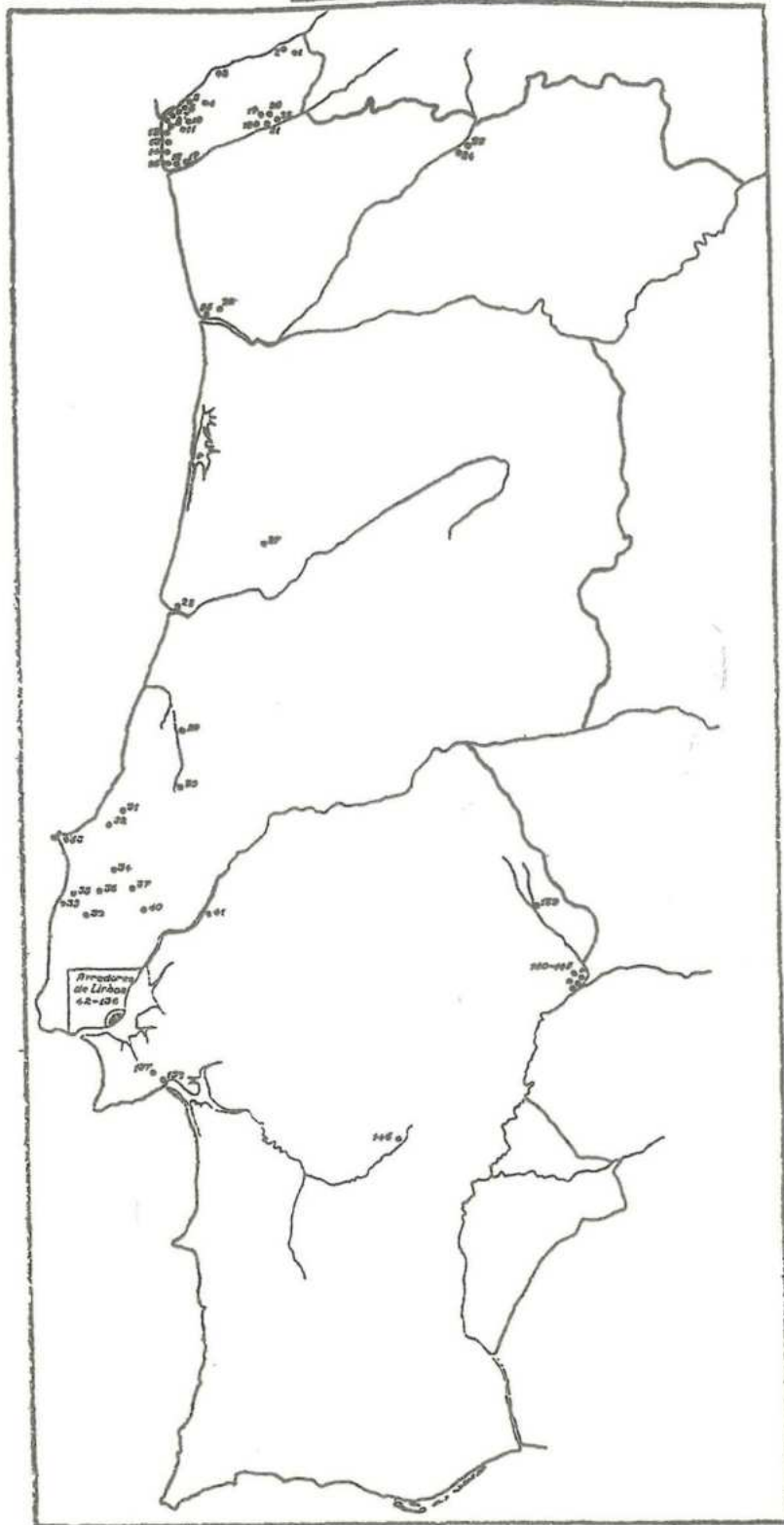
Período pré-histórico consideravelmente longo, devendo abranger ainda os últimos tempos glaciares, este Neolítico, terá decorrido com manifesta comprovação de ocupação humana acima do rio Douro, sobretudo nas desembocaduras dos rios, com especial destaque para o melhor, escudado de montanhas, contra os perigos dos animais vultuosos e de mais fertilidade de peixe, entre os inícios do quinto milénio e os inícios do terceiro milénio a.C., sendo que se acha inteiramente provado que, dos finais do IV milénio até aos primeiros séculos do II milénio a.C., por estas paragens, surgiu o tipo de cultura primitiva denominado de «Megalismo», caracterizado por monumentos feitos com grandes pedras, sendo de apontar entre estes os denominados «menires», os «cromeleques», e as «antas».

Ora, vestígios de monumentos deste género, aparecem assinalados, por meio da Carta Arqueológica do Patronato do Museu de Pontevedra, e dos estudos arqueológicos guardeses, como dos apontamentos inéditos de Martins Sarmiento, como melhor isso destacaremos ao ocupar-nos dos respectivos locais, numa e outra das duas margens do grande rio, na direita especialmente em Goyan e no Tecla, e, na esquerda no Monte de Santo Antão, para não se citar a vizinha Âncora.

É o próprio sábio Sarmiento, quem firmemente nos transmite nos seus inestimáveis *Cadernos Manuscritos*, preciosamente reservados na Sala-Museu do edifício da Sociedade de Martins Sarmiento, as tão apreciadas notícias de que em Santo Antão (Caminha), encontrou duas Antas, do diâmetro de 22 passos, uma delas a Nordeste e bem próximo da arruinada Capela de Santo Antão, deste tempo, e a outra nas cercanias da chamada «Pôça da Chão», a um dos lados dum caminho que dava para Azevedo.

Admite que esta última fosse um autêntico Dólmen, e digno de muita atenção, de cujo aspecto, com suas possíveis galerias, intercala, no manuscrito, um minucioso desenho, a simbolizar a sua ideia. (*Caderno* n.º 41, p. 6, da Colecção denominada «Antiqua»).

CARTA PALEOLÍTICA E EPIPALEOLÍTICA DE PORTUGAL
ESCALA = 1:1.250.000



Reduzida a $\frac{1}{3}$

Reprodução, com a devida vénia, dum valioso Mapa constante da tão apreciada obra de António do Paço denominada *Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal*, na qual se demonstra achar-se na ribeira do rio Minho a mais densa zona de estações de primeiras ocupações pré-históricas do nosso país e na mesma com o auxílio duma lupa se notam assinaladas pelo menos dez, sob os n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Ora, por seu lado, no texto da obra a estes seguidos números, correspondem as identificações das localidades de Fiães e de Peso (Melgaço); de Ganfei e de Fontoura (Valença); de Cerveira e de Gondarém (Vila Nova de Cerveira); como, finalmente, dos n.ºs 6 a 10 as localidades de Lanhelas, Vilar de Mouros, Seixas, Argela e Vilarelho (Caminha).

CAPÍTULO III

OS POVOS DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES DESENVOLVIDAS NA RIBEIRA DO MINHO

1. DOS LÍGURES AOS IBEROS OU DOS IBEROS AOS LÍGURES

Foi logo nos princípios da sua carreira científica, no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, que em Lisboa se realizou em 1880, numa comunicação apresentada em língua francesa, por exigência protocolar na época, para tais assembleias mundiais, que Francisco Martins Sarmento, tendo apenas 47 anos, lançou esta tese, original mas firme, que havia de ter tão forte retumbância, no campo da pré-história:

«O que sempre parece incontestável é que o nome colectivo dos povos ocidentais na mais antiga geografia era o dos Lígures como num fragmento de Hesíode se vê que o norte era ocupado pelos Schytos, o sul pelos Ethyopeanos e o ocidente pelos Lígueres (Frag.º 132, E. de Didot).

Eram os Lígueres os povos que os Fenícios olhavam como representantes da civilização que vimos no Ocidente.

Constituíam eles uma grande colectividade de povos, aos quais pela afinidade manifestada nos seus costumes e sua raça, tinham direito a essa denominação comum perante a teoria geográfica.

Esta geografia tinha de ser fenícia porque no tempo de Hesíode e mesmo séculos mais tarde os Gregos, não podiam ter chegado e quaisquer referências quanto a conhecimentos de povos ocidentais que só pelos fenícios podiam ser comunicadas.

.....
A aparição dos Lígures na Ibéria será então anterior ao século XV a.C. e muito anterior à chegada dos Tírios a Gades.

Mas por meio dessas fontes e de conformidade com as observações dos fenícios desde essa época vemos que se acantonou em Espanha, primeiramente pela costa leste, um povo agrícola e portanto ariano, que era ligúrico, segundo as tradições recolhidas por Thrucyde comparadas com as dos habitantes da Sicília, o qual povo pelo maior desenvolvimento da sua civilização e organização política, pela superioridade das suas armas e estratégicas pode submeter os Iberos que não tomaram a resolução dos sicanos — emigrantes para a Sicília — e deixar em partes da Espanha uma lembrança notável.»

Mais consta desta sensacional comunicação científica, que o sábio de Guimarães, sob adoptada denominação «Les Lusitainiés», fez nesse areópago, de sábios da Europa, sobremodo dos maiores então pré-historiadores, franceses, ingleses e alemães, alguns dos quais, deslumbrados, com a profundidade e valor dos dados do investigador português, terminado o Congresso, pretenderam visitá-lo, na sua casa e verificar, como o veio fazer pessoalmente Humber, os achados de Briteiros, em que consistia ser para ele, Martins Sarmiento, este povo ligúrico o mesmo povo dos Dólmens, que tão espalhados ficaram pelo Minho e pela Galiza, pois lhe parece inadmissível uma prioridade do povo dos Dólmens e uma segunda migração dos Lígures.

Como fundamentação do ponto essencial da sua tese, de que os Lusitanos tinham legítima e directa ascendência ligúrica, dado mesmo que os Celtas não chegaram a ocupar algumas das regiões da península, pareceu-lhe, como ponto da maior importância, o sublinhar que antes da aparição dos celtas, no Ocidente, se vêem Dólmens a estenderem-se por uma extensa região, ocupada por povos de origem ariana, os Lígures, os Selloi e os Graicii (Gregos), pouco importa o nome que tinham, implantando — diz — uma civilização própria com seus monumentos e nomes étnicos e locais.

Quanto ao itinerário, da entrada destes Lígures, apesar da sua etnia comprovadamente ariana, das suas características de povo dos Dólmens e manifestações de se achar bem parentado com os Sícules (Lígures da Sicília), para ele o povo ligúrico desceu das margens do mar Báltico, ocupando lenta e sucessivamente o litoral da Europa, até Tartessos, e, na península fez muita pressão sobre os Iberos, a empurrá-los para leste; isto é, do ocidente para oriente, ao contrário do admitido por D'Arbois de Johanville, dado que não se encontram lembranças vivas de Lígures e tradições ligúricas senão no Oeste e Sudoeste de Espanha, aliás intimamente ligadas com os Lígures d'Albion (Ilhas Britânicas) e países bálticos.

Melhor ainda, noutro seu seguinte trabalho, esse tão famoso e polémico livro *Lusitanos, Lígures e Celtas*, Porto, 1887, desenvolve Martins Sarmiento, com grande firmeza e violência, a sua teoria sobre a essência fulcral da civilização ligúrica:

«Sustentei e sustento que os Lusitanos são de origem ligúrica e que a sua onomástica deve ser ligúrica.

Entendo que a onomástica do Ocidente, decifrável pelo câmbrio e congêneres, nos revela traços duma civilização importada dos Lígures, árias pré-celtas, civilização que pela sua superioridade ofuscou realmente as civilizações rudimentares dos povos pré-existentes, chamados desde então a uma vida nova.

O predomínio destes verdadeiros primeiros civilizadores, da mais antiga Europa, só começou a ser abalado cerca do século VII a.C., pela onda sempre crescente duma infinidade de povos setentrionais, conhecidos primeiro pelo nome de Celtas e depois pelo de Germanos, irrompendo do alto-norte onde chegaram sem se saber como.

A sua entrada só numa ou noutra parte encontrou resistência séria. Mas em todos os países desde que cessou a anarquia, por tais invasões causada, a civilização ligúrica, retomou a sua marcha e a barbárie dos intrusos foi-se diluindo nela.

Toda a minha tese etnológica consiste em mostrar que os povos do extremo ocidente e entre eles os Lusitanos pertencem a uma migração ariana, falando uma língua ariana, e, desenvolvendo a civilização do Bronze, séculos antes do aparecimento dos Celtas na cena histórica.

Sabe-se como os guerreiros ligúricos e os Lusitanos tinham escudos de bronze e os Celtas já tinham arma de ferro.»

.....
«Quanto ao nome dos rios Ana, Minus e Tamaris aos quais se tem atribuído certa celticidade, a do primeiro é impossível porque o nome é mencionado no périplo fenício, do século VI, não havendo ainda celtas em Espanha ao tempo desse documento.

Os nomes «Minus», Tamaris, também não podiam ser célticos visto que segundo o testemunho de Estrabão os Lusitanos eram Iberos e os Galaicos um ramo dos Lusitanos e assim também Iberos.»

Noutro ponto, deste segundo seu livro, o autor vimaranense, sem lhe dar desenvolvimento, em bem poucas palavras, encara a teoria dos Iberos, dizendo tratar-se duma invasão simultânea à Ligúrica, ou ligeiramente anterior, duma invasão igualmente ária, constituindo o problema de lhe atribuir a sua época, se simultânea à ligúrica, se ligeiramente anterior, ou se lhe seguiu, uma das maiores dificuldades peninsulares.

A propósito destes Iberos, antes que esses tantos recentes historiadores enveredassem num sentido muito diferente na explicação do nome, é ele quem, primeiramente, e precedendo com a sua eficiente habilidade, desenvolve a actual revisão histórica, manifestamente em desfavor do rio Ebro, e, sim, na preferência dada, pelos recentes melhores autores, ao rio Hiberum, que seria o antigo nome dado a um dos rios na proximidade do Guadalquivir, ou mesmo a este, pois manifesta-se já bem claro:

«O rio que deu o nome aos Iberos não foi de nenhum modo o Ebro mas bem outro que corria a ocidente de Tartessos» (*Les Lusitainés*, p. 29).

Além disto, ainda que tomando a designação de Lígures, como massa global de populações, não deixa de ponderar que no seu seio existiam

povos de diversas migrações, citando entre estas a dos *Hyperborens*, de tradição grega, provindos da antiquíssima Hélade, muito anterior às decantadas expedições dos troianos, sendo que tais migrações de «Graicii» como os designam alguns, tinha seguido até ao norte da Península Ibérica, caminhos de caravanas, desde os Alpes Adriáticos, pelos Alpes Apeninos, Alpes Ligúricos, e faixa mediterrânea da antiga Ligúria, até penetrarem pelos Pirenéus, já que o trajecto marítimo pelo estreito se lhes achava vedado pelos fenícios.

Parece-lhe contudo, a si Martins Sarmiento, que entre todos os variados povos que aqui se juntaram, nesses mais recuados tempos, duma primeira vida social e produtiva, dos princípios do Bronze, «devia existir um fundo comum de crença, costumes e língua, a que se pode chamar civilização ligúrica».

Meio século adiante, tal posição sarmentina via-se tão autorizada-mente consagrada, pelos maior iberista dos nossos tempos, deixando escrito:

«Teriam sido os Lígures os portadores duma civilização ainda com aspectos do período neolítico mas já muito aproximada do Bronze, a constituírem a população mais antiga assinalada na Península, que nos é dado comprovar historicamente» (*Tartessos*, 1945)⁹.

Ainda, no mesmo sentido da estabilização genérica, nunca específica, das gentes ligúricas, se pronuncia o distinto catedrático Prof. Mendes Correia, especialista nestas antiguidades romanas e pré-romanas, autor aliás, dum trabalho nesta matéria «O Problema dos Lígures em Portugal», mais sustentando que desde os começos da Idade do Bronze, ou até anteriormente, tal mescla dos Lígures se havia estendido por todo o território peninsular, havendo também certa probabilidade, ainda que não provada, com suas características de notável perfeição morfológica, de Branquicéfolos, como acontece aos actuais habitantes da Ligúria, terem sido, como pretende Martins Sarmiento, na verdade, eles Lígures, a mais pura árvore da genealogia dos Lusitanos (*História de Portugal*, volume I, Edição Monumental, Barcelos, 1928).

Poder-se-á ainda referir, quanto à maior antiguidade dos Lígures, que o douto académico, dos começos da história nacional, D. Jerónimo Contador Argote, os admite não só na Península como até na sua Galiza, pois, embora sem dizer em que se fundamenta, refere «os Lígures foram expulsos da costa da Galiza, pelos Celtas, mas, segundo parece ainda muitos ficaram habitando na mesma costa»¹⁴.

Por seu lado, um grande historiador francês dos fins do último século, D'Arbois Johanville, na sua obra *Les Premiers Habitants*,

expressamente afirma que os Lígures habitavam, sem qualquer dúvida, na Ibéria à chegada dos Celtas e antes do século VI a.C.

Mas na última década secular, antes de Cristo, nas proximidades da entrada dos Celtas, também muitos historiadores referem os Iberos, como sendo, diferentemente dos Lígures, outro vastíssimo povo que se estendia por variadas regiões da Península, por todos os lados, norte, centro, leste e sul.

Parece que ninguém até à data conseguiu determinar o sentido etnológico desta longínqua denominação dos Iberos na Península, pelo que tem de concluir-se tratar-se muito mais duma designação geográfica do que duma tribo rática, muito embora Varrão, considerado historiador romano, admita poder ter sido uma emigração proveniente da Ásia.

Contra seus princípios, de demoradas análises etnológicas, face a este tema, de quem procediam os Iberos, bem pouco nos esclarece o abalisado etnógrafo J. Leite de Vasconcelos, pois a seu respeito simplesmente nos diz:

«Sobre os Lígures da Ibéria há raras notícias. E se passarmos à região portuguesa maior escassez de notícias encontramos. Vários factos linguísticos que se tem citado como prova da existência do elemento ligúrico no Ocidente da Ibéria são muito incertos. Segundo os cálculos de D'Arbois de Johanville, os Lígures estavam ainda na Ibéria no século VI a.C.» (*Rel. Lus.*, vol. II, p. 53, 1905).

Menos ainda nos abona, na devida explicitação, o celebrado autor da *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona, 1932, pois, não nesta sua obra capital, mas no seu importantíssimo estudo posterior, atrás enunciado, que dedicou ao mestre, que tanto admirava, Martins Sarmiento, em que pretende precisar algo mais do que naquela havia dito, conforme resultados entretanto apurados, este catedrático barcelonês, apenas parece tomar como raça ibérica a população a que dá o nome dos Luzones, que coloca no centro da Meseta, ao escrever:

«Os Lusonos representam pois os Ibérios anteriores aos Celtas. Os Lusonos, apesar de terem alguns vestígios de celtização, mantinham o elemento indígena pré-céltico e ibérico. Hoje, contra a teoria de Schulten, sustentando a prioridade dos Celtas a respeito dos Iberos, na meseta castelhana, voltamos à tese clássica que considera os Celtas dominadores dos Iberos, resultando da sua mistura com estes antigos povos da península os Celtiberos»¹³.

Quanto aos caminhos de passagem a Portugal e zonas da sua possível fixação, esse distinto barcelonês, Bosch Gimpera, refere um pouco adiante:

«Os Lusonos espalhados para o Ocidente deviam dar nos Lusitanos mas é provável que não fossem os Lusonos das nascentes do Jalon, senão os das nascentes do Douro, que emigraram ao penetrarem na região, em que habitavam, os vacceos e os arevacos. Os Lusonos tiveram de se estender consideravelmente pelas nascentes e margens do Douro e foram parar a Portugal pelos caminhos de Salamanca, Cidade Rodrigo e Almeida, para se estabelecerem nas zonas mais elevadas, principalmente na Serra da Estrela»¹⁵.

Uma extensão de tribos ibéricas, tomando-se a designação como mero sentido geográfico, enquanto um bom rigor prehistórico não consiga precisar qual a sua mais própria designação, ocupou as serras da futura consagrada denominação regional de Entre-Douro-e-Minho, sobretudo as montanhas da velha Galiza, nesses tempos precélticos, do primeiro milénio antes de Cristo, quer se denominem Draganos, Lucis, quer Lusones, quer Sefes, na designação genérica de Iberos.

Só deve referir-se a essa camada, do mais antigo conhecimento de populações, de vida historicamente organizada, esta seguinte passagem, constante da magnífica monografia, de excelente fundo cultural, publicada em 1927, pelo distinto autor e arqueólogo guardês, que vimos referindo, sobre o vizinho Monte de Santa Tecla:

«Os restos de fortificações ciclópeas, que existem no Tecla, indicam-nos que já antes da chegada dos Celtas, núcleos de povoações devidamente organizados e dispostos para sua defesa aí moravam, cabendo portanto a dúvida se as tribos celtas teriam ou não de tomar estas alturas à viva força para aí viverem»¹⁶.

Pouco prejuízo, nesta concepção, de núcleo populacional de denominação peninsular, no seu radical comum, pode obstar à incerteza, que persiste, quanto a origem da terminologia de Ibero, dado que muito embora por largos tempos, entre nós, através de Leite de Vasconcelos ou de Mendes Correia, e em Espanha de muitos autores, se tenha vindo a atribuir ao genérico povo que, muito primitivamente, após ter passado os Pirenéus se estabelecera nas margens do rio Ebro, na mais remota antiguidade chamado Iberus, ou simplesmente Ibero, que teria dado a denominação ao povo em certa época espalhado por toda a península, e à mesma; ultimamente, no seguimento de Sarmento, como vimos, surgiu uma versão diferente quanto ao ponto de partida desse centro irradiador.

Na sua obra denominada apropriadamente *España y los españoles hace dose mil anos*, essencialmente baseada na *Geografia* de Estrabão, da qual faz tradução e comentários, o muito conceituado historiador do país vizinho, A. García y Bellido, expõe-nos que o nome de Ibéria, segundo Estrabão, vinha sendo acostumado a designar-se, entre os Gregos, desde tempo muito remoto. No seu entender procede o nome de Ibéria de um rio de nome Iber, que de princípio não foi o rio Ebro, senão um seu honónimo, da região de Huelva, onde certos textos, de velhíssima origem, citam um rio Iberrus e um povo a que chamaram Ibero. Teria já feito ver Estrabão que a porção de terras habitada por gentes da parte ocidental do rio, se chama Ibéria, e a parte oriental era habitada pelos Cilenos ou Cillicenos e Tartésios.

Indesculpável revisão esta que deixe de citar a autoridade e mérito de quem primeiro a referiu, o sábio português Martins Sarmiento, como atrás o dizemos.

Deduz-se, facilmente, das obras dos autores, a ocuparem-se destes tempos, que ultrapassado, o período Eneolítico, os povos aqui chegados, ao Noroeste da Península, vindos já ou tornados cá conhecedores do fabrico do machado de pedra, das agulhas de osso, duma cerâmica rudimentar, e, mesmo dos primeiros utensílios de cobre, num período que imediatamente se seguir ao Neolítico, isto no III milénio a.C., deram começo à Idade do Bronze, estendida do II milénio aos séculos iniciais do I milénio antes de Cristo.

Nestes sítios, da desembocadura do Minho, como parece resultar das primeiras imigrações vindas das serranias da Meseta, pelo vale do Douro, tal como de resto nos territórios inferiores, deu-se então a ocupação dos mais antigos povos historicamente conhecidos a poderem deter alguns dos primórdios princípios de Civilização, denominados *Lígyres* e *Iberos*, que, parecendo quase coincidirem como no começo deste número o vimos, a generalidade dos escritores distingue com designações diferentes ¹⁷.

Ora, porque com bastante desenvolvimento atrás, mais nos ocupamos dos primeiros, e porque, assumindo-se numa designação muito mais geográfica, que etnográfica, para este estudo, implicam com outra propriedade, os segundos, na parte em que se terão fixado na baixa Galiza, consideremos o que, com curiosas particularidades, de continuidade histórica e linguística, nos transmite o respeitável Guillaume de Humboldt, venerando arqueólogo alemão, do século XIX, doutamente traduzido,

por bom autor francês, ensinando-nos, respeitante a tal segundo povo e sua implantação, no Norte da Península:

«Os Iberos formavam um grande povo embora o nome lhes corresponda mais no sentido geográfico que etnográfico, porque efectivamente habitava uma grande parte da Espanha, antiga Ibéria, cujo sentido assim lhe ficou dum modo geral.

Eles quase se achavam espalhados por toda a Península, falando uma só língua, embora conforme as diferentes regiões ocupadas assumisse dialectos diversos.

A essa língua dos habitantes mais primitivos da Espanha, seja dos autóctones, seja dos vindos para este país, numa época anterior, a todo o conhecimento histórico, parece corresponder a língua vasca.

É que um estudo comparativo de vários lugares da Península denominados com palavras da língua vasca demonstra que esta língua era a dos Iberos, que, sem excepção, por toda a parte da Península, por onde se achavam espalhados, só falavam uma língua semelhante à actual vasca.

Donde vieram os Iberos?

Não posso responder ao problema mas julgo que diferem dos Celtas pela raça, a língua e o carácter, mas não me oponho a que, numa época mais recuada, os Iberos, venham a constituir um ramo da grande árvore celta, tal como se pode dizer que os Lígures, não descendem dos celtas, que nós conhecemos, na Gália, mas que eles podem ser um ramo irmão dum braço oriental mais antigo da árvore celta.

Se bem que se venha dizendo e já segundo o testemunho dos Gregos e dos Romanos que os Iberos diferem dos Celtas não há qualquer razão, como digo, para negar qualquer remoto parentesco entre as duas raças»¹⁸.

2. DRAGANES E SEFES

Entre os Iberos, que nos termos expostos vieram ocupar a Península, algumas suas tribos preferiram, para definitivo acantonamento do seu nómado e longo percurso, em vez das altas serranias, do centro da Meseta e da Estrela, antes outra região, mais fértil, ainda que a oferecer-se algo defensivamente montanhosa, lhes fosse mais agrícola, por ser muito húmida, atravessada por muitos rios, que se estendia do extenso rio Douro ao mar Cantábrico, dois desses povos assumiram suas designações próprias, uns de Sefes e outros de Draganes.

Fundamentando-se na conjugação de diversos dados etnográficos, e, tomando como prova documental o antiquíssimo Périplo, que se reproduz no poema de Avieno, o nosso grande etnólogo Martins Sarmento conclui que o povo dos Dragones — aqui, a tal respeito, bem

evidenciado nas alusões constantes do nosso Capítulo I, — era, sem dúvida, um dos povos mais primitivos que habitavam a parte setentrional da Ophiusa, compreendida, — diz Sarmiento — entre o Cantábrico e uma linha que o anónimo autor do Périplo não precisa, mas que parece teria a sua extremidade ocidental na foz do Douro.

Quanto aos Sefes e aos Cempes, povos a que, nas proximidades, juntamente refere o poema de Avieno, evitando, nesta altura, repetir mais considerações, depois do que muito já se expôs no Capítulo I, sobretudo, no aproveitamento das teses

do esforçado iberólogo Bosch Guimpera, personalidade que melhor se ocupou dos mesmos, importa salientar que parece que apenas os primeiros interferem quanto à ocupação territorial, nesta ribeira minhota, certo que também aqui chegaram, com a particularidade — isso se refere na preciosa monografia do distinto autor guardês sobre o Tecla, — de terem empurrado aqueles Draganes bem mais para o Norte.

Este catedrático barcelonês, na sua celebrada *Etnologia de la Península Ibérica*, tratando detidamente a sobreposição dos Celtas, em relação aos povos anteriores, reconhece que a maioria das tribos do Nordeste, são, sem dúvida, anteriores à invasão céltica e que uma densa população indígena se manteve, intacta, debaixo do domínio celta, mas chega a admitir que estes Sefes e Cempses já possam constituir uma guarda avançada de sangue celta.

Ainda que no entender duma razoável maioria de estudiosos, como no seu próprio, isso não possa constituir argumento completo, para ele, autor barcelonês, a filiação celta destes dois povos parece-lhe evidente, atenta a região donde ambos partiram no território dos Cinetes, que Herodoto considera vizinho dos celtas.



Desenho proposto pelo Prof. Mendes Correia para ilustrar a matéria de que se ocupava «No Limiar da História — O período intermédio entre o neo-eneolítico e a segunda Idade de Ferro», in *História de Portugal*, Edição Monumental, Barcelos, 1928, vol. I, p. 157.

Sobrepondo-se como bem parece em mais próximo contacto aos ditos Lígures e Iberos, do que não há dúvida é que essa fonte, sempre muito acatada, do velho Périplo grego, ambos dois povos de misteriosa designação etimonológica, quanto a nós de significado rácico mais condizente com uma origem greco-ibérica, acharam-se na Ophiusa, parecendo todavia citados do sul para norte, das terras do presente Portugal e os últimos nomeados primeiramente ¹⁵.

3. DA CERTEZA DO POVO GRÓVIO, NA ZONA GEOGRÁFICA DA RIBEIRA DO RIO MINHO, AS DÚVIDAS DA SUA LINHAGEM ETNOLÓGICA, SE JÁ CELTA, SE APENAS PROVINDO DAS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES GREGAS

Um dos dados mais concretos da denominação de uma das tribos da ocupação humana, nesta ribeira minhota, entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, é a de que nesse período intermédio habitou nestas paragens, deixando-lhes uma muito vinçada influência toponímica, um povo importante, seguindo-se aos discutidos ligúricos e naturalmente aos Sefes, que certos autores denominam de Gróvios e outros de Grávios, ou mesmo de Graios.

Quem primeiro refere esse povo é o consagrado Plínio, aliás na sua reconhecida autoridade de ter contactado, directa e pessoalmente, com as tradições ainda vivíssimas, nestes locais, quando, bem poucas centenas adiante, aqui esteve, como pró-consul e cronista militar, das legiões de Roma, ao fazer, na sua *História Naturalii*, concreta menção dos povos destes sítios consigna claro:

«Dos Cilenos para baixo começa a Chancelaria de Braga. Abrange Helenos, Grávios, Castelo de Tui, tudo geração de Gregos» (Liv. IV, Est. XX).

Perante tal trecho, concordam a generalidade dos seus comentadores, que o primeiro povo referido, o dos Cilenos se situava nas imediações meridionais do Promontório Céltico, a corresponder ao actual Cabo de Finisterra, estendendo-se até às actuais ilhas de Pontegada e de Ons, situadas, respectivamente, defronte de Arosa e Pontevedra, sendo que os Helenos se espalhavam ao redor desta actual capital provincial, Pontevedra, predominantemente na sua vizinha Península de Morrazo, ou de Marim, a atingirem mesmo o rio Minho, e, sendo que por perto, e principalmente deste para baixo, ou seja, desde o bem assinalado Castelo de Tui, se situavam os Gróvios.

Duas importantes particularidades temos de realçar neste traduzido trecho, uma, de que no rigor do seu texto, Plínio escreve latinamente Grávios, e não Gróvios, apesar de ser esta a grafia que veio a dominar, na denominação do povo, e, outra, particularidade flagrante, a de que se tratava dum povo de geração grega.

Por seu lado, Pompónio Mela, que já viveu um século adiante, igualmente historiador romano, da maior reputação, e mais dado ao desenvolvimento geográfico, acerca do povo Gróvio, detem-se circunstancialmente, a respeito dos seus territórios e limites, ao consignar, na sua famosa *De Situ Orbis*, conhecida como *Descrição do Universo*, estes expressos termos latinos:

«Totum Celtici colunt sed a Durio ad Flexum Grovii fluntque, per eos Ave, Celadus, Nebis, Minus et cui oblivonis cognomen est Limia»

cuja tradução, no abalisado conceito do gramático e latinista Contador d'Argote deverá ser esta:

«Célticos habitam esta frente toda; porém, desde o Douro até aquela pequena volta os Gróvios, correndo entre eles Ave, Cávado, Neiva, Minho e o Lima que tem o sobrenome de Olvidio» (Liber III, Cap. I).

Estabeleceu-se, no trecho, quanto aos Gróvios, uma vincada restrição delimitativa, que bem pode denotar uma voluntária separação etno-geológica, porque a adversativa, «sed», parece dizer que os Gróvios eram um povo aparte dos célticos, duma diferente origem étnica, muito embora um próximo parentesco, ou a admissível miscegenação, não estejam em causa.

Com tal dúvida, posta pela adversativa de Mela, e com a flagrante identificação dos *Gróvios* com os *Gregos*, mesmo, no adequado termo convergente, com que os designa Plínio, como sendo eles *Gravii*, faz brotar de imediato, essa outra questão de se saber se a designação Gróvios, não constituirá uma evolutiva deturpação daquele anterior termo latino, *Gravii*, que escreveu Plínio, por sua vez, derivado de *Grai*i ou *Grai*is, no significado de gregos.

Foi uma alta personalidade romana, Sílvio Itálico, a primeira figura literária, que encarou esta questão, revestida aliás, de maior autoridade que qualquer outra, porque alcança o século III a.C., tempo bem mais aproximado, tendo sido, para além de bom poeta, escrupuloso historiador, pelo que, fazendo uma minuciosa descrição das guerras púnicas, consigna terminante:

«E aquelas gentes, que agora numa corrupção do nome Graios, chamados Gróvios, viviam pelas imediações da cidade de Tui, tudo terras dos descendentes de Oeneco» (Liv. III, 335).

Entre nós, na literatura etnográfica do começo do século, Leite de Vasconcelos, parece não aceitar esta atitude, que tão altos historiadores romanos apresentam, antes se inclina para uma ascendência celta dos gróvios, embora com particularidades algo distintas, do comum dos Celtici, porque deixou-nos este trecho a tal respeito:

«Na última região da costa, para cima do Douro, habitavam os *Galaeci*, segundo Estrabão (III-2). Mas aí coloca Pompónio Mela (*Chorographia*), o povo denominado *Celtici*, ou melhor povos assim denominados, povos estes que podemos considerar resultantes da fusão dos *Calaeci* com os *Celtas*.

Deverá escrever-se *Grovii* e não *Gravii*, como se lê em Sílvio Itálico Para Plínio (*Nat. Hist.*, IV-112), um pouco menos antigo que Mela, os *Grovii* ou *Grovi* ocuparam território muito menos extenso, restrito às margens do rio Minho, dominadas pela importante povoação de Tyde ou Tui»¹⁹.

Pondo algo em dúvida que a zona territorial dos Gróvios se tenha estendido pelo todo da nossa província de Entre-Douro-e-Minho, como o registou Mela, e o subscreve a maioria dos autores portugueses, escrevendo sobre essa época, procuram, patrioticamente, localizá-la, pelo menos, preponderantemente só para cima do rio Minho, mas, sempre na sua bacia hidrográfica, dois importantes estudos recentes, publicados em revistas, do escol intelectual galego.

Assim lê-se no excelente *Boletín Auriense*, de Orense:

«É perfeita a concordância das melhores fontes em ordem a localizar os Gróvios na zona litoral, entre os rios Lima e Minho, se bem que segundo o nosso parecer a sua zona terá de delimitar-se ainda bastante ao norte deste rio, porquanto Tyde, identificado com Tui actual, estava situada na margem direito do Minho e era terra gróvia»²⁰.

Noutro trabalho galego, respeitante à delimitação deste povo gróvio e aos topónimos actuais, que a denunciam, na Galiza e no Entre-Douro-e-Minho, apesar do incómodo de seu demasiado extenso desenvolvimento, pelo interesse que transmitem, serão de aproveitar as seguintes passagens, duma primorosa monografia do exímio investigador pertencente ao «Centro Provincial de Investigaciones Locales del Museo de Pontevedra», Dr. José Caamaño Bournacell, monografia denominada

El Grove, Su Historia, que procuraremos traduzir, embora arriscando nisso algo da sua segurança e clareza:

«A península de El Grove fica situada, segundo o máximo de probabilidades e a opinião de exímios historiadores, na demarcação dos Grovii, ou pelo menos nas suas proximidades se se quer ver, no seu nome, uma derivação etimológica deste povo céltico.

Assim, o ilustre académico Dr. García Bellido, nos seus comentários a Plínio diz que o termo deste Grovi se deve achar relacionado com o nome actual de Grove, na ria de Arosa, mas ainda concorda melhor esse mesmo nome, referido por Mela e Plínio, com o nome da cordilheira La Groba, montes litorais entre o rio Minho e a entrada da ria de Vigo.»

.....
A questão, contudo, destas derivações só pode ser resolvida por especialistas na matéria, como veremos de seguida.

Curioso é notar, diz Leite de Vasconcelos, «Os Gróvios», no *Archeólogo Português*, vol. X, n.º 10 a 12, ano 1905), que na toponímia moderna, tanto de Entre-Douro-e-Minho e da Beira, como da Galiza, há uma série de nomes que, segundo todas as aparências, se relacionam com o nome étnico Grovii.

Sem dúvida as formas minhotas Gróvia e Groiva, podem explicar-se pelo feminino singular de Grovii, isto é, por Gróvia, forma homófona, com a primeira daquelas, e que realmente aparece como nome de mulher numa inscrição galego-romana. Quanto aos outros, Grova, Grove e Grovos, posto que, com algum esforço, fosse ainda possível reduzi-los foneticamente a Grovii, não tentarei isso e prefiro dizer que eles provêm dos mesmo radical, de que provém Grovii, que tem aparência adjectival, (singular, masculino Grovius, feminino Gróvia, plural masculino Grovii).

Se por um lado o nosso espírito se compraz observar como do nome de um povo resta ainda, não obstante ter vivido nas eras mais remotas, um eco tão vivaz, no onomástico moderno, por outro lado, tanto quanto pude averiguar, os nomes modernos, de que se trata, aparecem unicamente, na Galiza, no Entre-Douro-e-Minho, e na parte da Beira, que confina com o Douro. O que fica mais uma vez implicitamente confirmado é que, desde há muitos séculos, se vem usando a grafia Grovio em vez do primitivo pretendido Graii»²¹.

Ainda nesta aliciante matéria, mantendo, sim, que os Gróvios se fixaram preponderantemente pelas margens do rio Minho, sem que obste algo mais se terem estendido, a seu norte e sul, vem a alinhar um estudo denominado «Um Gróvio Autêntico», publicado em *O Archeólogo Português*, ano XI.

É o caso do distinto investigador F. Alves Pereira, aí ter contrariado a concepção que então acabara de tomar Leite de Vasconcelos, numa monografia sob o nome dessa tribo, por ter dado importância

exagerada, à adversativa «sed», que figura na passagem de Pompónio Mela, aqui há pouco transcrita, com a demasiada força que lhe empresta, de já não serem terras Celticii, as do Douro para cima, já que ele, Alves Pereira, o que entende é que da mesma passagem, antes se deve deduzir que, enquanto os Celtas habitavam toda aquela região, que Mela descrevia, desta, porém, «sed», outro povo, os Gróvios, ocupavam a área sulcada pelos rios Ave, Cávado, Neiva, Lima e Minho, não devendo a adversativa ter uma importância tão decisiva como quer o autor das *Religiões da Lusitânia*.

Para si a mais valiosa, até hoje, referência aos Gróvios é ainda a devida a Sílvio Itálico, que atrás também transcrevemos, porque alcança — diz — o século III a.C. e nos mostra como os Gróvios se acharam incluídos no exército cartaginês de Hanibal, a par dos Astures, Lusitanos e Turdetanos, a fazerem frente às legiões romanas, na altiva resistência que lhes fizeram, nestas ribeiras de Entre-Douro-e-Minho, até ao êxito final da conquista por Augusto.

Consta realmente de certos documentos históricos, que esse general cartaginês conseguiu, com seu grande talento administrativo, agrupar a ajuda voluntária de várias tribos ibéricas e celtibéricas, para com elas, pelo ano 228 a.C., não só impedir o avanço dos romanos, mas explorar, num interesse comum, os minérios de estanho, ouro e prata.

Constitui, contudo, o essencial deste estudo, de Alves Pereira, o referir que no ano de 1908 ao fazer uma incursão arqueológica pelos territórios da ribeira do Lima, veio a deparar na freguesia de Vila-Mou, do concelho de Viana do Castelo, certa pedra que, em Agosto de 1892, havia aparecido nos entulhos da igreja paroquial em reconstrução, a qual, com a prestimosa ajuda do Dr. Luiz de Figueiredo Guerra, veio a identificar como uma ara votiva ao Deus Júpiter, contendo, nas duas primeiras linhas os dizeres: RUFÍ GROVIVS / VOTV. dos quais se pode deduzir que Grovius, seria filho dum tal Rufus, este a parecer-lhe nome céltico, e assim provar-se, senão a inteira celticidade dos Gróvios, que usavam nomes de origem celta.

Ora, o certo é que Alves Pereira, neste interessante estudo verdadeiramente positivo, apenas algo alcança quanto a um possível testemunho da extensão dos gróvios, ao interior da ribeira do Lima, porquanto a questão da sua celticidade continua em aberto, perante as mais reputadas autoridades europeias, como o sábio arqueólogo alemão Hübner (*Mon. Lig. Iber.*, p. 106), que considera o designativo Grovii, como um nome ibérico, e antes a provar que o elemento indígena existia, por estas paragens de Entre-Douro-e-Minho, intimamente copulado com o invasor celta-gaulês.

Oportuno será aqui recordarmos que esse tão notável monógrafo de La Guardia, que em 1927 produziu aquele excelente estudo arqueológico, sobre o Monte da Tecla, que tantas vezes vimos citando, entende a páginas 51, que efectivamente os celtas encontraram já as cumeadas do grande monte, a norte da foz do Minho, ocupadas por outras tribos, que pertenciam à zona dos Gróvios.

E por outro lado — embora fatigante a transcrição — não devemos evitar trazer aqui o depoimento de quem foi alguém, na nossa literatura histórica, dado que afora ter sido a alma da criação da respectiva Academia, em seu abono, conta ter sido um respeitado gramático, com vários trabalhos sobre a formação da nossa língua, o profundo latinista, D. Jerónimo Contador d'Argote, a situar-se, quanto a nós, no campo mais lógico, ao deixar-nos a tal respeito:

«Os geógrafos gregos e romanos logo no início da conquista chamaram *Graios* a um povo das ribeiras da Galiza, determinadamente nas do rio Minho, em razão de parecerem gregos, nos costumes, e depois, com o tempo, o sobredito nome se converteu em *Gravios* e depois em *Grovios*.

Os exemplares antigos de Mela tinham *Gronii*, mas os melhores códices de Sílvio Itálico liam é certo Gróvios, mas os de Plínio tinham, sim, *Gravii*. (Tomo I Capítulo XIV, n.º 286, «Os Gróvios») ²².

Ainda que entendamos que este bom gramático e grande clássico seiscentista, deriva, convencivelmente, a genealogia gráfica destes gróvios, por nós, não desejamos avançar qualquer tomada atitude, nessa fundamentação linguística, a partir da corrupção do primitivo nome, carecidos como nos achamos, dos conhecimentos filológicos, da correspondente vertente, só que poder-se-iam desde já aduzir alguns argumentos mais favoráveis ao seu helenismo que celticidade, fundamentados na sua toponímia e costumes.

Mesmo, isso, contudo, pretendemos deixar para um pouco adiante no ponto em que vermos essa fundamentação a respeito do povo geral dos Galaicos, no qual, como particular junto ao litoral ou inteira absorção se integram historicamente estes *Grovios*.

Contudo, cumpre-nos desde já, bem salientar, na preocupação essencial deste número, de delimitação da respectiva zona geográfica, os seguintes dados sobre a sua localização, nos finais do Bronze, numa área de evidente influência grega.

Será, em primeiro lugar, a posição localista em que o escrupuloso Plínio, peninsular de nascimento, o mais completo historiador romano, de vinco político, porque acompanhava as tropas, colhendo testemunhos

directos nos locais, referindo os Gróvios, a par, mesmo lado a lado, dos Helenos, na zona de Tui ou seja no começo do estuário do rio Minho, com imediata consideração do comentário apropriado, do território desses dois povos, nas proximidades de Tui «tudo geração dos Gregos».

Diz claro o texto da *Historia Naturali*, na alusão a tal ponto:

«... Helleno Gravii Castellum Tyde Graecorum sabole omnia.»

Em segundo lugar, nenhuma dúvida permanece em que Tui sempre se considerou de fundação grega, o mesmo acontecendo quanto a Ponte-



Outro desenho proposto pelo Prof. Mendes Correia que ilustra na sua larga matéria «A Lusitânia Pré-Romana», no mesmo Capítulo e época, vol. I, da *História de Portugal*, Edição Monumental, Barcelos, 1928.

vedra, assumida historicamente como antiga Helena, povoação fundamental da tribo dos Helleni.

Trata-se, em terceiro lugar, do seguro depoimento dum dos mais categorizados historiadores espanhóis do último século, D. Manuel Murguia, casualmente natural da região, quando nos diz, na sua *História de Galiza*, 1888, Tomo II, que Tui, antes de outros seguintes privilégios, foi capital dos *Grovios*.

Para último ilustrativo de que a zona geográfica dos Gróvios, efectivamente se localizava numa faixa litoral, acima e a abaixo do rio Minho, não muito larga, dado que a leste, na mesma época, acontanados nas monta-

nhas interiores, os apertavam os Galaicos, na sua rudeza alpina, parecendo continuadores dos antigos Sefes, provavelmente da mesma etnologia ária-helénica, mas, com uma denominação mais genérica, englobando outros povos, senão também este.

Deixando, por agora, esse povo geral dos Galegos, para os números seguintes, onde veremos que deveria ter a mesma origem, dado que

Justino, com a sua autoridade de ter sido dos mais acatados historiadores romanos, considera ser o parentesco dos galegos, com os gregos, coisa comum, nas gentes lusitanas, atentemos somente mais alguma toponímia desta dita zona minhota-galaica.

Afora a referida pedra votiva, a certa divindade grega, lavrada por um gróvio, nas terras hoje de Vila-Mou (Viana do Castelo), deveremos considerar o nome da freguesia de *Grovelas* (Ponte da Barca), bem como dezenas de lugares sob denominações de *Grave*, *Grovia*, e mesmo de *Gravea*, que o infatigável sábio etnógrafo Leite de Vasconcelos rebuscou, no nosso Entre-Douro-e-Minho, e no seu conceito tendo todas as aparências de se relacionarem com o nome étnico de *Gravii*.

Mas o principal testemunho se demonstra, imediatamente além-rio Minho, entre as montanhas que lhe ficam ribeirinhas, da Serra do Argallo e o mar, na denominação da longa e vultuosa cordilheira dos Montes da Grova, ou Serra da Groba, a correr na costa marítima, numa linha e seguidamente ao Tecla, por detrás de Oya, até ao porto de Bayona e ria de Vigo.

Evidencia-se, ainda, com mais clareza, que esta faixa foi, na realidade, domínio dos *Grovios*, para alguns, poucos, já um povo celta, mas, para a maioria, apenas fruto da miscegenação do substrato ibérico da conglobação proto-Lusitânica, a denominação de *El Grove* dada hoje à península, outrora ilha, situada à boca da ria de Arosa, abrigando a maravilhosa ilha de La Toga.

Revele-se, pois, aqui, à curiosidade de alguns leitores que, habitualmente, tanto visitam estes encantadores panoramas, da costa galega, o seguinte testemunho do passado multi-milenário, de tão belos sítios, em traduzida transcrição duma revista pontevedraense:

«Segundo a máxima das probabilidades na opinião dos mais exímios historiadores a península de *El Grove* fica situada na demarcação dos *Grovii*, ou pelo menos nas proximidades e pretende-se ver no seu nome uma derivação etimológica desse povo céltico dos Gróvios.

Assim, o ilustre académico García y Bellido (*La España del siglo primero de nuestra era*), nos seus comentários a Plínio diz: «Os *Grovi* acham-se relacionados com o actual nome de *La Groba*, montes litorais entre o Minho e a entrada da ria de Vigo».

Ora na nossa opinião o golfo que se estende do Cabo Silleiro ao Cabo Finisterra é o Golfo Oestrymnido, de que fala Avieno no poema «Mar Ora», é também julgamos que a península *El Grove* que foi em tempos uma das Ilhas Oestrymnidas, aí citadas, cujo substrato indígena foi transformado mas não expulso pelo povo céltico indo-europeu dos Sefes, que teria ocupado esta costa no ano 590 a.C., na qual encontraram, neste golfo e suas Ilhas Oestrymníadas, abundante estanho e chumbo.

E a esta região se chamou então Oestrymnis, porque os seus povoados e campos vieram a ser invadidos por uma multidão de serpentes as quais deram o nome, de origem grega, àquela terra, que viria a ser abandonada, por essa tribo ou conjunto de tribos, desses Sefes, designação igualmente grega, no mesmo sentido de serpente» (*El Grove, Su Historia*, por José Caamano Bounacell)²¹.

É que duas nítidas sugestões, vivamente, ressaltam deste transcrito trecho pontevedraense, uma primeira como os Gróvios, efectivamente, ocuparam, no começo dos últimos seis séculos antes da vinda de Cristo, os rios e rias da futura costa minhota e galega, sendo uma segunda sugestão que nesta mesma região, indo do rio Douro até à ria de Pontevedra ou mesmo da Arosa, com esse povo e seus continuadores, prevaleceu uma inegável etnologia grega, tal como a seguir melhor o veremos.

CAPÍTULO IV

DO COBRE, ESTANHO E BRONZE, AO FERRO,
NA EXPANSÃO DO POVO GALAICO.

COMO DE SI PARTICULAR, ESTE POVO, PELA SUA INTREPIDEZ
E O TEMOR CAUSADO NOS VIZINHOS, LHES INSPIROU
SE DESIGNASSE COM O SEU NOME, UMA REGIÃO MUITO MAIS VASTA
E VARIADA QUE A DO SEU EFECTIVO DOMÍNIO.

DUAS CORDILHEIRAS DE CASTROS, UMA DE CADA UM DOS LADOS
DA RIBEIRA, A SERVIREM-LHE DE DEFESA, NO SUSTENTO ALIMEN-
TAR E NA ESTRATÉGICA GUERREIRA, COMO SALVAGUARDA DA
MELHOR DAS ESTRADAS DE PENETRAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL,
NA MAIS RICA REGIÃO DO NOROESTE PENINSULAR DA ÉPOCA.

A MONUMENTALIDADE DA CITÂNIA-CHEFE, DO SISTEMA DEFEN-
SIVO, COMO ALTANEIRO GUARDIÃO DA PORTA DE ENTRADA:
SANTA TECLA (OU ABOBRIGA?).

A MAIS PROVÁVEL ORIGEM DO NOME MINIO, DADO PARA O RIO
PRINCIPAL DA RIBEIRA, PELAS PRIMEIRAS MIGRAÇÕES
PRÉ-CÉLTICAS, DESDE A MAIS REMOTA ANTIGUIDADE.

CONJECTURAS QUE SE TORNAM MAIS FAVORÁVEIS
SOBRE A ETIMOLOGIA DESSA AMBICIONADA REGIÃO,
QUE ESTA RIBEIRA MAIS ENGRANDECEU: A VELHA GALECIA.

1. DA IDADE DO MEGALITISMO À IDADE DOS METAIS
E DA «OESTRYMINIS» OU DA «OPHIUSA», DO PÉRIPOLO
DOS GREGOS, TRANSMITIDO POR AVIENO, À «LUSITÂNIA»,
DE ESTRABÃO OU DE PLÍNIO

No final do *Neolítico* ou Idade da Nova Pedra, com que findamos o capítulo antecedente, às actividades puramente depredadoras, da caça e do roubo, em que mais se ocupava o Homem do período anterior, sucediam-se novas preocupações, mais a visarem um melhor sustento alimentar, e já certa estabilidade populacional, acomodada em grupos.

Podiam ter, portanto, existido os primeiros núcleos de famílias, nas localidades que graficamente ficaram assinaladas nas duas margens do grande rio, numa investigada correspondência, aos bem destacados topónimos aqui agora existentes, na sua desembocadura.

O certo é que, por estas paragens, vieram a deparar-se, instrumentos de pedra polida, nas funções de machados, enxós, facas, foices e mesmo mós de moer grão a denunciarem intuitos manifestamente produtivos, demonstrando que, contrariamente aos costumes dos semi-selvagens, da Idade da Pedra Lascada, estava a interessar uma rendosa actividade, nas práticas da agricultura e criação de gados.

Vai-se criando a consciência da necessidade duma reserva na segurança alimentar, senão dum património colectivo, numa estabilidade de grupo, regida pelo comando dum assumido chefe, e, daí a constituição dos primeiros núcleos populacionais.

Começa, assim, bem diferente e evoluída fase a seguir-se ao neolítico, em que a par duma nascente e progressiva agricultura, se entrava na cerâmica de fabrico manual, com aproveitamento local dos materiais do meio, quer em barro quer em estanho, ou cobre, tal como também principia o sentimento da necessidade dum verdadeiro culto pelos mortos, cujas sepulturas passaram a serem resguardadas por monumentos de grandes pedras e daí ser denominada de *Megalitismo* esta quadra pré-histórica.

Em cada uma das comunidades populacionais surgem certas construções levantadas com altos e grossos esteios e com grandes pedras, na cobertura, ou somente enormes pedras verticais (*dólmens*, *antas* e *menires*), tendo como função assinalarem um dedicado culto pelos mortos, e, em especial, as sepulturas pelo menos nos chefes das tribos, mas, segundo alguns, também sepulturas colectivas de um grupo familiar.

O megalitismo deixou vestígios por toda a antiga Galiza, incluindo-se, portanto, o actual Norte de Portugal, sendo que, salienta o distinto pré-historiador, Carlos Tavares da Silva, tais monumentos, segundo Florentino Cuevillas, têm nesta Província uma densidade superior a

qualquer outra região da Península, mas no seu entender ocorrem mais frequentemente ao longo duma faixa litoral com cerca de 100 km de largura.

Cumpre assinalarem-se como vestígios da característica desse período, na zona das cercanias da boca do rio, pelo menos, o *Dólmén da Borrosa*, do lado de cá, e, entre outros monumentos próximos do lado de lá, dois *menires*, no alto do Tecla.

Efectivamente, mau grado o natural desaparecimento da sua maior quantidade, pela imponentia de alguns exemplares, que sobreviveram, se verifica — diz — que, nos finais do neolítico as comunidades se encontravam já preparadas, com existência de excedentes e formas diferenciadas, na divisão dos trabalhos, porque só assim o grupo poderia, no todo ou em parte, desligar-se das actividades produtivas, para se dedicar uma parte à construção de um Dólmén, Anta ou Mamoia, enquanto outra parte, numa razoável preparação económico-social, poder assimilar os impulsos de origem mediterrânea, ligados à introdução da metalurgia do cobre.

Mais considera que, muito embora a metalurgia tenha sido inventada noutras regiões, deveremos reconhecer o papel activo das populações autóctones, no processo da sua adopção, e, por isso, historiando essa aludida transformação social das populações locais, vem dizer-nos:

«... foi o aumento da produção baseado no desenvolvimento duma economia agro-pastoril que no Neolítico Recente e Final proporcionou o aparecimento de um sobreproduto económico que, por sua vez, possibilitou a construção de grandes monumentos da fase do apogeu do megalitismo.

O mesmo excedente criaria condições para que a comunidade assimilasse os primeiros impulsos ligados à metalurgia do cobre e se complexificasse através de uma grande divisão social do trabalho: nela iria emergir um grupo de artífices especializados que, progressivamente, se apropriaria do sobreproduto económico.»

.....

«A nossa Idade do Cobre, revelando de modo muito evidente a desagregação da comunidade primitiva, como que preludia o alvorecer duma nova sociedade — a da Idade do Bronze — diríamos mesmo de um novo modo de produção: o tribalismo dá lugar a um regime de chefaturas, onde começam a manifestar-se formas embrionárias de organização estatal.»

(Carlos Tavares da Silva, *História de Portugal*,
dirigida por José Hermano Saraiva, vol. I, p. 83).

Desse modo, com o Megalitismo, ultrapassados logo de começo os exclusivos caçadores de feras, os recolectores de moluscos e conchas,

das penedias litorais, e mesmo no seu decurso, uma crescente actividade agrícola, também se foi criando uma nova classe visando as tão pretendidas colheitas do cobre e do estanho, muito em especial este último, bem abundante nesta Galiza nas impurezas metálicas a que os gregos sabiamente chamavam *cassiterite*, substância a qual, numa fusão a alta temperatura, por adição ao cobre, se proporcionava uma liga bem mais dura e eficaz das até então conhecidas.



Com a devida vénia, reproduzida da excelente revista *El Museo de Pontevedra*, vol. VIII, 1954-1956.

Diz-se ter sido involuntariamente que exploradores e comerciantes no Médio Oriente ao fundirem seus seleccionados resíduos misturando os minérios de cobre e estanho obtiveram uma liga mais rápida e forte que a do cobre que veio a ser Bronze. Mas feita esta descoberta por serem as jazidas estaníferas extremamente raras no Oriente e abundantes no extremo Ocidente foram forçados a encaminharem seus barcos de longo curso para as cobiçadas e já muito faladas *Cassitérides* nas ilhas e larga faixa marítima da Galiza. Aqui chegados, procurando os mais seguros ancoradouros nas suas rias e cursos, determinadamente no seu rio principal, o de maior riqueza mineira nas montanhas envolventes, graças às boas condições para comércio e reabastecimento vieram a demorar e a estimular aos habitantes a inovadora técnica da metalurgia do Bronze.

Aliás, o Mapa de Portugal indicativo das localidades onde se têm verificado maior número de achados de Bronze revela, flagrantemente, que os objectos desse material, em machados, vasos ou pontas de lança, se espalharam com particular incidência nas regiões mais abundantes em Estanho, e, aí, se encontram assinalações várias de localidades à margem esquerda do rio Minho, o mesmo acontecendo, em cuidadas publicações do Museu de Pontevedra, quanto à margem direita, sabida a tão explorada riqueza estanífera das vertentes, ou próximas montanhas, de toda a sua ribeira, nomeadamente nos principais afluentes.

Constituía, pois, este meio, até porque nesses longínquos milénios, muito mais que agora, se encontrava envolvido por densíssimas florestas em que predominava o carvalho e o castanheiro, um ambiente propício, como sobremodo, com boa experiência, devido às manipulações do Estando no fabrico do Bronze, para o emprego das novas técnicas, que exigiam grande consumo de combustível vegetal, ao ser-lhes dado a conhecer, pelas migrações, que de novo lhe chegavam, esse outro mais duro e resistente minério, que, embora exigindo mais altas temperaturas, no fabrico, se lhes tornava mais rápido e de bem maior utilidade de emprego, por possuir outra garantia de duração.

Era o *Ferro* que, no subsolo da Lusitânia, incluindo-se a esse tempo sua província da Galiza, vinham explorar, numa insófrida ambição, e com impiedosos processos de escravatura — retomando as buscas em que foram legítimos pioneiros, os Fenícios e os Gregos — por cá montando subseqüentes oficinais locais, graças a sua bem mais evoluída e utilitária experiência de fabrico, os novos povos de sangue celta, entretanto chegados, e que por tão próximos cumes e cabeços do vale, passaram a influenciarem os autóctones, com uma novidade de costu-

mes e serviços, que, nesta transição entre o Bronze e o Ferro, caracteriza a civilização castreja em que vamos entrar.

Quanto à possível denominação corográfica do território ora em causa, como dos seus povos, em tais tempos da transição do Cobre para o Bronze, e deste para o Ferro seria *Oestrymnia*, segundo as mais antigas fontes literárias, as terras que ficavam abaixo do *Veris Iugum*, que, para uns seria o Cabo Ortegal, e para outros o mais próximo Cabo Corobedo, no descritivo do périplo grego, reproduzido na «*Ora Maritimæ*», denominaram-se primeiro de *Oestryminis*, nome grego, adiante de *Ophiusa*, na mesma voz, espaço geográfico que estes *Oestryminicos* só teriam deixado, pelo menos numa boa parte, ao serem daqui escorraçados devido à invasão duma multidão de serpentes nas mesmas suas terras — assim o refere esse poema de Avieno — que lhes viria a dar o nome, e continuando-os, em mistura relativa ou em substituição completa, as gentes que de perto, iriam preceder a notabilizante radicação territorial dos definitivos, até nossos tempos, *Lusitanos* e *Galaicos*.

Tem, pois, de deduzir-se face à primeira notícia histórica referente ao país galego, devida ao poema de Avieno, que a possuírem uma já razoável sociabilidade civilizadora, os primeiros verdadeiros precursores dos primeiros greco-celtas e galaicos, nos alvares da Idade do Bronze, foram, assim, os ocupantes da *Oestrymnia*, a qual de seguida os geógrafos orientais haviam de chamar terra de *Ophiusa*, também nome grego.

E por tudo isto, com inteira pertinência, viria a ser referido num produtivo seminário de cultura luso-galaico, recentemente efectuado, sob iniciativa da Câmara de Caminha, que, bem anteriormente ao Bronze Médio, se patenteia comprovado povoamento e de pronunciadas manifestações artísticas, tanto no Monte de Santa Tecla, como no Castro de Vigo, revelando que estas imediações tornadas vazias, ao retirarem-se os Oestrímnios, afujentados por uma invasão de muitas serpentes, vieram a ser ocupadas por gentes indo-europeias, já de possível parentesco celta, as quais devido ao motivo do anterior despovoamento se denominaram de *Serfes* (em grego *sæphes* a significar serpentes), e sendo no meio regional destes sítios, unanimemente reconhecido achar-se, desde os mais remotos tempos até aos nossos dias, nas tradições etnográficas galegas, principalmente nas danças e emblemas dos ranchos folclóricos, o culto da serpente, relevante interesse, aliás flagrantemente demonstrado na prova arqueológica, constante da apresentação de numerosos desenhos, desde ofídio por vários penedos da margem direita do rio, principalmente os que se deparam no Tecla. (*Tiempos y Paisages del Santa Tecla*, por Eliseo Alonso).

Igualmente temos ainda ocasião de realçar, mas com a homenagem de venerando preito a tão ilustre investigador, que um outro partici-

pante no mesmo alto colóquio caminhense, de 1984, nosso vizinho de além-rio, insigne autor de tão valiosos trabalhos quanto às riquezas pré-históricas da Comarca da Guardia, sobremodo do seu Tecla, num capítulo da brilhante comunicação que trouxe a Caminha, e que intitula *Serpiente mayor en Camposancos*, vem assegurar que localizou, em 1980, uma parte ou restos de pedra duma pedra maior, conservando ainda milagrosamente gravado um réptil, tratando-se, ao que parece, dum verdadeiro ofídio e este sem a menor dúvida, o maior e o melhor conservado dos representados nos petróglifos do Monte de Santa Tecla, embora mais se tenha deparado, noutra grande pedra, com o formato um tanto côncavo, um grupo de insculpturas a representarem tracejos serpentiformes, dando aparências duma família de serpentes, parecendo as últimas que caminham acompanhando ou seguindo os ofídios maiores. (*Ultimos Descubrimientos Rupestres en el Valle Miñoto Luso-Galaico, Concejos de Guardia y o Rosal*, por Xoan Martinez Tamuxe).

Afugentados, seja pela invasão incomodativa de répteis, seja por outras gentes ainda de características neolíticas, o certo é que, a esses *Oestrymnicos*, sucedem, nos séculos seguintes, os *Lígyres* e os *Iberos*, constituindo aqueles — segundo primeiro que ninguém o afirmou Martins Sarmiento, e muito mais tarde, nos mesmos termos, o corroborou Adolfo Schulten — «o mais antigo povo da Península, que nos é dado comprovar historicamente, e embora ainda com alguns aspectos do Neolítico é já muito aproximado do Bronze».

Ninguém, contudo, conseguiu até hoje apontar, convictamente, donde proveio esta migração ligúrica, sendo que o mesmo acontece quanto à outra, dos *Iberos*, que, simultânea ou seguidamente, se alastrou na metade sul peninsular.

Também não se conhece, com inteiro rigor, qual o grau de intensidade que se lhes deve, ou, se desses dois povos, um deles nunca subiu tão acima, para no Noroeste se mesclar com os sobreviventes restos dos «*Oestryminicis habitantibus*», todavia, sendo de interesse o assinalar-se que, numa recente revisão histórica, para a qual Martins Sarmiento tinha dado o primeiro sinal indicativo, já não se considera que os *Iberos* tenham entrado na Península pelos Pirenéus, e tenham tido sua primeira estação de fixação nas margens do rio Ebro, ribeira que nesta hipótese teria dado o nome à Península, mas, antes toma como bem mais seguro que determinadas tribos da Berbéria, tenham deixado seus Atlas, da África do Norte, e deste seu primitivo poiso passado à Andaluzia, a terem aí sua primeira fixação, pelas margens dum antigo rio, que se denominou de *Iberus*, provindo, então, da bacia de tal rio, que se diz poder mesmo ter sido o Guadalquivir, o nome da Península.

Entretanto, teriam entrado, supõe-se, pelos Pirenéus, vindos das montanhas detrás do actual Mónaco, mas com ponto de partida das serranias que ainda hoje mantêm o nome de Alpes Ligúricos, ou um tanto mais interior, aqueles *Lígueres*, a terem deixado contudo, como se vê, sua etimologia na extensa baía do Mar da Ligúria, assim ainda actualmente denominada, a noroente da península italiana.

Ao cabo de muito se ter debruçado sobre o valor e a importância genealógica destes Lígures, que para si, considera os mais próximos e legítimos antepassados dos Lusitanos, logo o insigne pré-historiador vimaranense, sustenta que a norte deles, viviam, conforme notícia transmitida no poema de Avieno, e de harmonia com o Périplo grego, que reproduz, por outro lado, umas tribos denominadas dos *Dragnes*, numa zona setentrional da Ophiusa, compreendida entre o mar Cantábrico e uma linha que o anónimo autor grego do Périplo não precisa, mas que parece coincidir, na sua extremidade oeste, com a foz do rio Douro.

Outros chegados migrantes, ou que fossem os mais arcaicos gregos, ou já primeiros celtas, apoderaram-se, ao fim desta época neolítica, dos mais apetecidos terrenos agrícolas, e, com o brio do seu melhor grau civilizador, teriam empurrado tais *Dragnes* para a extremidade norte-noroeste da costa cantábrica, como para as serranias de nordeste, o que iria dar origem, segundo alguns como Bosch Guimpera, tanto aos *Artabros* como aos *Astures*.

Contudo, seriam esses velhos Lígures, da maior antiguidade conhecida, por toda a Península, a radicarem a mais consistente árvore genealógica preservada por estas paragens das ribeiras do Lima, do Minho e do Lerez, sem ser ainda Galiza, pois, como já o salientamos no n.º 1, do anterior capítulo, aparecem autores que firmemente afirmam por aqui permaneceram os *Lígueres*, nas costas da actual Galiza, até à chegada dos Celtas, mesmo muitos não se resignassem a mesclarem-se com os invasores.

Ao contrário dos que se resignaram em ficarem, foi decidido por outra enorme tropa de Lígures, que vendo-se escoraçada das suas terras, da ribeira minhota, foi subindo pela costa continental até às proximidades do Mar da Mancha, vindo a estabelecer seu principal refúgio na actual Bretanha francesa, donde logo capricharam em sempre manter estreitas relações familiares e económicas, com os lugares de seus antigos lares, onde aliás voltariam séculos adiante, para por cá constituírem seus bem característicos núcleos de colónias autónomas, com privilégios de extra-territorialidade, que seriam as repúblicas dos *Bretões*, emigrados.

Embora a conter já pronunciadas características do Bronze esta civilização ligúrica, cujas mutações antropológicas preparavam a nova

corrente de actividades pecuárias e agrícolas, em que estava a entrar, mostrando como mais destacados elementos culturais os vestígios dos *concheiros*, tão profusamente deparados nestas praias fluviais e marítimas, bordejantes dos monumentos da brilhante civilização dos Castros, que lhe passa a suceder, e, por isso bom esclarecimento resultará do que, respeitante a tal evolução, nos aponta a maior autoridade dos nossos dias em assuntos geográficos, quanto à formação do território português:

«O *Neolítico* corresponde a uma das grandes «*mutações culturais*» da humanidade. A população desta época é semelhante, no aspecto físico à actual. Quer dizer que o substrato étnico se encontrava já constituído e que as invasões posteriores são antes contactos de civilização do que migrações em massa capazes de produzir consideráveis infusões de sangue novo.

O talho e polimento do sílex vão chegar a uma grande perfeição, dando-se às pontas e lâminas uso semelhante ao que hoje se dá ao metal. Se essa indústria era indígena, ela procurava perder todos os caracteres de rudeza e de arcaísmo indicados para as anteriores; se era importada, como pensam modernamente alguns autores, existia um comércio distante e organizado, um requinte de gosto e uma grande procura pois os instrumentos aparecem em quantidade e, com eles, pedras de colares, de vária proveniência, que não deixam dúvidas sobre a existência duma circulação abundante de produtos finos e apreciados.

No final do período neolítico começa a utilizar-se escassamente o mais maleável dos metais, o cobre, que não é raro no estado nativo, imitando-se com ele as formas das lâminas de sílex.

A terra era certamente arroteada e a agricultura fixara os homens. A prova está na abundância e variedade de cerâmica, que a sua fragilidade torna incompatível com a vida nómada.

A sociedade estava organizada, os homens trabalhavam em grupos, obedecendo a chefes. Os mortos, pelo menos os das classes superiores, recebem sepultura adequada e não eram abandonados, como nos «concheiros» mesolíticos, juntamente com os desperdícios da vida quotidiana. No período calcolítico (final e apogeu da Idade da Pedra Polida, caracterizado pelo uso concomitante da pedra e dos primeiros utensílios de cobre) pareceu possível individualizar na Península quatro civilizações independentes e dotadas de expressão própria.

Alguns autores não resistiram à tentação de pretender ver individualizados, desde essa época, os três conjuntos humanos peninsulares, a que correspondem os grupos linguísticos galego-português, castelhano e catalão. A separação de Portugal e a tenaz resistência da Galiza e da Catalunha à hegemonia castelhana teriam assim uma raiz muito profunda.

.....

Ao esplendor fugaz da civilização megalítica vai suceder a rudeza arcaizante dos *castros*, especialmente numerosos no Norte, onde o relevo multiplica os sítios defensivos e reforça o isolamento.

Os caracteres originais da civilização castreja consistem na importância da pedra, como material de construção, no emprego dum aparelho grosseiro ou regular e no arcaísmo dos seus objectos. A cerâmica, incisa, reproduz, sem a finura inicial, os modelos neolíticos até à Idade do Ferro.

O Bronze, apesar de se ter difundido, largamente, nas planuras meridionais, não chega a penetrar em muitos castros.

Até à principal invasão celta (século VI a.C.), que generalizou tardiamente o uso daquele metal, os «castrejos», apartados no isolamento das suas pobres montanhas, mantêm as formas frustres duma civilização arcaica.

Praticando uma economia pastoril com culturas episódicas, a eles ascenderão certos traços de colectivismo, certamente mais vincado do que a posse individual da terra, a hierarquia social e as desigualdades de fortuna que ela produz.

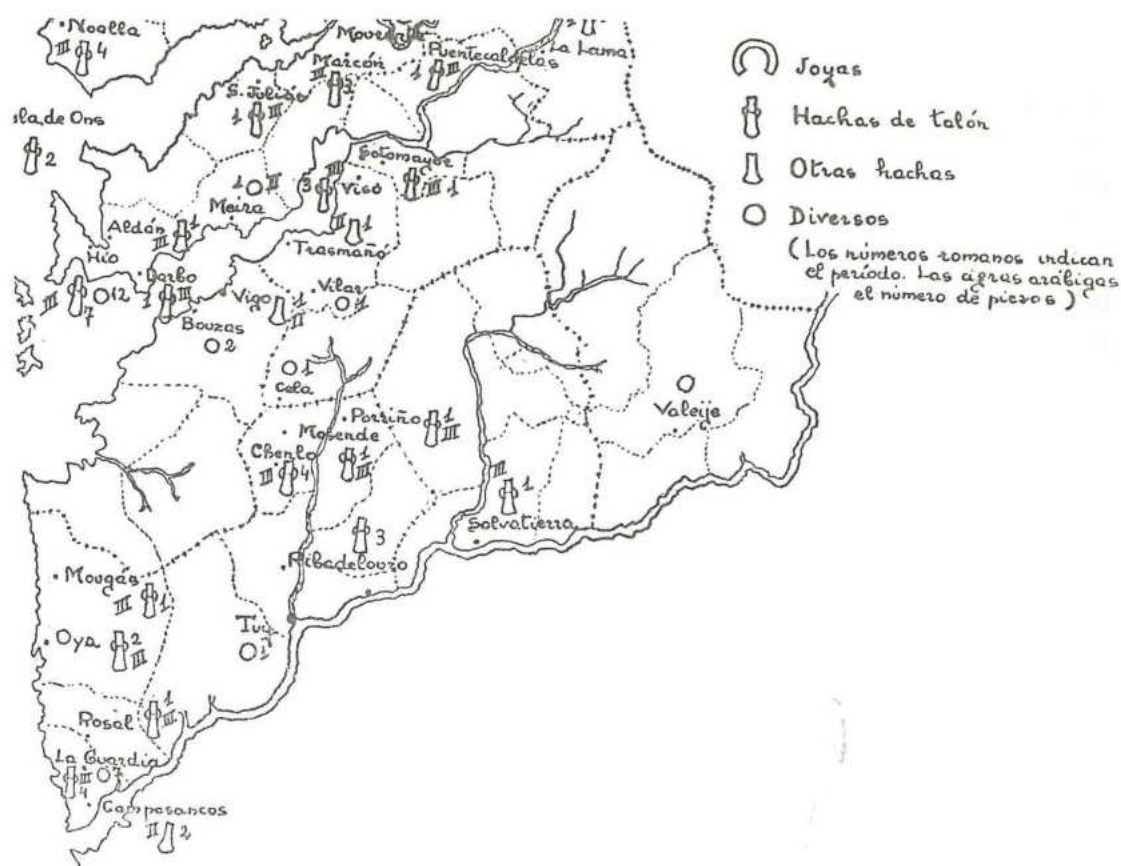
E no estado actual da investigação ainda é impossível discernir a importância do contributo dos Lígures e dos Celtas para esta Civilização» ²³.

Esboçou-nos com tais traços, o exímio geógrafo este quadro do lado ocidental da Península, sobremodo sua porção a Norte, onde nos *ardeos colles* ou ásperas montanhas, de que fala o poeta latino, se albergavam, como também este nos diz, os *Líguas*, ou noutras cópias os *Lucis*, outras vezes *Lusis*, a permitir que esta última versão se ampliasse de *tanus*, para futura genérica aplicação de *Lusitanos*. E, destes, tomando a designação de *Grávios* ou *Gróvios*, os que se estendiam acima do Douro, particular especificação de que tão detalhadamente nos vimos ocupando, desde o n.º 7 do Capítulo III, e à qual designação, como de seguida se expõe, poucos tempos passados, deverá corresponder a principal componente étnica do bravo povo dos *Calaicos*.

Certo que, Estrabão, embora em certos pontos haja com perfeita actualidade relatado a Geografia do seu tempo, noutros, como acontece para este caso, vem referir a antiga Ibéria, de bons séculos atrás, ao dizer que a Lusitânia ia do Tejo ao Mar Cantábrico, constituía um vasto território com 30 tribos, sendo a principal a dos Lusitanos, propriamente ditos, e que a última era a dos Ártabros. O mesmo acontece ao dizer, noutro ponto, que os Galaicos antes se chamavam Lusitanos, embora os considere menos parecidos com estes que com os Astures e Cantábricos.

Também Plínio, ao ter escrito a sua famosa *História Natural*, nos finais do século I, não deixa de referir que a «Lusitânia juntava a Astúria e a Galiza, com o cumprimento de 540 000 passos e a largura de 536 000 passos, segundo Agrippa» (Livro IV, Cap. XXXV).

Começava-se, como se vê, a falar da Galiza como uma importante região, dentro da Lusitânia, a merecer particular destaque, prestes a assumir sua individualidade própria, como se verá de seguida.



Com a devida vénia, reproduzida da excelente revista *El Museo de Pontevedra*, vol. VIII, 1954-1956.

2. A NASCENTE GALLÆCIA NA LUSITÂNIA PRÉ-ROMANA

Todavía, enquanto a Lusitânia, que acaba de ser esboçada, constituía, em si, um espaço essencialmente central e um tanto interior, da beira ocidental da Península, o seu canto Noroeste, parece desde muito cedo, apesar de englobado pelos antigos geógrafos nos ditos Lusitanos, começou a ter denominação particular, primeiramente como terra dos *Grávios* e logo de seguida terra dos *Calaicos*.

É assim que Schulten — nos seus comentários à *Geografia* do primeiro redactor quanto às costas ocidentais —, expressamente, nos diz que Estrabão, e sem prejuízo das outras referências, que atrás se lhe atribuem, nos descreve a Lusitânia, como o território que ficava a norte do Tejo delimitado a leste pelos Vacceos, Vetons, Vascos e pelos Galegos, estes vizinhos a leste com os Astures, e que todos os demais povos da Ibéria eram Celtiberos. (Livro III, Cap. III).

Parece, portanto, claro — considera mestre Schulten —, que mesmo na época em que Estrabão emprega novos nomes de povos do seu tempo, os *Calaicos*, embora ainda englobados na Lusitânia, que no seu todo iria do Tejo ao Cantábrico, constituíam, por si, uma região separada, que partia com os Lusitanos a sul e com os Ártabros e Astures a norte e nordeste.

Deste consagrado iberista germânico, se aproxima, em tal respeito, uma grande figura da Pré-História peninsular e glória das letras galegas, quando na sua segura autoridade nos precisa:

«Para Estrabão, que aproveita informes de Políbio e de Posidónio, a Lusitânia abrangia desde o Tejo à beira-mar cantábrica e uma das gentes que nela habitava, a dos *Galegos*, dera o nome a mais tribos lusitanas.»

«De outro modo, os Astures, como os Cantabros e os Vascones, por levarem uma vida bem mais rude são nomeados à parte, parecendo que ficavam fora dos limites da Lusitânia.

Mas os Lusitanos e os Galegos lutaram sempre juntos, o que demonstra serem ambos partes integrantes da mesma vida e interesses comuns»²⁴.

Também o sábio etnólogo Prof. Leite de Vasconcelos, ao escrever o volume II, das *Regiões da Lusitânia* teve ocasião de precisar:

«A Lusitânia na extremidade ocidental da Ibéria constava, no sentido em que a tomei no Volume I, de três regiões já um tanto demarcadas e uma delas era a Galiza.»

Todos estes distintos autores, afinal, se harmonizam com o célebre Mapa e texto explicativo de Agrippa, que se reproduz na sua *Divisio Orbis Terrarum*, Edição de A. Riese, Paris, 1887, ao apresentar a Lusitânia unida com a *Astúria* e a *Gallæcia*, a merecer, assim, bem antes do domínio romano, um destaque próprio.

Merece particular referência que tal denominação regional de *Cal-læcia*, se estendeu por área, iniludivelmente a ser muito mais vasta, isto em preito de homenagem ao seu decantado valor, quanto à efectivamente ocupada pelo povo particular, desses primeiros designados *calaicos*, esta, uma pequeníssima zona alcantilada, restrita por algumas montanhas, entre o Douro e o Cávado, bastante inferior à atribuída para os *Gróvios*, dos quais, bem provavelmente, constituíam um ramo no todo desse mesmo principal tronco genealógico.

Antes da conquista romana, iniciada por 218 a.C., predominavam como principais grupos populacionais, de muito próxima etnia, entre

o Douro e o Minho — diz-se numa recente e muito acatada obra histórica — os *Calaicos*, os *Brácaros* e os *Gróvios* (*História de Portugal*, Publicações Alfa, 1986), mas o certo é que nos séculos imediatos, nos textos dos historiadores romanos somente se referem os primeiros, parecendo que tinham íntimo parentesco, senão comum troncalidade com os dois outros, aos quais vêm a generalizar, como seus continuadores legítimos, numa unida gentilidade.

Mas, se isso possa ter real fundamento, cada vez mais este rio Minho se consagra no mais histórico e amado berço dos galegos, seguro é que Tui, se achava «civitas» fundada, muito antes da chegada dos latinos, constituindo o território e a capital dos *Gróvios*, como o diz Plínio, sem que para este povo se haja apontado qualquer outra cidade importante.

Tal tendência aparece, pelo menos desenvolvida, na pena dum dos maiores historiadores espanhóis, de todos os tempos, o eminente clássico, que já começámos a citar no antecedente capítulo, pois ele, Frei Henrique Florez, para além do que escreveu, quanto à fundação de Tui, expressamente acrescenta que o território dos *Gróvios*, foi, no tempo mais antigo, muito dilatado, sendo que Mela o alarga desde o Douro acima do Minho, perto de Baiona, como aliás se lê em Sílio e em Ptolomeo.

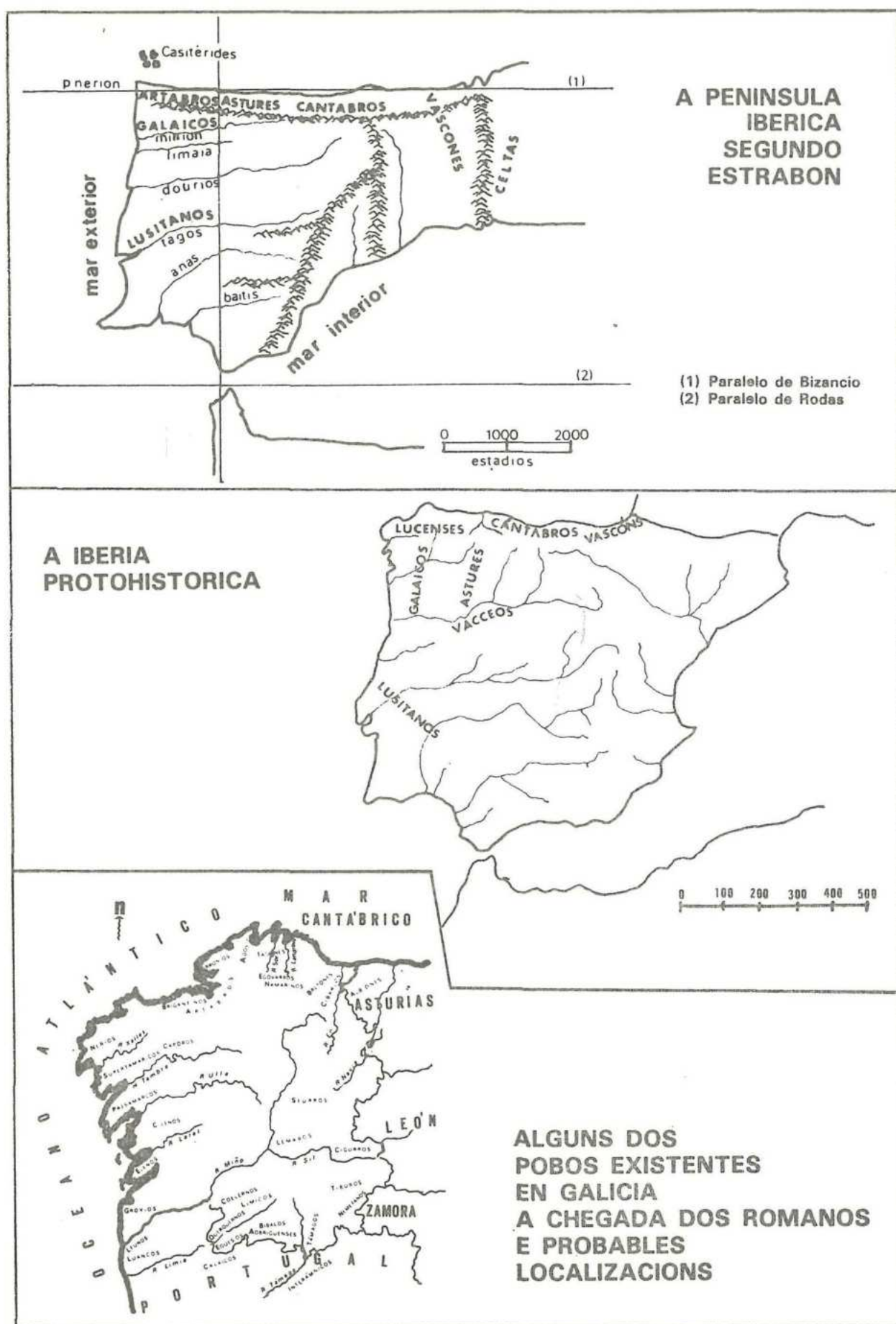
No centro do seu território — diz —, a comarca de Tui preservou sempre como capital dos *Gróvios* ou *Grávios*.

Sabe-se também — mais esclarece — segundo Sílio, que o seu nome primitivo foi *Graios*, o que denota ascendência dos gregos, os quais, comumente, se têm como principais povoadores da Galiza, pelo menos nas costas ocidentais, de ambos os lados do rio Minho.

Aliás — vai argumentando este tão ilustrado clássico, sacro e grande historiador —, esta capital mantinha-se com o nome de *Tyde*, que é grego, ao tempo de Plínio, o qual aludindo a esta antiga cidade, claramente se expressa quanto a etnia dos seus habitantes e circundantes «*græcorum sobolis omnis*», donde se infere ter nascido como verdadeira colónia dos gregos.

Muito embora se não possam resolver as coisas antigas sem documentos — vai concluindo sua argumentação — estas referências parecem bem claras, além dumas outras de Trago Pompeio, que escreve antes de Estrabão e de Justino.

É que todos estes afirmam que os Galegos, ao considerarem-se descendentes dos Gregos, parecem demonstrar, bem claro, que os Gregos chegaram à Galiza e a habitaram, ainda antes dos Celtas, ou fosse com Teucro ou outros, e isso deve prevalecer contra outras conjecturas, especialmente porque não sendo nomes de origem latina, nem dos bárbaros, os nomes muito aplicados nesta região, como Hellene, Tude,



Com a devida vénia reprodução do constante a fls. 71, do atlas denominado *Galicia en Mapas*, na edição Escola Aberta, Pontevedra, 1980.

Amphiochia, Gravii ou Cassiterides, Lais, etc., só podem originar-se dos Gregos.

Aliás, na sua *España Sagrada* (Tomo XV, Cap. I), cita Sílvio Itálico a dizer que *Grovios* é corrupção da voz grega *grais* (Lib. 3, v. 366).

Para ele, infatigável investigador, que tantas dezenas de volumes nos deixou sobre o território da sua pátria, quanto à formação do nome deste povo particular, tornado — como diz —, denominador duma região, bem maior que sua área, escreveu-se, na primeira letra de sua designação desde os antigos, numa grande variedade, entre começar já com a letra C, já com a letra G.

Os gregos usavam a primeira letra do nome com K, escrevendo também o nome deste povo, sem ditongo, na segunda sílaba, pois Estrabão, Ptolomeo e Plutarco usam os pontos de divisão que apartam o i da letra a, como praticou entre os latinos Sílvio Itálico, escrevendo, não *Calæci*, mas, *Calaïci*, sendo que as Tábuas Capitólicas consagraram o general Décimo Bruto, de *Callaico*, porque triunfou aí, se escreveu, dos *Lusitaniis & Calaicii*, ficando assim provado que no mais antigo dizer se escrevia a denominação com um C ou K.

E são Isac, Vasio, Mela, Celário e outros os que recorrem a um povo de *Calle*, para se dar proveniência ao nome *Calaico*.

Ora, como na Gália, nunca houve cidade de tal nome, donde possa provir o étimo *Calæcia*, deverá ter sido a mencionada por Antonino, abaixo do Douro, na antiga Lusitânia, sendo que esta região, ao tempo de Salustio e até o Imperador Augusto, passava oficialmente para cima do Douro, considerando-se os Galegos também Lusitanos, portanto, bem se pode deduzir que os nomes *Callæcia* e *Callaicos* provenham da *Calle*, referida por Antonino, localidade de fundação também grega, no mesmo topónimo donde deriva o nome de Portugal²⁵.

Registadas tão autorizadas opiniões, nesta matéria, em que por agora apenas se encara a procedência da migração grega, a antecipar-se ao dinamismo da exaltante expansão do valente povo galaico, na civilização de altitude da bacia do rio, ficam para adiante — possivelmente para o último número deste capítulo —, as restantes considerações sobre se o nome da província em causa, sim ou não, mais se deve relacionar com o termo *Galli*, no sentido de maior influência dos invasores Gallos, ou sejam os Celtas, que assim se chamaram cá no Ocidente; ou, numa terceira hipótese, se, preferentemente, sua etimologia se deva basear na região ter sido terra dos *Graios*, denominados *Calaicos* depois de terem fundado a dita *Calle*.

De todo o modo, estas costas e ilhas, acima do Minho, na actual Galiza, no conceito dos mais autorizados pré-historiadores, devem identificar-se com as célebres, *Cassiterides*, outro nome grego, a significar

terras do estanho, tudo toponímia imposta pelo grande povo navegador, que pelo menos seguidamente aos fenícios, por estes sítios foi muito remoto explorador das recolhas de minérios.

3. GREGOS E CELTAS NA MISCEGENAÇÃO DO HERÓICO POVO GALAICO O QUE VERDADEIRAMENTE ENGRANDECEU AS MARGENS DO RIO MINHO NA ÉPOCA DO BRONZE

Vindo a demorar-se, desde o começo do presente capítulo, será agora a altura de se enfrentar, decididamente, essa apoixonante questão de saber-se se nos primórdios da civilização castreja, nestas paragens minhotas, foram realmente os Gregos que precederam os Celtas, como tantos antigos historiadores o sustentaram, e, — depois dum irrompante celtismo exagerado, dos princípios do nosso século, — agora, pelos centros culturais da actual Galiza, volta a insistentemente proclamar-se; ou, se acha provado que os Celtas constituem o mais perceptível tronco genealógico dos galegos, ou apenas, constituem uma inegável componente duma fecunda geminação, no embrulhado dessas mais longínquas migrações, com assento desenvolvido pelas imediações deste principal curso galego.

Esta segunda corrente, sem precisar qual a verdadeira população étnica existente nestes territórios, duvida se os chamados *gróvios* poderiam constituir restos de precedentes *helénicos* arcaicos, ou se já guarda-avançada de sangue celta, antecedendo, como raça indo-europeia, a chegada dos verdadeiros portadores da Civilização do Ferro sempre para além do século VI a.C.

A problemática é duvidosa, porque escasseiam documentos inteiramente esclarecedores, mas a história também se preenche com as inegáveis tradições literárias, e, mostra-se claro que muitos autores clássicos, como, em confirmação deles, insignes mentalidades do século XIX, até numerosas, sustentam, com vigor, que toda a região do Douro ao Minho, particularmente a setentrional, consta tenha sido bastante povoada, ainda antes dos chamados *gróvios* — antepassados, senão congéneres dos *galaicos* —, por várias tribos, que se acharam escorraçadas no Peleponeso. Estas seriam, assim, gentes do próximo Oriente, de sangue Egeu ou helénico, bem antecedentemente às primeiras invasões dos árias, estas vindas dos limites germânicos-asiáticos ou das margens do Báltico.

Afastando-se, de momento, tantos testemunhos de outros nossos primeiros historiadores, em que memorialistas locais também se fundamentam, pode desde já apontar-se, quanto à primeira das conjecturas,

esta categorizada pendência da parte de D. Jerónimo Contador d'Argote, um dos fundadores da Academia Portuguesa d'História:

«Os geógrafos gregos e romanos logo no princípio da conquista da Península, chamavam *Graios* a um povo da ribeira da Galiza, determinadamente das margens do rio Minho, em razão de parecerem gregos nos seus costumes e só depois com o tempo esse nome se converteu em *Gravios* e depois em *Grovios*.»

«E por sua vez os *Helleni*, traduzido por *Helenos* constituíam um dos povos particulares que habitavam onde hoje é Pontevedra.

Tanto Estrabão como Plínio referem estes nomes impostos pelos gregos»²⁶.

Nesta tendência dedutiva será desde já oportuno referir que segundo o tão inovador e revisionista estudo, da melhor e moderna literatura histórica galega, denominado *La Venida de los Griegos a Galicia*, que adiante mais desenvolveremos, não pode desprezar-se o que nos diz Sívio Itálico, o tão difundido poeta-historiador romano, que, ao fazer uma rigorosa descrição das guerras púnicas, escreveu claro: «Et quos nunc gravios violoto nomine Graium», passagem em que pretende dizer que os gróvios são uma corrupção de grayos (Gregos), como logo continua escrevendo que estes gróvios, segundo Mela, chegavam do Douro às margens do rio Minho, e que do decantado cronista grego Asclepides de Myrlea, que ensinou Gramática e História, na Turdetânia, vivendo no século I a.C., ficaram alguns fragmentos, em que se consigna que nesta zona ribeirinha, aquém e além Minho, se fundaram importantes cidades, entre as quais, *Hellena*, *Anfiloco*, *Tude*, topónimos estes muito relacionados com uma remota e infalível colonização grega.

Mas, se nos melhores centros culturais de além rio, esta tradição dum entroncamento etnológico das gentes da Baixa-Galiza, no lídimo, ainda que bem arcaico sangue grego, hoje renasce, vivíssima, numa apurada revisão histórica; cá, em Portugal, tal prevalência helénica, sobre outras colonizações dos finais do Bronze, no velho Entre Douro e Minho, constituiu sempre uma antiga e quase permanente tese literária.

Já no maior trabalho de fundo de toda a nossa historiografia, a maior figura da nossa história corográfica, ao escrever a Primeira Parte da tão decantada *Monarquia Lusitana*, dizendo-se inteiramente fundamentado na melhor documentação a que no seu tempo pode ter acesso, das melhores obras conhecidas, entre as quais aponta lhe terem servido bons conhecimentos extraídos de Laymundo, de Ptolomeo, de Estrabão, de Henrique Glariano e de Gamma Trísio, nos deixa esta sua inclinação:

«Estes povos que no tempo em que íamos falando se chamavam geralmente *Grayos* ou Gregos mudaram o nome em Braccaros, deri-

vado da cidade de Brachara, mas guardando em tudo o modo de proceder dos Gregos» (Primeira Parte, Livro II, Capítulo III, p. 141).

E, logo de seguida, nos desenvolve sua longa dissertação o incansável e meticoloso monge cisterciense, de Alcobaça:

«CAPÍTULO IV — DE COMO OS GREGOS QUE VIVIAM ENTRE DOURO E MINHO PASSARAM EM GALIZA E POVOARAM CIDADES: «Os Gregos que viviam Entre Douro e Minho com os ritos e modos de viver que contamos acima, ficaram tão afrontados da gente galega que vivia acima ter tido o ânimo para entrar nas suas terras que não contentes de os terem desbaratado concluíram que importava a seu crédito darem-lhe uma vida dentro da sua província não só de pelejarem mas de tal modo que ganhando-lhes algumas terras pudessem ficar por moradores nelas.

Chegada esta multidão de gente ao rio Minho aí se detiveram muitos dias em passar a sua corrente que ia muito acrescida e se os Gregos da outra banda tivessem advertência, no que lhe cumpria, facilmente os poderiam desbaratar neste passo ou quando menos impedir-lhe a passagem dele.»

Adiante, nos últimos capítulos do mesmo Livro II, da Primeira Parte da monumental obra histórica, a propósito do auxílio que aos gregos, acima do Douro, vieram prestar outros gregos, estacionados pela desembocadura do rio Vouga, como dum desembarque de africanos na foz do Douro, e, das fáceis relações de amizade que estes logo estabeleceram com os gregos daí estendidos até Braga, fazendo contudo realce de que as colónias gregas se centralizavam, predominantemente nos estuários dos rios, da região, precisa-se a mesma tendência:

«E tal amor tomaram entre que muitos gregos que viviam naquela Comarca lhe quiseram ser companheiros na jornada com que continuavam a contornar todos os portos de mar que vinha dela até ao rio Minho, onde a gente mais de baixo sempre achou mui bom acolhimento na gente grega que ali vivia.»

«Os africanos de Cartago tendo desembarcado no Norte e chegado a Braga deixaram muitos homens no Entre Douro e Minho, os quais acharam tanto assento nestas terras que por aqui ficaram por moradores e só poucos se tornaram a fazer à vela, deixando suas amizades feitas, com os *Gregos*, que viviam junto ao Douro e daí em diante continuaram os de Cartago a fazerem mais vezes essa navegação e aquela barra do Douro começou a tomar posse do nome de *Porto Grayo* o que nele se via todo o respeito pelos *Grayos* ou Gregos que nele viviam.»

«E ainda que Garivay diga que a povoação de Porto Grayo foi edificada por gente dos Celtas e que deles tomou o nome de Porto Galo, por a ele virem os franceses, a que em latim chamam Gali, eu, tenho-me com Laymundo e com Sílvio Itálico, que tomo por grande autoridade nesta outra opinião.

Possível é que, nesta ocasião, ficassem em companhia dos Gregos famílias Celtas, por cuja indústria mais se engrandeceu a povoação e desde então se tornasse mais conhecida, mas o nome, de origem primeira, foi dos Gregos MUITO ANTES DA JORNADA DOS CELTAS.»

Passando, finalmente a resumir tão natural miscigenação dos residentes nestas paragens, das ribeiras galaicas, nomeadamente nestes sítios do final do grande curso, que já teria o seu actual nome, de origem ligúrica ou ibérica, ou seja de velhos lígures e colonizadores helénicos, homogeneidade que, com os recém-chegados árias do tronco celta, toma como tendo tido favorável acolhimento:

«E de tal modo os trataram (*aos Trudetanos e Célticos*) que travando parentesco uns e outros, ficaram por moradores e naturais da terra, cultivando todos aquela que há entre os rios Minho e Lima»²⁷.

Pior que calúnia, antes inteiro desconcerto, será de resto, apelidar-se de falsária, como tantas vezes se vê referido, esta fundamentação histórica do infatigável quinhentista, Frei Bernardo de Brito, desde que na sua mesma época, um quase paralelo companheiro, na extensa densidade da obra deixada, *España Sagrada*, ocupando-se dos *Calaicos*, o mesmo disse o Padre Henrique Florez — a ser tomado como historiador seguro e eminente, como isso se pode ler, na revista cultura da Universidade de Santiago —, igualmente se mostra partidário para além da derivação etimológica atrás referida, da vinda dos Gregos à Península, antes dos Celtas (Tomo 15.º, n.ºs 23-26) e mesmo até partidário que a metrópole da Galiza, *Bracara*, seja de etimologia grega. Corrobora, aliás o nosso frade de Alcobaça, quanto à precedência dos Gregos em relação aos Celtas no referente à ocupação da actual Baixa Galiza Espanhola, um sempre tão citado e respeitado historiador local, que, tendo vivido nos próximos anos seguintes, nos dá a vantagem de se ter ocupado precisamente, com uma profundidade como mais ninguém até hoje, dessa venerável Terra do Castelo de Tuy, a situar-se, como tão claramente o refere Ptolomeo, toda povoada com suas gentes gregas, à margem do rio Minho.

Lá diz o célebre bispo de Tui, na faustosa época em que a sua diocese ainda se cobria dos seus outrora grandiosos privilégios:

«Gouverno Diomedes los pueblos que los Griegos fundaron ã entre los rios Miño y Lethes o Lima, quire dicir Oluido, las quales gêtes con nombre corrupto, se llamaran Grauios por Griegos.

Esta tierra q̃ estubo sujeto al Señorio de Diomedes es la misma que quãdo se partieron los terminos de los Obispado en el Concilio Nieno, se dio al Obispo de Tuy»²⁸.

Por seu lado, na história regional do actual Alto Minho, um notável investigador vianense, presbítero da Ordem de S. Pedro, Padre António Machado Villas-Boas, de quem seguintes historiadores locais tanto se tem servido, deixou-nos dois preciosos manuscritos, zelosamente conservados nos Reservados da Biblioteca Nacional, sob o n.º 415, Fundo Geral: — um primeiro, denominado *Antiguidades do Lethes e Fundação da Mui Notável Villa de Vianna do Castelo*, de 1722, — e um outro denominado *Cathalogo dos Varões Ilustres da Mui Notável Villa de Vianna*, de 1725. Achando-se aquele ainda inédito, foi este recentemente publicado sob texto e coordenação do douto investigador vianense, dos nossos dias, Prof. Manuel Artur Norton (Instituto Galaico-Minhoto, 1984), em ambos a ser firmemente sustentado, sob bases tomadas das mais reputadas autoridades nacionais e estrangeiras, que realmente os Gregos são assinalados nesta região, entre Lima e Minho, muitos séculos antes dos Celtas.

Nas suas *Antiguidades do Lethes*, consigna que os helenos dos tempos mais arcaicos, vieram fundar aqui, entre os dois rios, duas cidades, uma nas proximidades da actual Viana e outra um pouco acima do rio Lima, mas não se sabendo onde teriam edificado a segunda, perante a imprecisão nas posições tomadas por diversos autores.

No seu *Cathalogo dos Varões Ilustres*, baseando-se documentalmente nos muitos autores que cita, e devidamente referencia, à margem, latinos, castelhanos e portugueses, destes, Bernardo de Brito, Manuel Faria de Sousa, Frei Luís de Sousa, principalmente, D. Rodrigo da Cunha, entende que após a Guerra de Tróia, entre 1181 e 1105 antes de Cristo, os Gregos, em sucessivas expedições, desembarcaram nas costas de Entre Douro e Minho, como da Galiza, tendo feito um dos ancoradouros na foz do rio Lima, onde fundaram a cidade de Calpe, nome grego, que no dizer de Bernardo Adrete se empregou no sentido de *galope*, significando a grande brevidade com que se edificou.

De seguida, ele Machado Villas-Boas, neste mesmo seu segundo trabalho, a ter merecido o mais respeitoso acatamento, da parte de Contador d'Argote e outros reputados historiadores, expõe que, somente anos adiante, a mesma expedição grega levantou, um pouco acima do

rio Lima, uma segunda cidade denominada Tyde ou Tude, num local que não foi longe de Calpe, pois uma e outra pertenciam à Serra d'Arga, ao mesmo tempo que deixa escrito:

«E suposto que agora se veja outro Tuy na Galiza he certo que essa se fabricou muitos annos depois e se chamou Tydiciano, que significa *Tuy Menor*. Esta verdade nos confessa Sandoval dizendo que Diomedes governara os povos que os gregos fundarão entre dous rios, Minho e Lethes.»

Nesta boa literatura histórica regional existe também, dos mesmos tempos setecentistas, só que ligeiramente antecedente, um valioso manuscrito, denominado *Viaana Renascida no Atrio*, cujo original se duvida a qual cabe de dois muito aturados investigadores locais, do século XVIII, Padre João Castelão Pereira, ou então Padre Pedro Almeida Couraça e que, através duma das suas mais fiéis cópias de mão, em 1981, o *Arquivo do Alto Minho* conseguiu publicar, no seu Vol. XXVI, Ano 26, onde igualmente se consagra tal implantação helénica, pelas imediações da foz do Lima, nos fins da Idade do Bronze, mas com diferente justificação, ao limitar-se a registar que teriam sido os *Grávios*, tidos por Gregos que, localizados na praia da Arenoza (hoje Areosa), teriam fundado, no monte sobranceiro, uma cidade, com templo consagrado à Deusa Diana, da qual tomou o nome o corrupto vocábulo de Viana.

Aliás, conceitos nada estranhos, pois consideramos atrás, no Cap. III, n.º 3, que Mela e outros bons clássicos romanos também avançam em já identificar os gregos com os *gróvios*.

Aceite-se, mesmo como pretende o melhor escol dos nossos críticos, que a História, no rigor da sua instrumentalidade documental, só se conta, em Portugal, desde os aprofundamentos diplomáticos do século XIX, na selecção imposta pelos crivos de segurança proclamados com Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Latino Coelho, Teófilo Braga, Costa Lobo, Oliveira Martins ou Gama Barros, alguns destes, como outros contemporâneos, o mesmo sustentaram.

Nesta época, de todo o modo, e com os rigores técnicos exigidos, ocuparam-se da pré-história da região minhota duas grandes figuras de categorizados historiadores, Martins Sarmiento e Alberto Sampaio, como mais em particular quanto a todo o Alto Minho o respeitável vianense Figueiredo Guerra, todos os quais aludem à prevalência dum arcaico helenismo nas fozes destes rios galegos.

Dotado duma cultura especializadamente científico-documental, com sua licenciatura em Direito, portanto com fundo rigoroso e crítico, de cariz histórico-filosófico, para mais tendo exercido a magistratura judicial, e sendo, aliás, filho dum Juiz de Direito, do qual herdou valiosíssi-

mos manuscritos e peças documentais, sobre os territórios de que tratou, Figueiredo Guerra, sem a menor dúvida o mais ilustre intelectual e investigador de todos os tempos, sobre as antiguidades do Alto Minho, deixa-nos passagens como as seguintes:

«Pelos séculos XI ou XII antes de Cristo aportaram os Gregos às margens do rio Lima, onde trataram de fundar uma povoação que pela pressa com que foi feita lhe chamaram CALPE, com o emprego do termo helénio KALPE no significado de pressa.

Tomando incremento esta nova colónia pela afluência dos Gregos resolveram fundar outra um pouco mais a norte a que deram o nome de Tyde, em memória de Tydeo, rei da Etólia.

Em geral confunde-se esta cidade com a Tui moderna, provinda de Tyciano, mas aquela ficava na praia-mar perto de Monte-Dôr, enquanto a nova, está a 30 km, subindo o rio onde foi edificada posteriormente.»

«Muitos séculos seguintes, os Celtas das Gálias informados da fertilidade dos terrenos da parte ocidental da Península, costearam a sua costa oriental e chegados ao Guadiana subiram até encontrarem os Turdulos que os receberam dignamente e vendo-se eles Celtas cada vez mais aumentados determinaram que alguns se dirigissem para o norte da Península, e passados o Tejo, o Mundo e o Douro foram para além deste bem acolhidos pelos respectivos povos, com os quais se ligaram intimamente, no resultado da região se ter depois chamado *Galli-Braccali*, e de seguida avançando até às margens do rio Lima aí se desavieram e de tal modo que chegaram a pegar em armas como se lê em Estrabão e em Estaço.

E esta chegada dos Celtas a este Entre Douro e Minho, que havia sido predominantemente ocupado pelos Gregos, tendo sido estes que receberam os Celtas que em língua latina se chamavam *Galli* ou Galos, donde de *Gallo-grecia*, deu corrupto *Gallæcia* ou Galiza como quer Faria de Sousa»²⁹.

Condições de colonização destes territórios do Noroeste peninsular se reportam assim, a épocas distanciadas, por vários séculos, em relação à das gentes gregas, muito atrás chegadas, em consequência da crise ocorrida na remota Hellade, por força dos desagradáveis acontecimentos ocorridos na Trácia e a Ilíria, ao norte da Península do Peleponeso, para trás dos séculos XI, XII ou mesmo XV a.C. As chegadas dessas gentes recuam aos mais arcaicos tempos do povo helénico porque as primeiras invasões célticas só vem a conhecerem-se nos séculos VII ou VI a.C., e na verdade, quer por essas intermináveis e fortemente armadas caravanas célticas, pelas bordas do norte e leste do Mediterrâneo, muito em particular, quer por força da grande movimentação dos barcos cartagineses, nas bordas sul, se achava impedida a passagem dos gregos, no estreito, para virem a antigir as costas do Atlântico.

Deixando para o número que vai seguir-se as circunstâncias em que os Gregos atingiram as costas da Galiza, muito antes da chegada dos Celtas, e do fecho do mar interior, pelos africanos, segundo os pareceres de Martins Sarmiento e de Alberto Sampaio, será mais que ocasião de este terminar, com o reforço de duas posições muito importantes.

Uma das atitudes a realçar é a tomada pelo próprio Alexandre Herculano ao ter escrito que «os celtas e celtiberos do sertão se tinham misturado com fenícios e gregos»; assim como logo adiante:

«os fenícios se haviam apossado da melhor parte da Espanha em tempos anteriores a Homero, enquanto pequenas colónias gregas se estabeleciam em diversos pontos marítimos, nomeadamente nas margens do Minho e do Douro, subindo pelas suas fozes» (*História de Portugal*, tomo I, «Introdução», p. 47, Ed. Livraria Bertrand, 1980).

A outra tomada de atitude que nos parece do maior interesse é a manifestada pelo insigne catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, Prof. C. Torres Rodrigues no seu decisivo e categórico estudo denominado *La Venida de los Griegos a Galicia* que, acidentalmente já atrás ficou referido, o qual vem a definir-se com esta clareza:

«Nesta questão como em outras é muito de se tomar em conta que às vezes um facto pode ser histórico no seu fundo ainda que se tenha revestido de circunstâncias lendárias enquanto ao lugar e pessoas. Portanto bem podia suceder que factos reais se vissem envoltos em ambiente de lenda ao querer enobrecer ainda mais o passado.

Ora não há dúvida que uma larga tradição histórica deve bastar para solucionar as dificuldades contrárias entretanto contraídas e conduzir aos que essa tradição apoiam. A primeira chegada dos gregos à nossa Península há que colocá-la depois da invasão dória e mais concretamente entre os séculos IX a VIII em que a emigração grega foi forçada pelo novo regime jurídico implantado em prejuízo dos filhos segundos em toda a propriedade familiar e com insuportável tirania dos nobres em que a formação de colónias era o único refúgio à sua turbulência»³⁰.

4. PRIMEIROS CELTAS E OS CELTAS PUROS. SUA ADAPTAÇÃO COM OS RESIDENTES GREGOS.

Ao termos de deparar, nesta remota dedução etnográfica, na zona geográfica de que nos achamos ocupando, com as primeiras entradas celtas, seria apropriado, se a extensão do desenvolvimento preciso não o tornasse quase proibitivo, podendo, contudo isso remediar-se com uma ligeira resenha da enumeração das principais correntes invasoras da grande árvore céltica, que foram várias e espaçadas.

Deveremos em primeiro lugar, para o efeito, enumerar a entrada no Ocidente da mais remota das incursões conhecidas que tem sido denominada a invasão do *Campo das Urnas*, atentas as sepulturas rasas, com corpos cremados, sem nada acima do solo que as assinalassem, característica que veio a identificá-la em diversos cemitérios do sul de França no Vale do Rodano.

Mas pouco adiante, outro ramo deste mesmo povo, deslocando-se dos extremos limites da Europa Oriental, seria o denominado da *Cultura de Thène*, nome dum local nas margens do Lago de Neuchatel na Suíça, onde apareceram excelentes objectos revelando magnífico desenvolvimento de arte decorativa particularmente na aplicação de metais, constituindo uma tribo homogénea que subiu pelo Vale do Reno direita aos territórios da actual Bélgica donde seguidamente se estendeu pela margem francesa do mar da Mancha como passou à Grã-Bretanha e principalmente à Irlanda.

Ainda houve mais um terceiro ramo das invasões celtas, este dum exército muito mais numeroso, partindo sempre da mesma fonte comum, nas cercanias do Danúbio, que se denomina da *Cultura de Hallstatt*, denominação que se retira duma localidade da Estria, nas proximidades de Salzkammergut, na Alta Áustria e montanhas dos Alpes Germano-austriacos, onde foi achada uma rica necrópole contendo os mais diversos apetrechos metálicos, em cobre e bronze, como machados, espadas, freios e arreios, até carros de combate.

Pois, diz-se, que teria sido este mais denso e apurado povo celta, o que com maior determinação se virou para o Ocidente, e, tendo atravessado os Pirenéus, muito se deixou entusiasmar pelo clima temperado e sobremodo pela fertilidade da Península, onde, para devidamente se aproveitar do cultivo agrícola, que começava a ensaiar, e, por aí se dividiu em duas tribos a ocuparem regiões diversas.

Uma dessas tribos, de maior tentação para a agricultura e embarcações de comércio, virou-se a contornar toda a costa oriental para se fixar nas largas pradarias do Guadalquivir, até às proximidades do Guadiana, zona em que originou uma das mais notáveis civilizações celtas da humanidade, a que mais se consagrou como do povo *Celltici*.

A outra, ramificação, mais agradada da caça e produtos da montanhas, rompeu, por seu lado, a caminho da outra vertente marítima, da qual uma porção foi-se acomodando com as serranias do Noroeste, como da Meseta e Estrela; sendo que a população de baixo com tal sobreposição com os indígenas existentes, os quais como já vimos eram os Iberos, numa bem aceite mistura de Celtas com os Iberos, ou invasores, em terra destes, provocou a *Celtibéria*, enquanto que a porção mais acima, através dos vales dos principais rios do Noroeste, nascidos

nas montanhas setentrionais, o rio Douro e os acima, se dirigiu para o actual Minho e Galiza, região em que originou a também brilhante cultura castreja, da Idade Metalítica, *greco-celta*, fusionada no maravilhoso *povo galaico*, de que adiante nos ocupamos.

Seria esta tribo ocupante da Galiza e do norte de Portugal, a que se considerava como Tribo Real, de melhor pureza de sangue celta, vindo a tomar o nome de origem grega de *Keltoi* ou *Kaloikoi*, senão até mais condizente com sua futura evolução de *Brakaroi*, como adiante melhor precisaremos.

Do que não há dúvida, di-lo claro o sábio iberista Guillaume de Hambolot, é que este povo celta, do Noroeste, mostrou sempre uma avançada Cultura do Ferro, uma mesma predilecção artística, uma mesma actividade de meios de sustento, o mesmo modo de vida, e, sobremodo a mesma audácia e valentia, até uma união de verdadeiro compatriotismo com as mais avançadas populações que se haviam radicado na Bretanha, Irlanda e Inglaterra, no sentido reivindicativo de legítimos descendentes dos Celtas puros.

Presentemente, volta a renascer a prudente doutrina, tão dificultosa e quase isoladamente proclamada por Martins Sarmento, contra ao que até o seu tempo vinha sendo defendido, consistente nos genéricos princípios que adiante vamos expor, que tão combatida foi, embora só após sua morte.

Na verdade, desde há poucos anos começou a considerar-se, apenas para territórios muito demarcados e especiais da Península, uma marcante e inapagável influência céltica, duvidando-se nas restantes zonas, incluída a da antiga zona galaica, da preponderância do celtismo face à sólida implantação nestas terras — com uma consolidação que alcança a chegada dos romanos —, das antecedentes civilizações de cultura greco-ilíria, portanto de povos possivelmente oriundos igualmente de ramos indo-europeus mas deslocando-se de assentos tomados nas costas do mar Egeu, e por si bem mais navegantes que as tribos dos Celtas do Danúbio.

Veja-se como são a tal respeito nitidamente esclarecedoras as considerações feitas, entre nós, pelo Prof. Mendes Correia, bem semelhantes àquelas que, de seguida, se apontam, mas com maior destaque, da parte dum alto expoente da moderna cultura histórica galega, catedrático em Santiago, nas passagens que com todo o respeito e muita admiração, com a devida vénia, precisamos de extensamente traduzir:

«Os extremistas defensores do celtismo galaico resolvem a questão dizendo que as gentes do Noroeste no momento de serem submetidas a Roma eram na sua maioria Celtas de raça e cultura ou sofriam pelo menos a hegemonia céltica e a expressão mais eloquente disso era a civilização castreja que identificavam com o celtismo.

Não obstante a partir das décadas dos anos quarenta e cinco e sobretudo na presente década robustece-se uma opinião contrária que se bem que admita a presença de etnias celtas e influências da sua cultura no Noroeste peninsular sem embargo sustenta que o genuíno da cultura dos castros e sua formação deva ser atribuída a gentes assentes no nosso solo desde a Idade do Bronze.

.....

A nova técnica da descoberta do ferro, sustenta-se agora, não significa o desaparecimento da metalurgia do bronze senão ao contrário, provoca a sua aceleração.

Por isso a tradicional identificação cultural dos celtas sobretudo dos de ordem filológica na área do Noroeste está submetida na actualidade a uma profunda revisão.

Estrabão (III-2-15) fala dos celtas meridionais como um argumento determinado e concreto e no Noroeste (III-3-5) di-los vizinhos dos Artabros e parentes dos de Anas.

Plínio, por sua vez, faz referência dos «Celtici Neri» e alusão ao Promontorium Celticum como agrupamento plenamente individualizado na região.

Segundo Albert Grenier (*Les Gallois*, Paris, 1970), as invasões que interferem com a Galiza são as do ano 600 a.C. e por tal época ainda estava a cultura Celta Ocidental em bem atrasada via de gestação»³¹.

5. A CULTURA CASTREJA, AQUÉM E ALÉM RIO MINHO MAIS PERSEVERANTE E SIGNIFICATIVAMENTE REPRESENTADA PELOS CALAICOS A TEREM A SUA ESTRATÉGIA DE OBSERVAÇÃO E CONSUMO POR DUAS CORDILHEIRAS DE CASTROS, UMA EM CADA MARGEM, AMBAS SUBORDINADAS À CITÂNIA-CHEFE NA CIDADE DE ABOBRIGA

É por demais já conhecido, mesmo por disso termos vindo a fazer saliência, que por toda a região interamnense entre o Douro e o Minho ou Ria de Arosa, predominantemente cumeada de tantas montanhas, mas por igual compensada de fertilíssimos vales, propícios à pesca e vegetais, se achou, pelos séculos do Bronze, ocupada por essas gentes, duma actividade que adiante se delineará, dispondo-se sempre encimadas, quer em *Cale*, quer em *Galpe*, quer em *Abobriga*, quer em *Tyde*, quer em *Alhoya*, ou *Medulius*, quer noutras citânias, duma faixa costeira de razoável largura, cujos abrigos elevados, infalivelmente, dominassem campos férteis, duma fácil cultura agrícola, como boas águas para consumo e pesca.

Vimos que a denominação mais comum, atribuída para toda essa gentilidade, era *grovia*, província de *gravii*, de *graiis*, ou *graios*, e que, por se tratar sempre de topónimos ou étimos de raiz grega, se supõe

que os navegantes gregos, espalhados entre os indígenas, mesclaram uma original cultura castreja, para estas paragens minhotas, que poderá designar-se de *gróvia-galaica*, chamando-se «castreja», por serem os castros os monumentos que guardam a sua lembrança.

Qualquer *castro* oferece o aspecto dum recinto populacional fortificado, sempre construído no cimo de altas montanhas, ou pelo menos razoáveis colinas, defendido por muros e muitas vezes ainda parapeitos e fossos.

Ocupando-se da tradição cultural pré-histórica, do nosso território, o exímio especialista nestas matérias, Prof. Orlando Ribeiro, no seu mais recente livro, explicita tal «urbanismo» de altitude nestes termos:

«Os Castros eram povoações rodeadas de muros de pedra solta, alcandoradas no cimo de montes; as casas, também de pedra solta, eram redondas em grande número, rectangulares ou oblongas, cobertas de giestas ou de colmo, e dispunham-se formando grupos ou arruamentos guardando sempre si proximidade e coesão.

O recinto fortificado, às vezes duplo ou triplo, abrange um espaço vazio onde se podiam fazer culturas ou recolher os gados em caso de guerra.

As dimensões destes povoados eram variáveis: uns conteriam centos ou até milhares de habitantes, outros seriam comparáveis aos modestos «lugares» das montanhas do Noroeste.

Em todo o caso, e sem embargo de abrigos dispersos pelos vales e planícies, utilizados temporariamente por pastores e cultivadores, representam uma forma de povoamento fortemente concentrado, determinado tanto pela natureza do assento como pela função defensiva.

Certos castros ascendem ao Neolítico, outros foram romanizados e muitos mantiveram-se ininterruptamente, povoados durante dois ou três milénios, conservando o seu espólio a marca de várias influências de civilização. Alguns constituem o casco de povoações actuais, entre elas cidades importantes»³².

Dentro de cada castro, e mesmo dentro das vivendas ou de seus anexos se guardavam os frutos, os cereais e minerais, as lenhas e também uma boa parte dos gados.

As coberturas das casas, em geral de forma cónica, fizeram-se de densos arbustos ou de espessas camadas de palhas até que no final já surgiram as telhas.

Nestes castros, ou ao seu redor, se tratavam os negócios públicos, se faziam as feiras e se bailava nas festas.

Tudo leva a pensar que a base da economia dos povos castrejas — e isso com maior desenvolvimento fica destinado ao seguinte capítulo —, pelo menos nesta zona da ribeira minhota pré-romana, era constituída, para além duma rudimentar agricultura, predominantemente

praticada pelas mulheres, sendo que os homens se reservavam na contínua tentação guerreira, e, para efeitos de sustento, a praticarem apenas alguma caça e pesca, fora uma actividade constante e específica, de certos castros, na cuidada e muito cansativa exploração de minérios.

A época dos castros torna-se mais identificada com a época do Bronze, mas, dado que se estendeu por muitos milénios, também sob influência, seja dos emigrados mediterrâneos, seja pelo nítido influxo das primeiras invasões celtas, atinge flagrantemente a época do *Ferro*.

Vêm aparecendo nos espólios castrejos variados sinais de trabalhos metalúrgicos, com o emprego do ferro e do estanho, para além de utensílios domésticos e de guerra, a indiciarem vestígios de indústrias bem imaginativas, com ligas de vários metais, por meio das quais até conseguem fazer braceletes, arrecadas, torques e mesmo preciosos diademas.

Os castros de médias ou superiores dimensões, como verdadeiras cidades, que já eram, achavam-se defendidos com terraplanos, muralhas, fossos e os principais até com vigias.

Quanto à quantidade de população, que iam albergando, será aqui oportuno referir-se que Plínio, na sua *História Natural*, com todo o valor de se sentir relativamente próximo dos factos, apenas atrasado uns cem anos, senão contemporâneo da maior parte, calculou que cada castro, em média, teria 120 habitações e podendo cada destas comportar 4 pessoas, o povoado fortificado teria assim em média 480 habitantes.

Tão intenso povoamento dos Castros leva manifestamente a supor que a civilização castreja, em particular na Ribeira do Minho, não se dever predominantemente referida à raça dos Celtas mas por efeitos da sua sobreposição na anterior população ibérica, muito a tal substrato, ligúrico-ilydio, fosse mesmo lusitano-galaico, ou natural iberização indígena.

Importa, a respeito desta civilização, tão abundantemente documentada nos montes que, de ambos os lados, guarnecem a desembocadura do rio Minho, ter em conta o que, na sua longa experiência, de infatigável arqueólogo, nos diz o historiador vimaranense, que vimos acompanhando, Mário Cardoso, segundo o qual a influência romana apesar de culturalmente muito dominadora não foi tão intensa que substituísse a «facies» primitiva do mundo castrejo, que por toda a parte aflora, mal dissimulada, através da capa da romanização, e, os nossos castros são de origem não só pré-romana, mas pré-celta e alguns deles viriam mesmo da Idade do Bronze, ou mesmo dos tempos neolíticos, quando os homens, até então caçadores-recolectores, abandonaram a vida nómada e entraram numa fase sedentária de agricultura e de pastorícia, começando em comunidades tribais a formar os primeiros povoados pastorícios³³.

Muito interesse tem o salientar desta cultura dos castros, retomando aqui anteriores e mais rudes modos de viver, porque estes sítios da desembocadura do Minho, numa e outra das ribeiras, pelo menos de Goyan ao Rosal, do lado de lá, e de Lanhelas a Âncora, do lado de cá, foram, como já vimos, habitados desde uma antiguidade, muito rara na Península, até verdadeiramente excepcional, em todo o Ocidente, no que bastará recordar as significativas expressões daquele dito douto P.^o E. Jallay, quando noutro ponto, do seu principal trabalho, de que reproduzimos passagens, nos diz:

«Aqui viveram, dedicados ao humilde trabalho da pesca, os mais antigos habitantes conhecidos, anteriores ainda muitos séculos aos que haveriam de povoar o sobranceiro Castro de Santa Tecla.»

Sabe-se que, com o advento da época metálica, logo que se espalhou o hábito das tribos se instalarem nos montes escolhidos, sempre a dominarem fertilidades das próximas veigas agrícolas, como ribeiras de pesca, mesmo antes de chegadas das principais invasões celtas, acontecendo nessas épocas, que os *Gróvios* ocuparam dum e outro lado, da ribeira minhota, extensas linhas de castros, como atrás aludimos, e sua toponímia, se revela na longa cordilheira denominada *La Grova*, que desde o Rosal, e por detrás de Oya, vai até perto de Bayona.

O dispositivo dos Castros, como fortificações que eram, não se dispôs solto ou casual, mas, muito metódico, em círculos defensivos ou linhas contínuas, por cima de viçosos vales e bons lençóis de águas.

Para a Galiza, foram cientificamente inventariados, pelo menos já 5 000 Castros, e para a nossa província do Minho, Martins Sarmiento investigou, até à morte, 100, devendo depois dele terem sido descobertos outros tantos.

Referentemente ao vale do rio Minho, propriamente dito, do lado de lá, os incansáveis organizadores da *Carta Arqueológica da Provincia de Pontevedra*, numa excelente iniciativa do seu famoso Museu, assinalaram 300, para toda a província, e, destes, competindo ao vale do grande rio galaico-minhoto umas duas dezenas, a saber; 6 no Partido de Cañiza (Cañiza 4, Arbo 2); 4 no Partido de Puenteareas (Nogueiró 1, Las Nieves 1, Salvatierra 2); e 12 no Partido de Tui (em Tui: Tui-Ciudad, Monte Alloya e Areas = 4); (em La Guardia: Tecla, Castilo, Salcidios = 3); (em Cabeza de Francos: Cabeza e Santa Maria da Guia = 2); (em Tomiño: Tebra, Vilamean, Barbantes e Pexegueiro = 4).

Enquanto que do lado de cá, se acham assinalados os antigos cumes, de pelo menos 20 castros, a saber os de Roussas e de Penso, em Melgaço; os de Trovisco e de Mazedo, como o recentemente descoberto e explo-

rado da Senhora da Assunção (Barbeita) em Monção; os de Gondomil, de Ganfei, de Cerdal e de S. Pedro da Torre, em Valença; os de Covas, Roboreda, Lovelhe e Gondarém, em Vila Nova de Cerveira; os de Linhares e Cossourado, e Montrestido, marginando o rio Coura, em Paredes de Coura; finalmente os tão importantes e muito citados castros do concelho de Caminha, de Seixas, de Vilar de Mouros, do Germano (Dem), de Santo Antão (Venade) e de Pena (Vilarelho) e que se acham bem patenteados, embora duma algo difícil percepção, no magnífico Mapa dos castros dentre Lima e Minho — adiante reproduzido — elaborado pelo grande arqueólogo, o professor Abel Viana, enquanto ensinou na Escola de Seixas.

Desde Martins Sarmento, nos seus trabalhos das últimas décadas do século XIX, mesmo a nível europeu, o verdadeiro pioneiro dos estudos dos Castros, muito se tem produzido sobre as altaneiras aglomerações, se bem que até há poucos anos com bem maior preocupação em se salientarem as regiões da sua distribuição geográfica, do que a devida cronologia.

Só nos últimos anos se vem debatendo, com mais interesse do que seu número e zonas predominantes, o seu enquadramento temporal, e, mais no propósito de ser confirmada ou não a identificação da cultura castreja com a civilização Céltica, que como se sabe somente teve entrada nestas paragens, galaico-lusitanas, para adiante dos fins do século VI a.C.

Completando, para tal fim, os processos anteriores, do simples aproveitamento de restos de ossos humanos, de detritos da fauna, das raras inscrições rupestres, ou da estratificação dos solos, e pouco mais, começou a ensaiar-se, recentemente, o processo científico do Carbono-14, como o mais eficaz dos instrumentos datadores.

Ora, os resultados das investigações, com emprego de reacções rádio-carbónicas bem depressa levaram a concluir já não ser possível identificar inteiramente a Cultura Castreja com as características da Idade do Ferro, no Noroeste da Península.

Aliás — diz-se —, em grande número de Castros têm aparecido mais objectos metálicos de bronze do que de ferro, e nos mais extensos e valiosos, grande quantidade de elementos romanos, que muito embora não signifiquem a pura romanização dos redutos, porque dada a garantia das seguras defesas, que guarneciam certos deles, dificilmente se compreende que algum dia tenham sido subjugados e ocupados.

Tal apreciação, da muita incerteza da sua temporalidade, nas zonas peninsulares do Noroeste, com extensiva analogia para todos as ora aqui referidas fortificações, da Ribeira do Minho, muito melhor do que com palavras nossas, bem se pode cotejar, nestes dizeres que, com devida

vénia transcrevemos, do reputado especialista Prof. Jorge Eiroa, da Universidade de Zaragoza, numa sua comunicação em Guimarães, em 1980:

«Las dataciones radiocarbonicas bien poco han aportado, aunque sus escasos datos sean utilizados, corrientemente, por los investigadores para hacer, basicamente, dos afirmaciones: los castros estaban siendo utilizados en el siglo VI a.C. y siguieron estandolo en el siglo V d.C.

.....

Con esta operación (Fechas de tres Castros de Galiza ahora elaboradas en el Laboratorio do «Instituto de Geocronologia 'Rocasolano', de Madrid) obtemos las seguintes fechas corregidas:

Castro Borneiro	—	2 544 + 100 = 594 a.C.
Castro Mohias	—	1 421 + 100 = 529 d.C.
Castro Penarrubia	—	2 585 + 100 = 635 a.C.

Con ello la fecha de Borneiro se situa en limite del siglo VII a.C. la más alta de Mohias en el siglo VI d.C. limitando ya con el VII y la de Penarrubia claramente en el siglo VII a.C.

El siglo VII a.C. es, al menos en el Noroeste, un Bronce Final, de tal forma que, en principio, la Cultura castreña ya estaba formada en ese momento»³⁴.

Entre nós falta-nos estudo semelhante, quanto à temporalidade ou datação dos castros, da margem esquerda desta estrada fluvial, a constituir a vida de penetração, por excelência, da ribeira mais procurada.

De certo, por ser a mais rica em quantidade de cursos d'água do Noroeste galego, existem, contudo, importantes estudos sobre o natural relacionamento estratégico entre seus castros, pois, até um dos melhores especialistas da actualidade nestas matérias nos diz que muito embora cada castro mantivesse suas particularidades de vida, no sistema de sustento e defesa, produzia-se uma manifesta homogeneidade material e cultural entre todos estes cumes de povoados, provada na decoração das casas, utensílios domésticos, objectos de adorno e meios económicos.

As principais diferenças verificadas entre os castros do Noroeste, que não na semelhança entre os desta ribeira, residiam nos diversos níveis de aplicação quanto à agricultura e pescas.

Aliás como entre estes castros do NW, os meios de comunicação por terra nunca podiam ter sido mais que simples veredas, dificilmente aproveitadas entre os difíceis acidentes dos terrenos, não havendo, para a época, quaisquer indícios da existência de carros que pudessem ser tirados por gado cavalar ou bovino, todos os transportes que exigissem maior que os caminhos de pé posto ou equestre, somente seriam possíveis pelas vias fluviais, a constituírem, sem a menor dúvida, o melhor meio de comunicação entre as fileiras dos castros marginais.

Com toda a razão, vêm sustentando os modernos tratadistas galegos, desta época castreja, que principalmente nesta zona da ribeira do Minho, onde a rede fluvial é bastante extensa, os melhores caminhos seriam o próprio rio.

Os barcos, segundo os dados históricos que no próximo capítulo se vão referir, é que, havendo de começo apenas sido constituídos por troncos de madeira cavados, ou adiante por ramos de árvores entrelaçados, com total cobertura a couro, serviam para os fundamentais transportes.

De qualquer modo, por todo o NW se nota uma inegável relação entre a distribuição geográfica dos castros e os cursos de água, e isso sucede, bem patente, nas fileiras dos que vamos enumerar, a bordejarem o rio Minho, que constituía precisamente o melhor meio de penetração ou estrada comercial castreja de toda a Galiza.

Precisamente no bom aproveitamento das condições de defesa desses altos povoados, e da própria via fluvial, como dos seus fecundíssimos aluviões, para cultura de vegetais alimentícios, é que, por ambas suas duas margens, se dispuseram duas cordilheiras, de contínuos castros, em cujas atalaias se produziam, com vários fins, manifestas comunicações estratégicas.

Estas comunicações, bem o salienta um trabalho responsável em si, «tinham um código e normas precisas e a sinalização seria feita quer por meio de fogo quer por meio de fumos»⁸⁵.

E o certo é que esse douto coordenador e continuador dos preciosos volumes do *Guia de Portugal*, começado por Raul Proença, na sua notável preparação sobre as povoações pré-históricas, vincadamente, nos aponta que a alma ingénua do homem do Bronze deveria tomar o lampejo ou fumo das fogueiras, num entendimento tácito e *telepático*, proveniente deste monte afuselado de Santa Tecla, como privilegiado *mirodoiro plenetário*, relativo às demais citânias da ribeira do Minho e mesmo da *velha citânia do Lima*.

Versando uma das mais importantes características daquilo a que chama «Civilizações de altitude», assim nos ensina, o Prof. Sant'Anna Dionizio:

«Nessa época o homem caracterizava-se não pela astúcia mas pela «*telepatia gratuita*» puramente contemplativa.

Acendendo o lume, no cimo do monte escolhido, o homem primitivo teria ao mesmo tempo o poder de comunicar com outros lumes, à mesma hora acesos noutros montes e o de se entender (se se pode dizer assim, considerando as profundas capacidades de compreensão telepática), com as miríades de luzes semeadas pela grande abóbada envolvente.

Mais que rudimentar fortaleza, cada *citânia*, e cada *castro* seria uma espécie de observatório livre do mundo.

.....

De noite cada *citânia*, corresponder-se-ia com as outras por meio de vigilantes luzeiros feitos de resina.

Quem sabe o homem de então por ser destituído ainda da chamada razão lógica, com uma atenção voltada para o céu, bem mais intensa do que a do homem de hoje, para quem tudo está visto e sabido, não seria dotado dum poder compensador de compreender, num simples relance, realidades que nós hoje não compreendemos, porque no decorrer dos milénios fomos perdendo esse primitivo dom de *entendimento tácito e telepático*.»

Noutro seguinte capítulo, denominado «Madrugada Ibérica», o mesmo distinto historiador-filósofo, procurando desvendar tão profundo enigma da primeira ocupação destes cumes, por gentes duma primitiva fase civilizada, cujas suas verdadeiras designações mui se escapam diz:

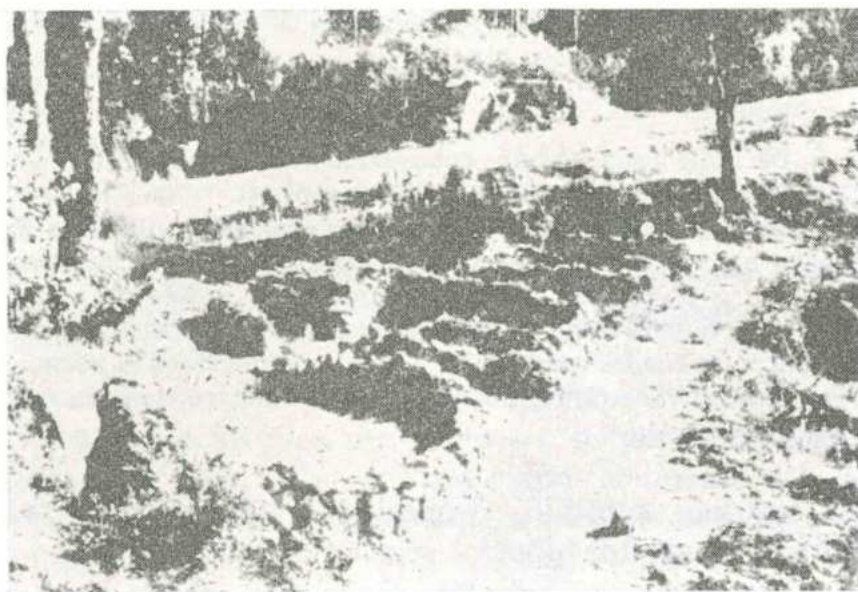
«Martins Sarmiento, o indagador munido de um agudíssimo poder de identificação e interpretação, ansioso, aparentemente frio e irónico, tem seguramente certos momentos de verdadeira visão telepática, em que vê, através desses pobres resíduos, a vida autêntica dum povo longínquo e obscuro.

Simplemente o que é de origem telepática dificilmente se deixa transferir. O arqueólogo deve ter chegado à conclusão lúcida que possuía uma visão profunda e tácita, dessa remotíssima gente *ibérica* ou *ligúrica*, que teria precedido a vinda dos celtas, como mais tarde dos cartagineses e romanos»³⁶.

6. SANTA TECLA, O MAIOR CASTRO DO NOROESTE PENINSULAR, GALIZA E MINHO

Defronte dos castros portugueses, sobremaneira dos de Santo Antão, Castelo e Pena, como principal atalaia da entrada do rio, estação castreja mais recuadamente estudada, tanto entre nós desde a passagem do século, como desde os primeiros congressos arqueológicos espanhóis, levanta-se, majestoso, do lado ocidental da barra, contemplando o Oceano, nos seus 300 metros de altura, o maior, das centenas de castros da Galiza, e mesmo do Minho, incluídos os de Briteiros e Sabroso (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Monte Mosinho (Penafiel), como os hoje grandiosos de Sanxexo e de Vigo (Pontevedra).

Segundo registam os estudos dos especialistas, toma o primeiro lugar, com seus 700 m de Norte a Sul e 300 m de Leste a Oeste, entre todos os castros explorados, com uma superfície superior aqueles acaba-



Citânia de Santa Tegra. (Foto E. Alonso)

dos de referirem-se, que medem respectivamente 250 por 150 m e 180 por 100 m, quanto aos dois primeiros e menos todos os outros.

Sua importância de sentinela e beneficiária do grande rio, salientando a grandiosidade física e estratégica deste, expressa-se com particular realce, deste modo, aquele dito e insigne monógrafo guardês:

«Estende-se esta formosa e valiosa *Citânia*, pela falda oriental do Monte de Santa Tecla, ou seja na parte virada a Portugal, onde se observam as casas circulares, de que é formada, que talvez passem de mil, que se agrupam nas ondulações mais baixas do terreno, bem ao abrigo dos grandes penhascos, sendo que estes as põem a coberto dos fortes ventos reinantes, que as poderiam maltratar.

.....

A construção das paredes destas habitações é do chamado género poligonal irregular e na sua maior parte formada de pedras pequenas, com seus paramentos muito bem lavrados, do lado exterior, isto de modo tão esmerado, que parece que as ditas pedras foram trabalhadas, depois de aí colocadas, notando-se a particularidade de um dos seus ângulos se dirigir sempre para baixo. Em contraste, há outras em que as pedras são maiores e dispostas à maneira de «menires», sendo que por estas circunstâncias e além disso pela sua própria rusticidade tudo leva a crer que estas outras vivendas assim construídas são as mais antigas da *Citânia*.

.....

É natural que as primeiras tribos celtas que chegaram às ribeiras do Minho se apoderaram da importantíssima altura do Tecla, como

lugar seguro e a propósito para fundarem sua nova e definitiva morada, cujo domínio punha nas suas mãos, por um lado, a dilatada costa do Atlântico, por outro as ribeiras da entrada do Minho, ricas ambas de toda a classe de pescados e mariscos, ao mesmo tempo que os brindava com abundantes e variados frutos.

.....

Todas as tribos, da raça celta, empregavam estas construções circulares, como pode ver-se pelos desenhos que adornam a coluna levantada em Roma, em honra de Trajano, onde se reproduzem as casas dos *Gallos*, em tudo numa absoluta semelhança com as do Tecla.

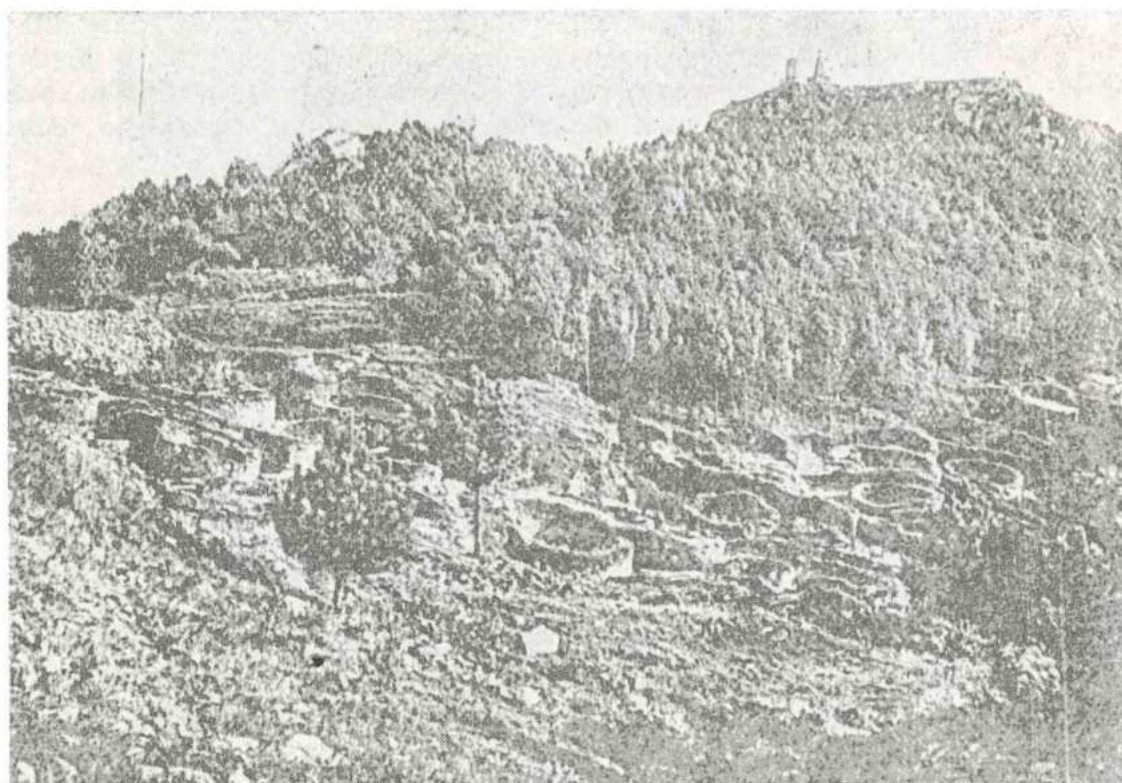
Sendo estas tribos muito guerreiras e atacando-se com frequência umas às outras, fortificavam os seus povoados dos castros, rodeando-os de vários lanços de muralhas, como se podem ver em Santa Tecla»³⁷.

Num seguinte capítulo, denominado «Monumentos Célticos», este profundo investigador guardês, filho igualmente dum distinto pré-historiador local, para além das mais apuradas considerações, sobre a excepcional valia de dois *círculos concêntricos* abertos, como cavidades, entre penedos, um maior e outro menor, com grande semelhança com os célebres «cromlechs», da moderna arqueologia, sobre cuja finalidade, ao menos ao seu tempo, pairava o silêncio e o mistério, e que ele não considera locais de túmulos, dos chefes de tribos, porque pelo menos aí, no Tecla, não se encontraram os mínimos vestígios disso, parecendo-lhe, o mais natural, locais das assembleias reunidas pelos chefes de famílias, senão das suas festas religiosas, remata com expressar vários conceitos, sobre o valor geográfico e estratégico deste castro, verdadeiramente demarcante, decisivo sinal desta desembocadura fluvial, constituído, afinal, com os requisitos, como nenhum outro, dignos da *Oppida*, sobranceira ao rio, que cita a *História Natural* de Plínio, e assim o salienta na melhor luminosidade:

«Desde el Tecla puede verse la línea de defensa que presentan los castros existentes en nuestra comarca. Partiendo de la misma citania de Sta. Tecla, se encuentra en primer lugar el Castillo del Castro, llamado así por haberse fundado sobre antiguo castro; sigue a este el Castro de Cividanes, en el barrio del mismo nombre; después más alla la *mamoá* sobre Pintán; y, por ultimo, el *castro* del Rosal, formando todos ellos una línea curva que cierra por esta parte la entrada a este hermoso valle.

Esta correlación de los castros fué notada por Murguía de quien son las siguientes observaciones: «Nunca se halla un castro solo y si los necesarios para formar una línea circular de primitivas fortificaciones que guardan una ciudad, un valle, una región dada.

Enlázanse los unos a los otros y se corresponden y continúan como las estribaciones de las montañas. Tal como una serpiente de innumerables anillos que se extienden y enroscan indefinidamente».



Casas circulares del monte de Santa Tecla

El castro de Cividanes, que se halla en las estribaciones del monte Torroso, frente a Sta. Tecla, es un ejemplar notable de esta clase de fortificaciones, y tanto por su emplazamiento como por su situación, na puede ser más apropiado para dominar por completo tanto la parte costera como la llanura de Cividanes, donde se supone existió una población celto-romana de importancia.

Las tribus celtas que poblaban las riberas de esta parte del Miño, debían ser muy numerosas, las suficientes para cultivar la ubérrima tierra que nos legó la formación cuaternaria, y que se extiende a los pies del Tecla en todo su esplendor, sin que sepamos que admirar más, si la hermosura del paisaje o la fertilidad de unas vegas nunca agotadas.

Y que la población en esos remotos tiempos era muy numerosa en nuestra comarca, nos lo dicen también los grandes trabajos realizados en las minas que aún hoy se ven, en parte cegadas, en los montes del Rosal, y cuyos filones tal vez de *estaño*, empiezan en Pampillón (San Miguel) y siguen por la cumbre del monte hasta cerca de Torroña. Los productos que de esas minas se extraían se supone que daban vida a un activo comercio entre el Miño y las colonias fenicias, por intermedio de los Tartesios, segundo el parecer de Schulten.

Que el Miño, en los siglos VI y V a. de J. C. y aún antes, era frecuentado por veleros, que se atrevían a cruzar nuestro mar, parece

que se deduce de la *Ora Maritima*, de Avieno, al decir que detrás de la Insua, según el parecer de Leite de Vasconcelos, o al abrigo del Tecla, siguiendo otra interpretación, se guarecian las naves en épocas borrascosas.

.....

Entre los escritores de la antigüedad, que colocaban a *Abóbriga* en la desembocadura del Miño, podemos contar a Mela, el geógrafo, a Pinciano que decía que Abóbriga estaba entre Tuy y el Miño, es decir la boca del Miño, y, por último a Plinio que en su *Naturalis Historia*, dice que en la jurisdicción de los brácaros se encontraba el *Oppidum Abóbriga*, el *Castellum Tyde* y el río Miño.

Entre los escritores modernos, que colocan *Abóbriga* en La Guardia (Sta. Tecla), podemos citar, entre otros, a Barros Silvelo, y a Fernández Guerra y Detlefsen.

Pero de todos los escritores modernos, el que con más insistencia y entusiasmo sostiene la opinión de estar colocada en Santa Tecla, la insigne ABÓBRIGA, es el Sr. Dominguez Fontela, tesis que ha vulgarizado y dado en múltiples e importantes trabajos literarios»³⁸.

Fortificação de verdadeiro posto de comando e de sentinela, de todos os castros, das linhas defensivas, em ambas as margens, constituía, por si, a grande fortaleza à entrada do rio, revelando ser, na verdade, a rainha-chefe de todas as demais defesas que guarneciam o esteiro, muito forte na densidade do núcleo populacional e sobremodo nas suas muralhas tudo por necessidade tanto das lutas internas entre as tribos próximas e afins, como contra as agressões estranhas, vindas do mar.

Um bem simbólico monumento que desde bons séculos figura levantado no píncaro mais aguçado, do já de si afuselado monte, nos radica com forças duma tradição milenária, este predicado do Tecla constituir a suprema atalaia da ribeira, outrora, a ser a melhor via de penetração na Galiza.

Situa-se umas dezenas de metros ainda acima da altíssima plataforma panorâmica, que todos os visitantes desfrutam nas traseiras do Hotel-Pousada, e mesmo do escadório de acesso ao aí ainda mais elevado terraço do Museu, e com muito orgulho lhe chamam os guardeses o seu *El Facho*.

Como ponto mais elevado do monte, acha-se assinalado na forma duma altíssima pirâmide de pedra, muito bem trabalhada, à base da qual se incrusta um devoto oratório sacro, para o qual se tem de subir por vários lances de escadas, relicário a memorar o passado tão longínquo, que os folhetos de propaganda do Monte referem desta maneira:

«En la antigüedad el Pico de el Facho era utilizado para guiar las naves por medio de hogueras al tiempo en que los griegos se dirigían a las islas Cassiterides en busca de estaño.»

Ora, sabido que se a tradição não é propriamente história, na maioria dos casos sempre a confirma, esta função do Tecla, transmitida por todas as gerações, não só confirma a tendência que, pessoalmente, vimos sustentando de bem prováveis primórdios de civilização helenista, nestas paragens, como assegura o inegável aproveitamento populacional e estratégico que o Monte teve nos tempos do galecismo castrejo, como o mais precioso dos observatórios sobre uma enorme vastidão do Oceano, vigiando muitas milhas de costa, tanto a norte como a sul da foz do rio, dos tão tentadores ataques marítimos, vindos de inimigos de baixo, sobremodo dos esfomeados nórdicos, em simultâneo. Foi como se vê, na plenitude da civilização castreja, insofismável guardião de defesa da entrada do rio, contra as investidas pelo melhor caminho directo à cobiçada *Tude*.

E, assim, atendendo a que todas as mais importantes povoações pré-romanas ficavam, como vimos demonstrando, sempre situadas a razoáveis altitudes embora cercadas de terrenos férteis, preferentemente também bordejados de águas, que facilitassem às populações, tanto a agricultura como a pecuária, ou a vantagem da pesca, mesmo bons primórdios de navegações marítimas, num já ousado tráfego comercial; tudo indica que um castro de tão notável aproveitamento populacional e económico, para além de fortificação, afiada mole sobre as águas fluviais e marítimas, não estivesse ausente do pensamento do grande cronista e historiador romano, Plínio Secundus, ao delinear deste modo o quadro físico da ribeira do grande rio:

«A Celenis, Conventus Bracarum, Heleni, Grovi, Castellum Tyde, Græcorum sobolis omnia, Insulæ Cicæ, INSIGNE OPPIDUM ABOBRICA, Minius amnis IIII M passum, ore spatiosus» (*Naturalis Historia*, Lib. IV, n.º III, § 112).

Sobendo-se que, na interpretação desta passagem, de não difícil localização, ninguém até agora pôs a menor dúvida que descreve o que de mais importante achou digno de ser mencionado abaixo do território dos Cilenos, povo que ao tempo se tomava o que se estendia da costa para certa faixa interior, a sul dos então Presamarcos, correspondendo, actualmente, na Galiza Central às terra da Barbanza e da histórica Comarca de Caldas Celanas ou Caldas de Reis, a ter tido uma diocese com sede episcopal em *Celenis*, ou, segundo terminologia romana em *Aquæ Celenæ*, que seria a mais meridional da jurisdição de Lugo, ou seja zona lucense, entre os actuais rios de Ulla e Lerez, começando desde este último o Convento Bracarense, em cujos territórios, actualmente de Pontevedra, o rigoroso Plínio começa por aludir

aos *Heleni* e aos *Grovi*, reconhecendo tratar-se de gerações gregas, ao apelidá-los bem expressamente «Græcorum sobolis omnia».

Se todos reconhecem que nos termos escritos *Castelum Tyde*, somente se pode entender a então notável fortaleza galaica, correspondendo à antiga cidade de Tui, estranhamente, quanto à identificação da fortificada cidade pré-romana designada nos termos *Insigne Oppidum Abobrica*, apesar de manifestamente enquadrada no mesmo delineamento montanhoso e fluvial-marítimo, do último troço do rio Minho, é que aparecem diversas apaixonantes inclinações interpretativas.

Inteiramente fora do quadro delineado pelo historiador romano, acham-se as tendências que, ou por desastroso erro de observação, como acontece com Pompónio Mela, o qual sem ter controlado atentamente este Noroeste, mesmo porque sempre escreveu de longe a sua famosa *De Situ Orbis*, antecede a situação de *Abobrica* no Promontório Céltico e terras dos Artabros, nas proximidades da actual Corunha; ou de modo semelhante, como acontece com o sábio epigrafista alemão Hubner (Corp. Insc. Lat. II, 4-247), este cingindo-se muito à fonologia céltica e desprezando a geografia, admite que esta cidade galaica pode ter derivado dum castro denominado *Avus* ou *Avo*, e por simples síncope do *v* intervocálico para *b*, sabendo-se que *briga* traduz desinência céltica, e, assim *Abobrica* = *Abobriga* > *Avobriga*, no caso, com situação deslocada para junto do rio Ave, em correspondência com a actual Vila do Conde.

Segue uma semelhante interpretação linguística, igualmente desvirtuada da geografia, aqui levada para direcção oposta, e, absurdamente a Nordeste de Tui, obrigando desse modo sua menção lhe teria de ser anterior, Fernandes Guerra (*Revista Archeológica*, II, Lisboa, 1888), que pretende localizar *Abobrica* na actual cidade de Orense, cuja latinização medieval, sem a menor dúvida, regista *Auriense*, o qual permite sustentar a desinência *Auriensis* > *Aobrigensis*, embora isso só pareça possível, para além do demais, se o grupo *gens* pudesse ficar reduzido a *s* o que dificilmente se admite.

Dentre todos estes autores alguns mostram-se distraídos em desviarem a situação da famosa cidade para âmbito da jurisdição de Lugo, quando Plínio, que estes territórios pessoalmente percorreu, seguramente, a coloca na de Braga. Em regra todos a desviam da alusão, que certos dizem dever com a mesma combinar-se, em relações de interesse comum, e portanto de relativa proximidade, devido à inscrição da famosa pedra de Chaves, onde figura, logo em segundo lugar, a homenagem ao povo *Abobrigensis* revelando como este povo era uma das comunidades congregadas nessa lápide, para fins até ao presente ignorados.

Nesta última dificuldade, e na falta de atenção a que Plínio, não menciona *Abobrica*, antes e a norte das ilhas Cicas, mas, ao contrário, depois e manifestamente a sul, desvirtuando, pelo menos literariamente, sua hábil tentativa de interpretação, de muita proximidade ao texto de Plínio, sustenta Frei Henrique Florez:

«Bayona numa ponta duma grande ria é difícil de averiguar qual o seu nome, na antiguidade. Tudo favorece que com suas ilhas fronteiras faça correspondência à histórica povoação que Mela designa por *Lambrica*, num recanto de costa acima do rio Minho, a qual viria a ser a *Abobrica* de Plínio, muito embora aquela outra *Abobrica* de Mela, colocada nos *Artabros* não possa ser a de Plínio, esta referida a seguir às ilhas Cicas e antes da boca do rio Minho» (*Espanha Sagrada*, tomo XIII, cap. III).

Vai-se dando, deste modo, uma lógica aproximação com a legítima verdade geográfica, testemunhada pessoalmente por Plínio, o qual, sendo-lhe um tanto posterior, pode emendar o erro de Mela, tal como alude o grande historiador castelhano, mas os desideratos de maior apreço, somente se ficam devendo, recentemente, a dois grandes historiadores peninsulares deste século.

Diz-nos, com efeito, o Prof. Florentino Lopez Cuevillas (*Historia de Galiza*, vol. III, pp. 410-420): «As Tribos — Na citânia de Santa Trega tense colocado a *insigne oppidum*, citada por Plínio mais ista *redución non es segura*» ou seja vem reconhecer a possibilidade dessa identificação, sem que nenhum intérprete possa ter certeza de qual dos castros, desta ribeira, com tal referência esteve no pensamento do cronista militar.

Outrossim, nos comunica prudentemente, o nosso sábio etnógrafo J. Leite de Vasconcelos (*Religiões da Lusitânia*, vol. II, p. 35):

«Não há dúvida que podia haver cidades com nomes iguais ou parecidos, como hoje acontece, o que é certo é que *Abobriga* ficava perto do rio Minho.

Admitindo que pelo menos três cidades pré-romanas tenham tido esse nome, uma delas, *Abobriga*, é citada por Plínio ao pé das *Insulæ Cicæ*, que eram ilhas de encrudescências da costa galega, que nos textos de Avieno se deparavam pelas imediações do promontório de *Aruim* hoje o Cabo Sileiro.»

São estes conceitos, nomeadamente o último, os que mais se aproximam duma integração dentro do quadro estabelecido por Plínio, porque na clareza do seu descritivo, com suas menções sempre ordenadas, de norte para sul, abaixo da latitude ou paralelo do Castelo de Tui, mesmo das ilhas de Baiona (*Insulæ Sicæ*), se não fosse no Tecla, somente se poderia admitir situar-se nas elevações sobranceiras à histórica *Oya*, localidade onde alguns cronistas galegos, como Abelaardo Laso (*Vias*

Romanas na Galicia), efectivamente, pretendem colocar a decantada *Abobrica*, concordantes com a sua posição de excelente visibilidade estratégica sobre o mar, razoável fertilidade de bem poucos terrenos de cultura nas proximidades, e no imediato seguimento das Ilhas Sicas, com certa lógica, de compatibilidade, para a subsequente referência à boca do rio Minho.

Bem menos concordante se oferece a anterior tentativa do desvio a norte, ante o Cabo Sileiro ou Baiona, afinal o mesmo em posição geográfica, considerando-se que, para além de se andar muito para trás do paralelo de Tui, a sua colocação no próprio cabo seria impossível, apesar da favorável estratégica militar, dada a sua agudeza granítica, sem mínima plataforma para uma só habitação, quanto mais qualquer cidade, e o mesmo acontecendo se recuada seja sua posição ao interior, para as últimas elevações da ponta setentrional, da cordilheira da Groba, elas embora altas, com largo domínio territorial, sem proximidades férteis, que garantissem sustento populacional, como sem dobra planáltica que lhe pudesse servir de assento, sendo também inaceitável, ou pelo menos muito improvável, que tão imponente cidade haja sido levantada na lingueta baixa, rochosa e pouco ampla, do esporão que fica fronteiro à actual Baiona, hoje ocupado pelo luxuoso *Parador* de turismo, devido ao local da própria Baiona, nas condições da época, parecer, na verdade, militarmente indefensável, por demasiado exposto aos ataques inimigos, quer terrestres quer marítimos, vindos sobremodo de Norte.

Por todas estas razões, e a concluir, atendendo-se a que Plínio corria invariavelmente nas suas descrições de terras e costas, somente de norte para sul, e sempre referia as cidades antes dos lugares, ilhas ou rios; sobremaneira a que neste seu quadro topográfico, de *Celenis* ao *Rio Minho*, só após as Ilhas Cicas, e não antes delas, é que menciona a cidade-fortaleza, seguindo-se-lhe, de imediato, o tão laudatório assinalamento da grandiosidade da desembocadura do Rio Minho, tudo indica que a sua *Oppidum Abobrica*, se situava, com toda a sua enorme importância, de atalaia da entrada do grande rio galego, supremo guardião da barra, pelas suas largas vistas sobre o mar, nas alturas da montanha sagrada do Tecla.

Afirmam-o, claro, Xoam Domingues Fontela (*El Monte de Santa Tecla, antigua Abobrica*), Barros Sibeló (*Antiguidades de Galicia*, tomo I, cap. I) ou Ignacio Calvo (*La Guardia*, 1920), Ignacio Calvo Sánchez (*Citanias Gallegas*), sempre para além daquele dito precursor Julián López García e demais que citou.

Até corresponderia à ilha que Avieno cantou no seu poema «Ora Marítima», assim, a ter sido, desde os primeiros povos orientais, que por aqui se espalharam, consagrada ao Deus Saturno.

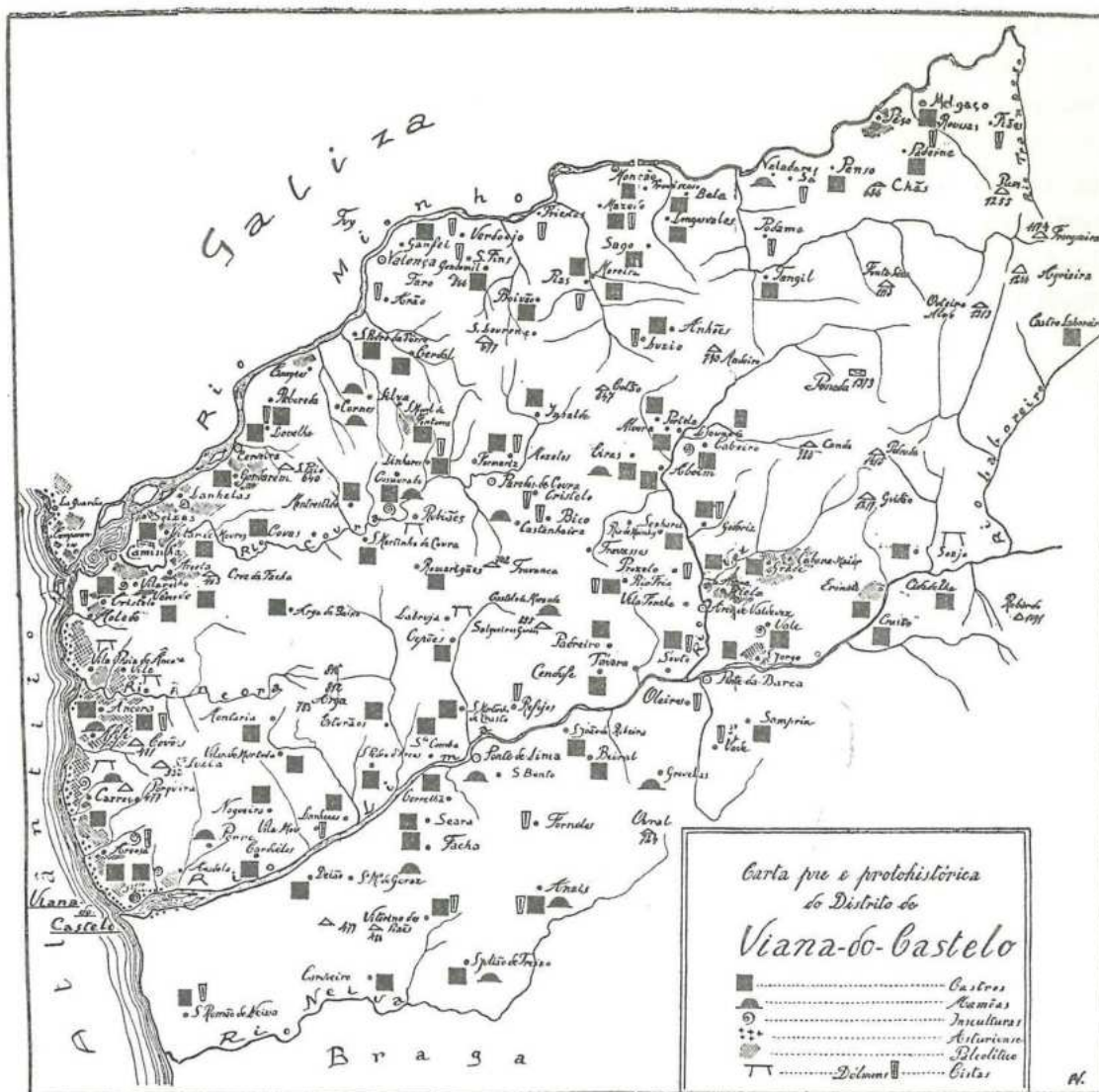
Se assim não fora, se *Abobriga* não tenha tido o seu assento, nesta dobra da encosta ocidental, do monte fronteiro ao já ao tempo utilíssimo porto de mar, onde hoje se aninha a cidade guardesa, se no seu âmbito se não achasse a imensa riqueza ao subjacente vale fluvial, do nascente e norte, nunca o exímio cronista militar teria, de imediato, escrito no descritivo, para sul, como saliência, em continuação doutra, essas magníficas linhas *Minus amnis IV M pass ore spatiosus*, isto é, fica o rio Minho na sua espaçosa boca, de 4 000 passos, com o sentido próprio dos tempos, de dois passos, ou seja, de cada passo romano, dobrado, fazer correspondência com a consagrada unidade de comprimento de um metro.

Recentemente, na comunicação que apresentou com aspectos de enorme brilho no Seminário Luso-Galaico, de Caminha, em 1984, o tão minucioso e abalizado tratadista de temas regionais guardeses, Eliseo Alonso, na grande exaltação, sob diversos aspectos científicos, que presta a esta estância fenomenal, embora ainda tome insegura esta atribuição de *oppidum Abobriga*, da que fala Plínio, à Citânia do Tecla que, diz, alguns seus confrades inteiramente aceitam, não deixa de a considerar como montanha legendária e cósmica, baliza natural que pôs Deus a assinalar as terras da Galiza, um cabo do Mundo a constituir um «finis-terra», em que teria tido o seu assento um dos mais valiosos povoados, de altura, a impor respeito tanto ao vale fluvial como ao mar.

7. CASTROS DA RIBEIRA OCIDENTAL

E só assim se explica, pela subordinação a tal Comando-Chefe e disposição estratégica, que em ambas as duas ribeiras a bacia, deste estuário, se ache guarneçada, por duas fileiras de cumes de fortalezas interligadas, em duas cordiheiras defensivas, a ocidental na margem direita e a oriental na margem esquerda.

Começa logo aquela poucas centenas de metros para norte e noroeste do Tecla, continuada cordilheira de seguidas montanhas, na maior parte delas guarneçadas de maiores ou menores castros, hoje com estações arqueológicas, ou exploradas ou em exploração, principiando pelo venerando *Castillo del Castro*, logo seguido pelo *Castro del Cividanes*, erguido no Monte Torroso, quase da altura do Tecla, pelos das duas coroas de Santa Cristina, a de Arriba e a de Abajo, cujas vertentes orientais descem por Salcídios, bordejando as águas do rio, ficam entremetidos, logo de seguida para norte, o altaneiro Monte de Santa Maria Madalena, assim como, no Vale do Rosal, os ultimamente bem estudados *Castro da Portela*, como o *Castro de Amorim*, como o *Castro do Pombal*, logo se seguindo duas linhas castrejas, na vertente oceânica, o castro da *Varga*,



Mapa elaborado pelo exímio arqueólogo vianense Abel Viana
(Anuário do Distrito de Viana do Castelo, volume I, 1933)

o da Serra de Sanxion, como a cordilheira Groba, e na vertente fluvial o Monte de Lousado, a Serra do Argallo, mais adiante, o curiosíssimo *Castro de Tollo*, intimamente ligado ao serviço da Citânia do Tecla, por dotado, no seu ponto mais alto, da característica *Atalaia*, assim chamada devido à instalação apropriada, que até à pouco lá existia, para inspecção da entrada do rio, este por cima do arqueologicamente tão rico e por nós já muito citado *Castro de Goyan*, podendo finalizar no *Castro de Tui*, na encosta do *Monte Alloya*, primeiro assento da cidade de Tui, na sua fundação grega, e aí persistindo até os romanos a obrigarem a baixar.

Por seu lado, apenas por fora, mas lado a lado, em linha paralela, com essa fileira de montanhas ribeirinhas, desde o dito *Castro de Civi-dãos*, imediatamente a norte do Tecla, por detrás de Oya e de Pedornes, corre uma fileira de vários castros, na cordilheira, por nós aludida, *La Groba* ou dos *Groves*, muito citada devido à sua exploração em minas de estanho, desde a ocupação céltica, e a estender-se pelas alturas da *Pena de Ferradela* e do *Alto de Nueira*, até ao demarcativo Cabo Sileiro, no dobrar da costa, para a imediata baía de Bayona.

8. CASTROS DA RIBEIRA ORIENTAL

Pois, na outra margem, a oriental, igualmente o esteiro do rio é guarnecido, com efeitos interferentes na época, por uma linha de montanhas, aproximadamente paralela à antecedente, que, a ser mencionada em sentido inverso, ou seja de norte para sul, corre desde o Monte do Facho, defronte de Valença até à costa atlântica, mesmo um pouco para diante da foz, teria sido constituída, dentre os mais destacados castros, pelo *Castro de Roboreda*, o *Castro de Lovelhe*, o *Castro da Senhora da Encarnação* ou do *Espírito Santo*, o do *Espinheiro*, o da *Cruz das Almas*, o de *Monte de Góis*, o de *Sôpo* e o *Castro dos Mouros*, em Vilar de Mouros, assumindo, entre todos, o maior relevo e altura a proeminência de *Arga de Cima* e em resultados obtidos o *Castro da Pena*, entre Vilarelho e Cristelo, seguindo-se o de *Castelo* ou *Cristelo*, na freguesia deste nome, por cima do seu lugar de Cividade e o *Castro de Santo Antão* entre as freguesias de Cristelo e Venade e o *Castro dos Mouros*, por cima de Vile, como no final o *Castro de Cividade*, já em Âncora ou entre Âncora e Afife e o *Castro do Monte de Santo António*, este já em Afife.

Destas fortificações, da margem esquerda do rio, desde o troço de Tui à sua extensão atlântica, merecem particular destaque as que directamente dominavam a entrada da barra e respectivo porto fluvial, neste rico território, outrora todo possuído pelo mesmo povo. Assim, do lado de lá, a *Citânia do Tecla* e sua vizinha montanha de *Cividãos*, com suas coroas de Santa Cristina e do lado de cá os Castros de *Santo Antão*, do *Castelo* e da *Pena*, a persistirem, desde os primeiros ocupantes greco-celtas até à chegada dos romanos e a serem reactivados depois contra os invasores germânicos.

Neste último castro, qual altaneira sentinela a dominar todo o estuário do rio, particularmente, a foz do rio Coura, a nele confluir, dotado dum passado histórico verdadeiramente excepcional, por se situar entre duas das mais recuadas povoações dos sítios, de nomes mais

antigos, de toda a província do Minho, a de *Vilar de Vila* (Vilarelho) e a de *Benadi* (Venade), esta provavelmente e continuadora da anti-quíssima *Benis*, ou pelo menos do povoado de *Aquis Bænis*, do que trataremos em futuro capítulo, vem decorrendo desde 1980, ano da 1.^a Campanha, aturados trabalhos de escavações, sob orientação e responsabilidade científica do docente de História, na Faculdade de Letras do Porto, Dr. Armando Coelho da Silva, cujos resultados parecem altamente satisfatórios, com recolhas de valiosas peças e fragmentos de utensílios, tanto de cerâmica, de vidro, de bronze, como sobretudo de ferro, mas especialmente com a descoberta duma provável muralha, ou mais que uma, investigações que já concluíram, em 1986, a sua 6.^a Campanha, e das quais, desde que, suficientemente dotadas com verbas de cultura arqueológica, pelo Instituto Português de Património Cultural, se aguarda natural comunicação, na devida especialidade científica, por parte do categorizado investigador.

Sabe-se que este Professor Dr. Armando Coelho já versou alguns dos primordiais aspectos deste castro ao integrá-lo no tema genérico dum seu rico e esgotante trabalho académico.

Na verdade, na Tese ou Dissertação de Doutoramento, cheia de valor arqueológico e muito bem ilustrada, que, em 1986, apresentou na especialidade de Pré-História e Arqueologia, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e denominou *Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, — editada pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, com magnífica apresentação e a servir de instrumento de estudo do Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, — salientam-se já poderosos testemunhos de ter existido, ao redor do montículo da Pena, na actual freguesia de Vilarelho, um antiquíssimo núcleo habitacional pré-histórico, aproveitando-se das favoráveis condições naturais da toalha de água a seus pés, parecendo, por outro lado provado que no seu cume aparecem vestígios de presença humana, inteiramente concordante com a da antiguidade da fronteira estação de Santa Tecla, nas suas primitivas ocupações.

Pena é que o doutorando, em carreira universitária, envolvendo-se na generalização do tema, a abranger muitos outros castros e alguns a revestirem mais importância, a esta estação da Pena, não tenha já neste belo trabalho feito as referências, tão esperadas no meio, e que estão como a ninguém ao seu alcance, face aos numerosos achados aqui verificados, nas sucessivas campanhas de investigação.

Contudo, elucidativos dados já figuram, com grande nitidez constantes da Estampa XXXIX, com bem nítida fotografia do corte estratégico duma descoberta muralha, que serviria de resguardo do núcleo habitacional mais cimeiro; na Estampa CXXVII, apresentando três

excelentes fotografias que patenteiam existência, dentro da muralha, de habitações de forma circular, com cerca de 5 m de diâmetro e tendo as paredes, em pedra solta, 0,40 m de espessura, tal qual as casas da Citânia do Tecla, a situar-se defronte, alguns quilómetros do outro lado do rio.

E, muito valiosamente, se ilustram nas Estampas XLIX, LXXIX e LXXXIII importantes achados, respectivamente, de vasos de cerâmica decorados, de potes de importação mediterrânea, com tradição púnica e de várias peças de metalurgia, como cadinhos, moldes para cerâmica, de diversas finalidades.

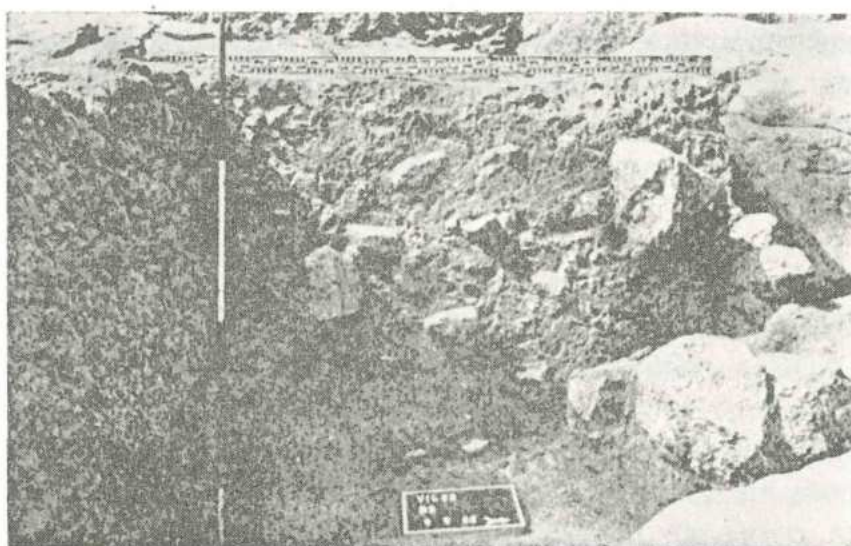
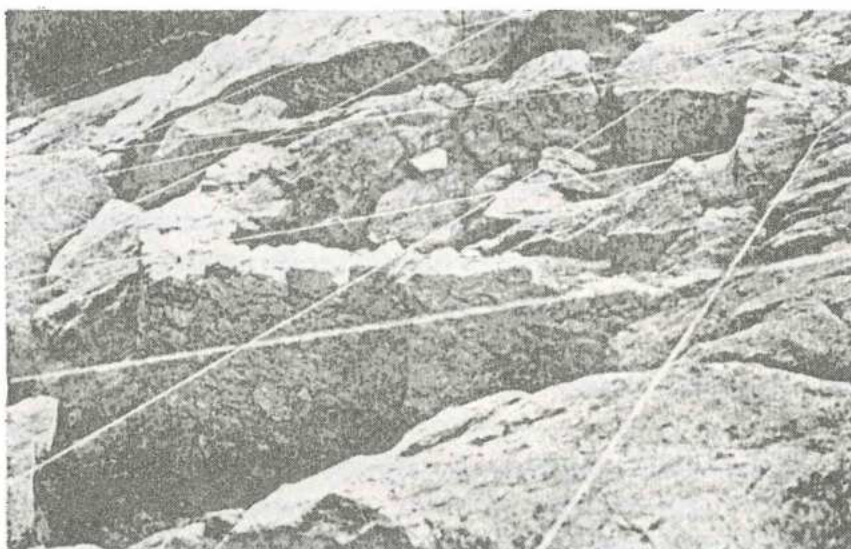
Por sua vez, no texto, pondera-nos o autor que tudo o recolhido neste Castro, desde os artefactos de pedra trabalhada, nos pesos de redes ou facas, desde a cerâmica manual à fabricada por moldes e à importada, desde os concheiros às lareiras, ter mantido este Castro, com o seu núcleo superior, sobremodo, nas pedrarias de muralhas, telhas e lajeados das suas circundantes adjacências, uma duração muito alongada — embora com certas interrupções — desde a época do Bronze à da Romanização e ter também servido de anteparo à adjacente ribeirinha localidade nas invasões germânicas, numa função de defesa e refúgio, perdurando mesmo até à alta Idade-Média.

Com a devida vénia, aqui se transcrevem estas primeiras conhecidas considerações de estudo acerca da sua realizada exploração:

«Como aspecto relevante, deduzido da estratigrafia, com espólios diversos de indústria lítica e cerâmica de fabrico manual com fragmentos de vasos e moldes de fundição (...) se aponta uma cronologia correspondente a estas matérias atribuível ao Bronze Final Atlântico III, para datar a sua construção que de resto está em conformidade com a cronologia que estabelecemos para a primeira fase deste Castro, a evidenciar as preocupações defensivas características desta cultura desde a sua formação.»

.....

«Dever-se-á, entretanto, equacionar o abandono do alto do Castro, com a transferência da ocupação para as plataformas inferiores, onde recolhemos materiais diversos de cerâmica castreja — (Recolhas de superfície por ocasião de terraplanagens para urbanização ocorridas em 1978, previamente à classificação da estação, constando em geral de dolla, vasos de asa interior e de orelha, púcaros, panelas e potes da fase III da nossa periodização) — ânfora Haltera-70, um «dupendius» de Augusto, datável de 25-24 a.C. e outras peças pertencentes à fase III, significadamente ausentes na parte superior na área da nossa escavação VII, 80-83»⁸⁹.



Gravuras demonstrativas das edificações castrejas e muralha que provavelmente as defendia, reveladas na escavação arqueológica do Castro da Pena dirigida pelo Prof. Armando Coelho, com o devido respeito reproduzidas do seu trabalho universitário *Cultura Castreja do Norte de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.

Neste, desde há poucos anos escavado castro, mesmo a dominar a desembocadura do rio Minho, ainda que situado mesmo fronteiro ao desaguoamento, em pleno estuário dele, do seu último afluente rio Coura, começam, pois, a assumirem-se achados arqueológicos, com classificações inteiramente idênticas, aos que em bem maior quantidade, mas não alongamento temporal, têm sido recolhidos no valioso Museu do Tecla, sendo curioso, perante a natural soberania e alinhamento estratégico, duma bem comum defesa fluvial, que a Citânia-Chefe do Tecla, assumia, relativamente a todos os restantes castros, a montante do curso, em ambas as margens, nessa época do Bronze final, e inícios do Ferro. E o certo é que nas primeiras explorações, pelo menos cerca do ano 80, ou anteriormente, em certo dia, duma tarde de verão, debruçando-se nas pesquisas dos contornos das primeiras reveladas habitações, no cume deste Castro da Pena, julgamos ter deparado com dois apaixonados da arqueologia, precisamente naturais da sede da comarca daquela fronteira Citânia-Chefe, além-rio, os D. Miguel Sobriño Branco e D. Victor Barbi Alonso, respectivamente, docente e aluno da Universidade de Madrid, que desde há muito se achavam convencidos do valor e interesse estratégico, em concordância com seus castros da margem direita do estuário, deste castro, no final da margem esquerda.

De toda a forma, nas circunstâncias a que este castro tem dado motivo de interesse, sobremaneira após os dolorosos prejuízos que provocou a descontrolada e inadmissível invasão das escavadoras no perímetro, infelizmente, ao tempo, não devidamente demarcado, sobre o seu interesse arqueológico, quando em prol uma ambiciosa urbanização, removeram as terras do sopé noroeste, passa a constituir uma das maiores aspirações de certas camadas caminhenses, com interesses histórico-culturais, que todas as principais peças, senão a totalidade, descobertas neste jazigo arqueológico da Pena, em Vilarelho, sejam depositadas, para devida apreciação, no prometido e bem preciso Museu de Arte de Caminha.

9. ABSORVENTE DOMÍNIO DO GRANDIOSO POVO GALAICO, COMO INCORPORADO GRECO-CELTA. SUA FUNDAMENTAL ETNOLOGIA NOS CASTROS DAS RIBEIRAS MINHOTAS

Evidentemente que só pela canserosa investigação dos vestígios arqueológicos de tais Castros se poderá calcular a época em que se levantaram e os povos que por largos tempos os foram ocupando.

Pois a este respeito, num dos mais elucidativos estudos, feitos entre nós, que se denomina, com muita propriedade, *A Epopeia dos*

Castros, ensina-nos o citado Prof. Mendes Correia, que nos castros do Noroeste da Península, seus entrincheiramentos, e, sobretudo nas suas habitações, pouco se reflectem as culturas celtas de Hallstatt e de Thène, antes constituem um desenvolvimento dos primitivos povoados e fortificações indígenas, ou que, pelo menos, a *celtização* dos castros não destrói a sua *iberização* anterior, parecendo manifesto que neles se mantém um fundo cultural com características de simplicidade e rudeza primitivas e até de formas arcaicas.

Ainda que, no seu entender, algumas localizações castrejas tenham derivado das invasões celtas, não considera possível discriminá-las das indígenas, nem nas mesmas, qual a área pertencente aos celtas e a área cinético-tartésia.

Assim, — diz —, os Castros nem são *Ibéricos* nem *Célticos*, mas são originariamente *pré-célticos*, tendo apenas sofrido certa celtização, mais ou menos ampla, como muito mais tarde sofreram a romanização.

Quanto à designação dos seus habitantes, fundamentado nas primeiras referências literárias dos mais remotos geógrafos gregos, considera que se devem considerar na denominação genérica de *Lusitanos*, todos os povos da vertente ocidental da Península, embora também na de *Lígures* (isto, tal como neste estudo vimos aludindo), todos os povos pré-Celtas.

Firmando-se que nesta época da civilização castreja, a palavra *Lusitânia* teria um sentido amplo, na acepção de habitantes da faixa ocidental da península; para ele, seriam *Lusitanos* da *Gallæcia* os habitantes do espaço ao norte do Douro e por isso designa as estátuas de pedra dos guerreiros de então, que tão valiosamente apareceram, como de *galaico-lusitanos*, os que procuravam fixar-se pelas altas montanhas, mas nas proximidades dos estuários dos rios, que então eram muito ricos em pescado, segundo Estrabão e Justino.

Por nós, levadas em conta as considerações iniciais do anterior capítulo, quanto aos primitivos habitantes da Lusitânia, admitimos que esse povo particular que, por algum motivo, de raiz filológica, se veio a denominar *Galaicos*, atentas suas decantadas qualidades de heróica rudeza, em que os homens desde pequeninos viviam para a guerra, quase única actividade que os empolgava, deixando o cultivo dos campos muito mais a cargo das mulheres, resulta dum substrato indígena ligúrico e lusitano-grego, duro e hábil, concentrando os seus variados povoados pelas ásperas montanhas das imediações a sul e norte de Braga — como isso referem insistentemente os nossos grandes historiadores da época clássica, o que devia ter constituído a verdadeira pista para os grandes ressuscitadores de Briteiros, Sanfins ou Montesinho —, e muito audaz daí espalhado, iria causar a maior dificuldade encontrada em todas

suas terras pelas legiões romanas. É que transparecia da sua bravura, como do próprio nome, marcante influência dos velhos guerreiros Egeus.

Sobre os indígenas, a sobrevivência dos primitivos *Iberos* e *Lígyres*, tais emigrados que os tempos denominaram de *Calaicos*, deviam possuir a nobre etnia dos mais heróicos e arcaicos *Acheus*, ou dos grandes lutadores *Jónicos*, como de alguns *Dórios*, numa evolução para as mais adiantadas designações das gentes ocupantes acima dos rios que, no futuro, se designariam por Mondego e Douro, numa evolutiva radicação linguística de *Sefes*, já nome grego, como de seguida de *Graci* ou *Grais*, designações estas que devem ter antecedido a fundação de *Cale*, na foz do Douro, depois do que gradualmente se foram alargando, mais para norte, sempre na maior apetência pelas montanhas bordejantes, das bacias dos rios, e, garantindo-se sobremaneira dos domínios de suas fozes, em que se lhes facilitassem portos marítimos, por onde entrassem navegantes da sua raça, que vindos dos mares mediterrâneos aqui ousassem chegar.

Esta civilização de razoável nível local, bem dotada de características próprias, e até clara personalidade onomástica, a marcar bem uma época na região, antes da chegada dos Celtas, aos quais daria tanto como deles recebeu, na miscigenação então acontecida, bem autonomizada, por essa notabilíssima figura, que entre nós tanto estudou e exaltou os castros de Entre Douro e Minho, cujas teorias, ainda que no decurso do tempo um tanto amaciadas, aqui não podem ser omitidas.

Para Martins Sarmento,

«Cempses, Sefes, Lígyres, Dragnes, habitavam todos *Ophiuse in agro*, sendo que os dois primeiros povos vizinhavam pelo sul com os Cynetos dos quais os separava o Sado e pelo norte vizinhavam com os Lígyres e Dragnes que se tinham estabelecido na parte setentrional da península *sub nivoso maxime septentrione*.

Os Lígyres e os Dragnes ocupavam portanto a Lusitânia antiga de Estrabão e não são outros senão os *Lusitanos* deste geógrafo.

Para Estrabão os *Gallaicos* eram um ramo dos Lusitanos e suposto que tais tarde os Celtas viessem misturar-se com estes povos não alteravam a toponímia que encontraram enraizada, como não o fizeram em parte alguma, muito mais continuando ser ibérica a maioria da população que os precedera.

Nós sabemos que aqui na Celtibéria também os celtas se misturaram com os indígenas, pois Políbio assevera-nos que estes forasteiros deviam a sua cultura e convivência com os Turdetanos.

Destes textos se vê também que influência podiam exercer sobre os espanhóis do ocidente uns estrangeiros que os Turdetanos tiveram de polir.»

Tomado, visceralmente, duma prevalência inalterável dos seus tão idolatrados Lígures, e numa desqualificante apreciação da cultura céltica, com certos exageros, que pelo menos quanto à segunda posição não conseguiu ser seguido, nesse seu tão polémico folheto, *Lusitanos, Lígures e Celtas*, o excelso patrono da sociedade cultural, que desde há cem anos, em Guimarães, tanto honra estes estudos históricos, continua com um radicalismo lusitanista, que dificilmente se pode acompanhar:

«É bom lembrar que segundo o mesmo Políbio, nisto de acordo com todos os antigos informadores, a barbárie dos celtas ao aparecerem na cena histórica era tal que desconheciam todas as comodidades de vida.

Não há dúvida que os célticos adoptaram a civilização dos indígenas.

Estes Celtas não passavam dum bando de aventureiros já tão casados com os Turdetanos (Cempses, bem possivelmente) que planearam, em comum, uma empresa para o Norte. Chegados às margens do Lima, as duas hostes desavêm-se e dizem-se mutuamente e a céltica, perdido o chefe aparece-nos, mais tarde, pelo Promontório Nério (Strabon, III-III-5). (Trata-se do acidente a que futuramente se viria a chamar Cabo Céltico e na actualidade de Finisterra).

Pelo facto de aí a norte terem estabelecido uma colónia nas imediações do Tamariz e a sul apenas terem chegado à margem esquerda do Tejo, nenhuma influência podiam ter tido sobre os Lusitanos.

A celtização da Lusitânia é desmentida pela Arqueologia.

O nome *danum* que se pretende tenha pertencido à língua celta, constitui, sou forçado a dizer, um exemplo que não pode ser mais desastroso. O *Dunum* era como se sabe a povoação morada, dos altos, e Strabon diz-nos que os Célticos viviam *fere vicatim*. (Strabon, III-III-15).

Os Lusitanos não podiam copiar dos Celtas, uma coisa que eles não possuíam, às avessas antes da chegada dos Celtas à península ibérica não faltavam povoações moradas nos altos.

Entendo, portanto, que a onomástica do Ocidente, decifrável pelo câmbrico e congéneres, nos revela os traços duma civilização importada por áreas pré-celtas, os *Lígures*, civilização que, pela sua superioridade, ofuscou as civilizações rudimentares dos povos preexistentes, chamados desde então a uma vida nova. Toda a minha tese etnológica consiste em mostrar que os povos do extremo Ocidente, entre eles os *Lusitanos*, pertencem a uma migração ariana, falando uma língua ariana e desenvolvendo a célebre Civilização de Bronze, séculos antes do aparecimento dos Celtas na cena histórica.

Os guerreiros ligúricos e lusitanos tinham escudos de bronze mas os celtas armas de ferro.

O predomínio, quase exclusivo, destes verdadeiros civilizadores da Europa antiga, só começou a ser abalado cerca do século VII a.C., pela onda sempre crescente duma infinidade de povos setentrionais, conhecidos primeiro pelo nome de Celtas e depois de Germanos, irrompendo do alto-norte, onde chegaram sem se saber como»⁴⁰.

Pois, ainda este pensamento, do famoso arqueólogo vimaranense, melhor se vem a completar, sobretudo quanto à etnologia desse antigo fundo indígena, galaico-ibérico, do norte da Lusitânia, que deu o genérico povo dos *Galaicos*, particularmente, ao exaltar a sua dominante componente helénica, no que se encena naquele outro seu atrás dito trabalho, escrito em língua francesa e que sob a denominação de *Les Lusitaniens*, em 1880, foi presente à apreciação, com muito louvor e alguma crítica, de dezenas das maiores sumidades pré-históricas da Europa, quando diz:

«A antiga pátria dos *Lígures* era nas regiões nevadas da *Ursa*, e numa posição exposta aos ataques por mar, devendo ter sido nas margens do Báltico, fronteiras às da Escandinávia.

Quanto aos *dólmens*, durante muito tempo foram atribuídos aos Celtas, porque se encontravam nos países que os celtas haviam habitado. No entanto, logo que o domínio das investigações se tornou mais vasto e que os *dólmens* se depararam nas regiões em que os celtas nunca tinham ocupado, e que se procuraram, em vão, estes monumentos nos lugares em que os celtas sempre haviam dominado, a celticidade dos *dólmens* passou a ser opinião somente de certas pessoas obstinadas.»

Passando agora a salientar, com o devido destaque, a enorme importância do substrato helénico, no conjunto lusitano-gróvio-galaico, desta antiga massa pré-céltica, das populações ocupantes dos Castros em questão, define-se categórico:

«Estrabão diz-nos que os Lusitanos, os Galegos, os Astures e os Cantabros tinham todos os mesmos usos e costumes (III-III-67-7), e não encontra nenhuma analogia com os Celtas.

Todas as analogias são ao contrário com os *Lígures* e com os *Gregos*. Em tudo lembram os gregos.

Os casamentos fazem-se nos costumes dos Gregos, os funerais no rito grego, diz o geógrafo, *ritu græco*, e para ele geógrafo não há a menor dúvida que as colónias gregas, que se estabeleceram nestas regiões, e para mais isso lhe é testemunhado por nomes tais como *Helenes*, *Amphioloques* e outros.

Justino, vai mais longe até pretender que, segundo a tradição dos Galegos, este povo e os Gregos era coisa comum (XLIV).

Plínio avança igualmente a dizer que os Helenos e *Graii* eram de origem grega.

Não seria difícil reunir outras citações.

.....

Mas o que no entanto é mais importante, na nossa questão é sublinhar que bem antes do aparecimento dos Celtas no Ocidente, todas as regiões em que vemos estenderem-se *dólmens* acharem-se ocupadas e dominadas por uma cadeia de povo de origem ariana,

os Lígures, os Selloi e Gricii (Gregos), pouco importa o nome que tinham nessas regiões, implantando uma civilização própria deles, e nelas introduzindo monumentos, deixando tradições e por consequência nomes étnicos e locais»⁴¹.

Por fim, ele Martins Sarmento, mais junta a tais deduções uma comprovação etnológica, e até linguística, pois alude a que segundo Scheicher a língua que essa massa populacional então falava pertencia ao grupo *greco-italo*, como deduções de ordem cronológica e geográfica, pois que, no seu entendimento, tais nomes, justamente averbados aos gregos, têm de pertencer aos tempos mais arcaicos da Grécia, mesmo anteriores à guerra de Tróia, e, por si, não admite que tais expedições helénicas hajam chegado à Galiza, por mar, em tão recuados tempos, imputando para tais migrações, partidas das mais barbarizadas e inóspitas serranias das arcaicas Egeya, Thracia e Ilyria, antes da formação de qualquer Grécia, e mesmo da Héliada, um percurso de caravanas, por alpes e vales.

O itinerário desses fugitivos seria pelos Alpes Adriáticos, daí até Delos, atravessando a antiga Ligúria e tomando depois o vale do Reno.

Isto mesmo, no entender de Sarmento, como já vimos no Cap. III, n.º 1, se relaciona com os *Hyperborens*, de tradição grega, nas migrações de vários *Graecci*, provindos da antiquíssima Héliada, ainda anteriormente as expedições dos troianos, como aliás se referiu.

De todo o modo, esta implantação de primitivos gregos, no solo da Galiza, como a constituir a mais honrosa ascendência do povo galego, desde a civilização castreja, é, actualmente, muito acarinhada na melhor literatura histórica espanhola, não deixando esse seu grande prehistoriador Garcia y Bellido, na sua obra fundamental, já várias vezes citada, de frisar claro «é muito provável que tenham sido os gregos os primeiros povos históricos a conhecerem a Península»⁴⁰.

Mas, é, principalmente, o tão abalizado catedrático de Santiago, Prof. C. Torres Rodrigues, quem, mais detalhadamente, vem versando esse problema, e doutamente, nos esclarece que Asclides de Myrlea, não pode ser considerado um vulgar falsificador de factos históricos, já que viveu vários anos na Turdetânia, como Mestre de Retórica, e muito possível será que Estrabão, com as notícias que nos dá sobre a antiguidade dos poemas turdetanos, haja conhecido melhor que ninguém os historiadores gregos que deram fundamento a tais tradições espanholas.

A respeito da influência destas tradições se acharem bem radicadas, tanto nos autores gregos como latinos, que se seguiram a esse Asclides de Myrlea, ele catedrático compostelano, refere terem-se exer-

cido não só em Estrabão como em Pompeo Togo, que foi abreviador de Justino, principalmente neste consagrado historiador romano, o qual nos deixou passagens, a tal respeito, como estas:

«Os galegos asseguram que são descendentes dos gregos, pois, terminada a guerra de Tróia, Teucro se fez odioso a seu pai o rei Telamon, por haver deixado como único herdeiro seu irmão Ajax, e, ao não ser admitido no reino, emigrou.

E, navegando chegou às costas de Espanha, ocupando o lugar que hoje se chama a Cartago Nova e daí passou à Galiza e fixando ali a sua residência deu o seu nome a uma região.

Outra parte da Galiza recebeu o nome de *Amfilicos*, região abundante de bronze e estanho» (Justino, XLIV-3-2) ³⁰.

Ora, nesta passagem — diz-nos ele, C. Torres, — podemos distinguir dois tipos de narração. Uma breve, provavelmente recolhida dos lábios dos soldados galegos, que verosivelmente poderá expressar um facto histórico: «Os Galegos afirmam ser de origem Grega». Outra amplosa, legendária, em que se pretende chegar à verdadeira legenda histórica, com dados da lenda, sugeridos talvez por um nome particular, de lugar ou tribo.

De resto — remata o tão considerado historiador galego —, Plínio escreveu, terminante:

«Das ilhas merecem menção a Cartegada e a de Ons. A partir dos Cilenos está o Convento Jurídico Bracarense, os Helenos, os Gróvios e o Castelo de Tui, tudo de origem grega. Em frente da Celtibéria as ilhas chamadas Cassitérides pelos gregos, pela sua riqueza em estanho.»

Fácil, por isso, de concluir-se que Cassitérides era nome grego, que o móvel das navegações dos gregos tendo sido sempre, como se sabe, a obtenção de metais, estanho, cobre, prata e ouro, por tais factos as costas galegas não foram desconhecidas dos comerciantes gregos, nesse tão recuado tempo.

Quanto ao ouro o seu empório principal seria Tartessos, como prata, mas ser-lhes-ia a Galiza a principal produtora do estanho, de capital importância, antes da utilização do ferro, no fabrico das peças de bronze.

Foi sempre o estanho o fito mais ambicioso dos gregos, mesmo que levado só até ao mercado de Tartessos, pois era escasso nos demais lugares do mundo grego, e não se encontrava em toda a África do Norte. (*La Venida de los Griegos a Galicia*, nota citada 30).

Versando num capítulo, — sobre quais teriam sido os habitantes dos Castros, nos meados do Bronze, antes da chegada dos Celtas —, esta

problemática das colónias gregas, na região minhota, outro grande historiador de Guimarães, bem digno émulo de Sarmiento, consigna-nos:

«Neste teor de vida vieram encontrar a província os romanos não devendo por fim estranhar estes agrupamentos, fechados por grossas paredes, que lhes haviam de lembrar as antigas povoações italiotas. Quaisquer que fossem estes bárbaros, eram como todo o mundo italo-grego, uma gente de cidades.

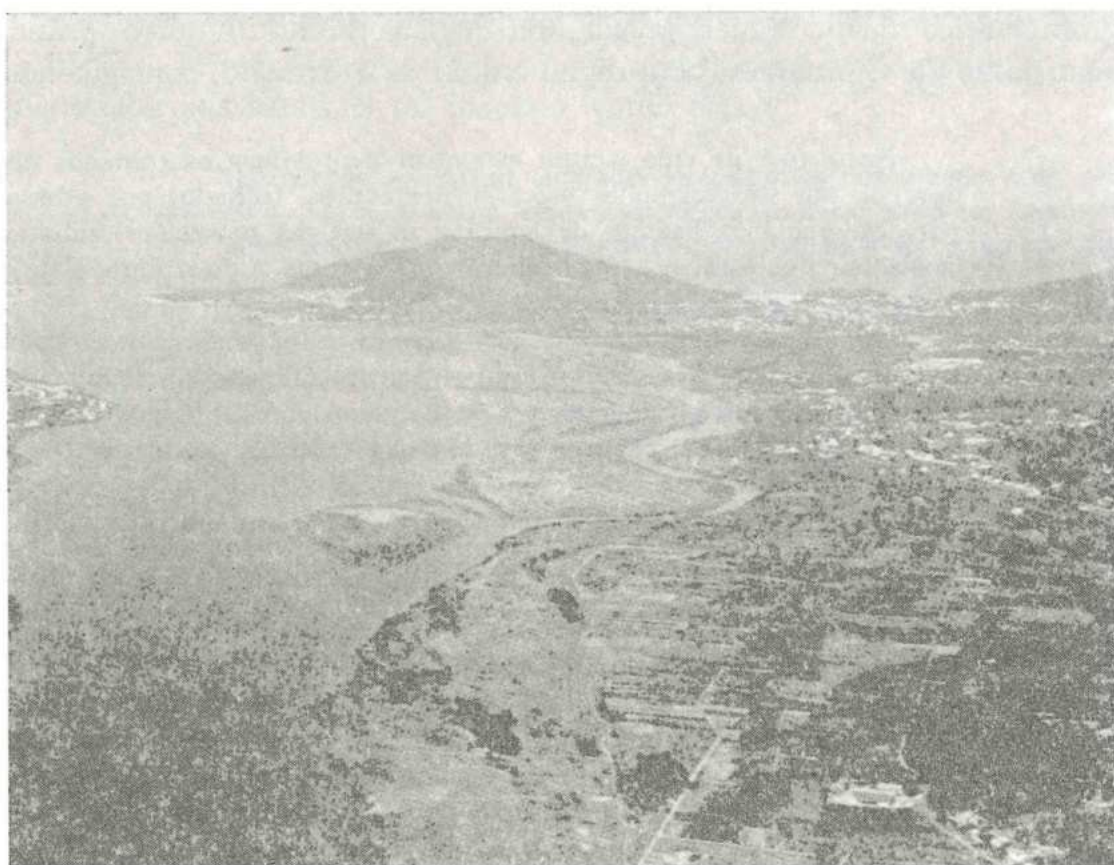
Assim o propuseram muitos escritores da antiguidade clássica como Justino, Plínio, Sívio Itálico e outros; surpreendidos pela semelhança de costumes, ritos, pronúncia, etc., destes povos com os gregos, e entenderam ser de tal origem os que estacionavam ao norte do Douro atribuindo-a à fundação de colónias helénicas.

E os eruditos modernos encontravam o grande embaraço de explicar como e quando tais colónias se fundaram.

Admitida, porém, a brilhante teoria de Martins Sarmiento todas as dúvidas desaparecerão, salvando-se a afirmação explícita dos antigos. Esses homens de raça italo-grega tinham vindo para a Península na mesma época em que aquela se fixou nas costas e ilhas do Mediterrâneo. Mas os que avançaram para estas paragens, separados e destacados pela chegada dos Celtas, apenas conservaram a primitiva civilização do *bronze* ignorando os progressos posteriores visto terem-lhes sido cortadas por estes as comunicações já por si difíceis»⁴².

Por nosso lado, não entendemos a particularidade deste distinto Alberto Sampaio, no ponto em que refere que tenham sido os Celtas que prejudicaram as comunicações dos emigrados gregos, com seus territórios pátrios ou com todo o progressivo mundo do médio-oriente. Certo que só se compreende que o pudessem fazer quanto às exercidas por terra, e algumas assim se faziam, segundo a passagem atrás de Martins Sarmiento a defender que tais comunicações, ao tempo seguinte à guerra de Tróia, melhor podiam ser feitas por caravanas alpinas, na rara possibilidade de serem por mar, como geralmente se vem dizendo.

Contradiz-se todavia, a mesmo respeito, este Alberto Sampaio, ao referir aqui, que a vinda dos gregos para a Galiza teria sido ao mesmo tempo que se fixaram pelas ilhas do Mediterrâneo, como isso efectivamente aconteceu, na famosa expansão naval do primitivo mundo grego, pela Frígia, na Ásia Menor, pela Cyrene, magnífica colónia no Norte de África, pela primitiva Itália, na ponta sul da Península Itálica, sobretudo, no seu importantíssimo muito antigo domínio, na parte sul da Sicília, onde os gregos só podiam ter chegado por mar. Ora se vieram nessa mesma altura à Península, também deveria ser de barco.



Aspecto do guardião que representaria para o povo galaico-celta o Monte de Santa Tecla, à entrada do grande rio, do qual um braço bem poderia ir desembocar a norte de La Guardia, como deixou restos no vale à direita, do Tamuxe, hipótese de que nos ocupamos no Capítulo I.

Quem nos elucida, com perfeita propriedade histórica, é o dito Prof. C. Torres, de Compostela, quando nesse seu esgotante estudo da matéria, bem diz:

«A provável vinda dos Gregos à Galiza teve de ser anterior à batalha de Alália (540-535), pois, desde esta data ficou fechado o comércio dos gregos, para as paragens das Ilhas Britânicas e Armónia, aparte certa continuação de algum comércio de estanho a ser feito por caravanas através do vale do Rodano»³⁰.

É que, somente aos cartagineses pode, realmente, ser imputado o corte das expedições gregas, pelo estreito, e só datam do século V ou VI, as derrotas que infligiram aos gregos, nas lutas encarniçadas para os desapossarem da Sicília, com as batalhas de Gelon (Himera, 480) e Alália (535), nada impedindo que desde o século VI ao século XI ou XII, antes de Cristo, num período de dolorosa fuga imigrativa, anos seguintes

à guerra de Tróia, como sustentam os historiadores vianenses e tantos outros nacionais, ou mesmo mais atrás antigindo o século XV, antes de Cristo, como chegam a referir outros historiadores estrangeiros, os gregos, dando futura origem aos *Galaicos*, não hajam, nas suas pequenas embarcações, atingido as costas da Europa Ocidental, navegando até à Armónia e Mar do Norte, necessariamente, a fazerem, no percurso, seus estabelecimentos, nos locais da costa ocidental da península, designadamente nas fozes dos rios de Noroeste, mais propícios para seus propósitos de abastecimentos de géneros e recolhas de metais, daí deverem ter fundado uma colónia na barra do Minho e subindo o rio outra na sua bem consagrada Tui.

10. ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÓNIAS GREGAS, QUE FORAM PRECEDENTES DA DESIGNAÇÃO REGIONAL DE GALÆCIA E SUA PROVÁVEL INTERFERÊNCIA NESSA DESIGNAÇÃO

A linha demarcativa essencial, que importa considerar, quanto à chegada dos gregos à Galiza, dado que se torna mais que irrecusável que para cá vieram iniciar a região do primeiro povoamento, após os Lígures ou últimos neolíticos, é a de que, tais emigrados nada têm que ver com o Estado Grego, que agora nos habituamos a ter em conta, tão pouco a Grécia Clássica, difusora da Religião, Cultura e Arte, ou tão pouco com as suas principais civilizações da Ática e da Arcádia, mesmo da Esparta ou de Atenas históricas, elaboradas somente pelos séculos IV ou III a.C., e sem que antes ou seus séculos imediatos se possa falar numa nação grega.

É que mesmo a *Héllade*, como agrupamento étnico, que iria dar consistência biológica e cultural ao povo dos *helenos*, no sentimento de começos de nacionalidade, só remonta ao século VIII a.C., enquanto as primeiras emigrações dos povos dessa região de ilhotas e costas de Egeia e do Ponto Euxino, pela Lydia e a Frygia, bem se vê que remontam bons séculos antes.

Segundo os mais completos Atlas Geográficos europeus, mesmo o nosso de João Soares, dos anos vinte, na expansão dos primitivos povos do Egeu, das então costas ocidental e norte, da Achaia, da Argólia ou Euboeca, já por 1300 a.C. se haviam estabelecido colónias na outra costa e a sul, como em Lesbus, Rhodus, Cyprus, Samus ou Creta.

Muito antes do seu sentido histórico, como helenos, os navegadores de Argos e de Mycena, ainda em pleno século XII a.C., se lançaram na expedição lendária, mas também histórica, contra a rica cidade de Tróia,

na outra costa, seguidamente à qual, pelo menos antes do século VIII, aparecem as importantíssimas colónias mediterrâneas de Cyrene, na costa africana, de Siracusa, no sul da Sicília, principalmente de Massília, à ilharga ocidental da velha Ligúria.

Dos mesmos tempos, então sem meios com que nos séculos VI e V os haveriam de embarçar, nas suas expedições ao Ocidente, os fenícios, os etruscos e cartagineses, para esse fim coligados, por si, deveriam ter realizado as expedições pelo Atlântico, que chegaram ao mar do Norte também estabelecendo irrecusáveis colónias na Galiza.

Os das naus vindas da Egeya devem remontar aos Acheus ou mesmo Pelagos, nome que os gregos deram aos povos mais antigos da sua história, uma civilização ainda semi-bárbara, dos fins do período neolítico e começos do Bronze, sobremodo devido ao escorraçamento que eles vieram a sofrer, por motivo da descida, para a sua península do Peloponeso, dos brutais e quase selvagens *Dórios*.

Estrabão vê nos *Pelagos* um povo outrora espalhado por toda a Grécia, mas, preponderantemente na Aetólia, Achaia e Arcádia, primeiros habitantes portanto do território que só começaria a chamar-se dos *Helenos* pelas imediações do ano 600 a.C., um povo que, havia sido escorraçado pelos Thessalos, mas que, apesar da sua rudeza, viera ensinar aos gregos antigos, a metalurgia do cobre e do bronze, a qual aprendera com os fenícios, em troca de vinho; devendo-se pois reconhecer certo valor à civilização pelágica, pois outros gregos continuariam durante séculos somente atrás dos seus rebanhos. (*La Grece Avant les Grecs*, por Louis Benlew, Decano da Faculdade de Letras de Dijon, Paris, 1877).

Aqueles *Dórios* vinham a ser um povo de rudes montanhesees, do norte do Peloponeso, que veio conquistar o povo da civilização pelágica, seu compatriota. Eles, ora invasores, constituíam uma raça, bela, sã, robusta, habituada ao frio e a uma vida pobre, só que introduziram a desordem no Peloponeso meridional, provocando o êxodo completo de várias tribos, que assim foram espalhar colónias pela Ásia Menor e Mediterrâneo Ocidental.

Sem que se saiba donde vem o nome, por oposição a tais invasores-dórios, chamavam-se *Jónios*, os povos da velha Ática, das ilhas fronteiras, na costa, do outro lado, que nos seus domínios se viram pressionados pelos Dórios, e pelos seus reis denominados Tiranos, não tanto pela brutalidade material, mas pela violência do seu sistema social, na sua legislação, confiscadora ou excessivamente tributária.

Seriam estas ocorrências, dos séculos IX e VIII a.C., que motivaram as fugas dos Jónios, povo de marinheiros e comerciantes, os menos gregos e os mais polidos, porque frequentavam os povos mais civilizados

do Oriente, misturados mais com seus costumes asiáticos e marítimos a espalharem-se do mesmo modo que antes os *Pelagos*, pelo Mediterrâneo e Atlântico, no único recurso que lhes restava da fundação do colónias autónomas.

Sobre as características destas lançadas colónias, no mundo ocidental, muito anteriormente a que os cartagineses tivessem marinha capaz de lhes impedir passagem leiam-se os dizeres do categorizado Seignobos, no próprio texto docente:

«Les colonies grecques detaient de toutes époques, depuis le XII siècle jusq' au X; elles sortaient de toutes les cités à toutes races, doricque, ionienne, éolienne; elles avaient fondées tantôt par une conquête, tant par accord avec les indigènes. / La où se fixaient les colons formaient un état qui n'obeissait en rien à la cité mère dont il s'était détaché. Ainsi toute la Méditerranée finit par se trouver bordée de cités grecques indépendantes l'une de l'autre. De ces cités beaucoup devinrent plus riches et plus puissantes que les villes d'où elles sortaient. / On appela la Italie du Sud, *La Grande-Grèce*.

En comparaison de cette vaste région toute peuplée de colons grecs le pays d'origine n'était en effet qu'une petite Grèce. Il arriva ainsi que les Hellenes furent beaucoup plus nombreux dans les pays que dans la Grèce même; et parmi ces hommes des colonies figurent une bonne parte des noms les plus célèbres: Homère, Sapho, Thales, Pythagore, Aristote et bien d'autres»⁴³.

Para se entender e fixar, temporalmente, tão remota mas intensa, pelas mais longínquas terras, expansão colonial dos primitivos povos da região da Egeia, importa principalmente referir as pressões que deram causa a tais forçadas migrações.

Parece ter acontecido, ainda nos começos do último milénio, antes de Cristo, que já achando-se a península do Peleponeso quase toda ocupada por aqueles *Pelagos*, desceu da Thessália uma tribo já embuída de certa cultura, da transição do cobre para o bronze, a qual os bons historiadores denominam de *Acheus*, tendo começado por estacionar na Argólia, onde por aí levantou, com pesadas e extensas muralhas, uma larga cidade denominada Missena. Porém, não se contentando com a pobreza do lado ocidental, e, servindo-se irrecusavelmente de elementares meios navais, se tentaram pelas mais ricas explorações orientais, aportando às costas da Egeia, suas pequenas ilhas do mar Egeu e mesmo passando ceda a Creta.

Efectivamente pode ler-se numa abalizada obra sobre a Grécia Arcaica:

«Os velhos Acheus, que de seguida foram tomados como um povo jónico, por 1200 a.C., tornados marinheiros, passam a Creta e aí à imitação dos cretenses não hesitam em lançar-se em aventuras longínquas

e a recolher em todos os lugares os proveitos que outrora eram reservados aos senhores de *Minos*.

Começaram por cultivar o solo, criaram cavalos, mas, como homens do Bronze, quiseram ir bem mais longe e ao estabelecerem contactos com as gentes de Rodes e de Chipre fizeram tráfego com toda a costa da Ásia Menor e levaram as mercadorias obtidas até às costas ocidentais.

E, no que não há dúvida, é que toda a gente se acha de acordo em designar sobre o nome de *Acheus* os povos invasores, logo seguidos aos Pelagos, descidos à Península por cerca do ano 2000 ainda bem antes da invasão dos *Dórios* que foi a última.

Em Creta vieram a deparar com os últimos restos duma civilização neolítica, mas graças ao desenvolvimento que traziam de Micena e da Ásia Menor, logo introduziram o estanho que combinaram com o cobre na fabricação do bronze.

Ao substituírem os metais só até então aí conhecidos, o ouro e a prata, implantaram em Creta, que foi o primeiro estado de comércio marítimo da história arcaica da Grécia, a notável civilização micénica. Com os lucros do comércio asiático levantaram magníficos palácios numa prosperidade e criação duma verdadeira aristocracia, que algo só se viria a interromper com a chegada dos indo-europeus, entre 1500-1450, embora após duríssimas lutas interiores esta brilhante civilização logo prosseguiu em Cnossos, onde reinou a alta figura do rei *Minos*, que impondo-se aos rivais conseguiu poder chefiar a federação cretense.

.....

Creta havia cumprido a sua missão de ter legado ao mundo a mais esplêndida das heranças, ao ter estabelecido os primeiros contactos entre o Oriente e o Ocidente mediterrâneos.

É que foram os cretenses que fizeram conhecer aos gregos o primeiro tipo de sociedade urbana, que lhes ensinaram a cultivar a figueira, a oliveira e a vinha, que lhes revelaram os segredos das indústrias metalúrgica e cerâmica, como mais tarde eles helenos vieram a reconhecer que também lhes tinham ensinado os pesos, as medidas e a própria escrita. As civilizações europeias, por seu lado ficaram a dever-lhes todos os recursos da navegação e do comércio. Ora desde que as civilizações europeias repousam, em grande parte, sobre tais ensinamentos da Grécia Antiga, é justo que se lembre que estes se devem essencialmente à transmissão feita pelos minóicos de Creta»⁴⁴.

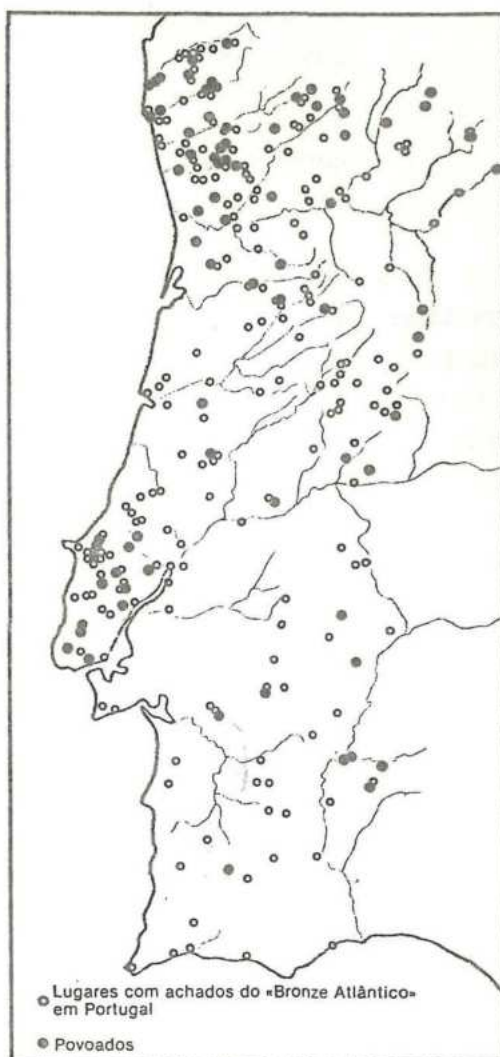
Entretanto, enquanto tal expansão missénica-cretense, assim se expandia, pelo mediterrâneo, das inóspitas montanhas da Thrácia, Macedónia e Epiro, dava-se a intensa invasão dos *Eólios* que, viriam a agrupar-se na Beócia e na Euboea e quase simultânea, ou bem pouco seguinte a atrás aludida dos duros guerreiros *Dórios*, que subjugando toda a região central da península transformaram inteiramente o país provocando que pelo menos na outra costa, em Mileto e Fócia, fossem evacuados todos os seus primitivos habitantes.

Somente ao sul, considerados legítimos continuadores dos restos continentais, dos civilizadores Acheus, se teriam aguentado, pela futura Ática, alguns mais polidos e escorraçados *Jónios*, que se iriam tornar marinheiros pelo Ocidente como vimos.

E, assim, desde que nem nos tempos de Homero (século IX a.C.), o grande poeta grego não alude a Gregos, como nome genérico, os primeiros navegadores dessas paragens a demandar as costas ocidentais, antes do século VIII (em que somente os fenícios e gregos, as conheceram e colonizaram, muito antes dos cartagineses terem-lhes fechado a saída do Mediterrâneo), só poderiam ter sido os escorraçados *focenses* e *jónios*, ambos aventureiros marinheiros, então em Creta. Seriam assim, tais jónios-cretenses, quando a mais nesta ilha de Creta, foram incomodados pelos belicosos Dórios, que também aí chegaram na inveja do comércio que os sobrelevava, os verdadeiros expedicionários portadores da apurada civilização oriental que desembarcaram nos rios da costa galega.

Muita conformidade ou consonância se acha patenteada — justa oportunidade disso aqui ser salientado — com estas sucessivas fugas gregas, forçadas pelas circunstâncias de perturbações nas suas terras, entre os séculos IX, VIII a.C., na posição que é tomada pelo distinto pioneiro do actual florescimento da cultura histórica caminhense e autor de Prefácio da monumental edição de 1984, *Forais de Caminha*, quando abre as suas considerações escrevendo:

«Aquele antigo núcleo naval estabelecido em Creta despertou muito cedo nos seus vizinhos fenícios e mais tarde nos gregos da Fócia /...../



Na época em que os navegantes orientais tanto rebuscavam nas costas do Ocidente o ambicionado *Estanho* em prol da liga com que fabricavam os instrumentos de *Bronze* o vale do Minho teve muitas suas visitas e a desembocadura seus estabelecimentos como demonstra o presente Mapa.

o desejo de comércio e emigração dos primeiros, bem como das largas navegações e exóticas aventuras no desconhecido dos segundos, não isentas de interesse /...../. Teve um rei chamado «Minos» que segundo as lendas locais foi além de famoso sábio e legislador, um nauta e descobridor de muitas costas, ilhas e terras, desde o Mediterrâneo Oriental ao Ocidental.»

Pode, na verdade, esta feliz evocação dos cretenses, mesmo do seu rei *Minos*, ter adequado relacionamento com o mais que provável aporteamento, nesse último milénio antes da nossa era, das gentes do Médio-Oriente, ao estuário do maior rio da então Lusitânia, os quais com comprovados conhecimentos que traziam das várias substâncias em detritos minerais, que na sua ilha extraíam do subsolo, para suas fundições metalúrgicas, aqui notaram indícios de substâncias bem semelhantes às que se lhes depararam como novidade em Creta.

Face à substância residual parecendo de natureza vegetal, mas mais acertadamente mineral, que pulverizava em veios, se lhes deparava corrente, quase à tona da água e por lhes ser já conhecida, em virtude do seus irmãos de raça, *acheus* e *jónios*, nas costas e ilhas do Mar Egeu, e, principalmente na Ilha de Creta, terem realizado explorações mineiras, de que resultavam iguais detritos, de espontâneo, em memória do famoso rei *Minos* — que tantas riquezas no subsolo viera a obter —, logo lhes ocorreu designarem com nome dele tais escórias.

Possuidores já duma marinha desenvolvida e começando a dispor dum apoio logístico nas margens do Mediterrâneo, cedo teriam chegado à Galiza, e, sobremodo, entrado bem o rio Minho, em busca das matérias-primas, tão necessárias às actividades do seu comércio, em que os metais desempenhavam o papel fundamental.

Porventura, podia-lhes ter parecido bem adequado, homenagearem esse tão activo e grandioso empreendedor seu monarca, ao denominarem com o nome dele este raro e precioso pó escarlata, tão ambicionado na preparação do vermelho vivo, na pintura da cerâmica dos seus vasos, que viriam a tornar-se apreciadíssimos, sob a consagrada denominação de vasos helénicos.

Do que não podem restar quaisquer dúvidas é que, se acha historicamente bem comprovado, foi tal ingrediente, nos tempos da maior antiguidade, aqui somente achado na Galiza, e, porque neste curso se via nele correndo, em veios, teve ou em memória do rei, ou por ser termo importado de terras mineiras da Ásia Menor, a designação de *mino*, no sentido de muito raro produto vermelhão, próprio para tinta apreciadíssima dessa cor.

Uma vez reconhecida a grande abundância do valoroso produto, nas suas águas correntes, seja por inspiração do seu rei ou experiência

de gente mineira, tudo também indica ter a designação que se lhe deu em breve servido para a denominação do rio.

11. AS PRIMEIRAS REFERÊNCIAS LITERÁRIAS AO RIO E A ORIGEM DO SEU NOME

Aponta-se como a primeira notícia disso tenha sido referida por Justino, grande historiador romano do segundo século da nossa era, de nome completo Juniano Justino, o qual, na sua *História do Mundo*, segundo abreviamento ou resumo que dela fez seu contemporâneo e sucessor Trogo Pompeus, ocupando-se da Galiza, fala da sua riqueza mineral e do nome que dum seu produto tomou abrangido rio:

«Regio (Gallæcia) cum æris ac plumbi uberrima stannum & minio quod etiam vicino flumini nomen dedit.»

Ou seja:

«A região da Galiza muito rica tanto em cobre e chumbo como de estanho e *mino* o que também deu o nome ao rio vizinho.»

E o certo é que, nos mesmos tempos em que o romano tal regista, de há muito o rio com tal designação já era mencionado quanto ao importantíssimo ponto geográfico da sua foz pelo grande cosmógrafo e matemático grego Ptolomeo, ao ter assinalado bem explicitamente «Miñii fluvit ostia — 5° 20' 43" (Galicia en Ptolomeo)», por Luís Montea-gudo, in (*Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo II, Santiago, 1946), como ainda num século anterior, por Apiano, insigne geógrafo também grego (ano 95 a.C.), mas vivendo em Roma e escrevendo em latim. O último ao escrever a sua *História Romana*, vem dizer que entre 138-136 a.C., o cônsul Junio Bruto, passou com suas legiões o rio Lima e acima chegaram a um outro grande rio, designado *Nimius*, diz ele, com inversão de letras. Assim, vinha de trás, claramente a designação *Minio*, conforme isto nos diz Adolf Schulten, na sua célebre *Fontes Hispaniæ Antiquæ* (Tomo IV, Barcelona, 1937). Portanto *Mino*, em latim *Minium*, vem muito antes dos romanos, passou mesmo pelos celtas e deve remontar as primeiros expedições cretenses.

Logo de seguida, este mesmo célebre autor alemão, e na mesma obra, nos salienta que após o desaparecimento dos romanos da península, os dois primeiros grandes historiadores peninsulares, casualmente ambos bispos, Idácio, prelado em Chaves (ano 468 d.C.), como Santo Isidoro, famoso historiador sacro-profano (ano 600), nitidamente, reconhecem já remota designação do rio, juntando-lhe suas explicações.

No seu tão decantado *Cronicon*, viria a escrever aquele historiador, bom conhecedor destes sítios, como sacerdote em Braga e Bispo de

Chaves, ao declínio dos romanos e entrada dos bárbaros, que no rio Minho, se colheram quatro peixes muito estranhos, contendo letras hebreas, gregas e latinas, como se vêem correr nas suas águas umas ervas, espécies de lentilhas.

Também este consagradíssimo primeiro grande escritor peninsular, do tempo da conversão dos suevos, Isidoro de Sevilha, no seu apreciado tratado sobre as *Ethimologiæ*, efectivamente deixou-nos explicitamente concretizada, a velha tradição, que ao seu tempo vinha detrás, bem corrente:

«Mineus fluvijs Gallicia nomen colore pigmenti sumpsit, qui in eo plurimus invenitur.»

Isto é:

O rio Minho da Galiza tomou o nome do facto da cor do pigmento que muitas vezes se encontra nele.

É a significação, aliás, inteiramente consagrada, depois de tão respeitável opinião isidoriana, a que definitivamente se contém numa doutíssima colectânea dos melhores tratados jamais escritos, pelos mais ilustres prosadores antigos, sobre a Hispânia ou seja na *Hispania Illustratæ*, de 1607, onde consta:

«...qui Isidoro Cartaginensi placet a colore minii frequens trahit accepisse nomen creditur» («Rerum qui Hispanica Auctoris Varios», Francofurti, MDVII, Tomus IV).

Querendo dizer:

«Segundo pareceu bem a Isidoro Cartaginense crê-se ter recebido o nome da cor *mínio* que transporta com abundância.»

Constitui, por seu lado, um dado adquirido que, referem genericamente o rio, com seu nome, já corrente, de *Minii*, esses célebres escritores, Estrabão ou Appiano, gregos, como Virgílio ou Ovídio, romanos, dos últimos tempos antes de Cristo, numa época que Roma ainda estava longe da conquista da Galiza, ou então, Plínio ou Mela, latinos, dos primeiros anos da nossa era, quando ainda não havia denominações imperiais sobre o Noroeste, portanto nenhum itálico por aqui vivera que ao rio pudesse dar denominação latina.

Façamos, agora, certo resumo, acerca do valor e natureza material da substância que fomentou a onomástica.

Calpiano (Ambrósio), grande humanista italiano, vivendo entre 1440 e 1511, no mais antigo e categorizado dicionário linguístico da humanidade, define o termo:

«Minium pigmenti generis laudatissimi coloris dubium vero est utrum nomen Mino flumen acceperit» ou seja, «Mínio é um género

de cor apreciadíssima sendo duvidoso se recebeu seu nome do rio ou se lho deu» (*Lexien Latinum*, 1502).

Bons séculos prevaleceu a autoridade do grande conhecedor léxico até que veio a ser superado, numa obra idêntica, por Egídio Forcellini, em que o termo aparece no seguinte sentido:

«Minium, ii=Genus coloris nativi, laudatissimi qui in argenti podinis invenitur.

Arena est quæ cocci colorem habet. Celeberrimum est quod in Hispania invenitur.

Minium amannen nunc Minho Gallaicos et Braccarensibus divit ab bruju coloris copia dictum esse.

Ex quo apparet vocem esse Hispanicam» (*Totius Latinitatis Lexien*, Pádua, 1833).

Pretendendo dizer:

«Mínio = Género de cor natural apreciadíssima que se encontra nas minas de prata. É uma espécie de areia de cor vermelha ou da galena. Ficou célebre este ingrediente aparecido na Espanha. O rio Mínio agora sob o nome de Minho separa os Galaicos dos Bracarenses e é chamado assim por causa desta cor vermelha, abundante, a qual parece palavra hispânica.»

Compreende-se bem que os gregos, que deviam ter sido os primeiros a utilizarem o termo, não explicassem o real sentido onomástico, dado à designação do rio, porque isso prejudicava o interesse minerológico das melhores explorações, que desejavam manter ocultas, dos povos rivais, e o mesmo tenha acontecido com os romanos para os quais esses trabalhos eram rigoroso segredo de Estado.

Pode mesmo aqui ser salientado que, nos estudos dos modernos e bem distintos historiadores do país vizinho, se refere e confirma que tal designação de *minio*, constituía na linguagem hispânica — sabendo-se que ao dizer-se palavra *hispânica* se diz criada pelos primeiros habitantes da Galiza —, uma espécie de lodo de cor avermelhada, provinda das minas inclusive as de ouro e prata, o *bermellon*, da qual o rio Minho tomou o nome, muito embora a substância mais directamente proviesse do seu afluente rio Sil, já que se acham nele as principais explorações de ouro, e, por isso, nem o nome do rio, nem sua situação, jamais aparece nos escritores romanos, porque Roma pretendia manter em rigoroso segredo os locais de tais explorações. (M. Villares, *Archivos Leoneses*, «Revista de Estudios», Leon, Diciembre, 1970).

No esclarecimento da substância residual que terá provocado a designação do nosso rio, parece útil referirem-se ainda certos autori-

zados dicionaristas estrangeiros, todos os bons tempos em que a cultura geográfica se reconhecia coisa apreciável.

Charles Erthiënne, apesar de licenciado em Medicina, profundo historiógrafo francês, regista: «Minius = Fluvius Hispaniæ à colore pigmenti quod plusium exundat» (*Dictionarium Historicum*, Paris, 1561), quer dizer, Rio de Espanha assim chamado por causa da cor da substância que arrasta com abundância.

Ainda na linha dos glossários humanistas franceses regista o *Glossarium Mediæ et Infimæ Litinitatio*, Paris, 1672 — «Glossário da Média e Baixa Latinidade», que *miniu* = vermelhão = cor do óxido de chumbo.

Também nos começos do último século um *Dictionaire Geographique* de 1821, por Vascien, não se esquece de aludir que este rio «Tire son nom du minium qu'on trouve sur ses bords».

E o *Grande Dicionário Universal*, de Pierre Larousse, na 1.^a edição de 1876 elucida ainda que a palavra *minium* tem o sentido comum de *vermillon pur* ou seja «o cinabre, deutóxido vermelho de chumbo, pulverizado, impalpável, que se emprega nas pinturas do encarnado nas belas artes e também serve aos anatomistas para colorir a matéria das injecções nas artérias e outros estudos dos vasos do corpo humano» (*Grand Dictionnaire Universal du XIX Siècle*, 1876, t. 15.^o).

Basílio Faber, douto clássico germânico no seu respeitado *Thesaurus Eruditionis Scholasticæ*, esse afirma-nos que *minium* significa o vermelhão ou cinábrio natural em francês, e terra rubra em latim.

Recolhem-se aliás idênticos conceitos da parte dos dois mais antigos grandes historiadores peninsulares. Na verdade, além fronteiras nos comunica o famoso P.^o Henrique Florez, na sua monumental obra de 50 volumes: «Minio significa el Bermellon y se comunico el nombre al rio por haver en sus margenes mineral de aquel color bermejo como noto Justino. Lo mismo confirma S. Isidoro» (*España Sagrada*).

Entre nós, já bem recuadamente, nos deixou Bernardo de Brito, esse minucioso historiador e geógrafo, que, apesar do muito em que o pretendem demolir, nestes pontos assume plena validade: «Rio Minho — Último rio da nossa geografia é o que Plínio chama «Miniu» o qual nome quer Justino lhe viesse das muitas veias de vermelhão que tem em sua corrente e como este se chama em latim *Minium* daí deriva o seu nome».

É aliás este sentido que se atribui à significação de *mino* no mais antigo e precioso dicionário da nossa língua, o *Dicionário de Bluteau*, saído em 1759, como o mesmo significado lhe mantém a nossa mais autorizada obra do género, o *Dicionário Completo*, publicado no Brasil, em 1813, por António Moraes da Silva.

Por sua vez, os modernos bons Dicionários de português, como o de Cândido de Figueiredo, o de J. Pedro Machado ou o de Artur Bivar, todos, unanimemente, reconhecem no termo *mino* o significado de produto mineral de cor vermelha, que, na preparação laboratorial, tem o nome de *Cinábrio*, e na linguagem popular toma o nome de *vermelhão* ou de *zarcão*, ainda que, na científica, uns o classifiquem à semelhança do *deutóxido de mercúrio* e outros à do *deutóxido de chumbo*.

Apenas certo autor, bem conhecido nas suas costumadas originalidades, o historiador Pinho Leal, no seu *Dicionário Corográfico*, se demarca, com uma específica alternativa; pois, ainda que expressamente reconheça que o nome *mino* possa corresponder a um produto terroso, resultante das minas, que outrora abundavam junto às margens do rio, e que do mesmo tenha tomado o nome; para si, parece-lhe bem mais provável, que isso tenha acontecido devido a tal nome ter sido dado a uma espécie de lismos encarnados (*limus roboris coloris*), que nesses mais recuados tempos, igualmente se encontravam em alguns sítios deste rio.

Ora, se na verdade, nas mais recôndidas e profundas penedias, da Província de Lugo, nos seus frequentes meandros de águas, quase estagnadas, ou se nas seguintes gargantas rochosas, antes da desembocadura do rio Sil, nas penedias deste, se pudessem ter criado tais lismos por aí soltos, quando das forças das cheias, a causa etimológica seria bem diversa. O *vermelhão*, a que aludem os autores da antiguidade greco-latina, como reproduzem os nossos clássicos e modernos, ao denominar-se de *mino*, já não proviria desse comumente considerado produto terroso, mas, duma certa espécie de algas aquáticas, que os bons biólogos dos nossos dias denominam de *rhodophyceæ*, essas sim, plantas aquáticas de cor vivamente encarnada.

Contudo, por nós, em consideração de bons dados históricos, achamos que deviam ter sido remotos antepassados dos gregos, os *Acheus* ou seus continuadores, os ditos *Jónios*, quando a fugirem a tiranias de outros povos invasores, tal como a isso aludimos, na parte final do número anterior, embarcando a partir das várias ilhas da Egeya, designadamente da Ilha de Creta, em rumo de melhores condições comerciais, no Ocidente, chegaram às costas orientais e ocidentais da Espanha, aqui, escavando as margens dos rios galegos, puderam denominar o de maior caudal segundo o nome das areias que nele corriam. E fizeram-no em consequência das explorações mercantis, sobremodo, ao retomar as explorações minerológicas, em que, por instigação do seu rei de nome Minos, já praticavam no Médio-Oriente. Por isso lhes pareceu próprio, denominar de *mino* um produto de areias vermelhas, que devido às

suas escavações, ou até às condições naturais dos solos das margens, viriam correr nas águas do rio, que se lhes tornava o mais apetecido, e substância que se lhes tornara já conhecida nas suas terras, graças às empreendedoras medidas tomadas por aquele seu monarca.

É que, em conjugação com tal tradição histórica, ou melhor persistente tradição fundamentada em dados históricos, a substância chegada aos *galaicos* e aos romanos com o nome de *minio*, a dar nome ao rio, bem deveria ter sido essa do *Cinábrio*, apontada pela generalidade dos dicionaristas, originariamente denominada, pelos primitivos exploradores gregos.

Especificadamente, quanto à forma de apresentação, condições de percepção, composição química e seu emprego, tudo se revela a parecer em perfeita concordância com as realidades do teatro histórico ou ambiente natural, como pesquisas mineralúrgicas das ribeiras do vale do Minho, e sobremodo do Sil, que deviam ter realizado localmente, tão antigos gregos. E assim, a título de elementares classificativos, duma autorizadíssima obra *Manual of Mineralogy*, do tão conceituado tratadista americano Cornelius S. Hurlbut, na sua versão espanhola, dirigida pelo Dr. José Luís Amorós, catedrático de Mineralogia da Universidade de Madrid, indo já na sua 17.^a edição, Editor Reverté, S.A., 1960; se pode extractar:

«CINÁBRIO: SHg — Apresentação: Normalmente apresenta-se em massa granular, bastante fina ou pulverizações essencialmente terrosas, resultantes de incrustações e disseminações das rochas. Quando puro tem brilho adamantino e quando impuro chega a notar-se de terroso mate.

Frequentemente impurificado pode achar-se misturado com a argila, o saibro, óxido de ferro, cal e areia.

Cor: encarnada do vermelhão, quando puro, ou do vermelho acastanhado quando impuro.

Denomina-se cinábrio hepático, a sua variedade de cor acastanhada, semelhante à do fígado, com formatos granulosos mas em certos casos prismáticos. Risca em cor escarlata.

Composição: Sulforeto de mercúrio, SHg, em que Hg=86,2% e S=13,8%. Constitui o amalgamento mais importante, com vista ao mercúrio e daí o seu apreciadíssimo valor, muito embora em quantidade apreciável só apareça em muito poucos lugares, sendo um deles, Almadén, em Espanha.

É totalmente volátil, quando está livre de impurezas.

Diagnóstico: Reconhecido pela sua cor vermelha, risca em escarlata, elevado peso específico, e facilidade de separação espoliadora. Tem-se colhido em alguns casos a quando da recuperação do ouro e da prata, dos seus minerais, mas outros processos se tem produzido para a sua procura.

Emprego: Constitui a única fonte importante do mercúrio e a sua utilização mais notável resulta em ser irremediavelmente aplicado

nos barómetros, termómetros e diversos aparelhos científicos e eléctricos, incluindo-se as pilhas de mercúrio, bem como suas frequentes misturas com a prata.

Também tem tido aplicações militares, principalmente nos fulminantes de mercúrio, para detonar explosivos de alta potência e bem assim nas pinturas dos cascos dos navios.»

12. A MAIS LONGÍNQUA PREHISTÓRICA DENOMINAÇÃO DO CURSO FLUVIAL A DESEMBOCAR NA LARGA BACIA A QUE AO SEU TEMPO OS ROMANOS CLASSIFICARAM DE «AQUIS BÆNIS»

Muito embora este rio tenha conhecido uma remotíssima denominação prehistórica, e nos termos que acabam de ser expostos, suficientemente se justifica a origem do principal nome que tomou de *Minio*, no sentido deste étimo, tanto na linguagem dos gregos como dos romanos, a significar precisamente a natureza e cor das substâncias minerais, que com grande abundância corriam nas suas águas, desde antes da romanização, isso não garante que sua honrosíssima consagração, desde as mais longínquas fontes literárias, tenha sido sempre esta, mantida nos largos séculos do domínio de Roma, e que viria a resultar em *Minho* no linguajar galaico-luso, advindo do latim vulgar.

Aplica-lhe a denominação, que manifestamente na península se encontrava em uso, o bem categorizado geógrafo-historiador romano Pomponius Mela, quando, a preceder umas décadas o seu tão difundido compatriota da *História Natural*, inclui este rio, a par dos demais da zona dos Gróvios, nessa passagem com mais desenvolvimento atrás transcrita, dizendo claro no texto da sua tão respeitada obra:

«... fluntque per eos Ave, Celanus, Naebis, Minius et Oblivionis cognomen est Limia ...»

Aliás, o seu notável comentador M. Nisard, de 1856, com mais destaque que referentemente a outro qualquer rio, anota ilustrativamente que este importante rio Minho assume de comprimento 60 léguas⁴⁵.

Caio Plinius Secundus ou seja o universalmente muito bem aceite mestre da história antiga, Plínio, na sua *Historia Naturalii*, escrevendo pela primeira metade do primeiro século de Cristo, cita-o com a denominação que vinha sendo empregue na região, ao tempo da chegada das legiões romanas, que ele autor num posto administrativo-militar pessoalmente acompanhava, oferecendo-se-lhe, mais impressionado pela sua majestade, dever salientar a amplitude da sua desembocadura, consignando, como o referimos na Introdução, sua muita importância:

«Minius amnis IV. M. pass ore splatiosus.»

Appiano, de consagrada veneração clássica, grego de origem, embora vivendo na península itálica e escrevendo em latim, as suas obras sobre a situação da Ibéria, na época das guerras púnicas, como anteriormente à chegada dos romanos, noutra das suas obras, com a infelicidade duma manifesta inversão de letras, ainda denomina o grande rio dos Galaicos de *Nimius* como acontece na sua *Ibéria* — segundo o diz Schulten —, não obstante no consciencioso parecer doutro seu comentador, seguidamente transcrito, do mesmo modo, também haja estropiado a outra denominação de *Bætis* que ele também aplica.

Assinalou, bem destacadamente, este rio Ptolomeo, o maior cosmógrafo e matemático da antiguidade grega, eminente autor da *Almagosto* ou *Grande Composição*, como do *Geographis Heplegis*, cuja alta influência científica prevaleceu até à Renascença, com preciosos mapas, onde ao fornecer os convenientes dados ilustrativos, quanto às províncias ocidentais das Espanhas, não falha em registar o nome do rio Minho, como fundamental ponto de referência topográfica, no século I de Cristo, fixando a sua desembocadura *Minij Flum Ostia* com a latitude de 5° 2' 43", 40, como essencial dado geográfico referentemente à província romana que denomina de *Cllaicorum Bræcaricorum* ⁴⁶.

Aliás a prova mais clara e evidente de que o nome *Minius* não foi criação dos latinos, ainda que bem pacificamente por eles mantido, é a de que, muito anteriormente aos romanos, considerando uma remotíssima denominação já existente, lhe confere esta designação já um fragmento do precedente e tão autorizado geógrafo grego Posidónio, que efectivamente viajou, com efectuadas demoras, pelo Noroeste da Península — velho Mestre dos séculos V ou VI a.C. — a quem Estrabão largamente aproveitou e respeitosa e muitas vezes cita, o qual, nesses antiquíssimos escritos, diz o *Minio* baixar dos Cantábricos, referência esta que tem feito levar alguns historiadores à conclusão de que nesses altos séculos antes de Cristo preferentemente se denominava de Minho o actual troço extremamente montanhoso do afluente do Minho denominado rio Sil e não o seu troço que vem desde a Serra de Meira, acima de Lugo o qual poderia ter ao tempo um nome com radical grego equivalente a *Bænis*.

E o certo é que, de todos os antigos autores gregos e latinos, Estrabão, como grego que era, assim, por tendência atávica, bem mais propenso à minuciosidade dos acidentes geográficos, sobremodo costeiros, quem munindo-se das boas fontes provenientes dos primitivos roteiros gregos, como das velhas e mais ricas tradições ibéricas, um tanto diferentemente daqueles ditos geógrafos, muito consciente e convictamente, não por engano ou mero acréscimo, porque sabe que o nome

principal do maior rio da Lusitânia é outro, esse coloca uma denominação mais actual em primeiro lugar, escrevendo:

«Post Limean Benis quem alij Minium nominant fluviorum Lusitaniæ longe maximum»⁴⁷.

Tudo isto deve ter contribuído para que o mais profundo e esgotante historiador da Espanha desde suas primeiras raízes o clássico Frei Henrique Florez, sempre irreverente e incansável ante as dificuldades historiográficas, por maiores que fossem, possa ter comentado tal passagem estraboniana nos seguintes termos:

«Deve reflectir-se primeiro que tudo a referência que Strabon faz primeiramente do nome Benis mencionando somente de seguida que outros lhe chamam Minho.

Eu estou persuadido que o nome mais antigo foi o de Benis. A razão é porque a denominação *Minio* é voz latina e significa *Bermellon* e se comunicou o nome ao rio por haver nas suas margens mineral daquela cor como notou Justino.

.....

Ora as vozes latina não são originárias de Espanha senão adventícias pelos romanos e consequentemente a de *Minio* não é primitiva do rio senão adventícia.

E falando de Benis como desconhecida podemos atribuir esta palavra a antigos habitantse da Galiza.

Aliás se não me engano também Apiano quer chegar a esta denominação quando a propósito do teatro da guerra de Junio Bruto diz que este se alargou passando os rios navegáveis desde o Tejo e para cima do Douro.

Parece ler-se em Apiano «Quantum Tagus, Lethes, Dorius & Bætis omnes navigabiles complectuntur», p. 292.

Ora aqui digo eu onde escreveu *Bætis* deve querer dizer *Bænis* pois aquele é o Guadalquivir que não foi rio da expedição de Bruto e como o *Bænis* é expressado por Estrabão como fim dos passos militares daquele chefe deve pretender referir-se-lhe o mesmo Apiano que logo diz haver passado o Lethes imediatamente antes.

Deve pois aqui entender-se *Bænis* como o rio verdadeiramente adequado e considerar que o autor grego inclui também o grego nos dois nomes do rio: *Minio* e *Benis*.

Se prevaleceu a primeira foi por se ter tornado mais própria para os latinos.

Mas esta designação de *Minius* foi apenas uma das que foi dada ao rio e muito provavelmente em correspondência ao curso tomado pelo actual Sil sendo a outra a de *Benis* embora deixada absorver-se pela de *Minius* como sinónimo.»

E versando um pouco adiante este último aspecto remata então o douto clássico Frei Florez:

«E tudo isto junto persuade que os antigos chamavam rio Minho ao que hoje nós chamamos Sil tomando esse primeiro nome como aliás o segundo de Sila a provir dos gregos, antigos habitantes da Galiza, um e outro dos nomes, devido à cor da terra das suas margens» ⁴⁸.

Face desta detida e tão cuidadosa análise do grande clássico espanhol alguma dúvida pode ainda subsistir se a duplicidade de nomes se começou logo na primitiva toponímia, desde os primeiros desembarques dos gregos ou se estes já a encontraram a ser usada, em simultâneo, aplicada pelas tribos indígenas, e, no caso afirmativo qual a dominante. E nenhuma dúvida fica a restar, contrariamente ao que se pode deduzir do Padre Florez, que o nome *Minius* tenha sido atribuído pelos latinos, pois contra aquilo que ele faz supor e de que nós mesmos nos achávamos induzidos, e até nos inclinamos a referir noutro estudo, esta denominação de *Mino* só pode ter sido imposta pelas gentes ibéricas bem antes da chegada dos romanos, não vindo a derivar destes porque os antecede.

Mais uma vez no seu seguro domínio da etnografia acertou Martins Sarmento, quando proclamou categórico que o *Minius* tal como o *Durius* é muito anterior aos romanos e mesmo aos celtas.

Para o sábio vimaranense o nome *Minius* é tão antigo que nem sequer pode ser celta, mas sim mais recuado de terminologia ibérica, porque Estrabão aponta o rio a persistir entre os Lusitanos e estes eram Iberos de origem. E ainda que supostos Celtas, vieram mais tarde a misturar-se com eles estes últimos — diz — não alteraram em parte alguma a toponímia que encontraram enraizada, muito mais entre os Galaicos, que constituíam um ramo dos Lusitanos, como a maioria da população que os precedera ⁴⁹.

Assim, conjugados todos estes expostos pareceres, há uma primeira certeza a precisar-se, que é a da sua muito longínqua antiguidade, qualquer que tenha sido, das duas denominações que lhe foram dadas, pelas tribos ibéricas, a mais primitiva, bem antes da de *Benis*.

Quanto às variedades da sua toponímia, precedências e causas determinantes podem efectivamente surgir certas dúvidas, mas perante as motivações que acabámos de desenvolver, nos números nove e dez, principalmente as flagrantes contestações históricas de que as substâncias terrosas de cor avermelhada provinham de minerais com a designação de *mino*, segundo os usos e experiência dos mais antigos emigrantes orientais, que na última dezena de séculos antes de Cristo se implantaram por esta ribeira, senão que exclusivamente dos montes marginais dos seus dois principais afluentes, os actuais rios Sil e Coura, bem



Rico antigo pormenor da bacia formada pela desembocadura dos dois rios, o antigo *Minho* e o moderno *Coura*, a ter sido muito possivelmente denominada de *Aquis Bænis* ou *Aqaus Benis*, face ao fenómeno da violência do entrechoque das fortes correntes desaguentes com o bravo fluxo das marés vivas.

Constitui parcelar reprodução do minucioso e artístico mapa colorido *Regnorum Portugalliæ et Algarbiæ*, elaborado entre 1660 e 1690, pelo categorizado cartógrafo holandês Ch. Allard.

Mostra uma infeliz, mesmo errada, posição do troço final do rio *Coura*, mas, também estes outros destacados aspectos, porventura mais acertados, com as condições topográficas do tempo. Primeiro a imensidade duma majestosa toalha aquática, ainda sem secos, a norte da vila. Segundo o traçado duma estrada internacional, bastante a leste da vila, denunciando continuação na estrada espanhola também mais a norte do que a de *Passage*, em *Campasancos*, com aportamento das barcas da travessia do *Minho* entre *Tamagão* e *Goyão*, do lado de lá e cais de embarque, do de cá, mais a leste da bacia, que o actual. Terceiro, para além da actual *Ínsua*, junto à margem portuguesa, mostra também uma grossa ilha, dentro da baía de *Los Molinos*, posteriormente desaparecida, face ao cabedelo envolvente, ligando-a à orla continental, sendo o acidente, de que ainda hoje restam vestígios, nos altos rochedos que afloram no local. (Fotografia extraída do mapa original arquivado nos Reservados da Secção Cartográfica da Biblioteca Nacional de Lisboa).

porção menor, senão nula quantidade do troço fluvial a norte da confluência do *Sil*. Seria por tal, que a primeira e sempre predominante denominação teria sido a que prevaleceu até hoje.

Foi, com boa justificação de sua origem, a única empregue, no século II, por Justino, esse tão consciente historiador.

Não perfilhamos o parecer do Padre Florez na parte em que diz que isso se deve à voz latina porque dela nem sequer teria tido uma preferência completa, pois, parece-nos, teria sido já com os romanos, como autoridade política, no decurso dos primeiros tempos cristãos, que o rio tomou simultaneamente alternado nome, nesse outro étimo, a dever ser também de origem grega. Segunda onomástica nada de estranhar, porque ao tempo viviam nestas paragens comunidades cristãs de sangue grego, que nas suas igrejas até tinham bispos da sua raça, como aconteceu ser sagrado um dos primeiros prelados católicos para uma diocese ou igreja das cercanias de Tui — como isso noutro lugar se salienta — devendo ter derivado da povoação romana e igreja cristã que bordejava, essa outra designação de *Benis*, mais moderna.

Estrabão que viveu precisamente nessa época pode ter noticiado mesmo essa circunstância que na altura estava a chegar ao seu conhecimento, que lhe cumpria registar muito embora em boa consciência precisasse de referir a importância da outra designação que igualmente o rio ostentava, que lhe chegou por seguras fontes literárias mais antigas.

Tal designação *benissense* tem boas probabilidades de resultar do topónimo duma igreja cristã numa das vinte e duas *civitas* que contava o convento bracarense, cuja maior densidade florescia entre o rio Lima e o rio Lerez, a situar-se à margem esquerda do último troço do curso principal ou dos seus mais caudalosos afluentes, com a designação de *Civitas Bænis*. Esta, atenta sua situação ribeirinha, teria dado causa à designação de *Aquis Bænis*, com que começara a denominar-se o núcleo urbano, capital da circunscrição destes sítios, desde os princípios da romanização, ainda antes do mesmo nome vir a designar a apontada estação rodoviária da tão decantada via marítima do Itinerário de Antonino. É que tal *mansio* alguns dos melhores historiadores romanos, de uma e outra das nações entendem dever ter sido junto ao refluxo das águas a chocarem-se e tornarem-se algo quentes, na bacia do rio Minho, por força da maré oceânica e desta confluência do afluente a desaguar em simultâneo.

Na verdade a medição miliária, constante do roteiro, embora este, por confusão, fazendo repetição da Via 19, que tem o mesmo ponto de partida e o mesmo destino, aí marque *Aquis Celenis*, só pode corresponder a uma povoação da margem esquerda da desembocadura do grande rio, formada em conjunto no desaguar do Coura. Nessa Via 20.^a, em vez deste indicado nome de *Celenis*, se deve ler *Bænis*, fazendo remate de estradas vindas desde *Braccara*, e assente antes da travessia do Coura e do Minho, porque tudo determina que antecedendo a

também importante estação de *Vico Spacorum* (Vigo), aqui se localizasse a primeira estação de mudanças, da comercial *Via Per Loca Maritima*, num favorável ponto de abastecimento e de exportação, por mar, de minérios, de recolha de vários frutos e legumes e transacções de muitos géneros.

Insufismavelmente são vultos de enorme cotação e em boa quantidade os analistas históricos especialistas na matéria de comércio, estradas e transportes, nos tempos romanos, que não hesitam em colocar tal *mansio* nas proximidades da desembocadura fluvial minhota, senão mesmo dentro da sua bacia terminal a maior parte deles referindo já a sua devida correcção literária de *Aquis Cælenis* para *Aquis Bænis* e adequada situação na margem esquerda, como em responsável afirmação bem o faz uma alta personalidade universitária do país irmão.

Tencionamos expor, com algum desenvolvimento, os nomes e argumentos destes bons autores bem como a importância que no nosso conceito tal estação rodoviária assumiu no tráfico e toponímia destes sítios milenários, dando-lhe correspondente assento possivelmente das cercanias da actual Caminha, quando adiante, numa 2.^a Parte do presente estudo, nos ocuparmos da sua desenvolvida vida religiosa, política, social e económica, na época da romanização.

13. A GENTÍLICA DERIVAÇÃO ETIMOLÓGICA DO PAÍS GALEGO OU DA CALÆCIA DOS CASTREJOS

Mas se o rio de que tratamos foi sempre, no passado, como o é ainda hoje, o maior rio da Galiza e os *Calaicos* foram, no apogeu da civilização castreja, sendo povo mais heróico, pelo seu prestígio racial, os finais titulares da região peninsular do canto noroeste, a ponto de bons historiadores virem dizendo que, devido ao seu gentílico merecimento, até o nome de Galiza veio a estender-se bem mais a largo do que o nome que se dava ao povo dominante, — entendido que ao tempo a gentilidade era comum nas duas margens do rio —, não menos interesse, ao remate deste capítulo, terá o versar-se essa outra não menos apaixonante questão, para a qual os nossos vizinhos de além-rio, — (que nisso deviam ser os mais interessados), — bem parece ainda não conseguiram chegar a uma informação concludente. É o saber-se se os Gregos, — face à sua mais recuada permanência entre as gentilidades ibéricas, da faixa litoral-montanhosa, de certa largura, para cima do rio Douro, — nos despontamentos civilizadores, dos finais do Bronze, principalmente nas bacias dos rios Lima e Minho, pela influência dos seus costumes e toponímia trazidos dos mares da Egeya, hoje mar Egeu, motivaram

ou não, na sua miscigenação, sobre as primitivas tribos indígenas, a formação gentílica do termo *Gallæcia*.

Quem se tem ocupado deste curioso tema, da derivação do nome da vizinha província da Galiza, ainda mais, ao que nos parece, do que os historiadores galegos, são os nossos clássicos dos séculos XVI e XVII e alguns nossos analistas contemporâneos.

Como aqui já vimos, neste capítulo, no n.º 2, Bernardo de Brito sustenta que a povoação *Calle*, na foz do Douro e sua margem esquerda, não tem raiz latina, derivada de Gallo ou Galli, mas sim origem puramente grega, embora desde certa altura os celtas — *em latim ditos Gallos* — bem a desenvolvessem, na companhia dos gregos, que ainda por lá ficaram, tendo por isso, essa barra do Douro subsistido por muitos séculos, até à denominação do Itinerário das estradas romanas, como *Porto Grayo* ou *Grayos*.

Outro nosso clássico, que se lhe seguiu, esse excelente latinista, Contador d'Argote, estranhamente, não envereda pela corrente geral, pois, nos diz que sim, é opinião mais corrente a derivação do nome *Gallæcia*, dos descendentes dos gregos e dos celtas conjuntamente, estes, chamados em latim *Gallos*, mas tal etimologia *Gallo-Græci*, parece-lhe pouco segura não obstante reconhecer que os Gregos e os Celtas foram os verdadeiros fundadores da região.

Contudo, — diz — o que entende é que a província da Galiza e os Povos Galegos apenas tomaram o nome dum povo particular, de que faz menção Plínio, no Liv. 3.º, Cap. 3.º, pois, ao tempo da Lusitânia, havia acima do Douro ao lado dos Bibalos, Celerinos, Equifélicos, Gróvios, Quaquermnos, sim, também um outro povo particular, os *Galegos*.

Estes, ocupando principalmente as zonas mais montanhosas ou de vales extensos, espalharam-se desde certa altura por toda a região, a norte do Douro, desde o Alvão ao Oceano, sobrepondo-se inclusive aos Gróvios, de Entre o Cávado e o Minho (*Mem. Eccl. Arc. de Braga*, Tomo I, Liv.º I, Capítulos I e IV).

No entanto, as opiniões mais numerosas são as que relacionam o gentílico *Callaico* e consequentemente *Callæcia*, como derivado do topónimo da foz do Douro, *Calle*, ou de todo o modo a ser, como *greco-ibérico*, anterior aos celtas, podendo citar-se entre outros, os nomes de grandes prehistoriadores como Vossio, Hubner, Schulten e Mendes Correia; isto, segundo se refere no texto assinado pela prestígia e tão autorizada figura de Xesus Chivite, na Adenda e Corrigenda do III volume da *História de Galiza*, dirigida por Otero Pedrayo.

Efectivamente entre nós, tanto o Architecto Rogério de Azevedo, Professor da Escola Superior de Belas Artes do Porto, sustenta que o termo

Calle é étimo pré-céltico, mesmo proveniente dum advérvio grego, que ele menciona (*Actas do II Congresso Portuense de Arqueologia*, Porto, 1968), como o Prof. Mendes Correia (*Arquivos*, VI, 117), assim como em Espanha, o Prof. L. Monteagudo (*II Congresso Nacional de Arqueologia*), são de opinião que esse termo é de raiz céltica ou ibérica e que dele derivam a cidade do Porto como Portugal e a Galiza.

Este último autor, em seu abono, mais acrescenta saber que o grande historiador castelhano, Prof. Mendez y Pidal, abunda na mesma ideia, quando afirma que os primeiros «*Galegos*» de Lugo foram emigrantes das terras de Braga. Resume tudo o dito excelente trabalho publicado no órgão cultural de Orense, denominado *Sobre los Pueblos Prerromanos del sur de Galicia*, no qual tão habilmente se consigna que «a cultura castreja não deve demasiado às influências célticas ou indo-europeias em geral, se bem que mais a estas que aquelas. Toda a verdade é que o trabalho de metal dos Castros do Noroeste se deve a uma dupla influência: Hallstat dos séculos VII e VI e a cultura Tartéssico-Mediterrânea. Deve também ser de origem mediterrânea a planta circular das construções, já que essa vivenda circular é dominante na península»⁵⁰.

Segundo este estudo orenseano, que se acaba de citar, seriam os termos *Callaicoi*, de Estrabão (III, 6-3), ou os termos *Kalaikoi* ou *Brakaraoi*, de Ptolomeo, os determinantes do nome latino *Callæci*, em Plínio, ou *Callaicos*, no baixo latim; povo que a meados do século I, da nossa era, ainda habitava ao norte de Braga, principalmente na região montanhosa do Gerês e estações ocidentais do Larouco, portanto, povo de zona bastante interior. Embora, pouco adiante a titularem toda extensa região, diz que estes Galaicos de que fala Estrabão estavam ainda por estabilizar, territorialmente, e ainda não tinham alcançado o mar, não obstante todos os demais povos, a norte do Douro, tendessem a enfeitar-se com esse nome de *Calaicos*, orgulhosos de sua excepcional bravura, dada a ferozíssima belicosidade, com que sempre se bateram, mesmo anteriormente aos romanos. Seria por este nome se ter tornado povo muito geral — diz — que veio, ainda na antiga Lusitânia pré-romana, toda uma província, ao norte, ficar, graças a cobertura honrosa dos *Calaicos*, denominada *Gallæcia*.

Por nós parece-nos bem mais natural que tenha sido do nome que assim, já entre gregos, tomou a região toda, no dizer de Estrabão, conforme vimos no n.º 1, deste capítulo, estendida do Douro até à costa setentrional da península, portanto seria do território que derivou depois, o nome dos seus habitantes, *Gallæci* ou *Calaicos*, e não o contrário.

Achamos, de todo o modo, manifestamente desajustado que se considere, em tão avançada época, como a dos começos da era cristã,

ainda não prevaleça a designação de *Galæcia*, como a de *Galegos*, estendida até à costa ocidental. Mesmo conferindo-lhe destacada importância, é um tanto desencontrada, a atitude que a *Geografia* estraboniana demonstra, para com este povo, dando-lhe nuns pontos, é certo, referências especificadas de se acantonar só nas montanhas, mas noutros não esquecer referências genéricas, de que os Galegos eram o último dos povos da Lusitânia. Só se pode compreender tal extensão, desde bons séculos antes, pois Tui usufruiu remotíssimas tradições galegas, tal como acontece com Pontevedra, a velha *Hellena*, que conta a mais longínqua inserção galega, em ter sido o mais famoso porto de pescado, na maior antiguidade ibérica.

Se, filologicamente, as boas regras não consentem que o porto duriense de *Calle*, possa ter derivado no nome *Gallo*, comumente atribuído a certo ramo dos Celtas, como pouco denotem ser de raiz grega, portanto, não deva vingar qualquer destas etimologias, os dados históricos da região, em que o topónimo se insere, estão a demonstrar ter sido ocupada, por uma fusão greco-celta, pelo que *Gallo-Græcia*, em corrupto, como o escreveu o distinto historiador vianense, viria a dar *Gallæcia*, poderá em alternativa, existir porventura outra explicação, para a designação da região e povo, sob a mista fundamentação greco-celta.

Seria, mas só se os filologistas e geógrafos o achassem admissível, que pudesse ter acontecido, quanto à região do norte da Lusitânia, uma situação idêntica à sucedida referentemente à *Gallogræcia*, uma província da Ásia Menor, de muito remota implantação grega, que, na última meia dúzia de séculos, antes de Cristo, veio a ser ocupada por um ramo dos celtas, denominado dos Galos ou Gauleses. Pouco adiante, no século II a.C., foi retomada por um rei de Pérgamo, também de descendência helénica, território que muito mais tarde, com toda a naturalidade, se viria a denominar *Galácia*, tal como este último nome aparece numa cidade do Lácio (Itália), igualmente como étimo grego. Se os *gregos* aqui se estabeleceram e sofreram a miscigenação céltica, nos começos da meia dúzia de séculos antes de Cristo porque não ter surgido o étimo com idênticos motivos quanto à *Gallæcia*?

Apesar de profundo filologista, o Prof. Leite de Vasconcelos, sem que se saiba ter deduzido glotologicamente a composição deste nome *Gallæcia*, o que se estranha, nem no laudatório folheto *A Galiza*, dedicado à memória de Calderon de la Barca, no seu 2.º Centenário, em 1981, nem ao ocupar-se da região, como última província da Lusitânia, no II volume da obra *Religiões da Lusitânia*, contudo, aqui, numa ligeira alusão, em nota, admite que tal nome latino seja derivante do grego *Callecio*, o qual igualmente deu essa região *Galecia*.

É muito importante ser salientada esta componente helénica, da constituição do povo galaico, porque atentas as características de ardentes nautas e comerciantes dos gregos, nenhuma melhor explicação, senão por ela, pode ter a estrondosa expansão económica, à parte das suas boas qualidades guerreiras, que se vai assinalar no capítulo a seguir.

Há, pois, que tomar muito cuidado com um exagerado ou absoluto celtismo galaico.

Tem toda a razão o autor orenseano, que vimos citando, Rodriguez Colmenero, quando nos diz que não se podem atribuir especificadamente aos Celtas os elementos culturais, sobretudo de ordem filológica, que antes devam ser aportados a gentes do mediterrâneo oriental, ou mesmo a outros ramos indo-europeus, que precederam os Celtas.

Bem o diz ele, que, se na ocupação da Meseta, o território recebe proporcionalmente predominante influência dos elementos indo-europeus, de ramos célticos, em contraste, na Galiza, esses invasores pesaram muito pouco, tanto em ordem cultural como racial.

Por tais achegas, é que, nos nossos dias bem mais primordial e intrínseca importância que a céltica, começa a assegurar-se a influência da Egeia, ou seja das ilhas gregas, defronte da Ásia Menor, como a das mais primitivas migrações fenícias e etruscas, na verdadeira incorporação, do que viria a ser o *povo galaico*, sempre com início de sangue *jónico e dórico*.

Reconheceu-o expressamente, também, no dito Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, de 1980, aquele distinto Professor de Zaragoza, em Guimarães, onde proclamou:

«En mi opinión no resulta en absoluto absurdo intentar remontar en comienzo de la Cultura Castreja a esos de la Edad del Bronce, para considerarlas en su momento de plenitud en la Edad del Hierro y así desterrar el calificativo de *céltico*, para una cultura en la que faltan elementos tan célticos como el rito funerário de incineración con urna, para considerarlas como fruto de una evolución local del Bronce del Noroeste, tan rico en sus manifestaciones y tan poco valorado hasta ahora.»

«La cultura de los Castros del Noroeste puede tener una originalidad evidente sin que ello tenga forzosamente que explicarse con base en un *celtismo*, a todas las luces problemático»⁵¹.

Por estas e muitas outras razões, em nada lhe sendo alheias as constantes e bem marcantes referências de terra de gróvios, geralmente tidos por nome proveniente dos mais arcaicos gregos, nesta Galiza, deve ter havido uma implantação helénica, só comparável à do vale do Sado e doutros rios a sul do Tejo, em que o celtismo defrontou uma civilização do Bronze final, já associada à do Ferro, mas numa

radicação grega, com grau de características mediterrâneas, que não se lhe deparou em qualquer outro território da Lusitânia, mesmo porque tal passado resulta bem patente desse nítido e tão comprovado, em literatura histórica, ambiente helénico, que esta Ribeira do Minho assumia, nos primeiros tempos do cristianismo, segundo os estudos do Bispo de Tui, que, como ninguém, rebuscou as fontes de maior profundidade, nos velhos clássicos greco-romanos, para nos poder deixar dito:

«De Ambracia o Placencia se veneron los dos (S. Tiago como S. Pedro) a Braga, y porque Tuy era poblacion de Griegos, como ya dixo, parecia biẽ a San Pedro darle pastôr de sua nacio, para que predicafe en ella y convertiefe fu comarca ala fé de Cristo.

Efte fue San Eпитacio, Primer Obispo.

Año 57 y muchos años antes que el Apoftol San Pedro affentaffe fu filla en Roma.

De Tuy enbio San Pedro a nueftro Santo Obispo Eпитacio a Ambracia, fu patria, que caya en los terminos dela antiga Lufitania, como parece por piedras y memoriales, que hallan en fu sitio antigo, y entre los naturales eftà muy recebido fer poblacion de Griegos como la de Tuy»⁵².

Reproduzimos propositadamente nos termos originais, do vetusto texto de 1600, editado em Braga, no maior esplendor das investigações ibéricas, para que nenhuma dúvida possam restar sobre as manifestas tradições gregas, quanto a Tui, decorrendo ainda o domínio romano, a continuar-se mesmo alguns séculos.

Deve ainda aludir-se a que o dito grande clássico espanhol, Frei Henrique Florez, parecendo por mera hipótese, salienta que segundo Diodoro Sículo (lib. 5), um filho de Hércules, chamado *Gallote*, teria chegado por estes sítios, com importante grupo de colonizadores, aqui achando as ribeiras já ocupadas pelos *Grais*, comumente tidos como seus povoadores, pelo menos nas costas ocidentais — diz claro — de ambos os lados do Minho, juntamente com os quais se formou o povo dos *Galotas*, destes provindo, essa voz grega, de se designar como *Galácia*, toda a nação dos Gallotes ou Galas.

Considera, porém, muito fantasiosa semelhante dedução tendo-se presente que os gregos nunca usaram na escrita a letra *G*, e sempre teriam de escrever o topónimo deles, donde derivaria o nome da região, com a letra *K*, podendo portanto ter bem melhor conexão com o nome da cidade de *Cale*, na voz grega *Kaalai*, excluindo-se portanto a origem romana, desta cidade, mencionada por Antonino, como o aceitam vários autores mesmo latinos.

Todavia — diz o copioso historiador —, o nome de Galegos ou *Galaicos* é muito mais antigo, para se poder qualificar de *Cale*, que só

começa a ser conhecido dos escritores romanos, tendo sido Salustio e Virgílio, os primeiros que o escreveram, e, se a cidade do Douro também o é, perservando desde o século II, os Galegos e Lusitanos são assim chamados, desde tempo mais recuado por princípio que hoje se ignora.

Assim — remata — precisando-se de ter em conta que o *K*, dos gregos, tem de figurar no nome da província que em grego se chamaria *Kallaici* e que os romanos alatinaram para *Callæcia*, convertendo em *æ* o grego *ai* não será inteiramente inútil esta outra conexão como o termo *Kalaico*, que os gregos e latinos aplicaram ao *Verde mar*, donde — sustenta ele P.^o Florez —, por isso chamavam *Callaio*, a pedra preciosa daquela cor de que tratam Plínio (lib. 37, Cap. 20) e Santo Isidoro (lib. 16, Cap. 7), donde também podia ter derivado a palavra *Calaica*, que os romanos converteram em *Callæcia*, como nome que havia sido dado a uma província, muito antes deles, essencialmente ocupada pelos Brácaros e Gróvios, mas que um povo particular, os *Calaicos*, irradiando dos montes a norte e sul de Braga, viria a generalizar, unicamente sob seu nome.

Também uma idêntica origem etimológica, quanto à denominação da Galiza, perfilha o devotado predecessor dos modernos estudos históricos caminhenses, Serra de Carvalho, ainda que a fundamentá-la em raiz helénica um pouco diversa, ao tomar como seu conceito que «bons séculos antes das guerras púnicas, que lhes cortaram qualquer saída naval do Mediterrâneo, ousados exploradores, comerciantes e nautas gregos, navegando em certas épocas do ano para o norte da Península, conforme o regime de ventos, ao longo da costa, ao distinguirem nas águas da sua maréação uma luz *verde mar*, numa cor cintilante, forte e viva, por todos eles nunca antes vista, noutro oceano, teriam dado ao mar, que tanto os impressionava, pela sua beleza, o nome de *mar glauco*, em homenagem a um dos seus deuses do mar».

«A expressão grega de tal ideia — diz — ao ser alatinada, iria dar o vocábulo *glauco* (*glaucus*); e, este, certamente corrompido na voz do povo, deve ter dado no latim vulgar: *g(a)locum* = *g(a)leci* = *g(a)lecia*, tudo isto antes da introdução na palavra do (*a*) que exprimindo uma definida circunstância — remata —, exactamente, abriu a primeira sílaba no topónimo em formação» (in *Forais de Caminha*, Prefácio, fls. XV, Caminha, 1984).

Porém, mau grado tão naturais problemáticas, na tendência que fica expressa, uma divergência bem contrária, um tanto inesperada, consta dum recente trabalho do autorizado e dito Prof. Armando Coelho Ferreira da Silva, nos termos em que se exprime: «... sendo concretamente de rejeitar as interpretações dos autores antigos sobre o povoamento grego na Galiza» (p. 141). É um conceito que bastante surpreende no estimado

docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sabendo-se ser dos mais aprofundados e completos pré-historiadores modernos, tanto mais isso, dado que em passagem imediatamente antecedente, do mesmo seu estudo, escreveu: «notáveis peças de ourivesaria, como o Tesouro de Baião e a Arrecada de Paços de Ferreira daí chegaram (Mediterrâneo) pelos séculos VII e VI a.C. em barcos de Tartessos» (p. 140), como antes escreveu: «... verificam-se achados campaniformes no Dólmen da Barrosa (Caminha), na Mamoa de Guilhabreu (Vila do Conde) e na Serra da Abobreira (Baião) (p. 103) e atrás dissera: «O aparecimento do metal nas costas ocidentais terá ocorrido graças à exploração comercial desenvolvida a partir do Próximo Oriente e Egeu e que vinha alcançando as costas da Península Ibérica desde os finais do IV milénio a.C., fazendo circular com objectos manufacturados das suas trocas um conjunto de novas técnicas mais ou menos assimiladas pelos autóctones, a fazerem acelerar o desenvolvimento das comunidades pré-históricas peninsulares» («A Idade dos Metais em Portugal», in *História de Portugal*, dirigida por José Saraiva, 1987, vol. I, p. 101). Pressente-se que o douto investigador portuense toma todos os principais artefactos achados, somente como importados, não conferindo propósitos de fixação às tripulações desembarcadas, senão com meras intenções de passageiro comércio.

Deve ter tido sólidos fundamentos para um tão radical revisionismo em campo em que é especialista, todo o modo é estranho considerar-se que somente os autores antigos dispenderam seus insistentes conceitos sobre uma considerável influência grega na constituição de colónias, bem povoadas por suas gentes, nos rios e rias destas paragens galegas; pois, se na verdade aqueles estudiosos vianenses, vimaranenses, sobremodo tudenses, incluindo-se, como vimos, por seu lado, Alexandre Herculano, remontam aos séculos XVII, XVIII e XIX, teremos que tomar em conta que o mesmo ainda sustentam outros excelentes pré-historiadores, dos nossos dias, como os brilhantes autores estrangeiros que citamos, principalmente, C. Torres, da Universidade de Santiago de Compostela; Mendez y Pidal, da Universidade de Madrid; ou Jorge Eiroa, da Universidade de Zaragoza.

CAPÍTULO V

PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DAS TRIBOS AUTÓCTO- NES DA RIBEIRA DO RIO MINHO NO ADVENTO DA IDADE DO FERRO. O COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO DOS RIBEIRINHOS GALAICO-CELTAS À CHEGADA DOS ROMANOS.

A PROVENIÊNCIA GENTÍLICA NO FALAR DESTES POVOS, DO BRONZE E FERRO, RELATIVA AO NOME PARA A LOCALIDADE PORTUÁRIA NA DESEMBOCADURA DO GRANDE RIO.

1. OS PRIMÓRDIOS DUM COMÉRCIO INTERIOR E EXTERIOR

Pelos anos 800 a.C. os habitantes da ponta ocidental do continente a constituir o Noroeste da Península, aqui vivendo já com uma vida regularmente organizada, achava-se esta, socialmente ainda muito pobre, porque muito embora dispondo das primeiras grosseiras habitações, agrupadas em pequenos núcleos, que adiante dariam os castros, sua manutenção humana, com as características vindas do Neolítico, se limitava à vida pastoril, na criação de gados e uma muito escrava agricultura, bastando-lhe, para sua pouco variada alimentação, o consumo de limitados animais, poucos vegetais e o abundante peixe, das imediações, sem incentivarem quaisquer trocas e sobretudo sem conhecerem qualquer comércio exportador.

A rudeza duma sua vida muito sóbria, somente se revolucionou e muito progrediu por efeitos tanto da chegada das tribos de sangue celta, partidas da Europa Central, cujas incursões atrás delineamos, como sobretudo dos desembarques ou viagens dos fenícios, gregos e outros povos mediterrâneos, portadores duma vida mais progressiva, principalmente dotados de maior ambição de riquezas, que a eles, indígenas, lhes foram comunicando com muitas inovações e ensinamentos, conhecidos nas suas terras, propícios para as primeiras indústrias locais, muito embora o fim exclusivo desses recém-chegados fosse o abastecerem-se dos materiais por aqui abundantes, e que muito se lhes escassea-

vam nas suas pátrias. Por isso, sôfregos, de recolherem por esta ribeira algumas areias auríferas, pedregulhos com estanho e detritos de ferro, com vista à metalurgia, que já manejavam, nas suas terras orientais, e por cá tencionavam desenvolver.

Assim, no decorrer desses longos tempos, duma profusa mas muito conjugada implantação populacional castreja, por esta ribeira, com a penetração por estes locais de comunidades estranhas, sejam as das várias penetrações da tão ramificada árvore celta, que chegadas na maioria em caravanas, por terra, incutiam sobremaneira as culturas cerealíferas e a cerâmica, nos melhoramentos da vida doméstica e processos de fabricação de armas de ataque, ou de utensílios de cozinha ou de lavoura, em que eram engenhosos, sejam as fixações dos navegantes, estes por menos numerosos, dadas as limitações das naus, ainda que grandes, com seus estabelecimentos de ocupação, constituindo meras colónias. Embora sem grandes penetrações ao interior, estimulavam nas baías e portos, as práticas de boas trocas e uma outra força de vontade às populações autóctones, para que se interessassem no melhor vestir, com a aquisição de tentadoras roupas e a produzirem o suficiente, não só para seu sustento, como para terem certo poder de troca, por meio do qual comprassem instrumentos, armas e acessórios.

Tais transformações civilizadoras, de tal modo, a provirem simultaneamente tanto dos *Celtas* como dos *Gregos*, sendo que aqueles com estes se haviam cruzado, nas suas incursões europeias, com elevados proveitos comerciais, sobretudo ao redor de Massila (Marselha), dos quais gregos haviam recebido, como entrado a aplicar, os produtos agrícolas do Oriente, como pão, azeite, azeitona, vinho, vegetais, até peixe salgado e tecidos. Aquele povo, rico em contactos e bons conhecimentos, que foi adquirindo nos países que percorria, principalmente com as tribos das últimas invasões, veio realizar na Península um comércio abundante, tanto interno como externo, com o qual se veio a animar e revolucionar a vida até então exclusivamente pastorícia dos indígenas.

O objectivo principal do comércio dos Celtas, graças à experiência que do produto haviam adquirido, tanto nas suas terras do alto Danúbio, como nas que, temporariamente ocuparam no alto e meio Reno, parece ter sido a da cultura da vinha, criada por *gregos* e a sobreviver, na sua plenitude, nestas regiões até aos nossos dias.

Praticaram e venderam, para comércio interno, para além do *vinho*, *cereais* como *trigo*, *centeio* e *cevada*, e, para o comércio externo, fizeram uma intensa exportação de *ouro*, *prata* e *bronze*, como de *vários utensílio de ferro* e de *bronze*, que já na Península fabricaram, assim como exportaram *armas* e até apreciados vegetais como a *fava*.

Por ser da pena dum particular conhecedor do meio, desta bacia do rio Minho, de que nos ocupamos, ainda bem melhor será transcrever o que referentemente a esta matéria, na época da civilização do Ferro, nos ensina ele, o mais famoso pré-historiador galego, deste século:

«Apesar da situação dos habitantes a viverem em Castros, no extremo Noroeste da Península, estes não se achavam desprovidos de comércio e o seu isolamento não era tão completo que não houvessem relações entre as distintas colectividades. Pelo contrário já em Políbio (Liv. XXXVIII, Frag. X), assim como em Estrabão, encontramos notícias que nos permitem afirmar de modo categórico a existência dum *Comércio Interior* e de outro *Comércio Exterior*, nos tempos anteriores à conquista da Galiza pelos romanos. A primeira categoria de comércio interior, alude Políbio, ao contar-nos que a carne dos animais se trocava por outras mercadorias, notícia esta que vem a ser confirmada e ampliada por Estrabão (Liv. III, 3-7), que os montanheseiros usavam as trocas de umas das coisas por outras e que na cunhagem da moeda empregavam pedaços de folha de prata.

.....

De resto, os fenícios e os gregos, enquanto os cartagineses não lhes fecharam a saída do Mediterrâneo, continuaram sempre durante a civilização castreja, do Noroeste, a procurar e carregar o *Estanho*, nas *Cassitérides*, cuja identificação nas costas da Galiza, embora em lugar pouco determinado, é hoje uma questão admitida quase com unanimidade, podendo-se, portanto, assegurar que Posidónio, se refere ao nosso país, quando diz que os fenícios gaditanos levaram das ditas ilhas estanho, chumbo e peles de animais e que deixavam aqui em troca vasilhas de barro, sal e objectos de cobre.

Aliás, nas citânias de Santa Tecla e São Fins de Ferreira, encontraram-se alguns testos de vasos helénicos, de verniz negro, e é sabido que esta cerâmica floresceu nos primeiros anos do século II a.C., isto é, antes da expedição de Bruto.

Em muitos Castros assinalaram-se também peças de vidro que em grande parte se devem classificar como púnicas por serem idênticas às que se acham em Ibiza e noutros estabelecimentos fenícios»⁵³.

Apontam, na sua maior parte, os maiores pré-historiadores peninsulares que ainda em plena Idade do Bronze, podendo isso portanto ainda ter decorrido nos primórdios do crescimento dos castros, às fozes dos rios da costa galega, considerada a que ficava para cima do Douro chegaram com produtos orientais as naus fenícias.

Ora sendo o porto da desembocadura do Minho o mais amplo e detentor das mais ricas ribeiras, quanto aos produtos que vinham buscar em troca, inegavelmente que os núcleos da sua foz, dum e outro lado, conforme as conveniências ocasionais tinham de constituir o mais desenvolvido entreposto do primeiro comércio exterior do dinâmico povo

galego, tanto mais que todos os barcos, após o longo percurso desde o Mediterrâneo, fossem os dos fenícios ou seguidamente dos gregos aqui tinham de aportar para descanso e pelo menos aguada, antes de começarem a subida do curso na visita à notável *Tyde*, que por si numa forte e constante tradição histórica já teria sido fundada pelo segundo destes povos orientais, logo após a Guerra de Tróia, como atrás a tal aludimos, portanto uns 8 ou 9 séculos antes de Cristo.

A arqueologia dos últimos anos não só tem confirmado os textos literários dos antigos autores gregos a respeito das navegações deste povo por estas costas, como tem, por si mesma, vindo a descobrir novas vias de comércio desde tais começos da idade metálica, com estreitas comunicações, quer terrestres quer navais, a atingirem as principais povoações da época nas costas ocidentais, na Galiza, na Bretanha, e nas Ilhas Britânicas.

Escrevendo sobre os trabalhos de exploração arqueológica que se têm realizado precisamente no castro do *Coto da Pena*, ao recanto esquerdo do porto do Minho, destaca o Prof. Armando Coelho que aparecem neste castro «estratos com cerâmica manual associada a cerâmica importada de proveniência e/ou tradição púnica», como também «um variado espólio de cerâmicas indígenas com formas diversas de fabrico manual em pastas grosseiras mas com especiais cuidados de acabamento na aplicação de espessos engobes espatulados e uma riqueza ornamental patente na variedade de padrões e das técnicas decorativas em que se distinguem diversos motivos geométricos incisos e estampilhados, a merecer conveniente consideração no âmbito de um artesanato local ou de um comércio regional, de eventual significado étnico e as cerâmicas de importação com referência especial a um horizonte de comércio púnico ...»⁵⁶.

Este mesmo autor igualmente reconhece que uma parte destes espólios do castro do Coto da Pena são inteiramente concordantes com as valiosas peças de cerâmica ou de punhais de antenas, com abundante presença testemunhada na conhecida estação castreja de Santa Tecla na outra margem da foz do Minho.

Efectivamente o Museu do Monte sobre a Guardia conta para além de algumas raras mas muito valiosas peças celtas, entre elas uma excelente espada de antenas, classificada Hallstat, oito folhas de espada de Bronze, bastantes restos de vasos fenícios ou helénicos, reportando-se-lhe bem expressivas estas considerações do grande Mestre Florentino L. Cuevillas:

«Na citânia de Santa Trega asoelláronse algúns testos de vasos helenísticos de barniz negro ... No Trega e noutra estacions atopáronse *bípenis* que se teñen asimesmo como de importación púnica ... Mais

iste roteiro marítimo seguia pra norde deica chegar a Cornwall e o país de Gales, onde nunha serie de estacións apareceron casarellas redondas, fíbulas e cerâmicas castrexas igoaes às das nosas cidades.

O aparecemento de todos estes ouxeitos nun hourizonte típico da cultura de La Téne, que imperaba o mesmo na Armónia que na Inglaterra, e a acusada persoalidade da nosa cultura castrexa, escriuen a posibilidade de apor os feitos anotados a un fenómeno de converxencia, e obrigan a matinar, xa que non nunha colonización nunha relación pacífica e continuada, cuia cansa temas que precurar nun vello parentesco étnico.

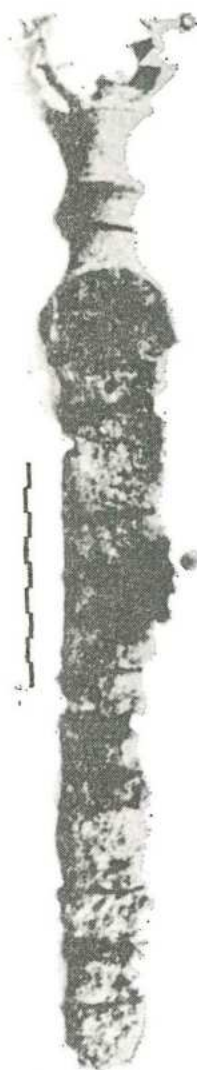
.....
«También debemos afirmar que a cultura do metal no noroeste peninsular comenza a desenvolverse a estímulos que camiñan por roteiros marítimos, ou por terra, anque sen arredarende moito da costa, estímulos xerados nas comercas cupríferas do norte e do centro de Portugal e motivados pola abondosidade de ouro e de mineneirais de estaño nas terras noroccidentais» ... «Algo denantes da aparición do metal entre nós comencan a intensificárense as relacións cos outros fisterres, especialmente coa Bretaña francesa, relacións marítimas de espricación pouco doada dentro do cadro dos contaitos mercantis, e que posibelmente foron axudadas polas correntes mariñas que aínda hoxe se aproveitan e das que se ten ocupado, fai xa algún tempo o profesor Loth»⁵⁵.

Demonstrado assim fica quanto significadamente operoso foi o comércio tanto interior como exterior incutido como ambicioso melhoramento de vida das tribos galaicas, no advento da idade dos metais, que muito embora a ter sido inspirado inicialmente pelos emigrantes orientais, as incorporava numa actividade que lhes dava natural continuação de desenvolvimento, na sua transformada economia, para eficiente colocação dos seus criados novos produtos, e, exercitava com novas apaixonantes experiências as suas tentativas de navegantes.

2. MATERIAIS E UTENSÍLIOS DA INDÚSTRIA CASTREJA DA RIBEIRA MINHOTA, PARA USO LOCAL OU DE EXPORTAÇÃO. INICIATIVAS DE MINERAÇÃO E METALURGIA ANTERIORES AOS ROMANOS E MESMO AOS CELTAS

Aproveitando-se só do estritamente indispensável dos minérios que já haviam descoberto, os homens do final da Idade do Bronze, ainda que quase exclusivamente os empregaram nas suas armas (espadas, lanças e pontas de lanças de bronze), ou alguns caldeirões para as comidas, estes feitos de chapas de bronze.

Para além disso deixaram célebres e em muita quantidade os machados de bronze e de cobre, já com os devidos orifícios, para cabos de



Riquíssima peça duma espada de antenas provinda da mais apurada metalurgia celta valiosamente resguardada no Museu do Monte de Santa Tecla.

madeira, dos quais também se serviam como arma de guerra, assim como fabricaram, destes materiais, alguns cinzéis para cortarem as pedras e as primeiras facas com que principiaram a retalhar a carne dos animais e provavelmente as primeiras ferramentas de carpintaria com que dificultosamente começaram a partir as madeiras.

Embora raras, deixaram também, com espanto, magníficas taças de bronze, com as quais só os seus chefes bebiam vinho, possivelmente ainda só o importado.

Foi com a chegada das últimas e mais apuradas tribos celtas, já que as primeiras ainda se podem incluir no ciclo do Bronze, que a metalurgia se desenvolve com o tratamento e aplicação do ferro, metal mais duro e resistente que o bronze e superior para o fabrico das armas, bem como de utensílios domésticos e agrícolas.

A arte de trabalhar o Ferro haviam-a aperfeiçoado estes agora chegados celtas, ou na sua originalidade, os Celtas Puros, atrás aludidos, nos seus contactos com os Gregos, mas, tendo acontecido que, nesta zona galega, como acima, nas diversas rias da Galiza, vindo encontrar as mais valiosas matérias-primas de que precisavam, logo começaram a construir de ferro os seus mais desejados e encantadores utensílios.

Com este preâmbulo, o que mais pretendemos é salientar quanto a chegada civilização céltica se sentiu feliz, ao instalar-se em ambiente propício à sua expansão artística, dada a riqueza mineral da Galiza, naquela época, que muito gabaram os autores antigos, sobremaneira os geógrafos gregos, sendo que Estrabão, fundamentado no que lera no seu patrício e antecedente, do qual todos os escritos se perderam, Posidónio, nos deixou este testemunho: «Abaixo dos Artabros o subsolo acha-se dotado de prata, estanho e muito ferro mas ainda os rios são ricos de ouro».

Sem dúvida que a incursão celta chegada à Galiza, em anos já adiantados da segunda metade do milénio antes de Cristo, graças ao convívio que tivera nas proximidades de Massilia (Marselha), com o luxuoso empório grego, desenvolvera o grande conhecimento, que já trazia, de toda a metalurgia, quer em relação ao ferro, quer à prata

e ouro, e, por isso, ao deparar na Galiza com seu tão rico subsolo, em óxidos e pirites, estabeleceu com os autóctones um trabalho de forja que tanto surpreendeu os romanos quando cá chegaram.

Nesta zona, ora por nós referenciada, da desembocadura do rio Minho, instalados nos castros, numa e outra das margens, puderam exercer uma indústria metálica, verdadeiramente notável, por meio do cobre, ferro e ouro, quanto a este último precioso metal, graças às abundantes pepitas de ouro, que constantes referências dos escritores antigos, que já citamos, eram transportadas nas areias do rio Minho e do seu afluente rio Sil e se depositavam nos *areinhos* da foz dum lado no *Vale do Rosal* e noutro, nos do *Vilar de Vila* antigo.

De modo geral acha-se largamente difundido que o povo celta, desde o seus primeiros tempos na Europa Ocidental, e nesta Península Hispânica, fabricou alfaia de ouro, como gargantilhas, bastantes jóias pessoais e objectos de adorno, até uma preciosa embarcação com remos, esta maravilha encontrada num lago da Irlanda.

Ora, concretamente, não pode deixar de ser assinalado que um grande *torque de ouro* foi fabricado, pelos Celtas, nestas imediações ribeirinhas, pois um fragmento do seu remate se encontrou nas escavações do Monte de Santa Tecla.

Vestígios de oficinas metalúrgicas vão aparecendo, agora, em diversos castros da ribeira do rio Minho, ao serem escavadas as casas de habitações, sendo que os achados de pedaços de ferro são vulgares, nas estações arqueológicas em exploração, principalmente na do Tecla, a melhor estudada, para além de certas escórias de cobre e de bronze. Quanto a utensílios também parece seguro que os castrejos da última civilização celta já fabricavam com ferro as rijas relhas, bem como as grades com que sulcavam e alisavam as encostas e veigas, das margens deste grande rio galego, e isto, porque testemunharam primitivos autores romanos, como Justino (XLIV-3), o qual conta que a relha do arado erguia às vezes terrões que continham ouro, ou então Sílvio (Liv. III), que para louvar o rijo temperamento dos castrejos, da Galiza, diz que entre eles passaria por cobarde o que deixasse as armas para semear nos sulcos ou para sulcar no chão a relha do arado.

Confirma o grande historiador galego Xesus Taboada Chivile, em trabalho que adiante se identificará, para seguinte assunto, que mais um outro instrumento de trabalho estes castrejos usaram, a picareta.

Simbolizando uma síntese da restante indústria, neste local e nesta época, o Museu de Santa Tecla patenteia variadíssimos exemplares de utensílios de cerâmica ou seus fargmentos, respeitantes a vasilhas de uso corrente, com imaginativos desenhos, sendo de esperar, segundo bons indícios, já conhecidos, que equivalentes peças de cerâmica, em



Lâmina IV: Empunhadura de puñal de antenas.

Museu histórico-arqueológico
do Monte de Santa Tecla.

certo número ainda inteiras ou do mesmo modo em fragmentos, dotadas de ornamentações nada inferiores, pelo contrário, possam ser reveladas no projectado próximo Museu Histórico de Caminha, provindas essas peças, na sua grande maioria da rica Estação Arqueológica da Pena.

Essa cerâmica, em grande parte seria de fabrico local, mas a mais cuidada por certo importado, o mesmo acontecendo com os primeiros tecidos historicamente conhecidos na Península, e tudo, em face das condições extremamente favoráveis da entrada do rio, para abrigo dos barcos, chegados do Médio Oriente, como o salienta Mário Cardoso, a propósito de notícias existentes de ser um dos mais antigos ancoradouros da costa atlântica.

E que por este porto se importavam tecidos, bem como nas suas proximidades, pelo menos já se fiava e tecia, tira-se da passagem de Estrabão ao

dizer que as mulheres dos castros usavam vestidos grosseiros, de cores vivas, como das estátuas dos guerreiros, com debuxos de saíotes, encontradas nos mesmos castros, assim como duma passagem de Plínio relativa ao linho dos *Zoelas*, e dos pesos de tear, fusos, agulhas e tesouras, encontrados nos castros.

Ora, segundo indicativos dos investigadores galegos, este nome de *Zoelas* era a denominação de uma pequena tribo, que habitava fronteira ao mar, ao redor duma das rias da Galiza, de incerta identificação, mas sempre muito próxima, e pouco acima da desembocadura do rio Minho.

De todo o modo, muito para além das disposições resultantes do seu comércio, em produtos agrícolas, cerâmicos e de tecidos, o mais flagrante e eloquente testemunho dos desembarques gregos, nestas para-

gens, resulta dos magníficos restos das obras de arte, com que alegravam os gregos seu viver, sendo a tal respeito de verdade dignas de infinita atenção estas seguintes palavras desse tão potente Prof. António Garcia y Bellido, o mais seguro e profundo enaltecedor do passado da Espanha:

Constituem o testemunho mais antigo e valioso da presença dos gregos na nossa pátria as peças de metal na sua maioria de bronze que remontam aos séculos VII, VI e V, sendo escassas as posteriores.

Essas peças das quais as regiões mais ricas são em primeiro lugar as Baleares, depois o sudeste e principalmente o sul constituem os exemplares arqueologicamente mais interessantes de toda a Península.

A tal respeito a figura de bronze pode tomar-se como provinda de Delfos (cidade sagrada da antiga região da Focida, notável pelo seu grandioso templo a Apolo e elevados predicados artísticos) a cair nos começos do século VI a.C.

Tudo conduz a tratar-se de verdadeiro testemunho grego idêntico ao deixado nas figuras de bronze de Mallorca, quiçá obra dórica possivelmente saída de algum artista sikelista, anterior a 575 a.C., muito espalhada na Sicília.

Sem dúvida que estas figuras tão artísticas de bronze, constituem flagrante testemunho grego tão difundido no Mediterrâneo Ocidental (Baleares) a provir da Ásia Mesopotâmia e de todo o mundo grego»⁵⁷.

Pois, se tais estatuetas justamente se deverão considerar seguro testemunho do famoso génio artístico das tão estéticas vocações, para trabalhos em bronze, nessa tão recuada época, dos primeiros conhecimentos da modelação dos metais, e, na verdade, Delfos pode irradiar o seu prestígio de exportações artísticas, sobre todo o mundo antigo nos séculos VII a IV a.C., nenhuma melhor prova da importância da desembocadura do grandioso rio Minho, com a vastidão de sua boca ou com a envolvente densidade populacional, do que é o seguinte sinal, evidente dum riquíssimo comércio helénico-cretense. Trata-se do testemunho patenteado por esse *Bronze de Hércules escultural*, aqui encontrado, nas escavações no Monte de Santa Tecla, o qual sob a classificação de *Hércules* bem destacadamente se insere numa das valiosas gravuras (Lamina XXVII), no número especial, dedicado ao III Congresso Nacional de Arqueologia, celebrado em Pontevedra em 1953, pela Revista *El Museo de Pontevedra*, vol. VIII, 1954-1956. Peça lindíssima de origem grega que se expunha no Museu do Tecla, infelizmente daí roubada há cerca de uma década.

Seja por influência dos desembarques gregos ou doutros povos orientais nestas desembocaduras dos principais rios galegos, certo que o Minho era o mais atraente, em boas condições naturais, desenvolvimento de populações e riqueza de terrenos da sua bacia, resta ainda

frisar, à chegada dos romanos, pois decorria nestes sítios a plenitude do período castrejo galaico.

Diz-se no muito merecimento da sua grande autoridade o professor compostelano Cuevillas que a riqueza mineral da Galiza foi muito conhecida e gabada por autores gregos, especialmente Posidónio e que ainda que tivessem sido somente os romanos que por aqui intensificaram a produção mineira é evidente que com os procedimentos primitivos descritos por Posidónio obtinham-se abundantes quantidades de metais para provocarem um florescimento industrial de grande importância na Idade do Bronze e até para converter o noroeste hispânico, desde muito cedo — diz isto bem claro — num altivo centro de fabrico de alfaias áureas.

A chegada dos Celtas — lembra a propósito — em vez de esmorecer a prática deste trabalho veio a dar-lhes um grande impulso.

Este povo invasor é certo trazia consigo o conhecimento da nova metalurgia do ferro tendo tido a sorte de também o encontrar nesta Galiza, rica em óxidos e em pirites desse metal.

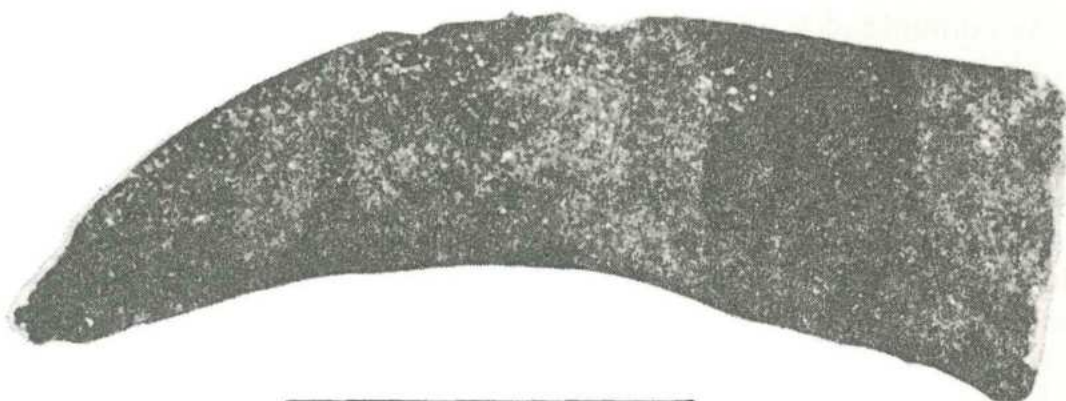
Nada tem de estranho, consigna, que ao verificar-se a fusão dos antigos habitantes com os recém-chegados, as oficinas dos ourives, dos bronzistas e dos ferreiros se multiplicassem e que a produção de objectos de metal, mesmo de jóias, com segurança adquirisse uma prosperidade notável.

Escórias de cobre e de bronze foram encontradas em várias casas castrejas do Tecla⁵⁴.

Por estes locais da margem direita do troço final do rio se deve ao grande investigador e publicista guardês, Dominguez Fontela a revelação de vários machados de uma e duas anilhas, duas forjas de fundição, objectos diversos de bronze, como ponteiros de osso.

Reflectindo o maior esplendor da cultura castreja galaica dos finais do Bronze e transição para o Ferro o rico Museu do Tecla expõe nas suas vitrines pelo menos oito folhas de espadas de bronze (tipo argárico), três magníficos punhais de bronze, uma rara fouce de bronze (período do Bronze III), inúmeros moldes de fundição, alguns machados e uma excelente machadinha de bronze, muitos alfinetes de bronze mas dominando todas as atenções a deslumbrante, mesmo devido ao seu revestimento dourado, Espada de Antenas (Hallstat), extraordinariamente valiosa, até pela grandiosidade e perfeição da sua empunhadura.

Quanto à cerâmica desse período do Bronze Médio e Final correspondem ao crescimento e marcante grau da civilização galaica dos castros, de ambas as margens em causa, as diversas peças recentemente colhidas nas explorações do actual Castro da Pena, da margem esquerda, a possibilitarem a identificação figurativa que já ficou aludida no capí-



0 5 cm.

Magnífica fouce de bronze

Museu histórico-arqueológico do Monte de Santa Tecla.

tulo anterior e à margem direita os numerosos resíduos a permitirem uma segura reconstituição dos cómodos e desenvolvidos utensílios de cozinha castreja, recolhidos nas escavações da Citânia do Tecla, grande parte conservada no seu Museu, outra no de Pontevedra, como vasilhas de cerâmica primitiva com asas interiores, vasilhas de cerâmica lisa, vasilhas sem decoração, diversos tipos de cerâmica com decoração mediante incisões a ponteiro ou a buril como obtidas por carimbagem.

Mais aí se expõe como recolhidos na Citânia com classificação castreja-galaica um torno de mão de oleiro e um moinho também de mão em pedra para moer cereais, como furadores e ponteiros vindos de Goyan e Eiras, uma pedra lavrada vinda do vizinho Monte de Terroso, tudo a demonstrar um novo e progressivo grau civilizador comparativamente com os Oestrimnios dos finais do Neolítico.

3. SUSTENTOS DOS INDÍGENAS DOS CASTROS EM ANIMAIS E CULTIVO AGRÍCOLA

A criação de gados foi sempre o modo de ser mais significativo do sustento e sobrevivência dos pretensos dominadores na Ribeira Minhota pelo século V a.C., os senhores Celtas.

Segundo doutos investigadores saxónios, que profundamente analisaram a sua forma de vida, entre os Celtas a propriedade não pertencia ao indivíduo, mas também não ao Rei, que não dispunha de qualquer terra para conceber em agradecimento dos serviços prestados, nem tão pouco ao chefe de família, mas pertencia à família no todo.

As comunidades agrícolas, estabelecidas durante as iniciais expansões, seriam mesmo numerosas e sempre fechadas sobre si mesmas.

Mas quando se considera a diversidade de território ocupado pelos celtas compreende-se que a economia rural, no seu viver permanente, deveria variar bastante de região para região.

Do material obtido nas escavações conclui-se que nos actuais territórios da Galiza e Minho, e em particular nos relativamente apertados vales do rio Minho, dominava uma agricultura mista, de cereais e pecuária, com raros casos de agricultura inteiramente uniforme.

Nestas ribeiras minhotas a herdade celta criaria gado bovino e cavalar, gado lanígero, de cabras e ovelhas, e gados suínos. As provas desta agricultura e pecuária se encontram nas ruínas das casas dos cultivadores, contendo reservatórios, cavados no solo para a recolha dos cereais, a terem devidos dispositivos para a sua secagem e armazenagem, e pelos ossos dos animais encontrados nos fossos e nos entulhos.

A riqueza média das famílias celtas até parece que somente se media pela quantidade de cabeças de gado possuídas.

Sabe-se que felizmente as fontes de Estrabão foram, sem a menor dúvida, os sérios documentos recolhidos por exigentes etnógrafos ou geógrafos seus antecessores, como os de Políbio e Posidónio, esses sim, melhor que ele, que pouco por cá passou, bem se fizeram profundos conhecedores da vida peninsular dos séculos VI, V e IV anteriores a Cristo.

Pois Estrabão, com tais fontes, sustenta que a costa da Lusitânia era uma zona de grande fartura e de abastados meios, em animais domésticos e selvagens, em cereais e em minérios, embora faça uma nítida distinção entre as gentes que viviam nas planícies, as que habitavam nas montanhas e as que moravam nas Ilhas das Cassitérides. Diz que, em geral, o terreno dá muitos frutos e sustenta numerosos gados e que os habitantes das Cassitérides sustentam-se somente dos seus gados.

Refere que as gentes das montanhas comiam, como alimento principal, a carne de bode e que os bodes e os cavalos imolavam-se, segundo o rito grego, a uma divindade guerreira que identifica como Ares.

O principal destino destes animais era o consumo como alimento.

Quanto às práticas agrícolas para cultivo destes cereais foi reconhecida já a presença do arado, do qual manifestamente dão fé Justino e Sílvio Itálico — o que já se viu no número da indústria —, sendo de supor que nas épocas de adiantada fixação céltica eram os bovinos que puxavam esse aparelho agrícola.

Aliás, gravados rupestres e fragmentos de bronze, representando bois jungidos a carros, revelam, numa aparência indubitável, que estes

ruminantes também se aproveitavam para o transporte, apostos a carros muito semelhantes aos que hoje se usam em todo este Noroeste Hispânico.

Num depósito de conchas, do Castro de Santa Tecla, foram encontrados cornos de cabra, noutra concheiro, no de Neixon, restos de bovídeos e de porcos, e, no de Baroña, ossos pequenos, que deviam pertencer a ovídeos e caprídeos.

Trata-se, nos dois últimos, de castros, situados nas rias galegas, logo acima da de Vigo.

Conclui o Prof. Florentino Lopez Cuevillas, que vimos considerando, que, destes espólios, poderá tirar-se a conclusão que a preferência das carnes caprídeas, em concordância com Estrabão, mas por certo nos terrenos baixos, à beira mar, as preferências seriam doutros tipos.

Posteriormente ao falecimento do alto professor compostelano, o seu continuador, na obra magnífica *História da Galiza*, num complemento ao estudo económico dele, ou seja o Prof. Xesus Taboada Chivite, pode dizer que nas escavações pontevedrenses da «Cidá Castro» foi achada uma roda desses carros, dos tempos pré-históricos⁵⁸.

Muito natural que estes galaicos de Bronze Final já detivessem carros para transportes das colheitas para seus castros, puxados a bovinos ou cavalos, porque bem recentemente, aqui, em Caminha durante o alto seminário de estudos luso-galaicos, de 1984, um dos seus mais distintos participantes, erudito arqueólogo nosso vizinho além raia, numa sua brilhantíssima comunicação vem informar que no Monte de Terroso, que, na sua vertente sul, faz face à vertente norte do Monte de Santa Tecla, mesmo nas proximidades do seu «Pico do Facho», encontrou, num conjunto rochoso, possíveis desenhos de cavalos.

Figurará nesse rochoso gravado — diz o arqueólogo D. Xoan Martinez Tamuxe — um cavalito na parte superior que parece caminhar para Norte, um segundo animal na parte inferior e quase debaixo do outro, caminhando a Nordeste, dando este a impressão que arrasta um disco (carro ou roda), isto em semelhança das figuras de cavalos que o sábio jesuíta do Colégio de Camposancos, P.^o Jalhay já encontrara nos montes de Oya.

Aponta, por seu lado, que enquanto os cavalos dos gravados deste distinto jesuíta encontrados em 1932, aparecem montados por jinetes, aqui não, estes mais se assemelham com os que uma esmerada Equipe Arqueológica do Baixo Minho, localizou no Couseiro (Gondomar), tendo de comum que se tratam de parelhas que marcham mais ou menos a par e na mesma direcção. Na sua opinião pela técnica dos gravados considera-os da época castreja e rigoroso paralelo com aqueles outros que o mesmo P.^o Jalhay diz existirem na margem portuguesa do Minho, concretamente nos montes de Lanhelas.

Na mesma assembleia minhota de Caminha, participada por tão distintas personalidades dos dois países ribeirinhos, um outro abalizado historiador do outro lado, insigne investigador quanto à comarca guardesa, mais nos expôs que vários estudos etnográficos desta região nessa época inteiramente demonstram que os castrejos além de muito se dedicarem à pesca no seu grande rio e afluentes também exploravam uma intensa ganadaria especialmente de cabras, bois e cavalos, como caçavam nos densos bosques das quebradas e das ribeiras tanto o veado como o javali, dado que em alguns dos concheiros do Tecla sobremodo no *Concheiro de Saa*, situado na falda oriental, sobre o rio e Portugal, foram encontradas toneladas de ossos com resíduos de animais domésticos e de caça incluindo designadamente os cornos dos caprinos, as hastes do cervo ou veado e dentes de javali.

Mais regista tão exímio comunicador guardês, ocupando-se nos seus trabalhos com insistência sobre terras e costumes raianos, no ponto de vista agrícola, que tais castrejos galaicos cultivavam com empenho o centeio e trigo, compreendendo-se que graças a tais colheitas pudessem ter mostrado a resistência, que todos sabemos terem sido bem demoradas, aos ataques, cercos e depedações dos romanos.

4. VALOR DA PESCA NA FIXAÇÃO E ECONOMIA DOS CASTREJOS MINHOTOS

Mais que causa determinante da fixação nas elevações, mais ou menos altas, mas sempre na opção se situassem junto das rias marítimas ou dos vales fluviais, da quase totalidade dos castros galaicos, bem além da ideia de melhor as populações se assegurarem da sua defesa, foi a vantagem do fácil consumo do peixe, dessas águas, a constituir a principal condição.

Os principais castros, do actual território português, embora também tendo em conta as suas necessidades de defesa militar, sempre denunciavam a tentação de ficarem próximos dos cursos dos rios ou das baías marítimas, com a primordial finalidade dos benefícios da pesca.

Isso acontece com a disposição dos castros de maior importância da província do Minho, entre eles, os de Briteiros, de Sabroso, em Guimarães; do Boi e o de Bagunte em Vila do Conde; todos estes, e outros, nestes concelhos, nas proximidades do rio Ave; o considerável Castro de Sanfins de Ferreira, em Paços de Ferreira, junto do rio Ferreira, afluente do rio Sousa; para já não falar das proximidades da água de mar ou rios dos diversos antigos castros no concelho de Caminha, os Castros de Cividade, do Castro dos Mouros, de Castelo,

ou Cristelo, de Vilar de Mouros, principalmente da Pena; ou de Santo António, em Afife e Cidade Velha, de Santa Luzia, em Viana do Castelo; ou de Cossourado, em Paredes de Coura, mesmo junto do rio Coura.

Aliás tal actividade piscatória nos habitantes dos castros galaicos acha-se suficientemente demonstrada, comentam alguns estudiosos galegos, pelos numerosos pesos de pedra para apoio das redes bem como pelas pedras curvadas que aparecem nas paredes exteriores das casas castrejas nas quais deviam ser colocadas varas para secagem das mesmas redes.

Essa preferência, por uma situação dos povoados galaico-célticos, junto da costa oceânica, nas margens das rias, rios e ribeiros, ainda se revela mais pronunciada na actual Galiza espanhola, onde por vezes, já sem a menor preocupação estratégica de defesa, sobressai a absorvente prevalência piscatória.

Isso se destaca, no particular exemplo, na grande quantidade de Castros estabelecidos na tão pitoresca Península de Morrazo, situando-se pouco acima do nosso rio, entre as rias de Vigo e de Pontevedra, a constituir, hoje em dia, o foco preferencial de todas as investigações científicas, no campo da pré-história.

Esta península, mais vulgarmente conhecida pelo nome da sua principal povoação de Marin, seus dinâmicos estaleiros e Escola Superior Naval de Espanha, conta, actualmente, com cerca de 120 explorações arqueológicas, com investigações, na sua maioria, já documentadas e mesmo publicadas, pelo altíssimo centro cultural do Patronato do Museu de Pontevedra.

São as estações dos castros marítimos, da «Igreja de Marin», de «Santo André de Hio», — este com um depósito valiosíssimo, a atingir o período final da época do Bronze, revelando descobertas de espadas e pontas de lanças, na plena cultura céltica, em braceletes de ferro; — o Castro ou Citânia de «A Subidá», situado numa pequena colina ao pé da costa da ria e tão brilhantemente revelado pelo vizinho e exímio arqueólogo galego, Sobriño Lourenzo-Ruza; o castro da praia de «Porte-celo»; o castro denominado «A cidade de Carneiro», no lugar de Carneiro, nas proximidades de Redondela e ria de Vigo; o Castro de «Danon» na mesma costa, onde recentemente se descobriu um largo «concheiro», de avançada cultura céltica, finalmente, na margem sul, desta península de Morrazo, e já defronte da ria de Vigo, os Castro de «Moaña» e de «Cambas».

Do mesmo modo, e também quase sem preocupações de defesa, contra incursões marítimas, na outra costa, fronteira à margem norte da mesma península de Marin, à entrada desta ria de Pontevedra, os importantíssimos castros de «A Lanzada» e de «Sansenxo», a revelarem,

na sua abundante cerâmica de cultura castreja, com riquíssimos exemplares de vasilhas, com ricas decorações a encarnado, de «*sigillata hispanica*», restos de fundições de vários metais, cravos de ferro, para os telhados, tudo a denunciar uma transição da cultura castreja para a romana (*El Museo de Pontevedra*, vols. XXVIII, XXIX).

Nestas circunstâncias, à vista de tão intensa concentração de castros, nas proximidades das águas, tudo infere que, na cultura castreja, a pesca era o meio de alimentação predominante, embora praticada só nas proximidades da terra, com simples emprego de anzóis e redes, ou ainda ligeiras embarcações, mais de tipo fluvial. Tudo mais indica que nesta civilização foi a pesca que determinou, aliás, os primeiros passos da construção de barcos, muito antes de qualquer preocupação deslocação de navegação comercial.

A tal respeito, são de muito interesse as revelações feitas noutra centro cultural galego, esse mesmo ribeirão do rio Minho, num magnífico estudo denominado, *Bases Paleontológicas para el estudio de la pesca en la cultura castreña*, no qual se afirma que, muito mais orientados para problemas cronológicos, as escavações dos jazigos pré-históricos da Galiza tem descuidado a busca de dados sobre a ecologia e a economia das comunidades castrejas, em especial quanto a materiais botânicos e faunísticos.

E ainda, neste último conjunto faunístico, importa muitíssimo a recolha de restos de peixes, vértebras, dentes, ossos do crânio, otolites e escamas, assim como paralelamente, artefactos empregues nas pescas, ósseos ou metálicos, ainda pesos de redes em pedra.

Felizmente, por meio de uma análise qualitativa, nas zonas costeiras da Província de Pontevedra, perante os restos de peixes recolhidos em várias escavações, designadamente nas das Ilhas Cies, na ria de Vigo, ou na de Torrala, nas suas proximidades, e nas da Citânia de Santa Tecla, sobre o mar e o rio Minho, puderam já realizar-se alguns estudos, sobre vértebras, ossos e peças dentárias de modo a ser tal material paleontológico comparado com as espécies de peixes actuais.

Verificou-se que as espécies pré-romanas, existentes nas águas às bordas dos castros, conseqüentemente, nas duas margens deste estuário do rio Minho, se mostram inteiramente idênticas às actuais espécies da marmota, do pargo, da pescada e do robalo, pelo menos.

E mais ainda acontece — diz-se nesse curiosíssimo estudo — as mesmas espécies que revelam esses paleontológicos jazigos, celtas e pré-célticos, também ainda hoje existem, em grande quantidade, nas águas ao redor dos mesmos jazigos, à excepção do peixe outrora denominado cientificamente de *merculuccis* ou *merluccis* (merlusa), que vive

em águas mais afastadas da costa, ainda que em algumas ocasiões possa aparecer nas proximidades da mesma.

Portanto, frisa-se no trabalho orenseano, só relativamente a esta última espécie haveria necessidade de navegar a maior distância para sua captura, pois as restantes espécies podiam-se recolher de terra firme, empregando anzóis e outros métodos.

Ora, como os restos achados, — diz-se logo de seguida — procedem de acumulações e desperdícios de cozinha, (certo que os Celtas, do período final do Bronze e pelo menos do de Ferro, já possuíam seus barcos, para saírem para navegações costeiras, como vamos isso documentar, nos números imediatos, diremos nós), pode-se considerar seguro que todas as espécies, representadas em tais jazigos, tenham sido utilizadas como alimento dos castrejos ⁵⁹.

São dados que altamente esclarecem o valor económico, pelo menos nas actividades e sustento das populações, que teriam habitado os dois importantes Castros situados à boca do grande rio galego, na margem direita, a confirmarem, no sopé da Citânia do Tecla, os dois notáveis *concheiros* com restos apreciáveis de peixes e conchas de variadíssimas qualidades, bem como centenas de pesos de pedra próprios para redes, que o douto jesuíta P.^o Eugénio Jallay, por aí conseguiu desvendar, entre os anos vinte e trinta, como atrás apontamos; e, na margem esquerda, a isso mesmo revelarem as recentes escavações executadas, mesmo por curiosos, antes da actual campanha científica, nas vertentes norte e poente no Castro da Pena, em Vilarelho (Caminha) defronte da desembocadura do rio Coura, no estuário do rio Minho, onde interessados e afoitos estudiosos parecem ter recolhido também grande quantidade de idênticos pesos de pedra, destinados a redes de pesca, igualmente, a comprovarem uma antiguidade de alto valor económico, quanto à tradicional riqueza da pesca, grande prática e dom engrandecedor, do fecundo estuário.

É que a localização das tribos galaicas do final do Bronze ou de todo seu período, nas ramificações da Ribeira do Rio Minho, portanto justifica-se que tais sítios lhes garantiam como nenhum outro os produtos que mais necessitavam.

Isso bem se conclui da seguinte passagem da pena dum ilustre docente da Universidade de Santiago de Compostela:

«As bases económicas do mundo castrejo seriam os gados, a agricultura, a mineração, muito principalmente a pesca. Sobre a ganadaria sabemos pelos vestígios encontrados ao redor dos Castros que se compunha de vacas, ovelhas, cabras e porcos.

Através de fontes históricas e de dados arqueológicos sabemos que o cultivo da terra, ainda que não muito intensa, teve a sua impor-

tância e entre as espécies cultivadas citaríamos o trigo, o centeio e a fava cavalair.

Mas na área costeira era a *Pesca* que assumia importância mais apreciável, incluindo-se a preferência pelos *mariscos* como base do sustento.

Outra importante base económica devia estar constituída pelas actividades *mineiras* e pela *metalurgia* desenvolvidas estas devidas a um assinalado contacto que o Noroste Peninsular recebeu do mundo mediterrâneo aqui trazido num comércio remoto que remonta aos começos do primeiro milénio a.C. e sempre antes da apreciada competência do período do Ferro»⁶⁰.

5. OS BARCOS E AS NAVEGAÇÕES CASTREJAS

Outro dos assuntos do maior interesse, para ilustração do tema de que nos ocupamos, ainda com mais importância de projecção histórica que a pesca, se bem muito relacionado com esta, nos seus dados primordiais ou do seu mais recuado primitivismo, é o de qual teria sido a navegação, no estuário, nessa época de quatro ou cinco séculos antes da nossa era.

Procuram responder à questão bons e recentes estudos, de exigentes investigadores, dum e do outro lado da ribeira minhota, e, embora com certa surpresa, a concluírem que os castrejos pré-romanos, mesmo nos seus tempos mais recuados, já possuíam embarcações, com que singravam quaisquer águas fluviais, com possibilidades de nelas terem mesmo feito longas singraduras, na costa atlântica, desde a Galiza à Bretnha, e vice-versa.

Para este retroceder, de mais de 6000 anos, à falta de testemunhos escritos — dizem — houve que recorrer à arqueologia como único recurso possível.

E foi assim, que, alguns dados arqueológicos, não de restos de embarcações, pois essas, de extrema antiguidade, inteiramente desapareceram, mas da sua representação em raros petróglifos, lavrados pelo homem, dessas épocas. Graças a muitos esforços, estes, com as vencidas dificuldades de identificação, puderam revelar que então já se flutuava, ainda que perante os poucos sinais reveladores disso, nos escassíssimos desenhos aparecidos, um só na Galiza, poucos na região nórdica da Bretanha, Ilhas Britânicas e Escandinávia, logo se levantasse uma grande polémica sobre qual o tipo primitivo de embarcação, que se utilizou, nos rios e nas costas atlânticas europeias, se foi para os primeiros povos galaicos, sempre na imitação dos visitantes mediterrâneos, a *barca de couro*, se antes foi a ainda mais rudimentar *piroga monóxila*.

Por certo que, nos tempos mais distantes da vida do homem, a pesca seria praticada apenas nos rios e mesmo só das margens, assim como só de terra, na costa do mar, e daí a marcante predominância da fixação dos primeiros núcleos populacionais, ainda antes de subirem para os castros, em refúgios lacustres ou nas bordas dos rios e rias da antiga Galiza.

Considera o estudioso arqueólogo *Coronel Mário Cardoso* que não se pode precisar ao certo qual a época em que o homem inventou o meio de navegar, mesmo nas águas fluviais, mas que deveria ter sido posteriormente ao período Paleolítico.

Observando naturalmente o fenómeno da flutuação dos troncos das árvores, que as correntes impetuosas dos rios arrastavam, nas grandes inundações dos tempos post-glaciares e dos começos do quaternário, sendo que o esteiro do rio Minho seria, nesse período geológico, muito rápido, por muito caudaloso e entrado de marés, — diz o arqueólogo vimaranense — teria então o homem imaginado a construção da primeira jangada, ligada entre si, por fortes ramos de árvores, servindo-se para isso de enleios vegetais ou de fibras de peles de animais, abatidos na caça, de modo a fazer-se deslocar sobre essa plataforma de troncos, impelindo-a com uma vara apoiada no fundo das águas.

Teria sido — diz ele —, já o homem mesolítico que inventara, adiante, a *canoa* ou *bote*, em forma de concha, construída com a sua armação em ramos de árvores, ou pedaços de madeiras e com cobertura impermeável de *peles de animais*.

Só viria de seguida a *piroga monóxila*, peça que, como seu nome a define, vinha a ser um barco inteiriço, cavado num grande tronco de árvore, desde logo se percebendo que, enquanto para construir a canoa bastavam razoáveis arbustos existentes, em quaisquer terrenos costeiros, ou nas margens de rios, como acontecia nas penínsulas de habitantes de vocação marítima, das costas ocidentais mediterrâneas, os primeiros a fazerem comércio, para as costas vizinhas atlânticas, para construção da piroga, seria necessária a existência, nos primeiros núcleos marítimos, de florestas, com grossas árvores, que em certos deles faltavam, justificando, desse modo, o grande especialista na literatura náutica, André Veragnac, que os primeiros barcos se apresentassem com sua estrutura encanastrada, exclusivamente por vimeiros, e só depois, na costa europeia, coberta de florestas, com a de *piroga maciça*, de tronco de árvore.

Com qualquer destes primitivos tipos de embarcações, de resto, a primeira navegação teria tido como determinante a pesca e só com o seu desenvolvimento cultural a nave teria sido aplicada para outras

necessidades essenciais, na troca de produtos ou procura de matérias-primas, para fins industriais muito especialmente os minérios.

Lembra o mesmo Coronel Mário Cardoso que ainda hoje flutuam nos mares embarcações, com o mais remoto e primitivista aspecto, como as canoas usadas pelos habitantes do Amazonas, do Tanganica ou do Zambeze, como o caíque, coberto de pele de foca, dos pescadores esquimós da Gronelândia, os juncos chineses ou os batéis polinésios, com seus flutuadores, nos extremos dum balanceiro atravessado sobre os dois bordos, embarcações estas, que sem emergirem, aí arrostando as mais violentas tempestades, assim como a *piroga monóxila*, cavada num tronco único, de grandes árvores, ainda hoje continua a ser usada por muitos povos, com a diferença que os homens mais primitivos a obtinham pela aplicação do fogo, enquanto lhes faltou a ferramenta metálica ⁶¹.

Um dos melhores indicativos que houve embarcações de couro, a precederem largamente as primeiras de madeira, dizem os investigadores náuticos, é o de que, nas mais antigas naves de madeira conhecidas, as bordas em que se assentavam as chumaceiras, para accionarem as pás, que faziam de remos, sistema de impulsão, em vez de remos, que ainda recentemente se viu subsistir, no mar da China, numa reportagem televisiva sobre o porto de Macau, aparecem sempre curvaturas naturais, formadas por ramos de árvores, embora para os cascos já se empregassem tábuas cozidas, em vez de simples ramos forrados a couros das naves anteriores.

Observa mesmo, o mais apreciado e produtivo autor sobre esta matéria dos nossos dias, um nosso vizinho, de além rio, que a origem dos botes de couro deve buscar-se no Mediterrâneo — afinal sempre o fulcro de todas as verdadeiras culturas pré-históricas — e na difusão dos primitivos construtores orientais, que subindo costa a costa, todo o Atlântico chegaram à Escandinávia.

É que aí, esses povos que vieram em explorações náuticas ao Ocidente, ainda antes de conhecerem a arte da olaria, fabricavam os seus recipientes de vasos domésticos para conterem os líquidos somente com peles de animais.

De seguida, para obterem recipientes com maior capacidade, revestiram os vasos de couro com varas de juncos e passaram a impregnar os couros com gordura animal ou resina e devem ter sido essas enormes vasilhas que inspiraram a construção dos barcos de couro.

Diz esse tão distinto autor galego, que adiante se anotará, que o curioso barco *coracle* — bote circular de couro —, precede da mesma família das vasilhas de couro, assim como a *cufa*, nave flutuante durante



Aspecto elaborado, face aos desenhos dos petróglifos de Borna, do que seria uma embarcação em movimento de couro na Idade do Bronze, segundo uma equipe de Arqueologia Náutica da Universidade de Santiago.

Ilustrativo a enriquecer o aludido estudo do Prof. Alonso Romero no «Boletín Auriense», Ano VI, 1976.

os tempos próximos usada no Iraque e na Índia, como parece que ainda hoje se utiliza nos rios Tigre e Eufrates.

Salienta ainda, com grande oportunidade, que num dos relevos do Palácio do Rei Senaquerib, do Tibete (770 a.C.), vê-se uma embarcação construída com várias peles de animais, insufladas de ar e atadas umas às outras, formando todas uma grande balsa, e, em frente dela, aparece uma embarcação circular, de tipo *coracle*, conhecida com o nome de *cufa* tal como o exemplar existente no Museu Britânico.

Vimos seguindo as valiosas, como para o local em questão importantíssimas revelações, nesta matéria de embarcações pré-históricas, feitas pelo douto investigador galego, Doutor Fernando Alonso Romero, o qual desde seu primeiro tão apreciado trabalho, denominado *Relaciones Atlánticas Prehistóricas entre Galicia y las Islas Británicas y Medios de Navegacion*, Vigo, 1976, vem realizando grande e original estudo comparativo, entre os petróglifos de possível representação de

primitivas embarcações, dos jazigos da Escandinávia, Irlanda e Bretanha, com particular incidência entre os petróglifos descobertos ao sul da Bretanha, em *Mané Lud (Marbilhon)*, e o riquíssimo, recentemente descoberto, *Petróglifo de Borna, em Meira (Ria de Vigo)*.

Em tal trabalho uma detida e minuciosa análise leva-o a concluir que o petróglifo bretão e galego, ou sejam o de *Morbilhon* e o de *Borna*, são os basilares do problema porque os desenhos têm o mesmo aspecto, de fundo plano, parecendo ambos representarem embarcações de couro, que se utilizavam na época metalista, pelas costas galegas, e mesmo até pouco depois da chegada dos romanos.

E num outro seu segundo trabalho, que foi o único ao nosso directo alcance, este denominado *La Navegacion durante la prehistoria en el Atlántico*, do mesmo modo, mantém que, quanto aos vários petróglifos aparecidos na Escandinávia, a maioria dos seus intérpretes, em especial um professor da Univeridade de Oslo, cujo nome cita, ainda em 1963, os considerava como representações de barcos de couro.

Para ilustrar a possibilidade que teriam tido tais pequenos e rudimentares barcos de se fazerem ao mar, pelo menos em navegação à vista das costas, vem aí este distinto historiador náutico relatar-nos, com uma impressionante vivacidade, a realística notícia duma demonstração, a que assistiu, duma singradura, com utilização dum tipo de barco ainda de menor segurança, praticada na última década, entre a Bretanha francesa e a Galiza, a terminar no seu actual mais frequentado porto.

Um pequeno *caíque* esquimal havia saído da Bretanha, conduzido pelo britânico David Webb e a navegar sempre à vista da costa, somente se detendo para dormir e algo comer, embora com a demora de 60 dias, chegou a Vigo, a 30 de Setembro de 1976, tendo como exclusiva intenção o demonstrar que na pré-história se podiam ter efectuado navegações costeiras, ao longo da costa atlântica europeia, em pequenas embarcações de primitivas artes.

Portanto, conclui Alonso Romero, com transparente felicidade:

«A vista de experiência tão surpreendente desta singradura nada resulta de estranho imaginar na Idade do Bronze deslocações de povos em embarcações de couro desde a Galiza à Bretanha e vice-versa» ⁶².

Bom ensejo será mais aqui acrescentar-se que no Colóquio de tão elevado nível cultural do Seminário Luso-Galaico, de 1984, em Caminha, por ocasião da comemoração do 7.º Centenário do seu Foral de D. Dinis, honrado com a presença de vários professores catedráticos portugueses e espanhóis especialistas em Arqueologia, muito exímios outros arqueólogos dos dois países, entre todos da presença do Dr. D. José Figueira

Valverde, insigne investigador da arqueologia galega e categorizado Director do Museu de Pontevedra, de há muitas décadas, pelo menos desde 1953, em cuja cidade organizou e fez reunir o III Congresso Nacional de Arqueologia, em Julho desse ano, sob presidência do então Chefe de Estado, General Franco, e, especial privilégio, de ter tido como seu também participante este douto catedrático da Universidade de Santiago, Fernando Alonso Romero, que para o Seminário de Caminha forneceu nada menos de duas comunicações, ambas sobre esta matéria de Arqueologia Náutica, em que se consagrou como excepcional especialista, uma quanto aos portos antigos da Galiza na época castreja e outra sobre os museus marítimos da Galiza.

Ora, na primeira destas suas comunicações, com firmeza, nos assegura que tem de admitir-se que mesmo na plenitude da cultura castreja ou seja até às proximidades da chegada dos romanos, tal como resulta do que Estrabão afirma na sua *Geographia*, os habitantes que povoavam o NW da Península Ibérica utilizavam até à data da expedição de Bruto (ano 138-137 a.C.) embarcações de couro, por causa de certos aproveitamentos das marés e águas pouco profundas, convindo em face disso ter em conta as condições que bastariam ter os portos frequentados por esse tipo de embarcações.

«De tal modo — diz — não se necessitava de quaisquer construções portuárias, pois bastava-lhe dispor de uma baía de fina areia sobre a qual varavam as barcas como o fazem ainda hoje os pescadores da costa ocidental da Irlanda com os seus *curraghs*, um tipo de embarcação descendente das antigas naves de couro.

Era e é um procedimento de adequada utilização das praias tidas como portos naturais, sobremodo nos lugares onde se empregavam embarcações de fundo plano — continua sua análise — como as *gamelas* de La Guardia ou as *masseiras* de Caminha» (pp. 137-138).

«Estas pequenas naves de couro dos habitantes do NW eram pouco eficazes nas relações comerciais para as quais se necessitavam de naves de maior porte para poderem atracar em qualquer porto e aí recolherem as mercadorias sem terem necessidade de ser varadas ou dependerem das marés para navegarem.

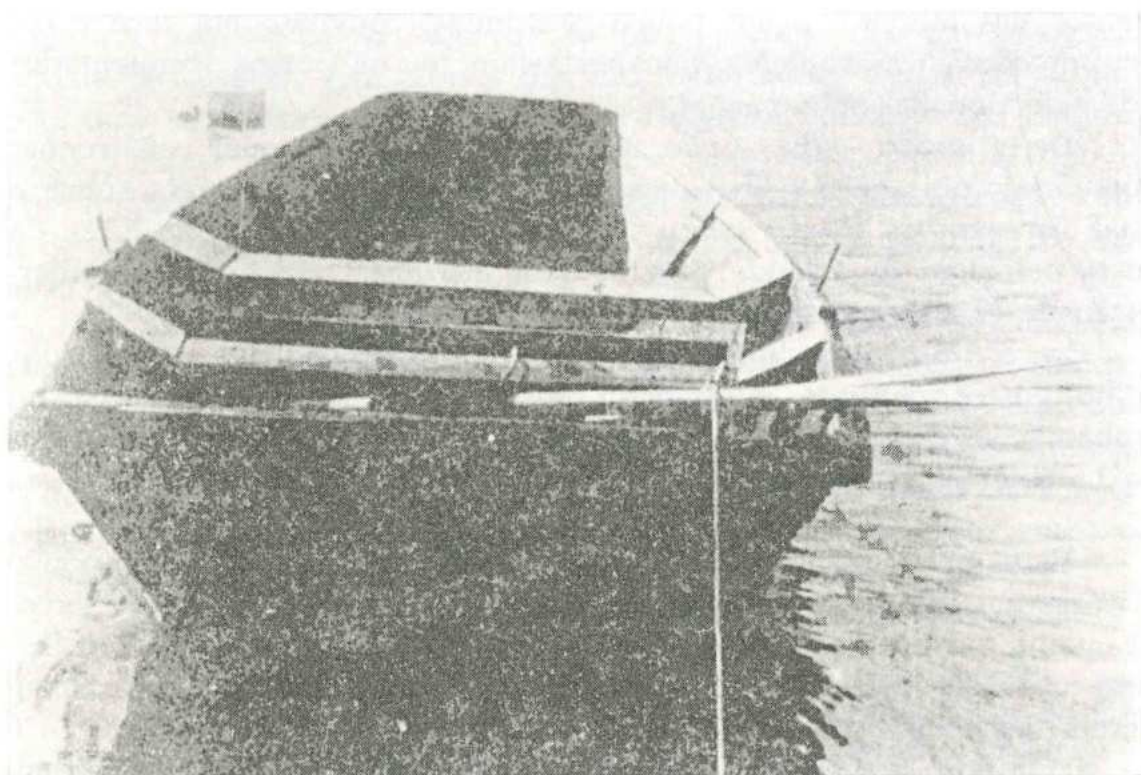
Contudo o certo é que durante muitos anos se utilizaram no Atlântico europeu embarcações de couro; recordemos as palavras de Avieno sobre os Oestrimnios: «Aqui há um povo com grandes forças e ânimo levantado e eficaz habilidade no qual a todas mais domina a paixão pelo comércio; com barcos de peles cozidas sulcavam valorosamente o agitado mar e o abismo do Oceano cheio de monstros; pois eles não venceram a construir suas naves de madeira de pinho nem de acebo,

nem tão pouco com o abeto; curvavam as barcas como é costume senão coisa digna de admiração, sempre construíam as naves com peles unidas e percorrendo com frequência sobre tal couro o vasto mar» (p. 139).

«Foi o Ulla um dos rios que junto com o Minho foi utilizado na Antiguidade para esta navegação oceânica, com barcos de couro, que aproveitava as marés para introduzir-se o mais possível terra dentro» (p. 145).

«E assim, não podemos concluir este trabalho sem falar duma zona que teve uma grande importância para a navegação da Antiguidade, refiro-me à desembocadura do rio Minho.

Quanto à exacta localização dos dois portos que Estrabão diz ter esta desembocadura do rio Minho é que somente se poderá saber quando se investiguem detidamente os fundos das duas margens» (p. 149), in *Sobre los Origenes de los antiguos puertos del Noroeste Peninsular*⁶³.



Prevalência até ao presente dum modelo de barco pré-histórico,
in *Gamelas y Mariñeros*, por Eliseo Alonso.

Barco actual duma flagrante semelhança com o barco primitivo de tábuas cosidas com vimes e calafetadas com musgos, descoberto no rio Humber (Inglaterra), a remontar à Idade de Bronze, desenhado na gravura que imediatamente se segue.

6. A GRANDE DENSIDADE POPULACIONAL E TÃO RELEVANTE PAPEL HISTÓRICO DA DESENVOLVIDA NAVEGAÇÃO COMERCIAL, NA DESEMBOCADURA DO RIO MINHO, POR PARTE DUMA CLASSE DE SEUS HABITANTES, DESDE AS MAIS LONGÍNQUAS TRIBOS GRECO-CELTAS E TRIBOS SEGUIDAMENTE GALAICAS À RECONQUISTA ASTURIANA

Tanto ou ainda mais como outros portos ou rias da costa norte, da antiga Galiza, este estuário do Minho goza, de todo modo, duma tradição antiquíssima, na arte da construção naval, sendo que, desde as primeiras notícias históricas, até aos começos do presente século, aqui houve a indústria de estaleiros, numas épocas com grande pujança, mas, noutras, com certo declínio; às vezes parecendo morrer, mas depressa ressurgindo, tal isso se tenta nos nossos dias, embora sempre com menor desenvolvimento do lado português, do que do lado espanhol, em que atinge proporções consideráveis.

Seria supérfluo, relativamente à época de que nos ocupamos — nesta primeira parte, do tema da grandiosidade da desembocadura do rio Minho —, referir que, flagrantes testemunhos históricos, exemplo o dos textos da *História Compostelana*, confirmam e notificam acontecer, como sendo mencionadas, a navegarem na foz do Minho, as primeiras conhecidas embarcações portuguesas; pelo que bem supôs, com toda a naturalidade, o respeitado historiador Alberto Sampaio, que algumas delas hajam sido construídas e aparelhadas aqui, na margem esquerda, em estaleiros com mais propriedade que em nenhuma outra parte, da costa, do ao tempo Condado Portucalense.

Aliás, os monarcas de Leão, desses tempos — mantém o mesmo historiador — tinham manifesta necessidade neste estuário de desenvolverem razoáveis estaleiros, para apoio, senão para construção e reparação, da forte esquadra que precisavam de aqui abrigarem para impedir a subida, das barcas e exército dos sarracenos até Tui.

Sabe-se como, por cerca de 926, estes mouros forçaram a entrada do rio e alcançaram a cidade episcopal, obrigando o Bispo Náustio a fugir, para o lado de cá, ao ir refugiar-se, no então faustoso Convento de Labruge, a poucos quilómetros a norte da romana Límia, actualmente Ponte do Lima.

Mais se vem referindo que o antecedente tão operoso e poderoso Afonso III, o Magno, Rei de Leão, teve imensas preocupações com a defesa desta barra, e da sua ilha acastelada, defronte da povoação escondida, para dentro da Fonte da Vila, castelo para o qual forneceu ou restaurou mais poderosas muralhas, principalmente, segundo se julga, uma alta torre defensiva, que ficou a ter o seu nome, para o que tudo

proporcionou que pessoalmente, como cá esteve outras vezes, aqui, na foz do Minho, tentasse, com emprego da artilharia dos seus barcos, deter um audacioso desembarque, por 897, do terrível capitão muçulmano Almansor ⁶⁴.

E, parecendo que já tinha inclinação para reforço da defesa da barra fluvial, neste local estratégico, que ao tempo já deveria chamar-se *Camínia*, fortaleceu-o com uma grande torre da qual existem alguns testemunhos — o maior símbolo da Reconquista da Península, no desbarato dos Mouros — face ao exemplo ocorrido, logo no começo do seu reinado, que Mestre Alexandre Herculano assim refere:

«Pela morte de Ordonho I haviam-se suscitado no reino cristão das Astúrias contendas intestinas. Aproveitaram-se os sarracenos do ensejo. Uma armada partiu para as costas da Galiza enquanto os vális da fronteira entretinham a atenção dos cristãos.

Falhou, porém, a empresa porque a frota sarracena foi desfeita por uma furiosa tempestade ao chegar à foz do Minho. Afonso III que já reinava pacificamente nas Astúrias cobrou com este sucesso ânimo e brios para invadir o território muçulmano tomando Salamanca e cercando Coria» ⁶⁵.

Mencionam por seu lado notáveis historiadores espanhóis que, pelo ano 825, uma campanha, comandada por vários califas sarracenos, levou de relativo vencimento uma disposição de lanchas cristãs, prostradas na desembocadura do Minho, como noutros pontos rio acima, a qual incurção sempre conseguiu chegar a Tui, mas já muito destruída.

Consideram ainda estes que, muito atrás, já se depara uma primeira notícia histórica duma invasão naval sobre Tui, efectuada pelo rio Minho, na remota data de 445, em que numerosos barcos de vândalos, aportaram ao cais da ribeira, da antiquíssima fortaleza episcopal, que então ainda mantinha o seu grande esplendor de capital dos Gráios.

Pois, bastantes séculos mais recuados, em tempos um tanto aproximados do período pré-histórico de que nos vimos ocupando, delinea-se, neste local, do porto fluvial, o importantíssimo papel que devia ter tomado, como primeiro aportamento de chegada, — estação de aguada e abastecimento, verdadeira base de apoio, — à incurção rio acima, da considerável armada grega que procedeu à fundação de Tui, com a qual cidade se manteve sempre íntima e infalivelmente muito relacionado.

Baseando-nos na autoridade indesmentível, do grande clássico das letras espanholas, o muito reputado Bispo-Historiador da Antiguidade da Cidade de Tui, e por certo, tal como o referiram os historiadores citados no n.º 2 do capítulo IV, deste, quase meia dúzia de séculos a.C.,

um príncipe grego *Diómedes*, filho do sábio e prudente Rei Tideo, soberano na Calcedónia, e que se vinha portando como verdadeiro herói nas guerras dos gregos, contra vizinhas cidades estrangeiras, sobretudo na destruição da rival Tróia, numa vitória que o tornou famoso, mas lhe acarretou violento desgosto, ele, para se desviar da sua pátria, embarcou para a Itália, com muitos dos seus companheiros de armas, donde passou à Espanha, e daí, seguindo a atravessar o estreito, rumou costas a norte, para somente estacionar na costa da Galiza. Aqui, enquanto alguns dos seus barcos seguiram mais a norte, para aportarem em Bayona, ele, com muitos dos seus, preferiu entrar no porto, em que o rio Minho entra no mar.

Experimentado, hábil e valente, *Diómedes*, por logo ter ficado encantado com os sítios, procurou assenhorear-se de todo o território, entre o Minho e o Lethes, mas, subindo o primeiro destes rios, tão férteis achou as terras, beneficiadas de tantas águas e de muitas fontes, tão bela a luminosidade do céu, que umas quatro léguas acima, no vale mais ameno, que lhe pareceu, no sopé duma montanha, a que as antigas escrituras chamaram Hoya, umas vezes, e outras Athoya, na desejada proximidade do deleitoso rio, fundou uma cidade, para os gregos, a que mais tarde, estropiadamente, — diz D. Prudência de Sandoval — alguns chamaram *graios*, a qual em memória de seu pai denominou de *Tyde*.

Durou muitos séculos esta cidade, no lugar ameno em que o príncipe grego a fundou, e, não devia ter sido, desde seus começos, nessas boas centenas de anos antes de Cristo, pequena povoação, pois, logo nos princípios da Igreja cristã, em Espanha, teve Bispo. Admite-se — avança, convicto, o grande historiador — que São Tiago tendo estado na Galiza, nos primeiros anos do cristianismo, a pregar o Evangelho, o teria feito em Tui, como sendo então a cabeça e maior povoação da província. E, prova disso é que se manteve, como cidade de Igreja Catedral, até que os Suevos aqui permaneceram, com seu centro administrativo, atribuindo a alguns lugares próximos os nomes dos seus reis, como de Gondomar, de Gondemaro, de Myron e de Miro.

Tempos adiante, para Tui, como é da tradição desta terra, mandavam os Reis Godos criar, desde meninos, os seus filhos. Aqui se criou, desde menino até aos dezasseis anos, o príncipe *Vitiza*, até que no ano 609 o Rei Egiza seu pai, o nomeou seu sucessor no Reinos dos Visigodos e deu-lhe a província da Galiza, mas para que residisse e fizesse sua corte em Tui ⁶⁶.

Certo que a principal personagem, quanto à fundação grega de Tui, constitui, afinal, o mero mais destacado herói no imaginativo poema da *Eneida*, no qual aparece, como prodigiosa figura lendária, na tomada de Tróia, como numa expedição contra Tebas, a ter ferido a deusa

Afrodite, que por tal o castigou, com a infidelidade da mulher, Angialeia, pelo que desgostoso, ele herói, decidiu fugir para a Europa Ocidental, a fundar valentemente várias cidades gregas, das quais, devido a tão recuados tempos, não ficou documentação escrita, parecendo incontestável que a influência grega foi contemporânea e enriquecedora da cultura céltica, durante a sua última fase, nas ribeiras do Minho, como nas rubricas dedicadas à indústria e costumes, dos primeiros povos galaicos, já se desenvolveu.

Ora, devido a tal penetração grega, que tendo algo de lendário muito tem de realidade acontecida, seja com as citadas ou outras figuras anónimas, sem dúvida nessa quadra, da segunda metade do milénio a.C., em que as ribeiras minhotas ainda se achavam dominadas pelos continuadores dos acheus, — alheados, devido à distância, do explosivo progresso mediterrâneo de então, — as naves dos cretenses, antes de penetrarem na sua ambicionada Galiza, antes de para tal começarem a subir o caminho mais apropriado, que era o estuário do rio Minho, de certo, aportavam, na embocadura do curso, para limpeza e reabastecimento dos barcos e suas tripulações. Disso acontecia que os autóctones, especialmente os aqui já navegadores locais, detinham, com a maior curiosidade e proveito, os seus olhos nos modelos e apetrechos desses barcos estrangeiros, fixando-lhes os traços, para dos aspectos e formas construtivas desses aperfeiçoados barcos mediterrâneos tirarem ideia para os seus.

A influência grega, através da navegação que este porto proporcionava, foi-se assim radicando, com o andar dos anos, pouco a pouco, nas tribos ribeirinhas da população celta, ou grávio-celta, melhorando a sua cultura castreja a ponto que os maiores escritores romanos da antiguidade, embora testemunhem essa ocupação, se mostram e confessam desorientados e surpreendidos, como Plínio, Justino e Sílvio Itálico, com a semelhança dos núcleos populacionais da Galiza, nas proximidades do rio Minho, com os dos gregos mediterrâneos, tanto em costumes, ritos, pronúncia da língua, como até no tipo físico do corpo e cor da pele, atribuindo isso a anteriores ou mesmo contemporâneas colónias helénicas, fundadas pelos operosos navegantes das tribos *jónicas*.

Sucedem que, em virtude dessa análise, com particular influência devida a Plínio, a grande maioria dos seguintes historiadores começaram a denominar de *Hellenii*, os habitantes de uma e outra das margens, desde a foz até Tui, assim como acima da cidade ribeirinha certa faixa territorial desde o mar até aos Astures.

Deveria ter sido esta relativamente adiantada cultura grega numa miscigenação com os autóctones, mais rudes povoadores das alturas e vales da ribeira, que, progressivamente, veio a melhorar as condições dum explosivo e difundido desenvolvimento social, dos *Grovios*, dos *Braccaros*, enfim dos *Galaicos*, numa intensa expansão populacional tanto a sul como a norte do rio Minho.

Se para norte a pujança dum irrompante desenvolvimento social, neste Bronze castrejo, se patenteia sobremodo na ria de Pontevedra, perante as numerosas e importantes escavações exploradas, como detidamente vimos atrás, na península do Morrazo ou Marin, de igual modo acham-se ultimamente assinaladas na margem hoje espanhola do rio as importantes estações arqueológicas de *Cabreiros (Arbo)*, de *Carneiro (Ponteareas)*, de *Las Nieves (Salvatierra)*, de *Budiño* e de *Alloya (Tui)* de *Cereixo (Tomiño)*, de *Goyon*, do *Rosal* e fundamentalmente a *Citânia do Tecla (La Guardia)*.

Quanto à última, no ilustrativo desse expansionismo populacional na ribeira do Minho, que já vinha do tempo anterior, refere um dos seus primeiros estudiosos (Julian Garcia López), toda a probabilidade de ter atingido, pelo menos à chegada dos romanos, umas mil casas, nas quais, numa porção média de 4 a 6 pessoas por cada, teríamos, só no respeitante à citânia-chefe, dos demais castros, uma população fixa de 6 000 pessoas, podendo-se atribuir para os restantes castros, da margem direita, uns 15 000 habitantes, assim como para os demais na margem esquerda pelo menos 5 000 habitantes, perfazendo o último troço do rio Minho, na última fase da cultura castreja, entre 20 000 a 30 000 habitantes.

No volume I, páginas 112, do capítulo versando o Bronze do Noroeste, da recente *História de Portugal*, dirigida por José Hermano Saraiva, numa edição monumental enriquecida dos mais qualificados historiadores portugueses dos nossos dias, apresenta-se um significativo mapa de lugares com achados de Bronze pela margem esquerda do rio Minho.

Ainda mais recentemente, na sua já aludida excelente publicação doutoral, o Prof. Armando Coelho, sob rubrica de *Achados do Bronze final atlântico III no Norte de Portugal*, apresenta um mapa contendo nas proximidades da orla esquerda ou portuguesa deste rio Minho os povoados, da época, do Penso (Melgaço), Castro da Senhora da Graça, em Badim (Monção), Castro da Senhora da Assunção, em Barbeita (Monção), Gingleta, em Ganfei (Valença), Monte de Góis (Lanhelas), Monte do Castro, em Vilar de Mouros e Castro do Coto da Pena, em Vilarelho (Caminha).

Ilustrando o seu precursor estudo denominado «Cadastro de Monumentos Arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho»,

publicado no *Arquivo do distrito de Viana de Castelo*, vol. I, 1932, o tão operoso e chorado arqueólogo vianense Abel Viana, com melhores trabalhos produtivos em benefício de Beja, onde viveu a última fase da vida, deixou-nos uma preciosa *Carta Pré-Histórica e Proto-Histórica do Distrito de Viana do Castelo*, em que aponta, em quadriláteros cheios a preto, uma extensa fileira de castros, na orla oriental minhota, entre os quais Rossas, Penso, Bela, Mazedo, Ganfei, Roboreda, Lovelhe, Gondarém, Covas, Argela, Vilar de Mouros, Vilarelho e Cristelo, conforme gravura que ficou reproduzida.

7. NATUREZA E VALOR DOS PRIMEIROS BARCOS DA CIVILIZAÇÃO CASTREJA À ENTRADA DO MINHO SOB IMPULSO MEDITERRÂNEO AQUI CHEGADO

Face a tão intensa dispersão, como concentração populacional, na bacia do rio, com referência ao tema fundamental deste estudo, será apropriado considerar quais as actividades em que se ocupavam tais habitantes, acerca das quais reputados comentaristas da época presumem seriam as principais a agricultura e a pecuária, que ocupariam metade dos habitantes, e, quanto à outra metade repartir-se-ia num quarto pelo tratamento de minas e minérios das ricas montanhas, que escoltam a ribeira, no restante quarto pela faina do peixe e pelos entusiasmos da navegação fluvial e marítima, ainda que esta a exercer-se sempre pelas proximidades das costas.

O certo é que numa despertada tentação de se expandirem no comércio, que ambicionavam perante a experiência que divisavam nos visitantes orientais, como nos recém-chegados de sangue celta, estes galaicos minhotos, começaram a descer das montanhas tudenses, navegando no rio até a sua foz, e por aí, numa curiosa observação dos estrangeiros, que aportavam à entrada do curso, logo se dispuseram a aperfeiçoar os seus muito primitivos apetrechos de pesca, em águas interiores e exteriores. Resultou disso melhorarem os tipos de barcos, para que se lhes permitisse subirem algo pela costa noroeste a fazerem possível comércio, dos seus produtos agrícolas e mineiros com os demais galaicos dos castros e minas até ao Cabo Ortegal.

Fruto das suas observações, sobre os chegados barcos que aportavam na desembocadura do Minho, e aí se demoravam, em reabastecimento e trocas ou subiam a ribeira, para comercialização nas cidades a montante, logo estes galaicos começaram por substituir as suas naves inteiramente forradas de couro, ou de estruturas de vimes e couros, por estruturas com aplicação de tábuas, primeiramente de tábuas cosi-



Reconstrução de embarcação pré-histórica de tábuas cosidas com vimes de teixo, sendo as costuras calafetadas com musgo e a caverna e fundos reforçados com aplicação de certas plantas duras.

Idealização tirada sobre a aparecida embarcação do rio Humber. Desenho a ilustrar o magnífico trabalho do Prof. Alonso Romero. (*Boletín Auriense*, Ano VI, 1976).

das entre si, e por cima revestidas de couro, e adiante unicamente de tábuas mais bem cosidas.

Um distinto investigador na especialidade de construções navais arqueológicas, com campo de seus estudos nesta Galiza, o preclaro Prof. Fernando Alonso Romero, noutro seu diferente e anterior trabalho, mesmo o que o tornou mais notável, diz-nos dever-se concluir que à chegada dos romanos ou pelo menos no século I a.C., a actividade naval e comercial dos galaicos já se achava de tal modo desenvolvida que os barcos de couro eram raros e não estavam em uso, assim o diz Estrabão, ao descrever esta costa da Península.

No mar e mesmo nos rios — diz este autor galego — desde os primeiros séculos do cristianismo começaram os galaicos a usarem exclusivamente barcos de tábuas, cosidas ou pregadas, conforme os locais de adiantamento cultural, sendo que hoje temos a felicidade de surpreender qual tenha sido o aspecto genérico desses primeiros barcos de madeira, ainda com pranchas cosidas, graças ao tipo de embarcação pré-histórica (desenho do mesmo investigador), que apareceu no rio Humber, em North Ferriby (Inglaterra). Apresenta o casco formado por tábuas perfeitamente unidas umas às outras, com suas ligações aparentemente cosidas e mostrando um fundo plano sem quilha, como principais dimensões 15 m de comprimento e 2 de largura.

Noutro seu trabalho, que seu confrade português, na mesma especialidade classifica como o belíssimo *Relaciones Atlânticas Pré-históricas entre Galicia y las Islas Británicas y Medios de Navegacion*, este Doutor Romero, conforme já o anotamos atrás, diz-nos que a comparação entre petróglifos que descobriu na ria de Vigo, com idênticos, existentes no sul da Bretanha, demonstra o remoto passado das navegações dos habitantes destes rios galegos, com os outros portos fluviais

do Golfo da Gasconha e da Bretanha francesa, que podendo constituir uma navegação vinda desde a antiga rota do estanho, impulsionada pelos navegadores mediterrâneos, bem compreensível que, abandonados seus barcos de couro de então, viessem agora, com tais novos barcos de tábuas de madeira cosidas, a desenvolver melhor comércio de géneros agrícolas e outros minérios, mesmo até às Ilhas Britânicas.

Não deveremos a tal respeito omitir o que o nosso consagrado etnógrafo e historiador de arte, Arq. Octávio Lixa Felgueiras, também especialista na náutica peninsular pré-histórica, veio comunicar num «Seminário de Arqueologia» realizado em Guimarães em 1979:

Compreende-se portanto a importância da descoberta de representações de barcos no petróglifo de Borna e o interesse da investigação em curso na Galiza.

Mas neste caso qual a tipologia tão esquematicamente apontada?

Certamente que não corresponde às das canoas de peles de proas bífidas do Bronze Nórdico, talvez também do Bronze, como sugere o Dr. Alonso Romero, mas a uma estrutura de ramos entretrecidos recobertos a pele, na linha dos *coracles* e *curraghs*?

Estaríamos então perante um raro vestígio dos legendários barcos evocados por Avieno?

As gravuras de Borna e as nossas canoas de tábuas de tipo mesopotâmico acabariam por ilustrar o encontro dos povos que estabeleciam relações estreitas entre a Galiza e as Ilhas Britânicas com os navegadores mediterrânicos?»⁶⁷.

Ora, perante tal encontro de destinos, uma necessidade dum abrigo para repouso, imposição de aguadas e restabelecimento de comestíveis, uma permuta de mercadorias entre os que chegavam do Norte Atlântico e os que chegavam ou partiam para o Médio Oriente, os que desciam ou iam subir o rio até à antiga Tui, qual outro propício lugar que não fossem os portos naturais da desembocadura do Minho?

Onde com mais facilidades se viriam a dar as trocas comerciais e fazer os desembarques ou embarques, sem perda de dias e difíceis condições de marés, que evitassem a subida a Tui?

Nem todos os barcos italo-gregos ou caldeu-babilónicos tinham o casco plano que vencesse os baixios de penedias ou areinhos do curso, e, os víveres, como os minérios, ainda ficavam mais próximos aqui, com vales mais férteis, estanho mais abundante, legumes, favas e vagens, de cultura mais intensiva, e, sobremaneira as encostas das Argas, de Sopo e da ribeira do rio afluente, mais produtivas de mel.

Precisamente devido às propícias circunstâncias, de tais portos fluviais, nas cercanias da ponta norte do promontório, que viria a chamar-se Santo Antão, e mais em concreto na reentrância, sítio da Fonte

da Vila, assento da actual Vilarelho, facilitando na enseada, da confluência do afluente, ancoradouro e estação de reabastecimento e tráfego de mercadorias, é que têm inteira justificação as seguintes passagens duma recente obra tudense:

«La navegación por el río Miño tiene un origen que se remonta a épocas préhistoricas.

Es indudable la existencia de esta antigua navegación que se remontaría a la Edad del Bronce, tal como vemos en representación esquemática de navios en unos petróglifos aparecidos al borde de la ría de Vigo en Meira.

En épocas casi históricas naves fenicias y griegas surcarían estas aguas, comerciando con las poblaciones autóctones de sus riberas.

La coñecida cita de Plínio y otros autores latinos asseverando el origen griego de Tuy, confirmarían estos antiquísimos orígenes.

Los ríos constituían un medio práctico, económico y seguro para el transporte de las mercancías a largas distancias, así fue como se utilizó el río Miño, hasta casi nuestros días en el transporte de la madera y sal»⁶⁸.

Sabido que Estrabão nunca teria posto pé na Península Ibérica e somente teria coordenado a sua descrição, da costa e territórios próximos, face aos aproveitados relatos geográficos dos seus compatriotas, que realmente a seus tempos, séculos antes, por cá haviam navegado, em périplos gregos, Políbio, Artimídoro e sobremaneira Posidónio, sua principal fonte, este a ter vivido nos últimos anos anteriores e primeiros de Cristo, ele, autor da primeira geografia ibérica, não expõe os cenários físicos dos seus dias, mas de séculos antecedentes, para já não falar nos conhecimentos que colheu ainda mais atrás, dos grandes geógrafos Éfero, Piteas ou Euritemenes, de bem difícil é fazer-se um confronto de realismo local, quanto à passagem da *Stra bonis Geographia*, no *Liber Tertium*, p. 154 em que isto refere:

«Pos hunc Bænis quem ali Minium nominat, floviolum Lusitaniæ longe maximus, ipse quoque adversus navigatur ad DCCC stadia; hunc quoque Cantabris delabi autor est Posidonius; ante ostia ejus sita est insula & duas crepidines portubus præditæ.»

Na impossibilidade de transcrevermos os caracteres gregos, por carência dos devidos tipos gráficos, na impressora, forçados nos achamos a utilizar apenas a escrita latina, e mesmo nesta com a substituição dum tipo latino parecido, com o *f*, ao lhe fazer corresponder com maior propriedade um *s*, aproveitando-nos de duas das mais categorizadas edições estrabonianas, uma francesa e outra alemã, ambas do século XVIII, que foram propriedade do sábio Martins Sarmento, e por

ele legadas à instituição do que é patrono, aí na Biblioteca existente na Sala Sarmiento, mantendo tanto a de Paris como a de Wolters, 1708, a mesma interpretação latina, par a par com o texto grego, sendo que esta última, valiosamente enriquecida com preciosas anotações por Casauboni, mau grado também escritas em latim⁶⁹.

Ora face a estes textos não parece nada própria a tradução portuguesa que comumente se vem apresentando, para as duas últimas linhas da passagem latina, vertida do grego, no sentido que a ínsula, ela mesma, é que teria dois portos, dado que, achando-se o termo *portubus* no singular, mais compete concordar com *ostia* ou seja com seu significado luso de porta de entrada, boca ou embocadura de um rio.

Esta outra nossa interpretação atribuindo ao acidente geográfico, que é por si a verdadeira referência em destaque no último período, a desembocadura do rio, a *ostia*, dois atributos bem distintos, deve bem mais conciliar-se com as intenções do autor grego ao pretender valorizar tão laudatoriamente um local cuja importância e beleza continua exaltando nas linhas imediatas dizendo *Natura autem loci laudem meretur quod ripas habent flumina sublimes, etc.*, de modo a ter pretendido salientar à entrada do rio de que se estava a ocupar duas potencialidades distintas.

Uma característica, a de ter uma *insula*, que bem melhor identificação cumpre competir-lhe que fazê-la com a recente, pequeníssima ínsula, rochosa, mesmo à barra, mas antes fazê-la com uma bem mais extensa ilha, mais interior, das várias que outrora contou o último troço fluvial.

A outra, destacada e diferente potencialidade da desembocadura, marcada claramente por um & concordante com *ostia*, é a de que esta *ostia* tem também a virtualidade de ser um porto fluvial, *portus* ou *portubus*, no singular, dotado, na consideração do seu todo, de dois molhes ou seja de dois providos, aparelhados, montados ou construídos cais de acostamento, somente tais obras, e não em si o porto natural, da entrada do rio, levadas a plural *crepidines ... præditæ*.

Muito embora a localização destes locais de acostamento, dentro do mesmo porto, e possivelmente um em cada das margens do rio, seja bem incerta, com as dificuldades de identificação atrás salientadas, no que não podem restar dúvidas, é que, seriam bem mais ao interior da bacia, do que na actual Ínsua, como aliás isso se deduz das considerações feitas por Alonso Romero, atrás referidas, seriam resguardos estabelecidos em condignos abrigos, com cobertura das montanhas marginais na defesa das frequentes ventanias de sudoeste e nordeste, mas, por si, duas partes dum todo, o porto, da mesma tribo galaica.



Fotografia com devida vénia reproduzida no livro do excelente autor galego Eliseo Alonso em que o termo *artese* corresponde no português a *caixa de cozer pão* ou *masseira*.

Aliás, se não fora assim os tradutores latinos interpretando a expressão grega não teriam vertido em *crepidines*, simples acomodação artificial, com significado de cais, dique, base construída de pedras, e, teriam escrito em língua do Lácio, em vez dum único porto natural, dum mesmo povo, dois portos ou seja no plural *Pilæ*, ou mesmo no acentuado plural *Portús*, ou então com um trema, *Portiūs*. Ora não acontecendo isso e aparecendo as mais categorizadas traduções latinas, sempre sem acentuação no termo, a interpretação leva ao singular.

De todo o modo estas referências estrabonianas, do porto, com dois cais ou de porto com providos molhes, para mais sabido que o geógrafo relata um quadro geográfico de alguns séculos anteriores só demonstra a existência local duma actividade naval bem mais desenvolvida que a faina piscatória, desde mais de meia dúzia de séculos antes da chegada dos romanos, mas, com carácter de permanência e não de casualidade esporádica, como seria a espaçada acostagem de barcos estrangeiros que na sua raridade não exigiriam dois molhes com edificação adequada. O termo *crepidines*, no plural parece achar-se em concordância com *præditus*, *ae*, *um* = provido, também no plural, portanto molhes artificialmente montados.

Sem dúvida que o porto natural, da desembocadura do Minho, goza de remotíssimas tradições de pesca com a documentação histórica que atrás ficou salientada e até o tipo de embarcações dessa actividade se mantém quase inalterável, desde há muito milénios, devendo a seu respeito ser aqui patente, com devida vénia, o que ultimamente escreveu um nosso vizinho, de além-rio, bom especialista no estudo de tipos de barcos fluviais e marítimos, debruçado sobre o que teriam sido primórdios do barco de pesca, a *gamela*, o presentemente ainda mais usado no rio Minho:

«La gamela, lenta, fuerte y segura es como el buey de la mar. Dal latin vulgar, *gamela*, es la nomenclatura de alguns cuencos domésticos, barreños grandes para dar de comer a los animales y para lavar ropa. *Gameleira* es un árbol del Brasil cuya madera sirve para hacer gamelas. En Bayona la gamela también se llama *bacia*, en todas las acepciones aparece la idea de concavidad, passando a las embarcaciones por estas razones de semejanza.

Por ello, la actual gamela pudo tener su inspiración en la *artesa* (esta palavra significa em galego a caixa em que se amassa o pão a corresponder à nossa «masseira»).

Su antigüedad todavía está sin datar. Como habíamos dicho, las poutadas, pesos de redes y otras técnicas de los castreños, pueden situar este confuso origen en una época no muy alejada del siglo II. El professor Fernando Alonso Romero nos apunta esa fecha en un documentado trabajo, al que añade, además de las semejanzas liticas de Santa Trega, los clavos de hierro que se empleaban en la construcción de las gamelas muy semejantes a los de bronce de la citania. También las semejanzas entre las poutadas y el mecanismo del remo de la gamela y los *courraghs* irlandeses.

Con esos y outros datos, estableciendo semejanzas con naves antiguas, Alonso Romero remata considerando que hubo dos fuentes de distintas en orígens de las gamelas.

Una seria la piragua monóxila, que más tarde daría lugar a la embarcación de planchas de madera. Y la otra seria la embarcación de cuero empleada en las costas del Noroeste de la Península Ibérica antes de la llegada de los romanos»⁷⁰.

8. CHAMAMENTOS AO LOCAL DO PORTO E AO NOME DO RIO NA ORIGEM DO DEDICADO AO POVOADO CAMINHENSE?

Com muito acerto ilustres escritores caminhenses têm todavia proclamado com frequência que nunca se deve esquecer que esta terra da foz do Minho foi bem mais do que de pescadores, ninho de navegantes e marinheiros como de aparelhadores de naus.

Tivemos já ocasião de considerar, na esteira do profícuo vimarense Alberto Sampaio, que foi na foz do rio Minho, que se armaram

e guarneceram as primeiras barcas da marinha militar portuguesa, aproveitando os testemunhos deste abalizado historiador, segundo o qual a Caminha pertence o acontecimento histórico de desempenhar papel do primeiro porto marítimo do Condado Portucalense, com D. Henrique e D. Teresa por altura em que o porto do Douro ainda se achava infestado das incursões de piratas e com bem piores defesas. O atutor de *As Póvoas Marítimas* faz estas referências: «Os piratas graças às defesas da barra iam agora aí (à desembocadura do Minho) menos vezes enquanto que a da foz do Douro, jazendo abandonada se prestava melhor aos seus insultos» (cap. II, p. 45); «É nas águas do Minho que encontramos, na campanha de 1121 as primeiras embarcações portuguesas; o texto da *História Compostelana* não indica a procedência mas supõe-se que algumas seriam aparelhadas em estaleiros da nossa margem» (cap. III, p. 53). «Esta carência (de navios que defendessem as entradas nos portos) não deve levar-nos à conclusão que os portugalenses não tinham nem construíam navios capazes de aguentar o mar. Era assim no porto mais valioso que possuíam no curto litoral, mas não na embocadura do Minho» (cap. II, p. 44).

A mesma Rainha D. Teresa, na altura que foi senhora de Tui, por documento de 1125 concede ao Bispo de Tui e sua Santa Igreja os direitos de navegação em todo e qualquer lugar do curso do rio Minho, desde o lugar de Saciano até à sua foz, dizendo fazê-lo, tal como antes os reis de Leão e o fez o rei Teodomiro, dos Suevos, o que prova o interesse por parte da Igreja de Tui, de tão ambicionado privilégio, aliás a ser confirmado por Afonso Henriques, ao assumir o trono, haver na verdade, importante navegação por todo o rio, com particulares rendimentos nos portos de Tui e de Caminha.

O actual topónimo da vila da foz do Minho vem a figurar na literatura histórica somente desde o século IX, quando a mando do grande símbolo da Reconquista, D. Afonso III, das Astúrias, após retirada dos Mouros destas terras, faz *presuria*, ou povoamento administrativo, entre rios Minho e Coura e o rio Lima, o seu poderoso cavaleiro e fidalgo asturiano, Pelagio Vermudiz, o qual fazendo-se senhor desta orla marítima, com denominação de *Marina* e *Maritima*, a transmite através de quatro ou cinco gerações.

Depois de conservarem todos os territórios componentes durante esse longo tempo, que um grande catedrático em Coimbra, excelso diplomata considera poder ter abarcado dois séculos, é que seus últimos descendentes, juntamente com Frei Ordonho, decerto também um dos magnates sucessores do dito Pai Vermudes, (mantendo-se decerto as vilas invariavelmente com seus nomes anteriores à germanização ou pelo menos visigóticos), legam todo o património, que foi daquele

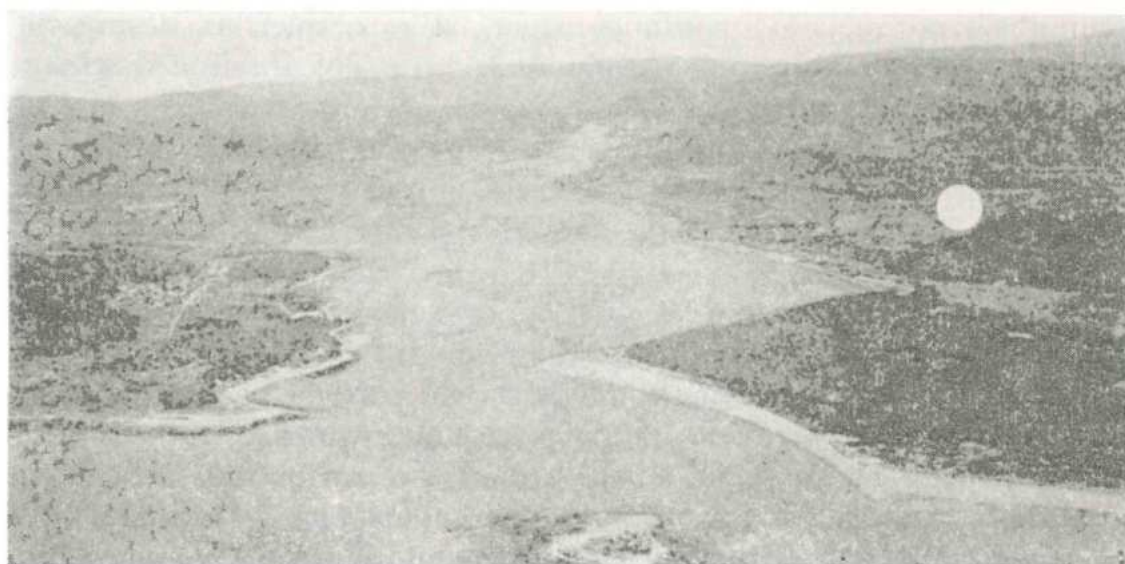
presor, para fundação do Mosteiro de S. Salvador da Torre, junto às margens do Lima.

Na escritura da doação datada da era de 1106, que corresponde ao ano de 1068, figura expressamente como uma das vilas vindas do próprio presor *Dux Pelagius*, a vila de *in Caminia* a par da de *in Vilar de vila* que imediatamente lhe segue.

Por seu lado, num precioso Doc. n.º 97, do Apêndice da reputada obra do grande historiador galego A. Lopez Ferrero *História de Santiago de Compostela*, figura um «Manuscrito» de 1066, em que igualmente aparece uma posição geográfica correspondente a uma povoação sob denominação de *Caminia* ou semelhante nesta foz do rio.

Dois anos antes, tomada em consideração a famosa escritura da «Divisão em doze Condados da Província de Portugal do Reino de Leão», feita em Guimarães, sob presença e imposição do rei Fernando Magno, na era de 1064, como estropiadamente passaram a conter certas das suas cópias, inclusive a que figura no Códice dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa intitulada *Memórias Geográficas e Históricas da Província d'Entre Douro e Minho*, pondo-se por isso dúvida da autenticidade do manuscrito original, porque no correspondente ano de 1026 ainda não reinava D. Fernando de Leão mas seu avô D. Afonso V de Leão, daí o supor-se que no primitivo códice, deveria antes achar-se a rigorosa era, correspondente ao ano de Cristo de 1064, que é dos últimos do governo desse monarca, — a qual se adulterou por leviandade para data deste — só não deparamos nele, documento, o nome nítido da capital do condado Camínia, o que aliás vem a suceder com os demais onze condados, é porque não foi uma condição política, nem de especificação de domínios que determinou a Divisão, aliás escrita em tabeliônico latim, e somente a generalidade atinente aos limites de demarcação dos distritos reais, cujos domínios constavam doutras provisões.

Não devem restar quaisquer dúvidas que a então *Caminha*, *mari-nheira bela em pé na ourela do espinhoso mar*, como a cantou o mavioso poeta de Portuzelo, já desfrutava, no vulgo, do nome corrente de *Caminia*, dado que tal Divisão muito acidentalmente por necessidade de confrontações limitativas expressamente alude a toponímia de vizinhos não mais antigos, como *Castellum Servaria* (Castelo de Cerveira), como a *Cautum Sancti Petro de Turre* (Couto de S. Pedro da Torre) e a *Tide, quod dicitur Valentiae* (Pequeno Tui que se chama Valença), como *Vilæ de Mauris* (Vilar de Mouros), só que o notário régio, em Guimarães, pouco dotado dum latim perfeito, esquivando-se do rigor das localidades, e, como se vê, alargando-se em imagens mais sedutoras, em vez de se restringir ao exacto nome da vila e castelo da foz do Minho,



Sem que nos tempos pré-romanos e por muitos séculos adiante existissem os dois primeiros areinhos, que mostra a gravura, à margem esquerda da foz do rio Minho, presentemente ocupados respectivamente pelo Pinhal do Camarido e pela peninsulada vila afonsina, abrigando-se da, ao tempo larguíssima, desembocadura muito invadida pela força das marés oceânicas a irem bater contra a ponta do promontório, constituída pelo morro, hoje de Santo António, ou miradouro desse nome, no local assinalado por um disco branco, se devia situar o porto do nominativo verbal greco-celta *Cam*, quando servia tribos castrejas desta margem, na conformidade com o sentido desse étimo (enseada, curvatura, cotovelo de rio, baía) o qual daria tema para posterior formação dum topónimo, para o adjacente povoado, em *Camminus* ou *Camminio*, atento o chamamento com que ao tempo já era apelidado o rio principal.

caprichou em fantasiar sua localização e deixou escrito: «Inde per illam aqua infra unque Caput Minii unde primitus introavimos», ou seja «Dali pela corrente rio abaixo até à Cabeça do Minho, onde começamos», como nas primeiras linhas do documento em vez de ter escrito claro *O primeiro Condado principia em Caminha*, a denominação vulgar da localidade já ao tempo, quis mostrar sabedoria ou dar-lhe mais importância geográfica, escrevendo com bons conhecimentos «O primeiro Condado principia no lugar da Cabeça do Minho, onde este rio entra no mar e o rio Froylano entra no Minho».

Contra o que durante bons tempos, distintos historiadores regionais têm levado outros localistas em erro, inclusive Figueiredo Guerra e Rocha de Moraes (este em apontamento fornecido como parte das *Memórias Paroquiais*, coordenadas para elaboração do *Dicionário Geográfico*), não pode ter sido desta expressão erudita, em latim, de Cabo do Minho, *Caput* que, por corrupto, veio o nome de «Caminia» ou

«Caminha», porque ao toponímico, quer na raiz, quer na desinência, deve corresponder muito outra antiguidade, atrás dos árabes e visigodos, e mesmo romanos.

Além disso, nesta grande longevidade da sua existência, localidade desde sempre de marcante cariz portuário, deverá seu nome com grande probabilidade provir dum *étimo* que tal exprima.

De certo que, no século VI, constituiu, com esse ou próximo nome, uma das paróquias, urbana ou pelo menos rural do Reino Suevo, e, pela sua situação geográfica, como porta de entrada para a sua bem cultivada *Tude*, grande núcleo religioso e administrativo, da sua organização política, devia sediar ou pelo menos constituir boa base territorial duma das principais paróquias suélicas da Igreja Tudense.

Devido a serem vários, e cada um com diferentes composições, os textos do *Parochial do Rei Teodomiro*, concílio de prelados reunido em 569, em Lugo, não admira que apareça omitida, ou designada por um dos estranhos nomes a aparecerem atribuídos a essas extensas jurisdições político-eclesiásticas.

Aliás ainda se acham na sua maioria inidentificadas as numerosas *paroæcias* dos textos variados quanto *Ad Tudensenm ecclesias que in vicino sunt*, nalguns dos quais também não figuram Cauda, Cartase, mesmo Ovinia, sendo, todavia, destacável que figuram, em quase todos os textos, para a diocese de Tui, as paróquias de Marciliana e de Erbilone, que alguns tem procurado identificar uma com Terra Marítima, na orla marítima de Caminha e a outra com a remota Orbacém.

Os designativos documentais das localidade desviavam-se, frequentemente dos populares ou reais, e isso se ilustra, no respeitante ao da boca do Minho, como núcleo populacional, já que, enquanto a escritura de Frei Ordonho, na fundação do Convento de S. Salvador da Torre, marca, expressamente «Caminia», assegurando, no seu descritivo histórico, das terras que transmite, que o mesmo nome tinha esta localidade, dois séculos antes, ao tempo do seu antecessor e parente, *Dux D. Paio*.

Em contrário, sem que a mínima referência diplomática, que se aponte, venha a provar a existência de qualquer outro *presor* de designativo Conde Camínio ou Camino, que pudesse ter imposto aqui seu patronímio, bem diversamente, a próxima, quatro anos antes, escritura dos Doze Condados, lhe chama Cabo do Minho, isso bem mal, como vimos, porque o toponímico mais certo era o que se vinha escrevendo, desde o século IX, nas terras do primeiro presor.

Os romanos na sua mais demorada permanência, de todos os invasores, neste Noroeste peninsular, transformaram inteiramente a vida social dos galaicos, forçaram-os a nova reorganização social, na sistema-

tização dos territórios, pela criação de *villas*, urbanas e rurais, diferenciação de classes, grande fomento agrícola e aprimoradas estruturas jurídicas, como militares, mas, conservaram a toponímia, nas localidades de raiz ibérica, com passado suficientemente histórico, como sucedeu a respeito de *Tude* e do curso deste rio, sem que haja indícios de terem modificado a designação, com este relacionada, que, no linguajar popular, se atribuía à localidade da sua desembocadura.

A circunstância de nas proximidades da fortificação, com fins estratégicos de segurança, à entrada da mais praticável estrada fluvial, que fazia trânsito para *Tude* (Tui), *Aurias* (Orense) e mesmo para *Lucus* (Lugo) esta, a grande capital setentrional, os romanos terem denominado de *Aquis Benis*, com toda a propriedade um outro centro, estritamente de fins económicos, estação comercial rodoviária ou molhe portuário, fluvial e marítimo, não destrói que, entre ambas, a fortaleza e a *mansio* como povoado, permanecesse a denominação já remota e a seu tempo bem longínqua, de *Cam-Mini* ou *Minei*, vinda dos galaicos. Seria tal como acontece na capital do convento ou província, a velha *Braccara*, galaica e celta, até que com a divisão provincial da Reconquista sua onomástica se atenua com nova denominação provincial a ter como ponto de partida nem mais nem menos que este rio.

Com importância demarcativa e grande relevo geográfico, esta desembocadura exaltada nos primeiros anos da era cristã, quer pelo maior historiador latino Plínio, quer pelo grande cosmógrafo grego Ptolomeo, a etimologia da designação do seu núcleo populacional, razoavelmente denso, ante medida verificada comparativamente com o paralelo da margem oposta, em toponímia tinha de se achar inteiramente relacionada com a ideia de navegação e de privilegiada situação portuária, nesta margem esquerda, com a particular vantagem de se formar uma favorável enseada, na confluência do afluente.

Nesta característica naval e dependência da povoação relativamente ao nome do rio, cuja magia de nome também baptizou toda uma província, tudo faz admitir que o actual toponímico tenha tido, como raiz, o termo céltico *Cam*, na significação que lhe aparece atribuída nos dicionários Anglo-Célticos e Irlandês-Célticos, de *curvatura*, *obliquidade*, *incurvata*, isto na linguagem celta, como na primitiva dos galaicos. *Cam* teria o sentido de *dobra*, *baía*, (*Dictionarium Scto-Celticum*, London, 1828) (*Dictionary of Gaelic Language*, London, 1828), como *Kamus*, ou até como *Cam* no grego antigo, exprimiria flexibilidade, curvatura do oceano, baía; e um outro *Kamm*, no velho dialecto bretão, como adjetivo, significava *arqueado*, *curvado*, bem como o verbo *Kamma* nesse bretão significava curvar, não marchar direito, (*Dictionnaire Breton*

-*Français, Saint-Brieu, 1850*). É pelo menos uma tendência com algum fundamento o chamar para elemento construtivo, do nome local, este vocábulo do falar celta, à semelhança do radical dos topónimos bretões *Cambridge*, na Inglaterra e *Cambai* em França, duas cidades dispostas em curvas fluviais, como em tantos termos, começados por ele, na linguagem celta ou bretão, que vem a dar o mesmo, constantes de bons dicionários gregos, irlandeses, bretões e ingleses, que, tendo-lhe servido nos seus estudos etimológicos, Martins Sarmiento legou à sociedade científica do seu nome.

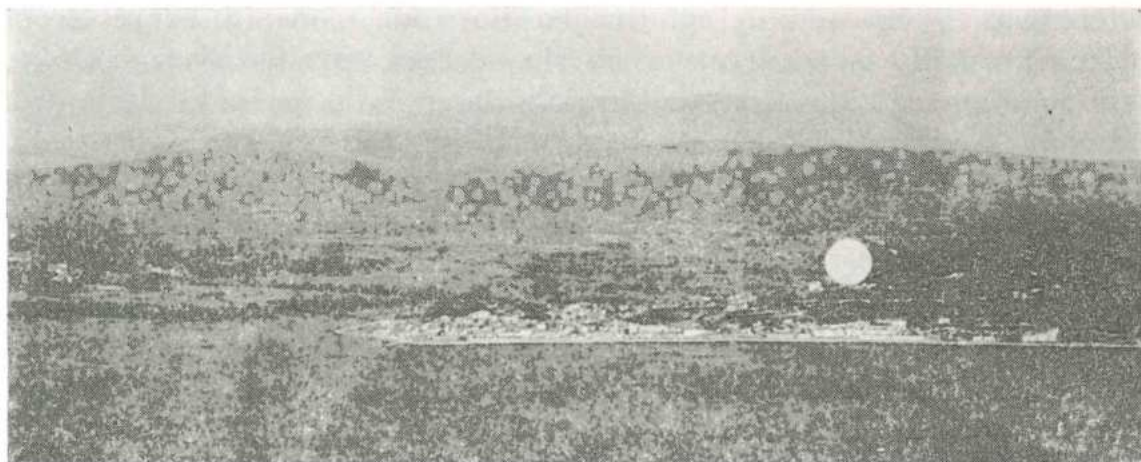
Kam ou *Kamvoc*, em grego, = curvo, flectido, exactamente com os mesmos significados em Scot, da escrita *Cam*, como elemento em escocês, e no antigo céltico, constitui elemento inicial construtivo de muitas palavras é o que consta a pág. 183 do *Dictionarium Scoto-Celticum*, Part I, Gaelic-English and Latin, London, 1828.

Seja-nos, por isso, permitido agora, certa alusão à denominação provável com que essas recuadas tribos galaico-celtas, ainda na Idade do Bronze Atlântico, teriam designado o porto e povoado, que servia o desenvolvido Comércio e Navegação, de que acabamos de nos ocupar, embora numa atitude somente accidental, derivante de tais actividades.

Perante a natureza ou aparência da borda, na margem nascente, do grande rio, que lhes facilitava ancoramento, como vararem seus barcos, na curva, no seu falar *Cam*, formada pelo lento desgaste do final, algo cansado, como também quebrado e quente do mesmo rio, devido ao contacto interceptivo, que lhe davam as águas, ainda mais mansas e preguiçosas, do outro curso aí confluído, estes autóctones poderiam, na verdade, ter mantido, na enseada, a designação que detrás conheceram, dos primeiros navegadoras mediterrâneos.

Parece hipótese suficientemente crível, desde que tal som ou vocábulo, para além de ter outros sentidos, como ter sido elemento inicial de muitos outros vocativos, também lhes significava *curvatura*, *sinusidade*, tanto mais que tão prestigiosos intelectuais e consagrados especialistas, em investigações toponímicas, da categoria de Jaime Cortesão e Almeida Fernandes admitem que o elemento *Cam* seja céltico (in *Revista Caminiana* n.º 10, pp. 36 e 37).

E mais consta dum excelente trabalho universitário, por parte de doutorando galego, que provêm do tema radical *Cam*, céltico, os toponímicos *Camboa* e *Cambados* (curva, *cotovelo* de rio, reentrância, pequena enseada), como *Camba*, *Cambas* (vale entre montanhas), vêm, do mesmo modo, derivados do celta *Kam-b*, termo que, adicionado de sufixo átono, e conforme a natureza dos lugares, deu origem na Galiza a muitos toponímicos, que, de seguida, extensamente enumera (Cambinos, Cambicia,



Nesta panorâmica da actual Caminha, uns quilómetros atrás da sua urbanização peninsular, assente no areinho que deu continuação ao cabo com que findava o promontório, vindo de sul, bem abrigado a leste dele, no local assinalado com o disco branco, se deveria situar, no sopé ocidental do Castro da Pena, montículo outrora coroado por avantajados pedregulhos (pena=muita pedra), numa curva, enseada, cotovelo da confluência do afluente, esse mais primitivo porto fluvial-marítimo, do nominativo verbal greco-celta *Cam*.

Logo à face da ladeira do Castro, que a gravura mostra coberto de pinheiral, devia antepor-se o porto às outrora inexistentes junqueiras do *Corgo*, sempre ao tempo cobertas de água, ou constituindo margem de terra alagadiça, topónimo este, a provir do português arcaico *Córrego*, nos melhores dicionários significando regueiro aberto pelas águas correntes, terra baixa ao sopé duma encosta.

Mais a leste, por onde actualmente se estende o vasto povoado com nome assemelhado — que na gravura ainda se visiona — achar-se-ia, nos séculos seguintes, a posição romana de *Aquis Benis*, a ter acesso, desde Âncora, por detrás das montanhas marítimas.

Na linha do horizonte da gravura, divisa-se uma parte da cumeada das serras d'Arga, onde alguns fugitivos dos castros ou povoados ribeirinhos, se refugiavam, durante as correrias das invasões dos Bárbaros e dos Sarracenos.

Camarinas, etc., etc.), sendo que em Portugal — diz claro — os topónimos idênticos são: *Camba*, *Cambedo*, *Cambeses*, *Caminha*, etc., etc. (Estudo denominado «Celt-Cam-b», — Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Santiago, por Eligio Ribas, in *Revista El Museo de Pontevedra*, ano 33.º, 1979, p. 239).

Se assim é, certo que o designativo do agente causador da reentrância, em que formavam porto, lhes vinha bem detrás, pois haviam sido já os primeiros navegantes e exploradores de minérios, vindos do Médio-Oriente; os quais devido à substância que corria nas suas águas, ao rio principal chamaram *Minio*, denominação pré-romana e mesmo pré-céltica, como entende Martins Sarmiento, com toda a naturalidade, as tribos indígenas, adaptadas ao mesmo falar, podiam ter feito, nas

referências à enseada, a aglutinação dos dois sons, a expressarem o local formado pela curvatura do rio no concentrativo *Cam + Minio*, tudo em atenção desse recuado conhecimento do passado deste rio, tal como o salientamos no n.º 10 do capítulo IV.

Seria à entrada dos romanos, ao subjugarem, os castrejos galaico-celtas, nas indispensáveis condições políticas, mas mantendo-lhes inteiramente suas tradições, que conservando ambos os dois étimos ibéricos, com a expansão da sua língua, o designativo de tal local, a constituir ponto essencial no seu comércio, lentamente, se foi alatinando, no tema final, dando devida simbolização à importante origem do vocábulo, no claro composto *Cam + Minii*, e de modo a brevemente, ser assimilado *Cammini*, por sonorização e com futura aproximada grafia.

Adiante, no desenvolvimento latino, devido à natural síncope numa das consoantes intervocálicas e supressão da prescindível genitivação final, por necessidade de reforço do termo, como nome próprio passaria como crescente localidade a assumir-se na primeira forma escrita ainda nos tempos dos Romanos e Suevos na designação de *Camínia* toponímio que assim figura nos primeiros conhecidos documentos notariais, suficientemente acessíveis. Isso já acontece na Doação ao Mosteiro de S. Salvador da Torre do ano de 1068, embora no latinório das Inquirições de 1258, se comece a dar evolução para a actual escrita ao consignar-se «... *In Judicato de Camina*», bem possivelmente sob influência da sonorização galaica da pronúncia *Camiña*.

Desculpe-se-me este despretencioso escorço, porventura sem capaz fundamento etimológico, possivelmente pouco ou nada aceite pelos verdadeiros filólogos, o que aliás não constitui nossa pretendida demonstração fundamental; só acidentalmente foi aludido, a propósito do relevo que a localidade em causa, historicamente, assume, na época castreja, como entreposto marítimo fluvial, demovido nessa tentação, por força da leitura das obras sarmentinas e de outros bons proto-historiadores castelhanos, franceses, britânicos, mesmo irlandeses, existentes por legado do Mestre, na Sociedade de Martins Sarmiento.

Atentas as condições topográficas, esta etimologia, simultaneamente derivada dos aspectos naturais, no local portuário e sua importância na antiguidade, consideramo-la pelo menos mais conducente à localidade de que também tem sido apontada, proveniente do alatinamento em *caminus*, *i*, = fogo, forja, fornalha, do étimo grego *Kaminoc* ou *Kaminos* = Chaminé, e da similitude do cónico Monte de Santa Tecla, dominando a entrada do rio, coroado de leves nuvens brancas, que aparentam sair do seu cume, prefigurando fumarolas ou vaporizações vulcânicas (*Revista Caminiana*, n.º 1, p. 9); dado que tal perscrutamento,

ainda que muito hábil, sendo na verdade, algo relacionado com actividades dos barcos, sulcando águas da costa, parece uma explicação demasiado eventual e bastante separada, mesmo na distância, do sentido toponímico da localidade.

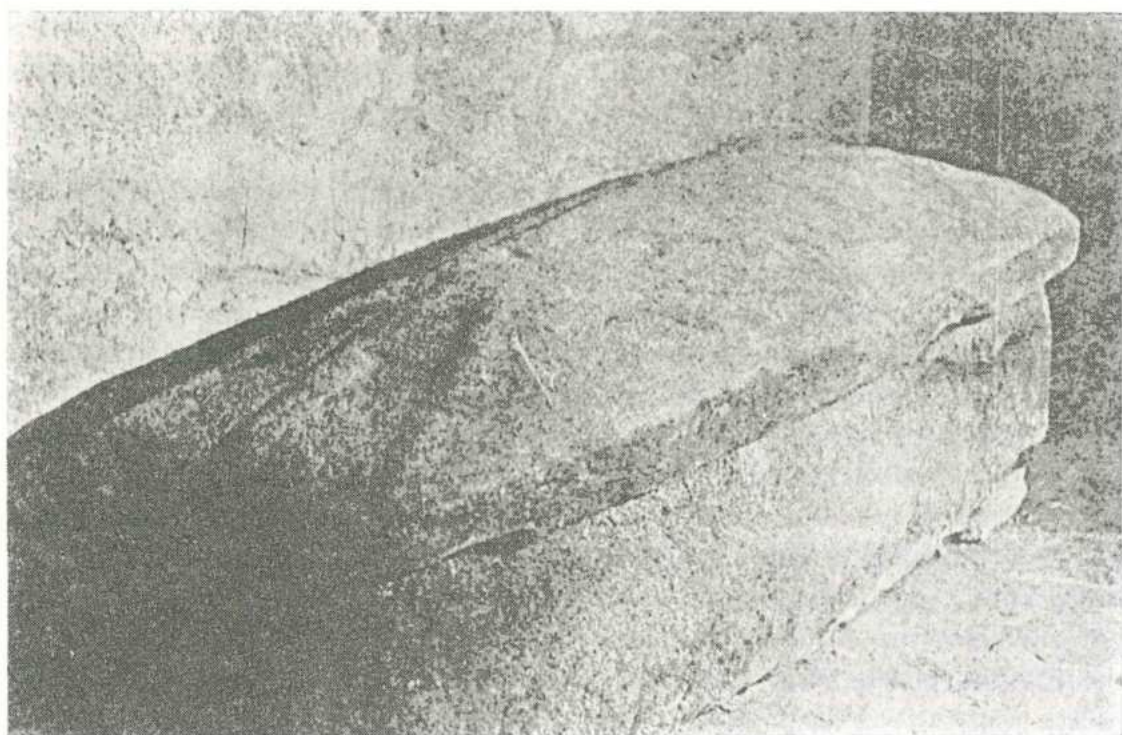
Desse modo, também inteiramente rejeitada a erudita expressão *Caput Minei*, constante do famoso manuscrito da «Divisão dos Doze Condados», por Fernando Magno de Leão, independentemente do grau de validade das suas cópias, pela imensa retardação em que se teria de tomar, somente no século XI, quando o topónimo remonta, como vimos, pelo menos à Reconquista, no século IX, e pelas não menores, ou até impraticáveis dificuldades morfológicas, nessa derivação, até à dos ditos começos da Idade Média, bem tentadora se torna uma tematologia e também desinência, inteiramente fundadas no linguajar indígena.

O vocábulo, à época, somente oral, poderá supor-se provir do designativo, desde então, dado à enseada, como raiz ou tema principal completado com o nome desde a mesma época ao rio, como apropriada desinência, a vincular-se, nestas circunstâncias, a característica dominante que a localidade desde sempre teve.

É, aliás tal feição eminentemente portuária, corporizando toda a história do meio, que tencionamos desenvolver numa II Parte deste trabalho, ao versarmos, se a Divina Providência nos permitir, toda a apropriada correspondência que, em tal aspecto, resulta, para localização da decantada *Aquis Benis*, importante estação rodoviária — entreposto fluvial e marítimo, para tráfego de diversas mercadorias, nomeadamente minérios — aqui, nesta baía, deliberadamente situada, como uma «mansio», duma das vias romanas de Braga, pelas localidades marítimas, para Norte da Galiza, no entender de grandes romanistas dos dois países peninsulares.

Seria, com prosseguimento deste estudo, propícia oportunidade de ser salientado o que, resultando do engrandecimento económico, devia ter sido aproveitado, nas imediações deste porto, para ter motivado o florescimento de possíveis cidades romanas, designadamente, da existência ou não, nas suas proximidades, duma aludida igreja paleo-cristã, denominada *Benis*, nome também de muita antiguidade, de origem grega, segundo os maiores historiadores ou proto-historiadores, como Adolfo Schulten, igreja que chega a figurar, como mesmo sede diocesana, nas Actas do I Concílio de Oviedo.

Seria também ocasião, no alongamento deste estudo, do possível perscrutamento do nome dessa cidade ter advindo do nome dum dos dois rios, que se juntam na baía em questão, sabendo-se que na geografia



Gravura duma sepultura suévica, com a devida vénia reproduzida da revista pontevedrense *El Museo de Pontevedra*, Ano VIII, 1954.

da antiguidade sempre foram os rios que apelidaram, por vezes, localidades, nunca sucedendo o inverso.

Poderá surgir então bom ensejo e em seguimento de alguns autores castelhanos, se verem as muitas dúvidas sobre qual dos rios, correndo para a mesma baía, outrora se chamou *Benis*, se o Sil, se o aqui confluente e só depois da Reconquista chamado rio Froialano (através e originário de Terras de Froylães, Coura), se o próprio Minho, num seu mais recente apelativo, aposto pelos romanos de *Benis*.

Também será ocasião de se considerar, dum modo especial, os vários serviços de tráfego, defesa militar, instalações económicas e autoridades, civis e administrativas, que os romanos organizaram neste porto, da remota Camínia, alargando-se com a próxima *Benis*, aqui, nesta faixa economicamente confortável, pela pesca e exportação, aproveitando-se da importância de tal bom núcleo urbano, começaram a ter expansão os princípios da doutrina cristã.

Convirá ter presente que nesses seus primeiros tempos o nascente Cristianismo tinha como único prelado metropolitano, para toda a Galiza, o Bispo de Braga, mas que em todos os principais centros urbanos, e este era um desses, devido a ser um muito frequentado porto, já havia uma pequena igreja cristã, ou, pelo menos, um arranjado oratório,

numa das moradas dum destacado habitante, convertido, presidindo um Bispo a certo número de igrejas e oratórios, ou mesmo numa só igreja.

Como um dos mais bem situados e mais praticáveis ou francos portos da baixa Galiza, com muita probabilidade viria a ser aquele em que bons propagadores da nova fé, vindos de Roma ou de Antioquia — os dois grande centros irradiadores do Cristianismo — podem ter desembarcado e iniciado pregações os dois dos *sete varões apostólicos* enviados por S. Pedro e S. Paulo para as Espanha ou Ibérica com principal destino à Bracara Romana.

Ora, sendo assim, esta localidade à boca do grande rio então inteiramente navegável, por mais de 30 léguas, como atrás foi referido, vinha a constituir porta de entrada da mais prática das estradas, fluvial ou terrestre, para Tude, para Auria, até Lugo, e na primeira destas cidades romanas, segundo o afirma o mais consagrado dos seus historiadores, já desde meados do século I de Cristo, houve seu primeiro Bispo, que foi S. Epitácio, discípulo de S. Pedro de Rates, primeiro Bispo de Braga, e mesmo do Apóstolo S. Tiago.

Igualmente nos deixa referido esse Frei D. Prudêncio de Sandoval que, ao findar o século terceiro, na altura em que pelo Édito de Milão o mais tolerante Imperador Romano, Constantino Magno, deu paz e liberdade aos cristãos, entre as seis dioceses, que ao tempo já funcionavam na Península, uma das mais destacadas era a de Tui.

Por seu lado, anos adiante, Braga já mantinha tamanho desenvolvimento das instituições eclesiásticas, que pode contar, na queda do Império e entrada dos Suevos, com a figura dum ilustre clérigo, Paulo Orósio, escrevendo em correcto latim, uma valiosíssima obra, de finalidade religiosa, mas de imenso interesse histórico, na qual, registando as transformações a que assistia, no abatimento do Império Romano, ante as hordas de Bárbaros, irrompendo do Norte, pela Germânia e pelo Oriente, bem demonstra a sobrevivência das instituições sociais, graças à já poderosa influência da Igreja cristã, nos diz: «Os Suevos procuram viver pacificamente com os Galaico-Romanos» — «Fazem-se amigos deles» — «Trocam a espada pelo arado» — «Os possesores romanos, embora subordinados a extorsões de impostos, acham-se agora com mais liberdade que dantes».

Procuraremos, com mais desenvolvimento, analisar qual teria sido a situação do povoado galaico-romano, da foz do Minho, nesse período, em que, desde 409, uma torrente impetuosa de povos do Norte, Alanos, Vândalos e Suevos, invadem a Península, cheios de lutas entre si, para só bons anos adiante se terem acomodado, pelas antigas províncias.

Veremos que, só com muita dificuldade, após grandes disputas entre todos eles, coube aos Suevos estabelecerem-se na parte ocidental

e marítima da Hispânia, fazendo seu principal acantonamento na antiga província romana do Convento Bracarense, tomando a capital para sua corte, onde tinham os reis o seu palácio e o forte dos seus dinheiros.

Virá, a esse propósito, ser salientado que, nesta província assim ocupada pelos Suevos, a Cristandade era-lhes muito anterior e ao tempo da chegada destes bárbaros já existia em Braga o bispo Balcónio.

Ora, entre dois tão desenvolvidos centros, de cristianismo e urbanismo social, como ao tempo eram Braga e Tui, — aspectos de valorização, quanto ao segundo, atrás salientados neste trabalho, — nunca houve conhecimento que, na zona, pudesse ter tido maior relevância outra localidade, sem ser a *Caminia*, nos seus predicados de porto de navegação e comércio, pela sua privilegiada situação estratégica, assumindo maior importância que a sua aproximada Límia (Ponte do Lima).

9. PERSISTENTE SOBREVIVÊNCIA DA ANCESTRAL LOCALIDADE PORTUÁRIA COM IMUTÁVEL TOPONÍMICA

Como local estratégico de comunicações fluviais e terrestres, para as próximas cidades tardo-romanas, agora ocupadas pelos Suevos, de Tude, de Auria (Orense) e até Lucus (Lugo), o papel que tenha desempenhado dum núcleo religioso, dentro da monarquia sueva, deve ter contribuído para que nunca sofresse alterações de terminologia, por dominações senhoriais; e, com deter um templo, no seu território, sempre tenha mantido a designação que lhe tinham dado as gentes portuárias, anteriores aos romanos.

Se mesmo estes latinos, como nos salienta Alberto Sampaio, bem pouca interferência fizeram nas denominações das «*civitas*» e das «*oppida*», somente se dedicando à criação e qualificação de cidades abertas, — *urbs*, menos ou nada se daria a tal respeito por parte dos Bárbaros, como diz:

«Melhor se compreende, portanto, que os novos povos germânicos — Suevos ou Visigodos — que se lhe seguiram (aos romanos) na ocupação menos ainda tivessem alterado as moderadas linhas de ocupação estabelecidas pelos latinos, mesmo porque não tinham a competência e experiência civilizadoras que lhes permitissem alterá-las.

E também quanto à denominação dos principais lugares a generalidades destes povos germânicos também não apagaram as toponímicas anteriores, conservaram sempre os nomes latinos.

Enorme quantidade de nomes romanos foram conservados pelos Suevos. Também os visigodos conservaram com empenho a terminologia romana mesmo porque o Código Visigótico não permitia a mudança de denominações dos prédios e mandava conservar os prédios

no estado em que se achavam no tempo dos romanos e suas marcas eram os destes».

«Nenhum interesse houve no alterar os nomes das povoações. Aqui e ali pequenas mudanças são excepção. A regra geral foi a conservação do existente»⁷¹.

Nos primeiros tempos do domínio suevo, em que o dito Bispo Balcónio, em Braga, foi Metropolitano e Primaz de toda a Galiza, do Douro ao Cantábrego, e, na própria sede episcopal, os Suevos com seu Rei Requiário, se convertem ao Catolicismo, a estratégica vila portuária, vinda do intenso tráfego romano, sob todos os aspectos económicos, mantém-se predominante, nos objectivos da monarquia bárbara, certo que estes Suevos mantinham o funcionamento de alguns navios, senão para o tráfego comercial, a que pouco se dedicavam, como finalidade de proverem a outras suas necessidades, militares e governativas, além-Minho. Sabe-se, aliás, que nessa sua principal obra, *Historium adversus paganos, liber VI*, esse tão categorizado clérigo coetâneo, Paulo Orósio, tendo-se incompatibilizado com alguns seus chefes e resolvido fugir para a África, teve ao seu dispor, apropriado navio, e, à partida, se viu atacado por outros barcos, tripulados por experimentados marinheiros, a lançarem-lhe dardos, no meio da noite, para procurarem alcançá-lo e impedir-lhe a viagem, com partida possivelmente, — (porque não menciona o porto) — da barra do Douro, como a ter saído de Braga, também ter embarcado na foz do Minho onde este povo bárbaro mantinha alguma navegação.

Certo abandono desta rota, nas estradas das cidades cristãs da ribeira minhota, por parte deles Suevos, e implícito abrandamento do destacado papel da povoação portuária, à boca do rio, principalmente da sua igreja paroquial, pode ter resultado do recuo que povo e reis fizeram da sua fé católica, nas décadas seguintes, senão voltando ao inteiro paganismo, minando-se de bastantes heresias, com que afrontavam os autênticos sacerdotes católicos, uns tornando-se Priscilianistas, outros Origenistas, e vindo os monarcas imediatos a abraçarem, em vez do Catolicismo, o Arianismo, até que, somente quase um século adiante, por influência de S. Martinho, como Bispo de Dume, que iria ser também de Braga, um seguinte rei suevo, Teodomiro, abraça novamente o Catolicismo.

Tendo-se entretanto estendido muito para o sul o Reino Suevo, modificado a situação territorial de muitas das igrejas, a norte do Douro e do Minho, este Rei Teodomiro, durante o século VI, possivelmente por 569, promove em Lugo o célebre *Paroquial Suevo* ou Divisão de Teodomiro, em que se reorganizam as dioceses e se divide, pela primeira

vez, a jurisdição una, da Galiza, com única Metrópole em Braga, em duas circunscrições eclesiásticas, chamadas *Sínodos*, uma a ter Metrópole em Braga e outra em Lugo.

Conhecem-se pelo menos quatro textos deste *Paroquial*, que Pierre David apresenta encimados pelas letras A, B, C e D, e, mais, variando duns para outros as enumerações das igrejas pertencentes a cada das dioceses, acontecendo, no tocante à matéria em causa, que a localidade de Camínia deveria achar-se incluída ou na diocese bracarense ou na de Tui, mas não aparece em nenhuma das duas.

Partindo-se do dado geralmente admitido que Terra de Vinha, que foi a denominação medieval da actual freguesia da Areosa, a norte de Viana, vem a corresponder à igreja de *Ovinia*, que falta no texto, que Pierre David toma com letra B, mas consta dos outros seus textos, num sob escrita *Ouvenia*, noutro sob escrita *Omia*, dando-se-lhe, em todos os textos, enquadramento de *Ad Tudense ecclesias*, também a igreja da localidade de *Caminia* deveria constar das listas desta diocese de Tui.

São porém de tão estranha terminologia os demais nomes da lista da diocese de Tui que fica grandemente embaraçosa sua identificação com qualquer uma das localidades de grande passado histórico, na zona entre Lima e Minho ou seja no actual território português.

Sabendo-se que as igrejas das listas deste *Paroquial* vieram a assumir, sob designação de *Paræcias*, no vulgo paróquias suévicas, uma extensão muito superior às primitivas igrejas cristãs, dos últimos séculos romanos e primeiro dos Suevos, ao ser atingida a localidade da boca do rio, nessas circunstâncias, tem de presumir-se que ficou incorporada numa das grandes paróquias,, de larga extensão territorial, das da lista de Tude, embora se desconheça com que nome.

Podia mesmo constituir a que falta em vários dos textos dos críticos, e que num deles aparece como *Marciliana* e noutros dois como *Martiliana*, terminologia esta a assemelhar-se, com a designação de *Marina*, umas vezes e outras de *Maritima*, ou *Terra Maritima*, lidas nos importantíssimos documentos dos séculos X, XII e XIII, citados pelo douto historiador P.^e Avelino de Jesus Costa, como denominação duma vasta zona na orla marítima acima de Terra de Vinha.

Muita mágoa causa que não exista nenhum suficiente documento resultante do II Concílio de Braga, de 572, em que já aparecem os dois metropolitas, de Braga e de Lugo, cada um com cinco bispos, seus sufragâneos, cujas actas apenas mencionam seus nomes, e nem de todos, sem identificação de suas dioceses e muito menos as paróquias delas.

Podia ser que nesses concílios bracarenses, algo se esclarecesse acerca da persistência viva, ou decadente, da localidade portuária em

causa, muito embora haja de admitir-se que, com a subversão do reino dos Suevos, pelos Visigodos, quando por 580 o rei destes, Leovigildo, o converte numa mera província dos seus extensos domínios, em grande parte vindos das traições que foram cometendo, enquanto aliados dos romanos, muito retrocedesse face aos tempos do Império.

Menos ainda interessados do que os Suevos, na prosperidade dos centros urbanos e do comércio entre os mesmos, compreende-se que com os Visigodos, nos finais do século VI, muito tenha decaído a importância do povoado e do porto, sendo que «A vida caracteristicamente urbana herdada dos romanos modificou-se, dando lugar à ruralização visigótica. A agricultura era fundamentalmente de subsistência com um comércio externo praticamente inexistente, uma vez que a Europa se achava extremamente agitada» («A Agricultura do Noroeste de Portugal», in *Caminiana*, n.º 14, Dezembro de 1987).

Muito embora, pouco adiante por 586-587, se tenha dado a conversão do Arianismo ao Catolicismo, portanto melhorando-se aspectos, do rei Recaredo e mau grado o instinto dos visigodos fosse intensamente belicoso e irrequieto, pouco dado a uma vida pacata e de trabalho, susceptível de aumento dos centros urbanos, toda a verdade é que, no entender de autorizados historiadores, com o decorrer dos tempos se tornaram muito submissos para com a Igreja, instaurando-se mesmo uma feliz compenetração entre ela e o Estado, de modo que os Bispos, e mesmo Sacerdotes, se não governavam, guiavam inteiramente os governantes, quase exercendo um poder político, o que bem poderia ter motivado uma notável expansão religiosa.

Todavia vem a dar-se o contrário, minguaram nessa época criações e prosperidades de povoados paroquiais com igrejas próprias, por tendências várias a convergirem para esse apagamento, do que viria a ressentir-se, mas sem de nenhum modo lhe dar ruína, esta tão antes operosa localidade da boca do rio de Tui.

Então onde haveria de ser o porto de *Marina* ou *Marinia* da gente marinheira?

Uma das razões, que se verificou em todo o decurso da prelazia de S. Frutuoso, como Bispo de Sé de Braga, seria a nova tendência, excessivamente ascética, dos prelados e monges, nesse período, preferentemente a estimularem o regime de Monacato, consistente na fundação de cenóbios, tebaidas, ermidas solitárias, pequenos ou razoáveis conventos, pelas encostas das serras, para onde os monges, acidentalmente, fora dos dias unicamente destinados às adorações contemplativas, atraíam os habitantes próximos, em desfavor de paróquias urbanas.

Muito se espalharam, nos séculos VII e VIII, pelos vales do Cávado, do Lima, principalmente do Minho e do Sil, este último, numa enorme difusão de cenóbios, a ser considerado, por isso, na literatura espanhola como a *Ribeira Sagrada*.

A outra das razões, — esta ainda de maior incidência, no temporário estagnamento, nunca ruína, da remotíssima *Caminia* — devia ter sido a desprezível desvalorização que estes novos ocupantes, visigodos, ainda com menos interesse que os suevos, atribuíam às lides comerciais e exportativas, deixando tais actividades inteiramente entregues à existente população judaica e adiante terem passado a perseguir violentamente todos os judeus.

Contudo, face a situações que na mesma altura se podem tomar de outras localidades próximas, de além-rio, a terem desempenhado pronunciado papel nos finais do reino visigótico, segundo persistentes tradições e ruínas, que elas ainda ostentam, aqui, comparativamente esta localidade que lhes ficava em situação geográfica anterior, nos caminhos de progresso, nunca deveria deixar de ter igual ou semelhante importância. Qual o entreposto marítimo-fluvial, com sobreviventes estradas romanas, que poderia abrir tráfego entre a *Terra Martiliana* do lado de cá, e *Fortaleza Tudense* do lado de lá?

Ora, conhece-se de bons historiadores que no tempo do rei Wamba se mantinha Tui como Catedral, cabeça de diocese de mais de uma dúzia de igrejas e nos derradeiros tempos do Reino Visigótico, da Galiza, em Tui, o rei Witiza, deixou um palácio e meios suficientes para educação dos príncipes seus filhos, como pelas proximidades de Tui persistem restos, em paredes ainda de pé ou em pedras recolhidas, de autênticos templos visigóticos; são aí, toda uma fachada principal em S. Juan de Panjon, ou restos em preciosos capitéis, como o proveniente de S. Bartolomeu de Rebordans, conservado no Museu de Pontevedra, dados que fazem, comparativamente, incompreensível que nenhum templo visigótico tenha também existido do lado oposto do rio, principalmente no povoado que, à margem esquerda na desembocadura do curso principal da ribeira, prevalecia à entrada dos sarracenos.

Pode ler-se no douto P.^o Pierre David que muito embora a região de Entre Douro e Minho tenha sido em todo o Noroeste da Península, a de melhor organização religioso-política pelos fins do século VI, a invasão árabe iria submergir toda esta organização provinda dos romanos, suevos e visigodos.

Todavia a sobrevivência duma localidade beneficiada com as condições da Natureza, e numa situação tão estratégica, para qualquer domi-

nação política, que tenha feito serviço apoiante, com manutenção, senão constante, sempre preocupante, da população parece inegável.

Certo que a invasão de 711, causada pelas dissensões e até solicitações do último rei visigodo, seguinte a Witisa, foi de muita violência no sul e centro da península, mas bastante abrandou a sua impetuosidade ao chegar às cidades da Galiza, nas quais só para garantia do seu domínio, eles sarracenos, ocuparam, sim, todos os sítios fortificados, embora, diz Alberto Sampaio, com guarnições militares sem dúvida mais diminutas do que nas outras províncias, já invadidas, e na maioria compostas por judeus, que não ofereciam grande perigo.

De todo o modo, à medida que entravam pelas cidades galegas, causando na verdade grandes estragos em Tui, e mesmo em Lugo, onde subiram a impor autoridade, para já não falar em Santiago, onde só chegaram muito adiante, numa incursão passageira, quando chegaram a paragens do Minho, enfraquecia a ocupação militar e fortalecia-se a resistência dos godos, fortificados nas Astúrias.

Enquanto só em 714 o califa Mouça conseguia o domínio da ribeira do Minho, já em 718 o cavaleiro Pelágio, saindo do Norte ao encontro dos árabes, os batia na famosa batalha de Cangas Onis, e por isso, atentemos no que refere quem primeiro estudou esta ocupação, ao lado de Martins Sarmiento:

«Quanto à política seguida pelos árabes, no Noroeste, ela não podia ser diferente da adoptada no sul, da brandura da qual restam monumentos de sobra. Não obstante o senhorio das terras pertencer, em teoria aos muçulmanos, a posse e cultura delas, pagos os tributos eram conservadas aos cristãos, com livre exercício da religião, da língua e das próprias leis; tal era aqui a tolerância que continuou a haver sempre prelados na dioceses de Dume, junto de Braga (p. 113).

.....

Dos factos aduzidos resulta que nunca houve despovoamento, como entendia Herculano, opinião que já seguí também.

A verdade era outra. A população existia, mas fugidiva, sem ponto de apoio, justamente medrosa, numa terra quase sem leis nem autoridades. Desde que teve quem a protegesse apareceu imediatamente para a vida social; por isso os trabalhos progrediam com rapidez; e tão diminutos seriam os estragos, que tudo se recompôs em poucos anos» (pp. 48-49).

.....

«Considerando os documentos ao sul do rio Minho temos a mesma impressão — que não estavam ermas as vilas tomadas de *presúria*.

Dos diplomas 5 e 6 (Dip. et Ch. — P.M.H.) vê-se que ela se fizera *cum cornu et cun aluende de rege*. Esta circunstância deixa logo per-

ceber que por essas insígnias militares se impunha o silêncio aos direitos anteriores e se validava a sua derrogação violenta.

Se não houvesse habitantes aí, seria inútil fazer a ocupação em acto de guerra; bastava apoderar-se do que estava abandonado; no caso contrário aquelas insígnias sancionariam a apreensão feita pelo recém-chegado.»

E o tão categorizado diplomata vimaranense, contemporâneo e companheiro de Martins Sarmiento, ainda que mais interessado que este na investigação da denominação neo-visigoda ou restaurativa, dos territórios Entre Douro e Minho e onomástica das suas «*civitas*» galaico-romanas, argumenta documentalmente:

«Consta do Documento n.º 5 que os *presores* edificaram uma igreja dotando-a com as terras, casas, cubos, cubas — *omnia edificia cum intrinsecus suis*. A valiosa doação mostra que encontraram os móveis, as edificações e que o prédio estava em exploração regular.

Do Documento n.º 6 (ano de 870) vê-se que a presúria se efectuara pelos *priores*, pais ou segundos avós quando muito, avaliando pela data e todavia a vila estava cheia de cultivadores, gados e móveis em tal abundância que o *casale* referido, era quase uma reprodução da antiga vivenda do Senhorio, pois seria trabalho superior a três gerações se tivessem de fazer tudo»⁷².

Uma vez tido em conta que os documentos acabados de serem referidos se relacionam, precisamente, com terras logo abaixo do rio Minho, e que a localidade à entrada da sua bacia tinha absoluto interesse de ser mantida, para fins transitários, fluviais e terrestres, qualquer que fosse o domínio ocupante, por isso, apesar das incertezas e terrores inspirados pelos muçulmanos, a *villa*, nunca chegaria a ser abandonada, sempre embora seus habitantes, muitas ocasiões, tivessem de se esconder, enquanto passavam os exércitos. Dar-se-ia a eventualidade de se terem refugiado, em locais relativamente próximos, mas de isolamento inteiramente desconhecido, de caminhos absolutamente inacessíveis, para os conquistadores, como seria um novo retiro, para a Serra das Argas, possivelmente datando seus começos de povoamento desde as invasões dos Romanos e dos Bárbaros.

Se em muitos outros territórios próximos, preenchendo bem curto período, tal sucedera, com a importância estratégica de vantagens de comércio, de pesca e de melhor trabalho remunerado, pelos ocupantes, a localidade, devia ter, no arabismo, a sua vida tradicional de trocas, importações e exportações de géneros, de pesca e alguma navegação costeira.

Com a nova teoria da Coroa Asturiana, no lançamento da presúria, é que, viria aqui dar-se, como noutros locais, a substituição de proprietários, mas não mudança de nome do território e dos prédios, e atenta a origem topográfica, sua denominação, a provir da natureza do local, pode manter-se imutável com mais interesse do que em qualquer outro sítio, sem alteração da designação toponímica, fundamentada no meio natural, muito embora o senhorio ou direitos fundiários fossem apreendidos pelo Rei ou por ele cedidos, aos seus homens, ou até tomados, como frequentemente aconteceu, sem consentimento régio, como aproveitamento de oportunidade, por força do princípio de lei do mais forte.

Noutras vulgares circunstâncias, de apoderamento pelo *presor*, ainda que este não alterasse em nada, o organismo do território, impôs-lhe o seu próprio nome, como sinal de ocupação jurídica.

E, então os nomes pessoais dos presores, da época asturiana, aparecem a denominarem, sob seu patronímio, as terras de que se tornavam senhores, por concessão real ou pretensão povoamento, de própria iniciativa, como os prédios e locais, aparecem, nos diplomas da época, terminados em *i*, ou seja genitivo, da segunda declinação latina, a traduzir a ideia de posse, operada em resultado da ocupação ou fundação, por parte dele magnate ou *dux*, da monarquia asturiana.

Ora, não constituindo isso lei mas mero costume, nunca apareceu qualquer documento que ilustre tal eventualidade referentemente à antiquíssima «*civitas*» pré-romana, da desembocadura do rio, tendo sido sem a mínima garantia de autoridade, com mero fundamento, na suspeita fonte espanhola, do superficial, como muito generalista autor da *Población General de España*, compreensivelmente, por parte dele, sem atenderem à ligeireza só corográfica, da sua publicação seiscentista, que bastantes nossos, desde Carvalho da Costa a Barbosa Vilhena, igualmente, sem a mínima prova documental, aludem à tradição de ter sido a *villa*, ao tempo da Reconquista, restaurada e povoada, chegam a dizer fundada, por um fidalgo galego de nome *Camino* ou *Caminio*.

Se fora isso, a escrita da localidade, a ter moderna origem neo-goda, deveria então ter começado a aparecer com toponímico terminado nesse genitivo *Caminii* ou *Camini*, porém, muito embora esta forma possa ter constituído uma aglutinação na evolução do topónimo, na época romana, este na Reconquista já se escrevia claramente *Caminia*.

Como não existe o menor conhecimento dessa terminologia em genitivo asturiano, ao contrário, com frutos do que em perfeita clareza, consta dos mais exímios diplomatas, à altura de dois distintíssimos catedráticos da Universidade de Coimbra, precisamos de reconhecer ao tempo da retirada dos árabes o nome da localidade tinha já bem dife-

rente significado, de temática e desinência, registando-se em Ruy de Azevedo:

«Conta-nos Frei Ordonho, no exórdio do documento (a conhecida Doação datada da era de 1106, correspondente ao ano de 1068, em que Frei Ordonho, mencionando todos os herdamentos de bens de muitos seus antepassados, nomes das pessoas e dos prédios, contempla o Mosteiro de S. Salvador da Torre, seus pobres e peregrinos), que o *dux* Paio Bermudes com outros magnates seus parentes viera à reconquista de terras e fizera presúria de muitas «vilas», entre o Minho e Douro, no número das quais Vila Mou, na margem direita do Lima. Com os da sua prole, o referido conde, edificara nessa «vila» um mosteiro e dotara-o de bens para sustento dos monges que o foram habitar, ficando ele e seus descendentes por padroeiros.

.....

Cinco gerações podem muito bem abarcar um período de cerca de dois séculos, desde a vinda de Paio Bermudes a estas terras e entre o Minho e o Lima até o ano de 1068 em que Frei Ordonho descreve as terras que transmite, como sendo recuperadas de seus antepassados ou mãos estranhas, de forma a comporem as mesmas legadas ao Mosteiro por Paio Bermudes, seus descendentes e outros beneméritos nomeados no documento, todas situadas ao norte do rio Lima, nos actuais concelhos de Viana do Castelo e Caminha, onde deve ter exercido a actividade colonizadora o referido conde com seus companheiros.

Somos, deste modo, induzidos a localizar a presúria daquele conde e de seus parentes no reinado de Afonso III (866-910), tanto mais que este monarca levava a conquista até ao Mondego e o seu antecessor Ordonho I, fora como é sabido o repovoador da cidade de Tui e de seus confins»⁷³.

Oferecendo-nos, de seguida, a primeira transcrição integral do Documento de Frei Ordonho para restabelecimento do Convento de S. Salvador da Torre, que ficou feita na historiografia portuguesa, aí se encontram os dois toponímicos, que muito interesse revelam, quanto aos primórdios da localidade, bem juntos e imediatos, «Testauit ibidem nepta sua Eluira Baltariz in Caminia et in Vilar de Vila suos quiniones», dando portanto completo indício que já existiam com a mesma terminologia há cinco gerações antes, tal como induz Ruy de Azevedo para todas as terras na doação referidas.

Efectivamente, igual conceito toma o prestigiado P.^o Doutor Avelino de Jesus da Costa, ocupando-se de como teria sido a organização paroquial dos anos antecedentes e subsequentes à Reconquista, para ensinar que as extensas paróquias suevo-visigóticas sofreram profunda transformação, desde o século VII, tendo tais largas circunscrições eclesiásticas sido desmembradas em áreas paroquiais de reduzidas dimensões, mas,

dotadas de pequenas igrejas para fins de culto ordinário, ficando as antigas matrizes, das quais ficavam dependentes, reservadas nos direitos de basílicas baptismas, casamentos e sepulturas e onde os fiéis tinham de ir também nas principais festas do ano.

De seguida, logo enquadra, na primeira presúria, a localidade que principalmente nos interessa nos termos seguintes:

«O Conde Paio Bermudes, nos fins do século IX, princípios do século X, tomou por presúria várias localidades dos actuais concelhos de Caminha e Viana e levantou o Mosteiro de S. Salvador da Torre, dotando-o largamente». (*Igrejas e Lugares no Século X* — «In Caminia ... suos quiniones») ⁷⁴.

Tem, assim, de concluir-se que em ano incerto do século IX, e portanto com uma proximidade dos começos da Reconquista, o que torna inadmissível qualquer supostos apoderamento, por parte desse pretenso conde galego, de possível patronímico *Caminio*, e na zona ribeirinha, entre dois rios, foi apenas restaurada com o primeiro conhecido seu senhor, Paio ou Pelágio, que não povoada, nem sequer repovoada, esta denominada *Caminia*, na terminologia tradicional, vinda de longínquos passados, numa continuidade onomástica que o documento de Frei Ordonho claramente elucida, ao referir as terras vindas à sua posse nestas expressões:

«Eo quod uenit dux Pelagius Vermudiz cum aliis ducibus que de suo genere erant prendendum terram sucinnorum.»

Anota, no final, o dito Ruy de Azevedo que a última palavra está por «suevorum».

Refere, deste modo, o doador da reconstrução do Convento de S. Salvador da Torre, que as terras objecto da liberalidade haviam sido primeiramente tomadas pelo Conde Pelágio Bermudes, com seus companheiros, e, providas dos suevos, se haviam mantido na sua geração.

Destas palavras resulta claro que as terras, entre as quais a vila *Caminia*, vindas dos Suevos, não tiveram da parte de qualquer *presor* doutra família, apoderamento anterior, mesmo porque o lapso de tempo até meados do século X, não o permitiria e muito menos posterior uma vez que se mantiveram nas mesmas gerações até ao século XI.

E, para concluirmos, vem muito a propósito aludir-se a um feliz conceito que, tão apropriadamente, figura nas páginas limiares, mesmo primeiras laudas, do n.º 1 da *Caminiana*, a tão estimada e estimável revista de cultura local, com subscrição de Serra de Carvalho, fazendo precisão que esta denominação de *Caminia*, seria a antiquíssima e pri-

meira, do arcaico topónimo ou nominativo gentílico, o que faz supor achar-se a referir ao mero linguajar oral dos galaico-celtas, a que pensamos se reporta.

Igualmente, nessas páginas liminares, dando apropriado início à publicação da cultura local, o incansável investigador diplomata da documentação caminhense, nos revela, com trabalhosas buscas, quais as formas escritas, partindo da real base temática, que foi tomando a evolução da sonorização do léxico, até aos nossos dias.

Num primeiro conhecido documento de D. Afonso III, a 1 de Agosto de 1228, sobre concessão de vários herdamentos à nova Viana, aparece pela primeira vez, a escrita *Camã* com sonorização de *i* nasal; num outro documento, do mesmo monarca, de 12 de Setembro de 1275, aparece uma requisição ao *Judice et Concilio de Camaã*, tudo induzindo a ter havido lapso tabeliónico de escrita no segundo *a*, uma vez que logo num outro documento, que é mostrado, da chancelaria de D. Dinis, um contrato patrimonial com a data de 6 de Junho de 1280, aparece referência a bens dum casal, sito em *Camãha*, conjecturando-se que deveria, ao tempo, ser a sonorização nasal no *i* a motivar a natural evolução para a modificação do *inia*, ou mesmo *ina*, em *inha*, porque um seguinte documento revelado, como igualmente pertencente à chancelaria de D. Dinis, com data de 11 de Julho de 1288, o monarca manda «Filar para sua proba de Caminha, a metade do padroado da igreja de Santiago de Crestello».

Embora provindo do alatinamento desse terminal em *ia*, o português então falado, ou língua romance, havia entretanto anasalado a sílaba final, ainda que isso andasse a figurar nos documentos oficiais e tabeliónicos sob variadas formas. É que no importante documento institucional das *Inquirições de 1258*, o toponímico vem escrito *Camina*, ao registar a Colação de Santa Maria de Camina, embora sem acento nasal; enquanto o *Foral de Viana*, do mesmo ano de 1258, a 18 de Junho, ainda regista o termo latino «sicut divit terra de Sancti Martini cum Caminia» (Figueiredo Guerra, *Arquivo Vianense*).

Contudo, evoluidamente, no conhecido e muito honrado *Foral de Caminha*, como se sabe, concedido por D. Dinis a 24 de Julho de 1284, o nome da terra de que é objecto, figura, tal como nas *Inquirições*, *Camina*, do mesmo modo, sem sinal nasal, não obstante se poder supor que a sílaba final, já se pronunciaria com o anasalamento que motivou aos irmãos de além-rio a escrita *Camãha*.

Dando uma cobertura, senão total em boa parte, a este abrandamento da terminação latina do *inia*, *ina* ou *inea* ao poder evoluir lentamente para *inha* no português arcaico, depois de ter anotado que é efectivamente do latim em *inu* que provêm no português primitivo as

terminações em *-io* (*-yō*, *-yā*), com *i* nasal, como em *moyo* < lat. *molinu* (hoje moinho) ou em *camyo* < lat. *caminu* (hoje caminho), e que ainda no século XIV se oscilava no *-io* < > *inho*, já escreveu o consumado toponímico-filologista A. Almeida Fernandes, que «A evolução fonética foi, pois, o que há de mais simples e trivial no português: *Caminia* ou *Camina* > *Camia* (ĩ nasal) > *Caminha*» («O toponímico de *Caminha*», in *Caminiana*, t. X, p. 36).

Só falta juntar, neste fecho, o que entendemos vir bem a propósito, na transformação fonética, em todo semelhante, quanto à componente terminal, em si, que resulta do nome do rio, que tendo sido chamado numa denominação pré-romana em *Mino*, como detalhadamente o salientamos no n.º 10 do capítulo IV, foi escrito pelos historiadores latinos *Minus* ou mesmo *Minu*, também no tão atrás citado documento de Frei Ordonho de 1068, escrito em *Mineo* não obstante ser o rigoroso latim *Minium*, segundo Ruy de Azevedo. Deste latim deve uma evolução fonética ter-se dado até se chegar ao termo *Minho* a aparecer na literatura histórica, de modo a Fernão Lopes ter escrito na Primeira Parte de *Crónica de D. João I*, «El Rei don Fernando, mandou seu recado a NunAlvarez que estava Amtre Doiro e Minho», como aparecerem em Cartas dos monarcas, desde D. Dinis, referências da nova forma do termo.

Foi, pois, com toda a naturalidade, tal como o acontecido ao onomástico da localidade, que seu bem significativo elemento terminal, consubstanciando o rio, evoluiu, este, como dom sagrado, no masculino, do *inu* do português ou galego, arcaicos, para o nosso *inho* medieval e *ião* espanhol.

E, fazendo remate, convirá ser salientado que, podendo parecer algo estranho tão extenso desenvolvimento sobre as origens dos nomes do rio e da localidade, aparentemente sem estrita relação com o tema fundamental, a civilização castreja, de si substanciada e resumida na fixação dos *Galaicos*, estes como sobrepostos ao indesmentível embrião *greco-celta*, isso se nos ofereceu de próprio relacionamento, como atractivo irresistível.

Certo que tais terminologias, na semântica dos dois mais importantes factores da majestade da desembocadura do grande rio galego, poderão a alguns acharem-se, cronologicamente, demasiado adiantadas ao serem afloradas nesta época, como de qualquer modo a exigirem um outro autónomo estudo; contudo, a sinceridade da nossa metodologia leva-nos a versar tais questões morfológicas bem a par dos acontecimentos em que, convictamente, entendemos aparecem indícios de flagrantes chamamentos toponímicos ao rio e à localidade, por parte das tribos *greco-celtas* e suas seguintes *galaicas*, que, desenvolvendo já razoável tráfego

económico, no local, criaram tais vocativos, sob inspiração dos aspectos da Natureza.

Competiria, nas circunstâncias, aproveitar-se, como fizemos, o enquadramento, resultante dos capítulos anteriormente desenvolvidos, para ser vincada essa tematologia, muito embora exclusivamente devida ao linguajar oral, que, achamo-nos convictos, nasceu e se radicou bons séculos antes das entradas dos romanos, portanto dos suevos, dos sarra-cenos e mesmo dos tão falados cavaleiros cristãos da Reconquista. Estes sucessivos ocupantes a contribuírem sem dúvida para uma fecunda utilização, do rio e da terra do extremo do curso, cujas denominações inalteravelmente mantiveram, desenvolvendo-lhes sim, relevantíssima prosperidade social e comercial de modo a tornar-se esta foz do Minho o mais frequentado porto do sul da Galiza, matéria esta a constituir a II Parte deste trabalho.

ANOTAÇÕES BIOBIBLIOGRÁFICAS

1. RAMÓN OTERO PEDRAYO — *Historia de Galiza*, rubricada baixo su dirección — Xeografía, Ramón O. Pedrayo, «O Baixo Miño Galaico-Português. O Derradeiro Tempo do Val do Miño», vol. I, pp. 88 a 97, Madrid, 1979.

O maior intelectual e pugnador da identidade geográfica e cultural da Galiza dos nossos días e mesmo grande porta-bandeira do nacionalismo galego, seguidamente a Castelão, a cujo entusiasmo e brilho, com mais popularidade pelos dotes de tribuno político, reconhecia a liderança.

Literária e cientificamente mais capaz que nenhum outro mestre galego, da primeira metade do século, em 1888, nasceu no meio rural da província de Orense, numa pequena aldeia que sempre cantaria, como seu queridíssimo torrão, muito rico pela beleza e estremecido culto de seus antepassados, pequenos proprietários e onde viria a falecer, já jubilado da sua carreira universitária, a 11 de Março de 1976.

Fez o seu curso superior na Universidade de Madrid, entre 1905-1912, mas, em proveito duma grande fundamentação cultural pretendeu demorar a sólida preparação para as «Oposiciones» doutorais, entre 1912 e 1919.

Enveredou desde aí, pelo ramo Histórico-Geográfico, em cujos domínios viria a ascender, na regência de várias cadeiras, como professor catedrático da Universidade de Santiago.

Depressa, nas aulas e publicações desse selecto meio, se viria a notabilizar, como rara personalidade, a reunir, como à sua morte o disseram revistas compostelanas, excepcionalmente, três predicados essenciais: sensibilidade literária, profunda erudição e perspectivas de grandes ideias de fundo.

Seus admiradores apresentam-o também como o maior galego «gourmet», da paisagem física da província, e alguns deles adiantam-se em afirmar que, insuflou, toda a sua obra, da fisionomia da Natureza e das tradições familiares da sua aldeia ourenseana.

Certo que para ele a Natureza era a chave de todo um sistema intelectual, com que entendia a explanação das «formas», desde o factor cósmico (forças astronómicas, geológicas e atmosféricas), ao factor biológico (fauna e flora), ao factor humano (arqueologia, agricultura, técnicas e artes), com que entendia o ritmo, numa relação dinâmica entre os três factores.

Embora certos dos seus críticos-admiradores, o tomem mais como um esteta desviado da Geografia, a maior parte como antes uma invulgar realização da paisagem posta ao serviço da acção humana numa síntese de factores sociais e biológicos.

Sem se inibir de o retratar, como um privilegiado intelectual, um dos seus companheiros universitários, Carlos Baliñas assevera que suas esplêndidas descrições das paisagens galegas, as melhores que se fizeram em qualquer literatura, não constituem mero espectáculo, como algo exterior e alheio aos espectadores, pois nelas lateja, palpita um sangue de acção.

Essas paisagens têm a vida das forças telúricas de modo a fazer-se com elas uma implantação quase biunívoca de acção na paisagem.

Ao descrever os rios galegos salienta com profundo realismo os dramas telúricos dos seus cursos, suas lutas e sofrimentos.

Embora tocado duma inegável veia romântica que torna seus textos duma sedutora beleza nos mesmos existe sempre a mistura duma extraordinária profundidade cultural, que se torna a escrita por vezes prolixa, o literário se mostra acima de tudo historiador e o geógrafo sempre duma inegável posição conceptual.

Enfim, escreveu uma História e Geografia duma beleza humanista, no mais alto sentido de literatura erudita e conceptual, em prol da grandiosidade diferenciada da sua estremecida Galiza, nos seus parâmetros de Etnografia própria, que nos últimos anos da sua vida tanto despontava, mas politicamente já não viu realizada por só se ter consolidado dois anos após sua morte.

Para além da monumental obra da citação, *História de Galiza*, em que assina alguns capítulos, nos «Cuadernos», contam-se, entre mais de uma centena de títulos, da sua autoria, cuja total enumeração seria fastidioso reproduzir, os seguintes de interesse galaico-português:

- «La reposición del antiguo régimen en Orense, em 1823», C.E.G., XXI, 1953.
- «Ensayo sobre la desamortización en tierras de Orense», C.E.G., XXI, 1955.
- «Notas sobre el Puente Mayor de Orense», C.E.G., XXXIII, 1956.
- «Sobre los ultimos tiempos de la Comisión de Disputado General del Reino de Galicia», C.E.G., 36, 1957.
- «Orense y tierras orenseanas en siglo XIX», C.E.G., 1959.
- «Sobre la economía de Orense y su provincia, a fines del siglo XVIII», C.E.G., 1960.
- «Formas y expresiones de la cultura en Orense, durante el siglo XIX», C.E.G., 1968.
- «Paisajes, formas y ritmos de vida del Orense decimonónico», C.E.G., 70, 1968.
- «Sobre el P. Martin Sarmiento», C.E.G., 81-83, 1972.
- «Temática y estilos del paisaje natural en Galicia», C.E.G., 90-92, 1976.

2. FREY LEÃO DE SÃO THOMAZ — *Benedictina Lusitana*, Coimbra, 1644, 2 vols., Capítulo XXXIII, Tomo I, p. 417.

Padre-Mestre e grande historiador da Ordem de S. Bento, em Portugal, Lente de Véspera, igualada à cadeira de Prima da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Autor da muito célebre obra em citação, escrita com uma profundidade de documentadas exposições, que constitui, por si, uma história nacional.

3. D. JERÓNIMO CONTADOR D'ARGOTE — *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga*, Tomo I, Liv. I, Cap. VIII, n.ºs 170, 171, 176.

Erudito sacerdote da Ordem da Divina Providência e infatigável historiador, tem nome consagrado na historiografia nacional, quer por ter sido um dos fundadores e primeiros 50 membros da Real Academia da História, quer por ter produzido uma vultosa e respeitada obra, de que D. João V o encarregara, as *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga*, densamente, mas já com novo e esclarecido critério da época, cumulada de esgotantes como documentadas investigações cronológicas, sobre as origens, agitados percursos e progressos da Igreja Bracarense, luxuosamente apresentada, em 4 volumes, entre 1732 e 1747. Especializado em Cronologia e Geografia deixou mais estudos do ramo.

4. D. ANTÓNIO DA COSTA — Destacado poeta e historiador, foi também dramaturgo, cronista de viagens e assíduo colaborador de revistas portuguesas da sua época (1824-1892), brilhando no período áureo do realismo, nessas diversas modalidades, tendo-nos deixado como principais trabalhos, *As minhas saudades*, *História do Marechal Saldanha* e *No Minho*, ora em citação, incluído na *Antologia da Terra Portuguesa*, sob Direcção literária de Luís Forjaz Trigueiros, Edição da Livraria Bertrand, Lisboa, 1957, vol. *O Rio Minho*, p. 49.

5. ADOLF SCHULTEN — *Geografia y Etnografia Antiguas de la Peninsula Ibérica*, Madrid, 1959, vol. I, cap. IV, p. 308.

O mais notável iberólogo do nosso século. Dedicou-se como ninguém mais à revisão dos existentes estudos sobre a Etnografia da Península Ibérica, desde o seu primeiro povoamento, pelas migrações euro-orientais, dos Lígures aos Celtas, e desde as primeiras navegações pela costa ocidental da Europa, isto apesar da sua nacionalidade germânica.

Iniciou-se na carreira científica de pré-historiador como professor da famosa Universidade de Erlangen, muito antiga cidade da Baviera, meio que se celebrizou pelo fabrico de equipamentos eléctricos e electrotécnicos, daí tendo ascendido, nos últimos anos, à regência da cadeira de Prehistória na cidade de Munique, capital do mesmo Estado da Baviera, na Alemanha Ocidental. Destacam-se no seu profundo labor, para além da obra em citação, estas outras: *Tartessos*, Hamburgo, 1922, 1 vol.; *Numância — Os Celtiberos e as suas guerras com Roma*, Munique, 1935; *Avieno — Ora Maritima*, 1 vol., Barcelona, 1955; *Estrabão — Geografia da Ibéria*, 1 vol., Barcelona, 1952.

6. e 6a. HERMAN LAUTENSACH — Professor alemão da Universidade de Gotha, grande cidade da Alemanha Oriental, que iniciou a sua carreira científica como Director do aí a funcionar, desde o século XVIII, importante Instituto Superior Geográfico, organismo dotado de excelentes mapas e outra documentação da antiguidade e da Idade-Média.

O seu devotado interesse pelas condições geológicas, climatéricas, fluviais e marítimas de Portugal, levou-o a elaborar, antes de tudo, mais um preciosíssimo inventário de todas as publicações portuguesas de matérias geográficas, em que reuniu 2 347 fichas, sobre autores com estudos sobre o nosso território, classificadas por mapas e motivos, de todas as nossas províncias, desde o Alto-Minho ao Algarve, com as quais publicou essa obra magnífica e única na cultura geográfica portuguesa *Bibliografia Geográfica de Portugal*, constituindo assombrosa prova arquivista, trabalho apenas instruído, com adaptação e complemento, pelo Prof. Mariano Feio, o qual, por certo, foi uma das razões, para que, em 1937, fosse distinguido com o alto grau de «Doutor Honoris Causa» pela Universidade de Coimbra.

Seguidamente, muito honrou, por ocasião das Comemorações dos Centenários de 1940, essa nossa mais alta realização científica, de todos os tempos, que foi o Congresso do Mundo Português, participando nele, com um valioso trabalho, escrito em língua germânica, «Die Minho terrassen und ihre Beziehungen, zu den eiszeitlichen Problemen», do qual realizou uma primeira interpretação, e fez um abreviado resumo, Rodolfo Konapic, para o apresentar sob a denominação «Os Terraços do Minho e suas relações com os problemas da época glaciária», estudo que representa, como se calcula, um contributo original e inapreciável sobre os estratos históricos do nosso rio.

É a este trabalho que se reporta a primeira citação, colhida das *Actas*, vol. I, desse Congresso do Mundo Português.

Envolve-se, quanto à segunda citação, outro importante trabalho, do mesmo sábio alemão, esse de carácter bastante genérico, mas com particulares incidências, também sobre o rio Minho, e felizmente integralmente traduzido para a nossa língua, que se denomina, «Formação dos Terraços Interglaciários do Norte de Portugal e suas relações com os problemas da época glaciária». Publicações da Sociedade de Geografia de Lisboa. Depositária, Porto-Editora, Lda., 1945.

7. ADOLF SCHULTEN — *Avieno — Ora Marítima* (Periplo Massaliota del VI a.C. con los demás testimonios al ano 500 d. de J.C.), in «Colección Fuentes de Hispaniæ Antiquæ», Barcelona, 1955.

8. M. M. DESPOIS et ED. SAVIOT — Tradução para francês da *Ora Marítima*, Paris, 1843, obra melhor identificada e extractada, com versos em referência, no final do número 6 do texto do Capítulo I.

9. FRANCISCO MARTINS SARMENTO — *Ora Marítima — Estudo deste poema na parte respectiva às costas ocidentais*, 2.^a edição, Porto, 1896.

Sábio etnólogo e arqueólogo oriundo duma família de abastados proprietários agrícolas, em São Salvador de Briteiros, concelho de Guimarães, sediados no seu Solar da Casa da Ponte, os quais também tinham uma residência na capital do concelho, e cidade de Guimarães, à então Praça da República do Brasil, ou Campo da Feira, a 9 de Março de 1833, prédio que teve de ser demolido, com a abertura da rotunda e começos da actual Avenida de S. Gualter.

Frequentou as primeiras letras, numa escola particular da cidade de Guimarães, mas, concluída a instrução primária, foi enviado para a cidade do Porto, para desenvolvimento progressivo de outros estudos, onde frequentou cuidadas aulas de Latim, língua cujo perfeito domínio muito o iria ajudar, na sua carreira de investigador, para além de seu conhecimento constituir preparação indispensável para a matrícula na Faculdade de Direito de Coimbra, em cuja Universidade seguiu, com rapidez e pleno êxito, esse curso, depressa concluído em 1853.

Muito sensibilizado no culto da família e nos sedutores atractivos dos campos e montes, que rodeavam a residência rural de seus pais, foi na sua aldeia que, por largos anos da sua prolongada situação de solteiro, pretendeu viver na mais completa tranquilidade provinciana, deduzindo-se pela sua bibliografia que entre 1856 e 1874 somente se dedicou a ocupações sociológicas e jornalísticas a intervir a seu jeito cultural no meio social e intelectual de Guimarães.

Mas por efeitos das suas leituras dos melhores autores históricos, nacionais e estrangeiros e das suas jornadas, pelos castros vizinhos, desde 1874 iniciou os seus estudos históricos e arqueológicos, com ponto de partida nas canserosas pesquisas na citânia da freguesia da sua residência, sendo então que começa a redescobrir graças ao que a seu respeito lera nos nossos humanistas, sem que de tal tenha havido a menor iniciativa desde essas notícias do século XVI.

A sua vivíssima inteligência e muito rica cultura clássica, com conhecimento de várias línguas permitiram-lhe estudar e interpretar os maiores autores gregos e latinos como os melhores europeus antes de si ou seus contemporâneos, espanhóis, italianos, alemães, franceses e mesmo ingleses, com estes últimos muito se debruçando sobre os Celtas, como se verifica pelos seus livros de matéria céltica, de língua inglesa, por si legados à Sociedade científica, que tem o seu nome, tendo

dado provas duma sólida cultura pré-histórica, que a todos surpreendeu, quando se reuniu, em Lisboa, o Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas de 1880, cujos membros, espantados pelo valor e interesse das peças que aí apresentava ou referia, como descobertas por ele, nas suas investigações no Minho, se deslocaram, inesperadamente, em Congresso, de Lisboa para Guimarães.

Na sua casa recebeu, logo no ano seguinte, a este Congresso, o grande sábio epigrafista alemão Emilio Hübner, que com ele examinou os principais achados dos seus explorados jazigos, concordando com a maior parte das suas classificações, ainda que lhe discutisse outras, como também o fez, em elevadas polémicas, com Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos.

A segurança do seu poder de assimilação, nas mais consentâneas teorias do século, de interpretações pré-históricas, motivaram que bem depressa o seu nome se firmasse, nesse campo, como grande figura científica nacional, a espalhar-se na Europa.

Como principais galardões recebeu o grau de Fidalgo da Casa Real, com direito a Brasão, que nunca quis adoptar, e o grau de Cavaleiro da «Legião d'Honra», concedido pelo Governo Francês, em 1880, em resultado das provas dadas no dito Congresso Internacional, desse ano, e as distinções de sócio da Academia das Ciências, do Instituto de Coimbra e da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Por motivos políticos, não aceitou a Comenda da Ordem de Santiago que, em segunda proposta do Ministro da Educação, lhe concedia o Ministro do Reino, Duque d'Ávila, isto porque, em anterior proposta, daquele mesmo titular, o Duque tinha levantado uma oposição partidária.

Só após a morte de seus pais deixou Briteiros, para se instalar numa cómoda e ampla moradia, que para sua residência mandara edificar, no Largo do Carmo da cidade de Guimarães, onde viria a falecer em 9 de Agosto de 1899.

Legou esta sua esplêndida moradia à sociedade científica constituída sob seu nome, a qual, à falta de exigente necessidade da respectiva ocupação, para as suas instalações, entretanto acomodadas, provisoriamente, em prédios particulares, como destinadas criteriosamente para o edifício que começara a construir, e em breve se inauguraria, segundo projecto mais adequado.

Por isso, dada de arrendamento à Câmara Municipal, muito necessitada de se acomodar, para sua sede, em edifício algo mais amplo do que o dos históricos Paços do Concelho, do Largo da Oliveira, serventia essa no Largo do Carmo, como Casa Camarária, que se foi mantendo até 1972.

Como poucos outros intelectuais portugueses, na verdade, este tivera a grande consolação de, 16 anos antes da morte, um grupo de seus conterrâneos e admiradores terem fundado, na cidade de Guimarães, uma excepcional sociedade promotora de instrução e de cultivo das Ciências, Letras e Artes, com especial incidência na História e Arqueologia, em sua honra, e, por isso, denominada «Sociedade Martins Sarmiento», a qual depois de ter sofrido, nas proximidades, umas duas provisórias e acanhadas instalações, já desde 1907, se mantém no seu actual severo e majestoso edifício próprio, no risco do grande Arquitecto J. Marques da Silva, com modificações, de imensa importância e engrandecimento, entre os anos de 1957 e 1967, graças a comparticipações do Estado e da Fundação Gulbenkian, no qual se vêm realizando bem famosas realizações culturais, de âmbito local e nacional, e se conservam, em sagrado resguardo, as peças da mobília do gabinete de estudo do investigador, suas secretárias e mesas de trabalho, todos os preciosos livros da sua biblioteca particular, na maioria estrangeiros, seus desenhos dos castros, mapas antigos e toda a colecção arqueológica por si reunida.

Pela natureza e selecção dos livros que possuiu e dos quais fez específico legado à Sociedade, bem se apercebe que uma das facetas mais importantes, embora das mais desconhecidas, da cultura humanística de Sarmento, reside nos profundos conhecimentos e pleno domínio da epigrafia latina, justificando-se desse modo ter sido um dos mais dedicados e o único português dos colaboradores de Hübner na elaboração da parte relativa a Portugal do *Corpus, I. L. — Supplementum (Inscriptionum Hispaniarum Latinarum)*, Berolini, 1892, o mais famoso monumento de erudição do século XIX, exclusivamente em latim, a ser considerado como a obra de maior tomo da especialidade, desde sempre, em todo o Mundo.

Alguns dos seus valiosos últimos estudos, de carácter ligeiro ainda puderam vir a ser publicados no órgão da Sociedade com o seu nome, *Revista de Guimarães*, iniciada em 1884, deixando-nos estes seus mais conhecidos livros: *Les Lusitaniens*, Lisboa, 1880; *Ora Maritima*, 1.^a edição, Porto, 1880 e 2.^o ed., Porto, 1887; *Os Argonautas*, Porto, 1887; *Lusitanos, Ligures e Celtas*, Porto, 1891-1893; *Os Dispersos* (Póstuma), Coimbra, 1933. Existem ainda com cuidado resguardo na Sala de Sarmento, da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, uns Cadernos Reservados, de seu punho sobre curiosos assuntos monográficos que vêm sendo denominados *Manuscritos Inéditos*.

10. ADOLF SCHULTEN — Excerto da obra citada na nota atrás n.º 7.

11. J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões da Lusitânia*, volume II, Imprensa Nacional, 1906, cap. «Geografia da Lusitânia, p. 37 e 227.

Trata-se duma das maiores personalidades nacionais, nos domínios da Etnografia, Etnologia e Filologia (Tarouca 1858 — Lisboa 1941).

Embora licenciado em Ciências Naturais e Medicina, Porto, 1886, foi à história antiga e à filologia toponímica e antroponímica que se dedicou para vir a atingir nesses domínios um relevo incomparável.

Ainda que tenha começado o seu desenvolvimento intelectual a ensinar Filologia Românica, como Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, foi à História Nacional, no campo da Etnologia que se iria abrir toda a sua paixão, com o seu muito saber, o qual efectivamente se achava bem apoiado na Filologia. Pela vastidão e rigor científico das suas obras, de minucioso investigador da génese das coisas culturalmente influentes na formação da Pátria, tornou-se autor fundamental de quantos investigam as raízes de Portugal e dos portugueses. Com uma paciência beneditina, fundou e dirigiu o «Museu Etnológico de Belém» que hoje tem o seu nome. Tendo deixado extensa colaboração nas mais categorizadas revistas nacionais e estrangeiras e entre as nossas, principalmente, nas tão selectas *Revista Lusitana* e *Arqueólogo Português*, foi, autor de mais de 300 títulos, podendo apontar-se como as de maior interferência quanto à ribeira do Minho, na antiga Galiza, as quatro seguintes, possuindo as duas primeiras a mais alta valia para qualquer nação.

Religiões da Lusitânia, 3 volumes, Imprensa Nacional de Lisboa, 1897, 1905 e 1907.

Etnografia Portuguesa, 3 volumes, Lisboa, 1933, 1936 e 1942.

A Galiza, Folheto, Lisboa, 1881.

Portugal Pré-Histórico, Folheto, Lisboa, 1885.

12. Estudo denominado «A Plagia Insula de Festus Avienus», in *Homenagem à Memória de Martins Sarmento — O Investigador Insigne das Origens do Povo Português*, Miscelânea de estudos organizada, sob o patrocínio da Sociedade Martins Sarmento, com subsídio da Junta de Educação Nacional, Guimarães, 1933.

12a. Miscelânea de estudos, idem, Guimarães, 1933.

12b. *Ob. cit.*, Miscelânea, idem, Guimarães, 1933.

12c. ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA — *História de Portugal*, Edição Monumental, comemorativa do 8.º Centenário da Nacionalidade, 1.ª edição, Barcelos, 1928, volume I, capítulo V, «No Lumiar da História», p. 157.

Catedrático de Antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, nos começos da sua tão reputada investigação cultural, apesar de já possuidor do curso de Medicina. Contudo, bem depressa se vincou nele, uma grande preferência pela Geografia Humana, atida às recuadas épocas da prehistória e proto-história, o que leva em 1919 a transferir-se para a Faculdade de Letras da mesma cidade a reger as cadeiras de Etnografia e Geografia.

Foi sócio activo da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia, tendo nesta ascendido à presidência em vários mandatos. Foi fundador do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, que ostenta o seu nome e doutor «honoris causa» por algumas universidades estrangeiras.

Nos últimos anos da sua vida tornou-se animoso investigador das raças e povos do Ultramar, assumindo a direcção de algumas missões antropológicas às colónias em resultado do que foi nomeado Director do Instituto Superior Colonial, depois denominado de Estudos Ultramarinos. Deixou-nos como suas principais obras: *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, 1924; *Da Biologia à História*, 1934; *Raças do Império*, 1945; *A Antropologia e a História*, 1954.

13. MÁRIO CARDOSO — *Francisco Martins Sarmiento — Esboço da sua Vida e Obra*, Edição da S.M.S., Guimarães, 1956.

Foi pode dizer-se primordial difundidor e exaltador da obra sarmentina, quer por natural vocação local, como fiel conterrâneo do recodescobridor de Briteiros, quer por ter dedicado à «Sociedade Martins Sarmiento» toda a sua vida, sempre trabalhando na direcção do organismo, primeiramente, na sua mocidade, como secretário e de seguida seu Presidente, durante vários mandatos.

Nascido em 1889, na mesma cidade de Guimarães, tinha apenas 10 anos ao falecimento do Mestre, a cuja obra melhor que ninguém deu eficiente continuidade, num esmeradíssimo culto pela sua memória.

Concluídos os estudos secundários, iniciou-se, profissionalmente, como Professor de Desenho da Escola Industrial de Guimarães de «Francisco Holanda», donde passou a cursar a Arma de Infantaria na Escola Militar de Lisboa, que o graduou em Alferes em 1914. Colocado, primeiramente, no Regimento de Infantaria n.º 20, na sua terra natal, no mesmo foi assumindo sucessivos postos, e, de seguida, em idênticas unidades militares de Chaves e Braga, ao serviço das quais esteve em África, até que em 1946 passou à reserva, no posto de Coronel.

Desde então, embora aí entretanto fosse sempre trabalhando, ocupou-se mais afincadamente das actividades histórico-científicas e de expansão cultural, com realizações de semanas de estudos, seminários, colóquios e congressos, na «Sociedade Martins Sarmiento», na qual foi Conservador da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso, Director do Museu, no edifício da sede, Director do seu magnífico órgão cultural, a *Revista de Guimarães*, vinda desde 1884, com um esforço de salientar, ao promover que na sua categoria tenha, sem favor, alcançado um lugar de maior relevo entre as três primeiras revistas científicas nacionais.

Só entre 1926 e 1972, respectivamente, data do seu primeiro estudo científico e data daquele em que foi publicado, em Guimarães, um opúsculo sobre a sua Bio-

bliografia, havia publicado cerca de 400 trabalhos, nos domínios a que se dedicava.

Manteve contactos arqueológicos com as melhores instituições da especialidade, em todo o mundo, e participou em todas as grandes assembleias de prehistória da Europa, da sua época, determinadamente em todos os Congressos Nacionais de Arqueologia e nos Internacionais de Madrid, de Sevilha, de Bilbao, de Santiago, de Roma e de Hamburgo.

Foi sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, do Instituto de Coimbra, da Academia Portuguesa de História, da Real Academia de la Historia (Madrid), da Real Academia Galega (Coruña), e do Instituto de Arqueologia Alemão (Berlim).

Entre boas centenas de títulos, das suas obras podem destacar-se como de maior impacto científico, *Interpretação da Pedra Formosa da Citânia de Briteiros*, separata da «Revista de Guimarães», 1932; *Jóias áureas proto-históricas da Citânia de Briteiros*, idem, 1938; *Citânia de Briteiros. Aspectos Etnográficos e sociais da nossa proto-história*, idem, 1939; especialmente *O Testamento de Mumadona*, idem, 1967 e *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*, edição subsidiada por vários institutos culturais, que em 1971, já ia na 6.^a edição. Faleceu a 15 de Junho de 1982, com 93 anos, tendo desempenhado 40 anos seguidos, com grande paixão, cargos directivos na Sociedade Martins Sarmento.

14. P.^o JALHAY (EUGÉNIO AUGUSTO DOS ANJOS) — «A Estação Asturiense de La Guardia (Galiza)», in *Brotéria* (Fé-Ciências-Letras), vol. VI, Fasc. II, Fev.^o 1928. Arqueólogo jesuíta português da mais categorizada nomeada. Entrou na Companhia em 1905, no Colégio do Barrio (Torres Vedras), onde conheceu o arqueólogo Frei Bovier Lepier e J. Leite de Vasconcelos, que muito o animaram ao cultivo da arqueologia. Estudou filosofia e teologia em Tortosa e Lovaina (França) e Oya (Galiza), sendo ordenado em 1922.

Em Espanha participou no reconhecimento de muitos monumentos, tendo trabalhado com o Prof. Obermaier e com o célebre Conde de la Vega, o grande descobridor das famosas peças arqueológicas achadas na região das Astúrias e costa Cantábrica. Passou um ano em Tronchines (Bélgica) e estudou aí algumas estações arqueológicas. Em 1925 veio para La Guardia, como professor do «Instituto Nun'Alvres», colégio português a funcionar no lugar de La Passage (Camposancos) e como redactor da Secção de Pré-História, da revista científica, *Brotéria*, aí elaborada e administrativamente sediada na vila de Caminha, e, enquanto aí viveu, foi tomando parte nas escavações vizinhas da Citânia do Monte de Santa Tecla e da Serra de Oya, nas quais escavações encontrou numerosas gravuras rupestres e uma estação paleolítica, de grande importância, junto a La Guardia. Foram tais descobertas que provocaram uma torrente de explorações nas costas galega e portuguesa e estas a envolverem Rui Serpa Pinto, Abel Viana, Afonso do Paço e Joaquim Fontes.

Em 1928, instalou-se em Lisboa, na redacção da *Brotéria*, passando a entremear os serviços deste órgão científico, da Companhia de Jesus, com serviços pastorais como assistente da Juventude Católica Escolar, cujo órgão oficial *Flama* fundou e dirigiu, muitos anos. Pertenceu a numerosas sociedades científicas nacionais e estrangeiras.

Teve abundante colaboração na *Brotéria*, na *Revista de Arqueologia* e no *Boletim da Academia Portuguesa de História*.

14a. JAIME GARRIDO RODRIGUES — «Nueva Estación Paleolítica en Pontevedra» (Gondomar), in *El Museo de Pontevedra*, ano XXXII, Pontevedra, 1978, este trabalho citando a seguinte bibliografia, quanto ao vale do rio Minho, nessa época habitacional:

JALLAY, Eugénio — «La Estación Asturiense de La Guardia», in *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, t. VIII n.º 179, 1928, pp. 169-186 ou «Estação Asturiense de La Guardia», in *Brotéria*, vol. VI, Fev.º 1928.

DOMINGUEZ FONTELA, Juan — «La Estación Paleolítica de La Guardia», in *Boletín de la C. P. de M. H. y A. de Orense*, t. VII n.º 160, 1925 pp. 241-244.

FONTES, Joaquim — «La Estación Paleolítica de La Guardia», in *Boletín de la C.P.M.H. y A de Orense*, t. VII, 1925, pp. 241-244.

FERNANDEZ COSTAS, Manuel — «Notas encol do Asturiense na bisbarra da Guardia», in *Nós*, t. VI, Campanha de 1929. La Coruña.

FERNANDEZ COSTAS, Manuel — «As Industrias Lithicas da Guardia (Novas Estazóns)», in *Nós*, t. VI. La Coruña, 1930.

MERGELINA, Cayetano — «El Seudo Asturiense de La Guardia — Pontevedra», in *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología de la Universidade de Valladolid*, t. VI, 1940, pp. 23-33.

RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR, Joaquim — «A propósito del pretendido rejuvenescimiento del Asturiense de La Guardia», in *Ampurias*, 1941.

ALVAREZ BLASQUEZ, M., y BOUZA-BREY, Fermin — «Industrias Paleolíticas de la Comarca de Tuy», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 1949, pp. 201-205. «Industrias Paleolíticas do Baixo Miño (Concellos de A Guardia, O Rosal, Tomiño e Oya)», 1952, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XLV, Porto.

LÓPEZ CUEVILLAS, Florentino — *Historia de Galiza*, t. III (dirigida por Ramón Otero Pedrayo), Madrid, 1980.

E mais as seguintes citações bibliográficas deste último:

CONDE DE LA VEGA DEL SELLA — *El Asturiense*, Madrid, 1923.

AFONSO DO PAÇO — *O Paleolítico do Minho*, Paris, 1931.

Alguns raspadores da indústria galaico-minhota de tipo asturiense, Lisboa, 1933.

«Serão pré-asturienses as estações pré-históricas do litoral galaico-português?», in *Brotéria*, vol. XVI, 1933.

EUGÈNE JALLAY — *L'industrie de type asturiense sera-t-elle une industrie purement locale?*, London, 1932.

15. P. BOSCH GIMPERA — Trata-se dum notável historiador e etnólogo catalão, que, embora licenciado pela Universidade de Madrid, veio a exercer, com grande nomeada, o cargo de Professor Catedrático de Prehistória e de História Antiga, na Universidade de Barcelona, da qual veio a ser Reitor.

Professando uma ideologia muito avançada chegou a desempenhar o cargo de Ministro, por alturas da guerra civil espanhola, finda a qual, por dificuldades com o novo regime franquista, teve de se exilar para o México, onde também ascendeu a professor do Instituto de História da universidade da capital.

Tem obras de muito fundo, que na primeira impressão parecem ricamente valiosas, ainda que uma ou outra das suas originalíssimas teses históricas, apareçam postas em dúvida, por certos autores, em revistas de cultura galega.

Toda a verdade é que sempre se manifestou muito interessado no estudo dos povos que terão ocupado os territórios do actual Portugal, bem dedicado amigo do nosso país, admirador dos seus autores de investigação rática, sendo mesmo uma flagrante prova disso o minucioso estudo pessoal que fez de Briteiros e o magnífico trabalho que apresentou em Guimarães, em 1933, que no texto e a seguir se referencia. Também ainda achando no México e havendo passado por Portugal em 1961 deslocou-se propositadamente a Guimarães, a visitar a S.M.S. e seus museus arqueológicos.

Teve como sua primeira obra fundamental e mais difundida, sendo a essa que se refere a segunda citação, *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona, 1932.

A primeira citação reporta-se a esse tão curioso e importante estudo, de revisionismo histórico, *Los Celtas en Portugal y sus caminos*, inserto, por oferta sua, na luxuosa Colectânea editada em Guimarães, em 1933, de homenagem a Martins Sarmiento.

No seu exílio, na América, para onde levou o seu material historiográfico, mantendo o mesmo seu devotamento pelas raízes da pátria-mãe, conseguiu publicar *El Poblamiento Antiguo y Formación de los pueblos de España*, México, 1944, como de regresso, trazendo já todo o texto elaborado, editou *Pre-Historia da Europa*, Madrid, 1975.

16. JULIAN LÓPEZ GARCIA — *La Citânia de Sta. Tecla — Una ciudad prehistórica desenterrada*, La Guardia, 1927.

Foi este autor, ao tempo já Vice-Presidente da regionalista instituição cultural, «Sociedade Pro-Monte de Santa Tecla», um dos mais dinâmicos propulsores e sem dúvida das figuras mais conhecedoras do meio, com vista à valorização do grandioso monumento prehistórico, com as limpezas da sua extensa área, sua conservação, exemplificações típicas, de certo número de habitações reconstruídas, implantação inicial do que haveria de ser o extraordinário Museu e demais engrandecimentos arqueológicos, que presentemente ali se admiram.

Seu excelente trabalho constitui, de resto, mera continuidade dos altíssimos dotes culturais de outras distintas figuras locais do seu sangue, como denodados cabouqueiros das primeiras descobertas arqueológicas e fundadores da sociedade científica «Pro-Monte».

Seu pai, D. Ramón López Portela, médico ou farmacêutico como ele, foi notável historiador da Comarca de La Guardia, com edições de vários trabalhos e D. Ramón López, provavelmente seu avô, é considerado o primeiro historiador guardês.

17. F. LÓPEZ CUEVILLAS — *La Civilización Céltica en Galicia*, Santiago de Compostela, 1953. Autor tomado, nos meios literários das capitais de províncias da Galiza, para cujas revistas culturais generosamente distribuiu colaboração (esta a exercer-se com particular profundidade e brilho na *História de Galiza*, dirigida por Ramón O. Pedrayo), como o mais abalisado investigador de todas as estações arqueológicas de Noroeste, principalmente das de época mais recuada, ou seja, a maior figura da história antiga da Galiza, que viveu neste século. Natural duma das suas capitais de províncias, doutorou-se e ficou catedrático na Universidade de Santiago, mas tanto lhe devem todas as explorações científicas de Pontevedra, em particular a comarca de La Guardia, em diversas escavações, com destaque quanto ao Monte de Santa Tecla.

18. GUILHERME DE HUMBOLOT — *Recherches sur les habitants primitifs de l'Espagne*, tradução do alemão por M.A. Marrast, Paris, 1866.
19. J. LEITE DE VASCONCELOS — *Religiões da Lusitânia*, t. II, p. 74.
20. ANTÓNIO RODRIGUEZ COLMENERO — «Sobre los pueblos prerromanos del sur de Galicia», in *Boletín Auriense*, t. II, ano II, Orense, 1972
21. JOSÉ CAAMANO BOURNACELL — «El Grove, su Historia», in *Revista El Museu de Pontevedra*, vol. XVIII, Pontevedra, 1964.
22. *Mms Hists. Arcep.º de Braga*, t. I, n.º 286 — Os Gróvios.
23. PROF. ORLANDO RIBEIRO — Tratando-se do mais categorizado geógrafo dos nossos dias pareceu-nos valioso o trecho extractado do seu recente livro, embora, por si, não constitua contributo relevante dada esta matéria, de pré-história, não ser da sua especialidade. *A Formação de Portugal*, publicação do «Instituto de Cultura e Língua Portuguesa», 1987, pp. 27-28.
24. PROF. FLORENTINO LOPEZ CUEVILLAS — Personalidade do mais cultivado renome nos estudos pré-históricos espanhóis, denominadamente galegos, cujo valor cultural ficou já salientado na nota 17, agora com extracto do seu carinhoso tributo a um seu antecessor, confrade português, que muito admirava. Foi a «Area Xeográfica da Cultura dos Castros», in *Homenagem a Martins Sarmento*, luxuosa colectânea com a colaboração de altas autoridades históricas portuguesas, espanholas e europeias, editada em Guimarães em 1933.
25. FREI HENRIQUE FLOREZ — O maior historiador clássico do país vizinho na sua monumental obra *España Sagrada*, t. XV, cap. I, n.ºs 1, 3, 23, 24, 25 e 26.
26. *Mem. Históricas Eclesiásticas Arcebispo de Braga*, t. I, cap. XIII.
27. *Monarquia Lusitana*, Parte I, Livro II.
28. D. FREY PRUDÊNCIO DE SANDOVAL — Talentoso historiador e Bispo de Tui, muito acatado e referenciado na historiografia espanhola, in *Antigüedad de la Ciudad y Iglesia de Tuy*, Braga, 1610, pp. 2 v. e 3.
29. DR. FIGUEIREDO GUERRA — *Viana do Castelo — Esboço Histórico*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1877.
30. PROF. C. TORRES RODRIGUES — «La Venida de los Griegos a Galicia», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, t. II, Santiago de Compostela, 1946.
31. *Idem*, desta nota 30.
32. PROF. ORLANDO RIBEIRO — *A Formação de Portugal*, Série Cultura Portuguesa, Ministério da Educação, 1987.
33. MÁRIO CARDOSO — «Os Castros», in *Dicionário Histórico de Portugal*, vol. I, p. 532.
34. PROF. JORGE EIROA — *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Separata da «Revista de Guimarães», p. 71 na comunicação intitulada «Notas sobre la Cronologia de los Castros del Noroeste de la Peninsula».

35. CARLOS TEIXEIRA — *Subsídios para a Arqueologia Bracarense*, Braga, 1956, como JOSÉ MANUEL FERNANDES ROLÃO — «Formas de Comunicação na Cultura Castreja», in *Revista de Guimarães*, vol. XCV, 1985, p. 198.
36. PROF. SANT'ANA DIONÍSIO — *Velho Minho*, Porto, Lello & Irmão, 1978, pp. 15 e 21.
37. JULIAN LÓPEZ GARCIA — *La Citânia de Santa Tecla — Una ciudad pré-histórica desenterrada*, La Guardia, 1927.
38. *Idem*.
39. PROF. ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA — *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal* — «Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia», apresentada na Faculdade de Letras de Universidade do Porto. Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986.
40. FRANCISCO MARTINS SARMENTO — *Lusitanos, Lígures e Celtas*, Porto, 1891 e 1893.
41. FRANCISCO MARTINS SARMENTO — «Les Lusitaniens», *Extraí du Compt rendu de la 9.^a Session du Congrès Internacionel d'Antropologie et Arqueologie Pré-Historiques*, Lisbonne, 1880.
42. ALBERTO SAMPAIO — «As Póvoas Marítimas», in *Estudos Históricos e Económicos*, vol. II, cap. I «Desde os tempos proto-históricos aos visigodos», Lisboa, 1979.
43. PROF. CH. SEIGNOBS — *Civilisation Ancienne*, Paris, 1910.
44. ROBERT COHEN — *La Grece et L'Hellénisation du Monde Antique*, Presse Universitaires de France, Paris, 1948.
45. POMPONIUS MELA — *De Situ Orbis*, avec la traduction française de M. Nisard, Paris, 1856.
46. PTOLOMEO — in «Ptholemaci Gallacia», ex Libro 2, Cap. VI de «Tabula Europa». in *España Sagrada*, t. XV, p. 365.
47. «Strabonis Rerum Geographicarum» cum notis ab Isaco Casaubano. Liber I, Liber XVII, Amstelædam, MDCCVII. «Estrabon — Geografia de Iberia, Edicion, traduccion y comentario por Adolf Schulten», in *Collecion de Fuentes Hispanæ Antiquæ*, Barcelona, 1952. Segundo este seu tradutor e comentador, Estrabão, nascido no ano 65 a.C. na Capadócia, na Ásia Menor, notável por ter sido um dos primeiros centros do Cristianismo, não se pode considerar um geógrafo científico, como o foram Eratóstenes e Píteas, contudo, verifica-se com ele que teve o grande acerto de ter escolhido como suas principais fontes a Posidónio e Artemidoro, estes, sim, verdadeiros conhecedores dos locais, quando faz suas descrições da Ibéria e da Gália.
48. FREY HENRIQUE FLOREZ — *España Sagrada*, t. XV, Tratado LX «De la Provincia de Galiza», cap. II, «De los Rios de esta Provincia», pp. 31-40.

49. FRANCISCO MARTINS SARMENTO — «Lusitanos, Lígures e Celtas», in *Revista de Guimarães*, 1891.

50. ANTÓNIO RODRIGUEZ COLMENERO — in *Boletín Auriense*, t. II, ano II, Orense, 1972.

51. PROF. JORGE EIROA — «Los Castros del Noroeste de la Peninsula Iberica», in *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, 1980, nas citadas actas, vol. I, p. 71.

52. D. FREY PRUDÊNCIO DE SANDOVAL — *Ob. cit.*, p. 14.

53. PROF. FLORENTINO LOPEZ CUEVILLAS — Catedrático de Arqueologia na Universidade de Santiago de Compostela, in *História de Galiza*, dirigida por Ramon Otero Pedrayo, vol. III, A Cultura Castrexa — A Economia, pp. 436 e 437.

54. *Idem*, p. 434.

55. *Idem*, O Cobre e o Bronze, pp. 134 e 135.

56. PROF. ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA — *Ob. cit.*, na nota 39, p. 29.

57. PROF. ANTÓNIO GARCIA Y BELLIDO — «Nuevos Hallazgos Griegos de España», in *Archivo Español de Arqueologia*, Madrid, 1941, n.º 45.

58. PROF. XESUS TABORDA CHIVITE — «Investigacion Arqueoloxica dende 1952», in *Adenda et Corrigenda* — O Mundo Material Castrexo, p. 609, da *Historia da Galiza*, dirigida por Ramon Otero Pedrayo, vol. III, 1980. Trata-se de alta personalidade do meio cultural de Santiago onde regeu uma cátedra do departamento de História e se tornou dos mais categorizados investigadores do aí famoso «Instituto Padre Sarmiento», em cujo órgão científico *Cuadernos de Estudios Gallegos*, dirigia a Secção de Etnografia, na altura de sua morte, ocorrida antes da de Ramon O. Pedrayo, portanto antes de 1976.

59. JOSÉ MANUEL VASQUEZ VARELA — «Bases Paleontológicas para el estudio de la pesca en la cultura castreja», in *Boletín Auriense*, Órgão do Museu Arqueológico de Orense, t. VI, ano VI, 1976, p. 83.

60. PROF. MANUEL NUNEZ — *Arquitectura Prerromânica*, Santiago, 1980, p. 22.

61. MARIO CARDOSO — «Tradição Náutica na mais antiga história da Península Hispânica», in *Revista de Guimarães*, vol. LXX, 1960.

62. PROF. FERNANDO ALONSO ROMERO — A figura que com maior competência e brilho de toda a Espanha presentemente se expande em matéria de Arqueologia Náutica parecendo já assumir a regência duma cátedra de Letras na Universidade de Santiago, mantendo-se muito devotado à náutica galega. Esta passagem extractada do seu estudo «La Navegacion durante la prehistoria en el Atlántico», in *Boletín Auriense*, ano VI, t. VI, 1976, p. 73.

63. PROF. FERNANDO ALONSO ROMERO — «Sobre los Origenes de los Antiguos Puertos del Noroeste Peninsular», in *Actas do Seminário Luso-Galaico*

de Caminha, *Comemorativo do 7.º Centenário do Foral de D. Dinis*, 1984, vol. I, Arqueologia, p. 135.

64. ALBERTO SAMPAIO — A mesma sua obra da nota 42. cap. III, «A Costa», p. 53.

65. ALEXANDRE HERCULANO — *História de Portugal*, Edição Bertrand, Lisboa, 1980, Introdução, p. 126.

66. D. FREY PRUDÊNCIO DE SANDOVAL — O talentoso historiador e Bispo de Tui, *ob. cit.*, na nota 28, p. 345.

67. ARQ. OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS — «A Evidência das Navegações desde o Bronze», uma valiosa comunicação por parte deste distinto docente da Escola Superior de Belas Artes do Porto, no tão elevado «Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular», de Guimarães, em 1980. *Actas*, vol. I, p. 145 da separata da *Revista de Guimarães*, vol. XC.

68. ERNESTO IGLESIAS ALMEIDA — Ilustre autor tudente, in *Los Antiguos «Portos» de Tui*, Edição do Archivo Diocesano de Tui, p. 9.

69. CURANTIBUS C. MULLERO — *Strabonis Geographica*, Græce cum versione reflect, Paris, 1863; e CAUSAUBONI, in *Strabonis Geographica*, Wolters, 1708. Legados à S.M.S. por F. Martins Sarmiento.

70. ELISEO ALONSO — *Gamelas y Mariñeros*. Excelente intelectual galego natural de Goyan, na ribeira minhota, membro de várias instituições culturais da Galiza e de Portugal, cultivando intensamente matérias de Antropologia e Marinharia, participou em diversos Colóquios Minho-Galaicos em Guimarães, Póvoa de Varzim e Santiago de Compostela.

71. ALBERTO SAMPAIO — *As Vilas do Norte de Portugal* — Estudos Económicos, vol. I, p. 46, Edição Documenta Histórica, 1979.

72. *Idem*, *ob. cit.*, cap. V, «A denominação», pp. 48-49.

73. PROF. RUY DE AZEVEDO — «A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima», in *Revista Portuguesa de História*, vol. III, pp. 257-270, Coimbra, 1947.

74. PROF. P. AVELINO DE JESUS DA COSTA — *Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, 1981, p. 79.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9

Capítulo I

PRIMEIRAS REFERÊNCIAS, NA LITERATURA HISTÓRICA, A BARRA DO PRIMEIRO GRANDE RIO IBÉRICO, PROVINDAS DO POEMA DA «ORÆ MARITIMÆ», DE RUFUS FESTUS AVIENUS, INDICATIVAS DA SUA PROVAVEL MAIS RECUADA CONSTITUIÇÃO TOPOGRÁFICA E DOS MAIS ANTIGOS POVOS QUE A TERIAM HABITADO	31
1. O roteiro básico de bons séculos antes do poeta romano . . .	31
2. Interpolações sucessivas, nos textos antigos	33
3. Descrição da costa ocidental da península	35
4. Com os especialíssimos condicionamentos físicos, que lhe são atribuídos, em que ponto da costa se localizaria a tão misteriosa «Ilha Pelágia»?	37
5. O Monte de Santa Tecla, a incorporar a actual Ínsua da Foz do Minho, como a ilha de solo tremente, a ser banhada por um lado por mar agitado e por outro por mar calmo, como possível mais recuado acidente corográfico conhecido da costa ocidental peninsular	42
6. Concordância na ilha divinizada com o actual Monte do Tecla, pelos achados arqueológicos, no mesmo, de ídolos ao culto dos astros e pelas suas condições, ao tempo, naturais e populacionais, muito coincidentes	44
7. Outras primeiras notícias sobre os mais antigos povos e acidentes da costa do noroeste da península só conhecidos pelo poema de Avieno	54

Capítulo II

MANIFESTOS SINAIS DO BOM APROVEITAMENTO DA RIQUEZA DAS DAS ÁGUAS E ALUVIÕES DO CAUDALOSO RIO, PELO HOMEM DA IDADE DA PEDRA, NAS ÉPOCAS PALEOLÍTICA E NEOLÍTICA . . .	63
1. Achados de pedra lascada	63
2. Os achados da era da pedra polida	73

Capítulo III

OS POVOS DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES DESENVOLVIDAS NA RI- BEIRA DO MINHO	77
1. Dos Lígures aos Iberos ou dos Iberos aos Lígures	77
2. Draganes e Sefes	84
3. Da certeza do povo Gróvio, na zona geográfica da Ribeira do Rio Minho, às dúvidas da sua linhagem etnológica, se já Celta, se apenas provindo das primeiras expedições Gregas	86

Capítulo IV

DO COBRE, ESTANHO E BRONZE, AO FERRO, NA EXPANSÃO DO POVO GALAICO. COMO DE SI PARTICULAR, ESTE POVO, PELA SUA INTER- PIDEZ E O TEMOR CAUSADO NOS VIZINHOS, LHES INSPIROU SE DESIGNASSE COM O SEU NOME, UMA REGIÃO MUITO MAIS VASTA E VARIADA QUE A DO SEU EFECTIVO DOMÍNIO.	
DUAS CORDILHEIRAS DE CASTROS, UMA DE CADA UM DOS LADOS DA RIBEIRA, A SERVIREM-LHE DE DEFESA, NO SUSTENTO ALIMEN- TAR E NA ESTRATÉGICA GUERREIRA, COMO SALVAGUARDA DA MELHOR DAS ESTRADAS DE PENETRAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL, NA MAIS RICA REGIÃO DO NOROESTE PENINSULAR DA ÉPOCA.	
A MONUMENTALIDADE DA CITANIA-CHEFE, DO SISTEMA DEFEN- SIVO, COMO ALTANEIRO GUARDIÃO DA PORTA DE ENTRADA: SANTA TECLA (OU ABOBRIGA?).	
A MAIS PROVÁVEL ORIGEM DO NOME <i>MINIO</i> , DADO PARA O RIO PRINCIPAL DA IBEIRA, PELAS PRIMEIRAS MIGRAÇÕES PRÉ-CÉL- TICAS, DESDE A MAIS REMOTA ANTIGUIDADE.	
CONJECTURAS QUE SE TORNAM MAIS FAVORÁVEIS SOBRE A ETIMO- LOGIA DESSA AMBICIONADA REGIÃO, QUE ESTA RIBEIRA MAIS ENGRANDECEU: A VELHA <i>GALECIA</i>	95
1. Da idade do megalismo à idade dos metais e da «Oestryminis» ou da «Ophiusa», do périplo dos gregos, transmitido por Avieno, à «Lusitânia», de Estrabão ou de Plínio	96
2. A nascente <i>Gallæcia</i> na Lusitânia pré-romana	105

3. Gregos e Celtas na miscegenação do heróico povo galaico o que verdadeiramente engrandeceu as margens do Rio Minho na época do bronze	110
4. Primeiros Celtas e os Celtas puros. Sua adaptação com os residentes Gregos	117
5. A cultura castreja, aquém e além Rio Minho mais perseverante e significativamente representada pelos <i>Calaicos</i> a terem a sua estratégia de observação e consumo por duas cordilheiras de <i>Castros</i> , em cada margem, ambas subordinadas à Citânia-Chefe na cidade de Abobriga	120
6. Santa Tecla, o maior Castro do Noroeste Peninsular, Galiza e Minho	127
7. Castros da Ribeira Ocidental	136
8. Castros da Ribeira Oriental	138
9. Absorvente domínio do grandioso povo Galaico, como incorporado Greco-Celta. Sua fundamental etnologia nos Castros das Ribeiras Minhotas	142
10. Época da implantação das primeiras colónias Gregas, que foram precedentes da designação regional de <i>Galæcia</i> e sua provável interferência nessa designação	151
11. As primeiras referências literárias ao rio e a origem do seu nome	157
12. A mais longínqua prehistórica denominação do curso fluvial a desembocar na larga bacia a que ao seu tempo os Romanos classificaram de «Aquis Bænis»	163
13. A gentílica derivação etimológica do País Galego ou da <i>Calæcia</i> dos castrejos	169

Capítulo V

PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA DAS TRIBOS AUTÓCTONES DA RIBEIRA DO RIO MINHO NO ADVENTO DA IDADE DO FERRO.

O COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO DOS RIBEIRINHOS GALAICO-CELTAS A CHEGADA DOS ROMANOS.

A PROVENIÊNCIA GENTÍLICA NO FALAR DESTES POVOS, DO BRONZE E FERRO, RELATIVA AO NOME PARA A LOCALIDADE PORTUÁRIA NA DESEMBOCADURA DO GRANDE RIO 177

1. Os primórdios dum comércio interior e exterior	177
2. Materiais e utensílios da indústria castreja da Ribeira Minhota, para uso local ou de exportação. Iniciativas de mineração e metalurgia anteriores aos Romanos e mesmo aos Celtas	181
3. Sustentos dos indígenas dos castros em animais e cultivo agrícola	187
4. Valor da pesca na fixação e economia dos castrejos minhotos	190

5. Os barcos e as navegações castrejas	194
6. A grande densidade populacional e tão relevante papel histórico da desenvolvida navegação comercial, na desembocadura do Rio Minho, por parte duma classe de seus habitantes, desde as mais longínquas tribos Greco-Celtas e tribos seguidamente Galaicas à Reconquista Asturiana	201
7. Natureza e valor dos primeiros barcos da civilização castreja à entrada do Minho sob impulso mediterrâneo aqui chegado . . .	206
8. Chamamentos ao local do porto e ao nome do rio na origem do dedicado ao povoado caminhense?	212
9. Persistente sobrevivência da ancestral localidade portuária com imutável toponímica	224

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
GRÁFICAS DE BARBOSA & XAVIER, LDA.
BRAGA — 4 DE JULHO DE 1989.

droeira representada no Frontão do Templo.

De seguida, como estudioso vimezanista, publicou numa revista de cultura e actualidades do mesmo meio, «Gil Vicente», um importante trabalho *Gaspar Estação, Patriarca da História de Guimarães*.

Por outro lado no domínio profissional publicou em 1966, pela Editora Pax, de Braga, o volume *O Notariado na Elaboração do Direito Privado*, com elogiosas críticas das revistas jurídicas e grande divulgação livreira, entre a classe notarial, ao tempo, de todo Portugal e Ultramar.

Versando muitos aspectos tabeliônicos tem sido colaborador da *Revista do Notariado e Registo Predial*, de Lisboa, do órgão da Associação Jurídica de Braga, a *Sciencia Iuridica*, sobremaneira da *Revista do Notariado*, órgão da Associação Portuguesa dos Notários.

Jornalisticamente tem aparecido, várias vezes, no categorizado semanário *Notícias de Guimarães* e no órgão da sua terra adoptiva *O Caminhense* vindo em ambos desenvolvendo, em sucessivos números, profundas e extensas matérias históricas merecendo particular interesse duas séries saídas no nosso trimensário, uma entre 1984 e 1987, *A Fundação do Arcebispo Silva Torres e seu exclusivo destino caritativo* e outra em 1988, *Denominação e Imagem da Senhora Padroeira de Caminha. Santa Maria — Senhora da Assunção — Senhora dos Anjos*.

biblioteca
municipal
barcelos



59879

A desembocadura do rio
Minho nos tempos antigos